



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2008

Brasília/DF
abril/2009

ELABORAÇÃO/REDAÇÃO

Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – CENAG
Divisão de Projetos Organizacionais e Apoio à Gestão – DIGET

PRODUÇÃO EDITORIAL

Divisão de Produção Editorial – DIEDI

REPRODUÇÃO E ACABAMENTO GRÁFICO

Divisão de Serviços Gráficos – DIGRA

COORDENAÇÃO GERAL

Sílvio Ferreira

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Haroldo Rodrigues Couto
Mariana Gomide Madruga

CONSOLIDAÇÃO GERAL E REVISÃO DE CONTEÚDO

Haroldo Rodrigues Couto
Mariana Gomide Madruga

CONSOLIDAÇÃO E REDAÇÃO

Carlos Roberto de Jesus Domingues
Daniela Amorim Reis
Eduardo Vieira de Oliveira
Eliane de Aguiar Marquez Lacombe Santos
Juliano de Mello Milhomen (estagiário)
Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá
Mariana Gomide Madruga
Maria Carolina de Souza Ribeiro
Maria Onete Costa Ribeiro e Silva
Rafaela Marino Carvalho (prestadora de serviços)
Reivaldo Dias Barbosa
Solange Maria de Oliveira Chagas de Souza

REVISÃO E CONTROLE DE TEXTO

Ana Rita Lopes da Glória (estagiária)
Carmen Lucia Prata da Costa
Edelweiss de Moraes Mafra
Evanildes Carvalho Amorim
Magda Geovana Alves
Renato Cunha
Robson Taylor de Barros

DADOS E INFORMAÇÕES

Unidades do TRF 1ª Região
Revista *Destaque* – TRF 1ª Região

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL
Francielle Marie Bernardes de Assis

PROJETO GRÁFICO E CAPA

André Sampaio da Silva
Geraldo Martins Teixeira Júnior

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

André Sampaio da Silva
Carmozina Vitorina Martins da Costa
Fernanda Pereira Ibaldo (estagiária)
Geraldo Martins Teixeira Júnior
Gustavo Braga Beltrão (estagiário)
Luciana Fernandes Menezes
Michelle Regina da Mata

FOTOS DO ACERVO DA ASCOM

Luiz Carlos B. Xavier
Mauro Putini

CONFECÇÃO DE FOTOLITOS

Dupligráfica Editora Ltda

IMPRESSÃO

Divisão de Serviços Gráficos – DIGRA

341.4192 Brasil. Tribunal Regional Federal. Região 1.
B823

Relatório de atividades : 2008 / Tribunal Regional
Federal da 1ª Região. _ Brasília: Tribunal
Regional Federal da 1ª Região, 2009.

288 p.; il.

1. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, relatório

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca e Acervo Documental do TRF 1ª Região.

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



JIRAIR ARAM MEGUERIAN
PRESIDENTE



ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
VICE-PRESIDENTE



CORREGEDOR-GERAL
OLINDO MENEZES



TOURINHO NETO



CATÃO ALVES



ASSUETE MAGALHÃES



CARLOS FERNANDO MATHIAS



MÁRIO CÉSAR RIBEIRO



LUCIANO TOLENTINO AMARAL

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



CÂNDIDO RIBEIRO



HILTON QUEIROZ



CARLOS MOREIRA ALVES



ÍTALO FIORAVANTI
SABO MENDES



CARLOS OLAVO



JOSÉ AMILCAR MACHADO



DANIEL PAES RIBEIRO



JOÃO BATISTA MOREIRA



SOUZA PRUDENTE

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



SELENE DE ALMEIDA



FAGUNDES DE DEUS



ANTÔNIO SÁVIO DE
OLIVEIRA CHAVES



MARIA ISABEL
GALLOTTI RODRIGUES



MARIA DO CARMO
CARDOSO



LEOMAR AMORIM



NEUZA ALVES



FRANCISCO DE ASSIS BETTI

PLENÁRIO

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA – VICE-PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES – CORREGEDOR-GERAL

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETE MAGALHÃES
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA
DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA
DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM
DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI

CORTE ESPECIAL

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA – VICE-PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES – CORREGEDOR-GERAL

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETTE MAGALHÃES
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA
DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM

PRIMEIRA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI

PRIMEIRA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO

SEGUNDA TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI

SEGUNDA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO

DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETE MAGALHÃES

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO

DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ

DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES

TERCEIRA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO

DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETE MAGALHÃES

QUARTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES

TERCEIRA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA

DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

QUINTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA

SEXTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

QUARTA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM

SÉTIMA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

OITAVA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS – PRESIDENTE
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN – PRESIDENTE
- DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA – VICE-PRESIDENTE
- DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES – CORREGEDOR-GERAL
- DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL
- DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
- DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ
- DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
- DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES
- DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE – EFETIVO
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES – SUPLENTE

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA – EFETIVO
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES – SUPLENTE

COMISSÃO DE PROMOÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO JULGADORA DO X CONCURSO NACIONAL DE MONOGRAFIAS

DESEMBARGADORA FEDERAL ASSULETE MAGALHÃES – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO

DIRETOR JURÍDICO DO BANCO DO BRASIL JOAQUIM PORTES DE CERQUEIRA CÉSAR

COMISSÃO DE ACERVO JURÍDICO

DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES – SUPLENTE

REVISTA DO TRIBUNAL

DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ – DIRETOR

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ – DIRETOR

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES – VICE-DIRETOR

SECRETARIA DO TRIBUNAL

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA – DIGES
SÍLVIO FERREIRA

CENTRO DE ESTUDOS E APOIO À GESTÃO ORGANIZACIONAL – CENAG
HAROLDO RODRIGUES COUTO

SECRETARIA JUDICIÁRIA – SECJU
LETÍCIA MOTA DE FREITAS NEVES

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – SECOR
CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SECRE
RAMONO RODNEY VIEIRA MASSAFERA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECAD
ANTONIO HUMBERTO MACHADO DE SOUSA BRITO

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SECIN
HUMBERTO JOSÉ XAVIER

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECOI
IVANILDE NASCIMENTO DE CASTRO

SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS – SECBE
MARCOS DE OLIVEIRA DIAS

CONSELHO DO COLAR E DA MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO MINISTRO NELSON HUNGRIA

CHANCELER

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN

MEMBROS

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUSA PRUDENTE – VICE-PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES – CORREGEDOR-GERAL

DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

SECRETÁRIA

JULIANA BEZERRA ESPÍNDOLA MOREIRA

CONSELHO DELIBERATIVO DO PRO-SOCIAL

PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN

REPRESENTANTE DOS MAGISTRADOS

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

DIRETOR-GERAL

SÍLVIO FERREIRA

DIRETOR DA SECBE

MARCOS DE OLIVEIRA DIAS

DIRETORA DA SECOI

IVANILDE NASCIMENTO DE CASTRO

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES

NEUZA M. GOMES ORTIZ

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimos senhores Desembargadores Federais, senhores Servidores,

Apresento a esta Corte o relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no decorrer do ano de 2008, bem como o mapa dos julgados da Primeira Região, em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 22 do Regimento Interno. Com isso, espero, além de cumprir o dever regimental, demonstrar a realização dos objetivos institucionais do Tribunal e a grandeza do trabalho feito.

A partir da base sólida construída nas gestões anteriores, esta administração pretende desenvolver uma gestão estratégica, de forma a buscar o aprimoramento na aplicação dos recursos disponíveis, para que se atinja o principal objetivo do Poder Judiciário Federal: atender ao jurisdicionado com qualidade e de forma célere.

Para isso, instituí o Comitê de Planejamento Estratégico do TRF 1ª Região – Planej, por meio da Portaria/Presi 600-134 de 23/05/2008, com o propósito de conceber e instrumentalizar os objetivos estratégicos eleitos para a gestão 2008-2010:

- a) alcançar a excelência na prestação jurisdicional;
- b) ampliar a atuação da Primeira Região na preservação do meio ambiente;
- c) ampliar a divulgação institucional externa, promovendo maior transparência nos serviços;
- d) integrar a Primeira Região, explorando positivamente sua dimensão continental;
- e) dotar o Tribunal, as Seções e as Subseções Judiciárias de instalações físicas adequadas;
- f) ampliar a virtualização de processos judiciais;
- g) elevar a eficiência dos serviços e sistemas;

- h) fortalecer as ações de educação corporativa e o aperfeiçoamento do corpo funcional;
- i) modernizar as práticas de gestão de pessoas, criando clima organizacional de cooperação, cordialidade, respeito e compromisso;
- j) ampliar a divulgação institucional interna para a disseminação do conhecimento;
- l) intensificar o relacionamento com outros órgãos do Poder Judiciário;
- m) gerir com eficiência e qualidade os recursos disponíveis e
- n) captar recursos e parcerias estratégicas.

A gestão, calcada em resultados, incentivou, em 2008, a ampla interação entre as unidades técnicas do Tribunal e destas com as demais unidades da primeira instância pelo compartilhamento da visão, da missão e dos objetivos estratégicos a ser atingidos na Primeira Região.

Ao proceder ao relato das atividades executadas pelas unidades que compõem o Tribunal, saliento alguns acontecimentos que marcaram o exercício em 2008.

Em agosto, esta Casa despediu-se do eminente Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira, que poderá usufruir sua aposentadoria após tantos anos dedicados ao Judiciário.

A composição das comissões permanentes do Tribunal também sofreu modificações. Para a Comissão de Regimento Interno foram designados, por meio da Portaria/Presi 1.104-297 de 31/10/2008, os Desembargadores Federais Hilton Queiroz (Presidente), José Amilcar Machado (efetivo), Souza Prudente (efetivo) e Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues (suplente).

A Comissão de Promoção, que, segundo o Regimento Interno, é formada pelo Corregedor-Geral e pelos desembargadores federais presidentes das turmas, passa a ser composta pelos Desembargadores Federais Olindo Menezes (Presidente), Catão Alves, Carlos Fernando Mathias, Cândido Ribeiro, Hilton Queiroz, José Amilcar Machado, Daniel Paes Ribeiro, Fagundes de Deus e Neuza Alves.

No primeiro grau, não houve posse de juízes em 2008, mas seis Juízes Federais Substitutos adquiriram vitaliciedade: Ricardo Augusto de Sales, em 13 de março; Bruno Oliveira de Vasconcelos, Lívia Cristina Marques Peres e Alaôr Piacini, em 11 de setembro, e Murilo Mendes e Fábio Roque da Silva Araújo, em 4 de novembro.

A Corregedoria-Geral, dirigida por mim até 21 de abril de 2008 e, após essa data, pelo Desembargador Federal Olindo Menezes, com o auxílio de juízes federais convocados ao longo do ano, implementou novos sistemas informatizados e otimizou rotinas de trabalho que propiciarão rapidez à atividade judicante na primeira instância.

Além disso, em cumprimento à Resolução 46, de 18/12/2007, do Conselho Nacional de Justiça, foi implantada, por meio da Portaria/Presi 600-226 de 18/08/2008, a nova Tabela Única de Classes – TUC, do Conselho da Justiça Federal, compatibilizada com a Tabela de Classes Processuais – TAC, do Conselho Nacional de Justiça.

Baseou-se a portaria na proposta apresentada pela Comissão Especial para a uniformização das tabelas de assuntos, classes e movimentação processual, instituída pela Portaria/Presi 100-130 de 23/05/2008, coordenada pelo Juiz Federal em auxílio à Corregedoria-Geral, José Alexandre Franco, e integrada por servidores da Secretaria Judiciária, da Coordenação de Registros e Informações Processuais, da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários e da Secretaria de Tecnologia da Informação, bem como por servidores da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Em cumprimento a suas competências regimentais, a Corregedoria emitiu provimentos e orientações normativas para regulamentar procedimentos judiciais de primeiro grau e realizou correições gerais ordinárias nas varas das Seções Judiciárias dos Estados do Maranhão, de Goiás e do Distrito Federal, contando com a aprovação da Corte Especial administrativa.

A Escola de Magistratura Federal da Primeira Região, sob a direção do Desembargador Federal Hilton Queiroz, sucessor do Desembargador Federal Olindo Menezes, promoveu eventos diversos em 2008, entre os quais se destacam o X Encontro de Juízes Federais, organizado em parceria com a Seção Judiciária do Estado do Pará, no período de 9 a 11 de abril, na capital daquela Seccional, e a I Jornada de Estudos sobre Direito Processual Penal, em Cuiabá/MT, no período de 11 a 12 de dezembro.

A Revista do Tribunal, que também é dirigida pelo Desembargador Federal Hilton Queiroz, teve 10 edições, com melhoramento das técnicas de revisão. A publicação divulga decisões da Corte, expressas em acórdãos (inteiros teores), decisões monocráticas e julgamentos das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, bem como a produção intelectual de autores da área jurídica, por meio da publicação de artigos especializados e de entrevistas. Durante o ano, foi lançado o *Índice geral da Revista*, referente às 11 edições de 2007, com o objetivo de facilitar o acesso às matérias publicadas.

Em 2008, o Tribunal promoveu também o X Concurso Nacional de Monografias, que premiou trabalhos nas categorias universitário e profissional e estimulou o debate sobre a Justiça e o Direito na sociedade. Compuseram a Comissão Julgadora a Desembargadora Federal Assusete Magalhães (Presidente) e os Desembargadores Federais Ítalo Fioravanti Sabo Mendes e José Amilcar Machado, além do sr. Joaquim Portes de Cerqueira César, Diretor Jurídico do Banco do Brasil. O tema do trabalho premiado na categoria profissional foi “A contribuição da Justiça Federal para a construção da sociedade brasileira após a Lei 5.010/1966” e, na categoria universitário, “Ampliação da competência da Justiça Federal pela Constituição de 1988: impactos sociais”.

O denodado trabalho da equipe de Comunicação Social mais uma vez foi agraciado: a reportagem “Realidade de violência, superlotação e crimes nos presídios brasileiros”, realizada pela equipe do Programa Via Legal e exibida na TV Justiça, obteve o 2º lugar na categoria Televisão do XXV Prêmio de Direitos Humanos de Jornalismo — um dos mais importantes prêmios jornalísticos da América Latina —, concedido pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos, pela OAB/RS e pela Secretaria Regional Latino-Americana da União Nacional dos Trabalhadores na Alimentação, Agricultura e Afins – Uita.

Na esfera judicial, 5.481 processos de competência desta Presidência foram registrados pela Coordenadoria de Registros e Informações Processuais. Em conformidade com as competências regimentais, como Presidente, proferi 5.910 despachos em processos de competência específica, dos quais 2.940 decisões em recursos especiais e 1.043 decisões em recursos extraordinários.

Os órgãos colegiados do Tribunal receberam, em distribuição, 113.436 processos, que, somados aos feitos registrados, representaram volume 6,24% superior ao de 2007. Foram realizadas 659 sessões de julgamento, todas taquigrafadas, de que resultaram o julgamento de 73.166 feitos e a publicação de 73.000 acórdãos.

Todos os recursos extraordinários admitidos, à exceção dos referentes a processos criminais e a processos sigilosos, foram remetidos eletronicamente ao STF, tendo a Coordenadoria de Recursos encerrado o ano de 2008 com o envio de 239 e-RE.

No primeiro grau, foram distribuídos 382.164 processos, demanda 3,49% superior em relação a 2007, e julgados 163.124. Nos Juizados Especiais Federais, foram recebidos 331.058 processos e julgados 313.494.

Apesar da expressividade desses quantitativos, as varas encerraram o ano de 2008 com o acervo de 1.171.799 feitos em tramitação e os JEFs com 655.289. Esses números, a exemplo dos anos anteriores, espelham a sobrecarga de trabalho do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias e corroboram a necessidade de ampliação dos quadros de magistrados e de servidores da Primeira Região.

A Coordenação dos Juizados Especiais Federais – Cojef, sob a direção do Desembargador Federal Cândido Ribeiro, acompanhou a realização da programação dos cinco juizados itinerantes nas cidades de Oiapoque/AC, Tefé/AM, Tucano/BA, Alta Floresta/MT, Serro/MG e Taiobeiras/MG, com 5.599 ações ajuizadas; 6.656 pessoas atendidas; 5.302 audiências realizadas e 4.901 processos sentenciados e acordos homologados. Foi iniciado, ainda em 2008, o Juizado itinerante no município de Taiobeiras/MG, tendo sido realizada a fase de atermação no período de 12 a 14 de dezembro. As audiências estão previstas para o primeiro semestre de 2009.

Para a realização desses juizados itinerantes, as áreas técnicas do Tribunal prestaram total apoio liberando verbas, autorizando passagens, controlando carretas, garantindo a segurança e prestando serviços de informática, entre outros. A Cojef acompanhou ainda a evolução da demanda, autuação e julgamento dos feitos nos juizados existentes, regulamentando questões diversas.

Em 2008, duas novas Turmas Recursais foram instaladas no âmbito dos Juizados Federais da Primeira Região. Os estados contemplados foram Roraima, em 4 de abril, em razão do volume de processos e da não existência de uma Turma Recursal na Seccional, e Bahia, em 12 de dezembro, em razão da existência de seis varas de Juizado Especial Federal – JEF na Seccional e da instalação de Juizados adjuntos nas Subseções Judiciárias do estado, que resultou em volumoso acervo de recursos em tramitação.

No total, as atuais 16 Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região contabilizaram 85.394 processos distribuídos, dos quais 58% virtuais; 56.567 processos julgados, dos quais 50% virtuais, e 80.922 processos em tramitação, dos quais 24% virtuais.

Cabe destacar ainda as parcerias estratégicas com instituições de ensino superior, importante instrumento de ampliação do acesso aos serviços dos Juizados. Por meio de convênios, as entidades parceiras cedem espaço, mobiliário e equipamentos necessários para atender aos interessados. Em 2008, foram instalados três Postos Avançados dos Juizados Especiais Federais na Seção Judiciária de Minas Gerais: em Viçosa/MG, decorrente de convênio firmado com a Universidade Federal de Viçosa em 15 de outubro de 2007; em Divinópolis/MG, resultado de convênio firmado com a Faculdade Pitágoras — *campus* Fadom em dezembro de 2007, e em Sete Lagoas/MG, do convênio firmado com o Centro Universitário de Sete Lagoas – Unifemm em 8 de outubro de 2008.

Consigno o árduo trabalho desenvolvido pela Diretoria-Geral da Secretaria – Diges, que recebeu novo Diretor, Sílvio Ferreira, em abril. Em conjunto com as unidades que a compõem, foi possível à Diges trabalhar de forma totalmente integrada com os demais órgãos da administração do Tribunal e contornar as adversidades orçamentárias, técnicas e operacionais.

A Coordenadoria de Execução Judicial processou e pagou 6.790 precatórios e 152.190 RPVs, de responsabilidade da União, estados, municípios e respectivas entidades. Esses pagamentos contemplaram 205.350 beneficiários diretos, dos quais 189.429 receberam seus créditos por meio de RPVs e 15.921 por precatórios. Em relação ao ano passado, houve crescimento de 18,45% do número de beneficiários contemplados nominalmente.

Em 2008, foi criado o banco de dados de jurisprudência administrativa, projeto de iniciativa da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação do Tribunal, que atende à antiga demanda das áreas técnicas desta Corte e, principalmente, das Seccionais, tendo em vista a necessidade de conjugar os procedimentos administrativos realizados e as normas administrativas propostas às decisões do Tribunal. O banco de dados, que vem sendo abastecido paulatinamente, contém os julgados do Plenário, da Corte Especial administrativa e do Conselho de Administração, com possibilidades de pesquisa.

Na gestão documental, o Tribunal realizou o 1º Descarte de Autos Judiciais Findos do TRF 1ª Região e o 4º Descarte de Documentos e Processos Administrativos. Nos descartes, foram para reciclagem 14.910 processos de precatórios, 1.214 mandados de segurança, 18.469 processos judiciais e 2.268 processos administrativos, o que resultou na liberação de mais de 167 metros lineares de área de depósito. Os processos e documentos de valor histórico e aqueles que ainda não atingiram a temporalidade para descarte foram sistematicamente classificados e receberam adequado tratamento de higienização e acondicionamento.

Nos últimos anos, a Justiça Federal brasileira tem intensificado a técnica da mediação/conciliação como forma de resolver conflitos, tendo em vista a crise estrutural do Estado brasileiro, notadamente quanto ao Poder Judiciário. Determinei, então, ao Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional que elaborasse a proposta do Projeto de Conciliação Previden-

ciária do TRF 1ª Região, em parte devido às reiteradas dificuldades apontadas pela Desembargadora Federal Neuza Alves relativamente ao volume de feitos previdenciários que tramitam nos órgãos julgadores que compõem a Primeira Seção do Tribunal, em parte devido à urgente necessidade de adoção de medidas para equacionar a situação e também em razão do grande interesse manifesto pela Procuradoria-Geral do INSS.

O projeto foi aprovado no mês de março pela Corte Especial administrativa, de acordo com a Resolução/Presi 600-04 de 06/03/2008. Sua concepção teve como parâmetro os excelentes resultados do Projeto de Conciliação da Primeira Região referentes ao Sistema Financeiro da Habitação, considerando a conveniência da solução dos processos pela via conciliatória, com economia, celeridade e efetividade na prestação jurisdicional, e, no caso específico, o fato de a solução rápida de processos previdenciários ter imediata repercussão social, notadamente para as camadas mais pobres da população.

Merece relevo, ainda, a aquisição de nova impressora *offset* para a gráfica do Tribunal, no valor de R\$ 1.761.122,70, com recursos de convênio com o Banco do Brasil. O equipamento, com capacidade de impressão em quatro cores, é antiga aspiração do Tribunal, pois incrementará, significativamente, a produção gráfica desta Corte, tanto em quantidade como em qualidade. Esse novo impulso editorial ocorre no momento em que haverá a intensificação das publicações destinadas à divulgação da produção intelectual dos magistrados dentro do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais – PNA.

A Secretaria Judiciária implantou várias melhorias em 2008, entre as quais a modernização do setor de protocolo e distribuição e dos serviços taquigráficos. Na Coordenadoria de Registros e Informações Processuais foram implementadas inovações cujos resultados se fizeram sentir rapidamente, com grande ganho de tempo e de produtividade, com ênfase em três medidas: a implantação do sistema automatizado de numeração de folhas de processos originários, que eliminou a antiga prática da utilização de carimbos elétricos e manuais, liberando, para a realização de outras atividades, cerca de 20 colaboradores; a redistribuição de tarefas e a reorganização do leiaute, com substituição do mobiliário e a integração do sistema Juris com o sistema processual de primeiro grau, por meio de sistema automatizado de cadastro de processos originários da Justiça Federal de primeiro grau, possibilitando a recuperação das informações cadastradas no juízo federal de origem, iniciativa que evita erros de digitação e confere maior celeridade e segurança ao jurisdicionado e ao próprio usuário sobre as informações processuais cadastradas no sistema.

Na gestão orçamentária, que envolve a administração eficiente do orçamento e a captação de recursos e parcerias estratégicas para atender às necessidades da Primeira Região, o ano de 2008 foi bastante profícuo, com o fechamento do maior convênio já firmado entre o TRF e o Banco do Brasil, no valor de R\$ 46.935.000,00.

Tais recursos serão aplicados no Tribunal e em suas Seções e Subseções Judiciárias na aquisição de materiais permanentes e veículos, na realização de obras e reformas de edifícios da Justiça Federal da Primeira Região, em projetos de informática, na promoção de eventos institucionais e na contratação de mão de obra terceirizada para desenvolvimento de traba-

lhos no Tribunal, sendo liberados em parcelas semestrais, abrangendo o ano de 2008 e terminando no 2º semestre de 2010.

Em contrapartida, o Banco do Brasil permanece na condição de agente captador dos precatórios federais e como uma das instituições captadoras das requisições de pequeno valor – RPVs, entre as instituições financeiras oficiais, em toda a jurisdição do TRF 1ª Região, mantendo-os na condição de depósitos judiciais até que sejam sacados.

Em 2008, a dotação orçamentária da Primeira Região foi de R\$ 1.710.477.016,79, excluídos os valores relativos a sentenças transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor). Desse montante, foi provisionado o valor de R\$ 1.694.074.097,28, sendo R\$ 1.369.928.786,77 para a primeira instância e R\$ 324.145.310,51 para o Tribunal. A execução do orçamento foi diuturnamente acompanhada e controlada pela Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro, finalizando o ano de 2008 com a liquidação de 99,87% da totalidade dos créditos reservados à primeira instância e de 99,67% ao Tribunal.

Na gestão dos recursos humanos, buscamos a superação da escassez do quadro de pessoal com a valorização dos servidores mediante estímulo ao trabalho em equipe e a cooperação na solução dos problemas.

Consolidou-se, em 2008, a implantação da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região – Unicorp, que ofereceu cursos presenciais e a distância a 967 servidores, sendo 172 do Tribunal e 795 das Seccionais. Outros 443 servidores foram contemplados com eventos diversos de capacitação (internos, externos e regionais), confirmando-se o papel fundamental da UniCorp para o compartilhamento das ações de aprimoramento com as unidades descentralizadas da Primeira Região. Pela UniCorp foram também investidos recursos para o pagamento de 26 bolsas de estudos de pós-graduação *lato sensu* a servidores.

Um dos eventos realizados pela Secretaria de Recursos Humanos merece especial destaque, o I Fórum de Contratação Pública da Justiça Federal, tanto pelo conteúdo ministrado como por assinalar mais um importante passo no uso do sistema de videoconferência pelo Tribunal. Oficialmente, foi a primeira vez que servidores de todas as Seções e Subseções Judiciais da Primeira Região puderam assistir às palestras realizadas em Brasília, em tempo real, por meio da rede de dados, sem nenhum custo adicional para esta Corte. O evento foi promovido em parceria com o Conselho da Justiça Federal, com o objetivo de uniformizar entendimentos e integrar os procedimentos no âmbito da Justiça Federal, por meio de palestras apresentadas por renomados especialistas em licitação e contratos na Administração Pública.

Outro marco foi a implementação, no mês de agosto, do Programa de Desenvolvimento Gerencial do TRF, em atendimento aos arts. 4º e 5º da Lei 11.416/2006. Esse Programa, de grande abrangência, contou com a participação de 264 servidores titulares de funções comissionadas e de cargos em comissão de natureza gerencial. Possibilitou aos participantes o aprimoramento das equipes de trabalho e do estilo de gestão, com abordagens sobre planejamento estratégico, liderança, capacidade de autodesenvolvimento, relacionamentos interpessoais e outras habilidades necessárias ao exercício de atividades de gestão.

Ainda dentro dos preceitos da moderna gestão de pessoal, o Tribunal realizou os estudos e autorizou dois convênios inovadores em 2008. Um deles será celebrado com a Caixa Econômica Federal já no início de 2009, com vistas ao financiamento habitacional nas modalidades aquisição e construção de imóvel para magistrados e servidores, com condições diferenciadas e taxas reduzidas. O outro será firmado com a Pouplex para financiamento da aquisição, construção ou reforma de imóvel residencial.

Em busca de celeridade e de contratações/aquisições economicamente mais vantajosas e em face do exíguo espaço de armazenamento nos almoxarifados, a Secretaria de Administração do Tribunal, valendo-se do disposto no § 1º do art. 8º do Decreto 3.931/2001, passou a utilizar, com mais frequência, o Sistema de Registro de Preços em suas compras e contratações. Além disso, deu ênfase às aquisições e contratações por meio de pregão eletrônico, que permite maior celeridade, abrangência territorial e disputa de preços, além de disponibilizar eletronicamente as informações. Tais medidas proporcionaram economia da ordem aproximada de 39% em relação aos recursos estimados.

Na contínua persecução pela melhor aplicação dos recursos, no mês de abril, entrou em vigor novo contrato de locação para disponibilizar equipamentos de reprografia, impressão e digitalização que comportam funções que as máquinas anteriores não admitiam, tais como escaneamento de documentos e acessibilidade à rede. Além dos benefícios de natureza operacional e do incremento no quantitativo de máquinas locadas, a nova contratação trouxe significativa economia financeira para o Tribunal, haja vista sua despesa anual estimada em R\$ 351.120,00, em comparação com a estimativa anual de R\$ 838.074,00 prevista no termo contratual expirado, perfazendo uma redução de custos de aproximadamente 58%.

O ano de 2008 revelou-se especial por assinalar o início das obras da nova sede do Tribunal, que ocorreu no dia 2 de janeiro de 2008, após a assinatura do contrato para a construção do novo edifício Sede do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em 21 de dezembro de 2007. Durante o ano, foram concluídos os serviços preliminares de terraplanagem e 90% dos serviços de fundações dos blocos A e D, bem como concluída a laje do piso do 3º subsolo, a armação dos pilares do 3º subsolo e parte do muro de arrimo eixo 1 (executado 180m x 7,20m) junto à galeria técnica.

Para registrar esse importante e histórico momento e exaltar a trajetória e os esforços para a concretização desse empreendimento de grande vulto e de elevada representatividade social, histórica e cultural para a nação, a Secretaria do Tribunal propôs a criação de um monumento à construção da nova sede, que resultou na aprovação da Resolução/Presi 600-03 de 31/01/2008. O monumento integrará o conjunto arquitetônico da nova sede, construído em formato assemelhado a um prisma, no pátio frontal das edificações, e será composto por dois marcos: o marco da construção, lançado em solenidade realizada no dia 1º de fevereiro de 2008, representando o princípio do empreendimento, e o marco da inauguração, a ser lançado na data da inauguração, em comemoração à conclusão das obras e ao início do funcionamento das novas instalações.

Na Secretaria de Tecnologia da Informação, o reforço da infraestrutura da Primeira Região e a virtualização de procedimentos podem ser destacados como as principais frentes de trabalho. A área iniciou parceria com algumas unidades do TRF para ampliar o controle dos processos localizados nos gabinetes e coordenadorias. O Sistema Juris tem passado por constantes melhorias, em busca de maior flexibilidade para a emissão de relatórios com poucas rotinas e mais completos que os atuais. O parque de equipamentos recebeu significativo incremento com a aquisição de 2.095 microcomputadores para o TRF e Seccionais, 1.361 monitores LCD e 1.034 impressoras a laser.

A seriedade na gestão da Primeira Região, sempre acompanhada por auditorias internas efetuadas pela Secretaria de Controle Interno, foi reconhecida pelo Tribunal de Contas da União, que aprovou as Tomadas de Contas de 2004, julgando-as regulares, com ressalva, e dando quitação aos responsáveis, e também as de 2006, julgando as contas regulares e dando quitação plena aos responsáveis. As Tomadas de Contas de 2005 encontram-se sobrestadas e as de 2007 estão em andamento.

Durante o ano, legítimos interesses de magistrados e servidores foram considerados. Para isso, foram aprimoradas ações voltadas para o seu bem-estar, remodelando-se e modernizando-se paulatinamente a Secretaria de Programas e Benefícios Sociais, com ênfase nas ações preventivas, considerando-se que este é o meio de promover a saúde de titulares e dependentes de forma efetiva e duradoura, além de concorrer para significativa economia de recursos financeiros. No caminho para atingir a excelência de resultados, a área firmou parceria com a Fundação Dom Cabral para integrar o programa Parceiros da Excelência – Paex, que tem como objetivo a melhoria da gestão com foco nos resultados.

Ao assumir a Presidência do TRF 1ª Região, cuja jurisdição se estende a 14 entes federados, entre os quais todos os estados da Amazônia Legal, elegi como tônica da minha gestão o perene cuidado com o meio ambiente e a opção pelo progresso sustentável, que estará sempre presente em cada projeto, em cada trabalho, em cada rotina.

Nessa ótica, o projeto TRF Socioambiental, cujas sementes germinaram no início de 2008, foi oficialmente lançado no dia 24 de setembro, em solenidade da qual participou o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. O projeto consiste na implementação de técnicas administrativas que promovam o uso racional dos recursos materiais e tecnológicos, o manejo adequado dos resíduos produzidos e a incorporação dos três princípios: reduzir o consumo, reutilizar o material e reciclar os resíduos.

Na mesma ocasião, assinei termo de adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, projeto iniciado no Ministério do Meio Ambiente em 1999, que define medidas de uso sustentável dos recursos naturais. Uma das primeiras ações adotadas pelo TRF 1ª Região foi a coleta seletiva de lixo para reciclagem — o Tribunal produz, aproximadamente, 4,8 toneladas de lixo por mês. Os resíduos serão destinados à Associação Pré-Cooperativista dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brasília – Apcorb.

Além disso, a fim de possibilitar o julgamento célere e efetivo das ações relativas à matéria ambiental que tramitam no TRF 1ª Região e em suas Seções Judiciárias, principalmente

as do Amazonas, Pará, Rondônia, Acre e Roraima, vem sendo analisado no Tribunal o Processo Administrativo 4.798/2008, que trata da semiespecialização de varas federais em direito ambiental.

Expresso minha profunda gratidão aos ilustres magistrados, ao corpo diretivo e aos servidores desta Casa e do primeiro grau, por se desincumbirem de suas tarefas com dedicação, sem se afastar do compromisso de bem servir ao país em busca da excelência na prestação jurisdicional. Essa consciência é o grande impulso para transpor os desafios.

Brasília, 30 de março de 2009.

Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian
Presidente

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

PRESI

- Quadro 1 Missão, visão de futuro e valores 5
Quadro 2 Implantação eletrônica do *e-DJF1* 6
Quadro 3 Processos – Sistema Financeiro de Habitação 8
Gráfico 1 Percentual de acordo: 46,98% 8
Quadro 4 Processos – Matéria previdenciária 9
Gráfico 2 Percentual de acordo: 56,38% 9
Quadro 5 Mutirão dos JEFs 9
Quadro 6 Análise comparada do Projeto de Conciliação nos anos 2006 e 2007 9
Quadro 7 Convênios firmados em 2008 10
Quadro 8 Sessões administrativas 10
Quadro 9 Participação nas sessões do Conselho da Justiça Federal 11
Quadro 10 Audiências e visitas recebidas 11
Quadro 11 Participação em solenidades como Presidente do TRF 1ª Região 12
Quadro 12 Condecorações e homenagens recebidas pelo Presidente 14

ASESP

- Quadro 13 Siglas utilizadas 22

ASRET

- Quadro 14 Processos analisados 25

SEGEP

- Quadro 15 Publicação eletrônica *O Quê do Mês* 29

ASREP

- Quadro 16 Solenidades e eventos na Primeira Região 33
Quadro 17 Exposições realizadas no Espaço Cultural do TRF 1ª Região 36
Quadro 18 Programa de Visitas – Bem-vindo ao TRF 1ª Região 36

ASCOM

- Quadro 19 Veículos que mais procuraram a Ascom em 2008 40
Quadro 20 Atividades de jornalismo *on-line* 40
Quadro 21 Publicações periódicas 41

- Quadro 22 Produções audiovisuais 42
Quadro 23 Programas apresentados no Momento Jurídico 42
Quadro 24 Produção de vídeos institucionais – intensificada em 2008 43
Quadro 25 Cobertura de eventos e solenidades no TRF 1ª Região 43
Quadro 26 Cobertura de eventos e solenidades nas Seccionais 44
Quadro 27 Cobertura e edição de palestras, cursos e congressos 44
Quadro 28 Boletim diário de comunicação 45
Quadro 29 Matérias encaminhadas para noticiários da Rádio Justiça 46

VIPRE

- Quadro 30 Admissibilidade de recursos decididos pela Vice-Presidência 50
Quadro 31 Presidência de órgão julgador 50
Quadro 32 Substituição ao Presidente em sessões de julgamento 50
Quadro 33 Presidência na distribuição de processos 50
Quadro 34 Participação em sessões de julgamento 50
Quadro 35 Votos de desempate 50
Quadro 36 Estatística processual 50
Quadro 37 Compromissos oficiais do Vice-Presidente 51

COGER

- Quadro 38 Distribuição de varas federais na Primeira Região 55
Quadro 39 Varas federais na capital e no interior
Quadro 40 Desembargadores Federais que ocuparam a Presidência da Coger 55
Quadro 41 Juízes Federais convocados para auxiliar a Coger 56
Quadro 42 Circulares expedidas 56
Quadro 43 Orientação normativa expedida 57
Quadro 44 Instrução normativa expedida 58
Quadro 45 Provimentos expedidos 58
Quadro 46 Portarias expedidas 58
Quadro 47 Calendário das correições ordinárias 2008-2009 60

Quadro 48	Atividades administrativas e disciplinares realizadas 61
Quadro 49	Processos autuados 62
Quadro 50	Processos arquivados 62
Quadro 51	Sistemas informatizados, implementados ou em desenvolvimento com a participação dos juizes convocados em auxílio à Coger 62
Quadro 52	Vitaliciamentos 63
Quadro 53	Dados da Ouvidoria Consolidação da Primeira Região 63
Quadro 54	Dados estatísticos da primeira instância 64

COGEF

Quadro 55	Juizados itinerantes realizados 69
Gráfico 3	Demonstrativo das Turmas Recursais na Primeira Região 70
Quadro 56	Composição do acervo de processos na Turma Recursal por Seção Judiciária 70
Gráfico 4	Composição do acervo de processos na Turma Recursal 71
Quadro 57	Quantidade e tipo de Juizados e Turmas Recursais 72
Quadro 58	Composição do acervo dos JEFs 73
Gráfico 5	Evolução da composição do acervo dos JEFs 73
Quadro 59	Composição do acervo de processos no JEF por Seção Judiciária 74

ESMAF

Gráfico 6	Comparativo anual da movimentação de processos nos JEFs da Primeira Região 74
Gráfico 7	Percentual de processos virtuais em ordem decrescente 75
Quadro 60	Magistrados afastados para participar de cursos 84
Quadro 61	Eventos realizados pela Esmaf 84
Quadro 62	Participação do Diretor da Esmaf em eventos externos 85
Quadro 63	Participação do Vice-Diretor da Esmaf em eventos externos 85

ASMAG

Quadro 64	Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos 99
Quadro 65	Quantitativos de cargos de Juiz Federal e Juiz Federal Substituto 99
Quadro 66	Magistrados convocados para gabinete de desembargador federal 100

Quadro 67	Magistrados eleitos para compor os Tribunais Regionais Eleitorais 101
Quadro 68	Vitaliciamento de Juizes Federais Substitutos 101
Quadro 69	Magistrados que participaram de cursos de aprimoramento 102
Quadro 70	Movimentação de Juiz Federal 103
Quadro 71	Movimentação de Juiz Federal Substituto 103
Quadro 72	Remoção de Juiz Federal 103
Quadro 73	Remoção de Juiz Federal Substituto 103
Quadro 74	Remoção de Juiz Federal Substituto para outras regiões 103
Quadro 75	Permuta de magistrados na Primeira Região 104
Quadro 76	Funções regimentais e condecorações de desembargadores federais 104
Quadro 77	Diretoria de Foro – Período compreendido entre maio de 2008 a maio de 2009 105

COREJ

Gráfico 8	Beneficiários de RPs e precatórios 109
Gráfico 9	Pagamento de precatórios 110
Gráfico 10	Pagamento de RPs 110
Quadro 78	Processamentos e pagamentos 111
Quadro 79	Precatórios/RPs que aguardam pagamentos em 2008 112
Quadro 80	Outras atividades 112

COJUD

Quadro 81	Solicitação de pesquisa de jurisprudência 115
Quadro 82	Atualização de enunciados de súmulas 115
Gráfico 11	Acórdãos processados 116
Quadro 83	Acórdãos processados pela Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência 116
Quadro 84	Atividades relativas a Jurisprudência- 116
Quadro 85	Atualização de Acervo 117
Quadro 86	Atendimento ao usuário da Biblioteca 117
Quadro 87	Registro e processamento técnico de acervo 118
Gráfico 12	Processos judiciais, precatórios e RPs arquivados 118
Quadro 88	Arquivamentos 118
Gráfico 13	Processos judiciais, precatórios e RPs arquivados 118
Gráfico 14	Processos judiciais, RPs e precatórios movimentados 118
Gráfico 15	Processos administrativos movimentados 119

Gráfico 16	Processos judiciais, RPVs e Precatórios emprestados para vistas ou cópias	119
Gráfico 17	Autos descartados	119
Gráfico 18	Metros lineares desocupados pelo descarte	119
Quadro 89	Total de publicação dos inteiros teores dos acórdãos	119
Quadro 90	Atendimento ao Público	119
Quadro 91	Total de cópias simples e autenticadas	119
Quadro 92	Premiações	120

CENAG

Quadro 93	Planejamento Estratégico – 2008-2010	125
Quadro 94	Demonstrativo das principais reproduções gráficas – 2008	136

SECU

Gráfico 19	Petições apresentadas no Tribunal	142
Quadro 95	Petições iniciais e diversas protocolizadas	142
Gráfico 20	Petições protocolizadas	143
Quadro 96	Petições diversas recebidas no Tribunal	143
Quadro 97	Petições diversas recebidas nas Seções Judiciárias	144
Quadro 98	Petições diversas recebidas nas Subseções Judiciárias	145
Quadro 99	Protocolo descentralizado de petições iniciais	146
Quadro 100	Processos distribuídos por grupo no Tribunal	146
Quadro 101	Processos registrados pela Corip (competência da Presidência)	148
Quadro 102	Processos distribuídos e registrados (por magistrado)	149
Quadro 103	Sessões realizadas no Tribunal	150
Quadro 104	Desempenho dos órgãos julgadores	151
Quadro 105	Outras estatísticas	151
Gráfico 21	Processos distribuídos e julgados no Tribunal	152
Quadro 106	Movimentação de recursos	152
Quadro 107	Recursos admitidos e não admitidos	153
Quadro 108	Publicações de decisões e despachos diversos	153

SECOR

Quadro 109	Notas taquigráficas	154
Quadro 109	Orçamento aprovado para a Primeira Região	159
Quadro 110	Alterações à Lei Orçamentária Anual	159

Gráfico 22	Dotação consignada por unidade orçamentária	161
Quadro 111	Movimentação orçamentária da Unidade Gestora 090032 – Secor	161
Gráfico 23	Provisão orçamentária concedida	162
Gráfico 24	Provisão concedida às Seccionais	163
Quadro 112	Distribuição dos limites financeiros	163
Quadro 113	Execução orçamentária e financeira consolidada (excluídos precatórios e RPVs)	165
Quadro 114	Execução orçamentária – Pessoal	165
Quadro 115	Execução orçamentária – Benefícios	166
Quadro 116	Execução orçamentária – Atividades	167
Quadro 117	Execução orçamentária – Projetos	167
Quadro 118	Execução de Restos a Pagar inscritos em 2007	169
Quadro 119	Aquisição de veículos	170
Quadro 120	Obras e reformas por unidade gestora	175
Quadro 121	Precatórios e RPVs pagos	179
Quadro 122	Execução de precatórios e RPVs inscritos em Restos a Pagar	179
Quadro 123	Projetos priorizados para 2009	182
Quadro 124	Orçamento 2009 (emendas aprovadas)	182
Quadro 125	Comparativo dos orçamentos de 2008 e 2009 (por unidade orçamentária)	183

SECRE

Quadro 126	Quantitativo de servidores que receberam adicional de qualificação em 2008	187
Quadro 127	Cursos oferecidos pela UniCorp – 2008	189
Quadro 128	Outros eventos de capacitação – externos, com ônus	189
Quadro 129	Outros eventos de capacitação – externos, sem ônus	190
Quadro 130	Eventos regionais	190
Quadro 131	Eventos internos de capacitação	190
Quadro 132	Distribuição de servidores em primeira lotação	191
Quadro 133	Seleção interna para funções comissionadas	191
Quadro 134	Contratação de estagiários na Primeira Região	191
Quadro 135	Quantitativo total de estagiários na Primeira Região	192
Quadro 136	Força de trabalho da Primeira Região	192
Quadro 137	Movimentação de pessoal – TRF 1ª Região	192
Quadro 138	Movimentação de pessoal – Justiça Federal de primeiro grau	193

Quadro 139 Processos analisados sobre legislação de pessoal 193

SECAD

Quadro 140 Procedimentos 197
Quadro 141 Procedimentos licitatórios 198
Quadro 142 Elaboração e acompanhamento de contratos 198
Gráfico 25 Tiragem de cópias reprográficas 199
Gráfico 26 Recolhimento de custas reprográficas 199
Quadro 143 Atividades de comunicação e expedição 200
Quadro 144 Remessa de documentos 201
Quadro 145 Recebimento de documentos 201
Gráfico 27 Comparativo de Publicação de matérias administrativas 2007 e 2008 201
Quadro 146 Execução do orçamento 202
Quadro 147 Execução do orçamento por grupo de despesa 203
Quadro 148 Atividades da área de material e patrimônio 203
Quadro 149 Atividades da área de engenharia e manutenção 204
Quadro 150 Apoio às Seções e Subseções Judiciárias 207
Quadro 151 Viagens de especialização 209
Quadro 152 Especificações, projetos desenvolvidos e obras executadas – TRF 209
Quadro 153 Especificações, projetos desenvolvidos e acompanhamento – Seccionais 210

SECIN

Quadro 154 Sistemas/programas implantados e em fase de implantação 217

SECOI

Quadro 155 Execução de auditorias 228
Quadro 156 Quantitativo de recomendação e solicitação de providências e justificativas expedido pela Diaud em 2008, por documento técnico 229
Gráfico 28 Quantitativo de recomendações expedidas em 2008 230
Gráfico 29 Quantitativo de documentos técnicos processados em 2008 230
Quadro 157 Processos de Tomadas de Contas do TCU 231
Gráfico 30 Principais atividades de contabilidade e controle realizadas em 2008 232
Gráfico 31 Principais atividades de verificação e análise realizadas em 2008 233

SECBE

Quadro 158 Atividades relacionadas aos credenciamentos 239
Gráfico 32 Beneficiários do Pro-Social 239
Quadro 159 Quantitativo e evolução de beneficiários do Pro-Social 239
Quadro 160 Evolução do número de beneficiários do Pro-Social 240
Gráfico 33 Evolução do número de beneficiários do Pro-Social 240
Quadro 161 Evolução quantitativa dos beneficiários do seguro de vida em grupo 240
Quadro 162 Atividades de acompanhamento a bebês e às gestantes 241
Quadro 163 Estatística de perícias e homologação de atestados 241
Gráfico 34 Estatística de atendimento médico e de enfermagem 242
Quadro 164 Atendimento médico e de enfermagem 242
Gráfico 35 Estatística anual de atendimento médico nas Seções Judiciárias 243
Gráfico 36 Análise dos dados sociodemográficos 244
Gráfico 37 Análise dos dados segundo a idade 244
Gráfico 38 Análise dos dados segundo os gêneros 245
Gráfico 39 Análise dos dados segundo as doenças relacionadas ao trabalho 245
Gráfico 40 Análise dos dados segundo a satisfação no trabalho 245
Quadro 165 Atendimento odontológico no TRF 1ª Região 246
Gráfico 41 Atendimento odontológico nas Seções Judiciárias 246
Quadro 166 Análise comparativa receita e despesa 2007-2008 247
Quadro 167 Demonstrativos de receitas e despesas 248
Quadro 168 Quadro sintético de receitas e despesas do Pro-Social 248
Quadro 169 Benefícios concedidos na área de saúde (atendimento externo) 249
Quadro 170 Outras informações administrativas/financeiras da Divaf 249
Quadro 171 Aplicação dos recursos do Pro-Social por benefícios 250
Gráfico 42 Aplicação dos recursos do Pro-Social por benefícios 251
Quadro 172 Análise comparativa de receita e despesa 2007-2008 251
Quadro 173 Aplicação dos recursos *per capita*/mês 252

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA – PRESI, 1

Assessoria Especial da Presidência – ASEP, 15

Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários – ASRET, 23

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA – SEGEP, 27

Assessoria de Representação e Programação Social – ASREP, 31

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM, 37

VICE-PRESIDÊNCIA – VIPRE, 47

CORREGEDORIA-GERAL – COGER, 53

COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – COJEF, 67

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO – ESMAF, 81

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA – DIGES, 87

Assessoria de Assuntos da Magistratura – ASMAG, 97

Coordenadoria de Execução Judicial – COREJ, 107

Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – COJUD, 113

CENTRO DE ESTUDOS E APOIO À GESTÃO ORGANIZACIONAL – CENAG, 123

SECRETARIA JUDICIÁRIA – SECJU, 137

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – SECOR, 155

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SECRE, 185

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECAD, 195

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SECIN, 215

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECOI, 225

SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS – SECBE, 235



Presi

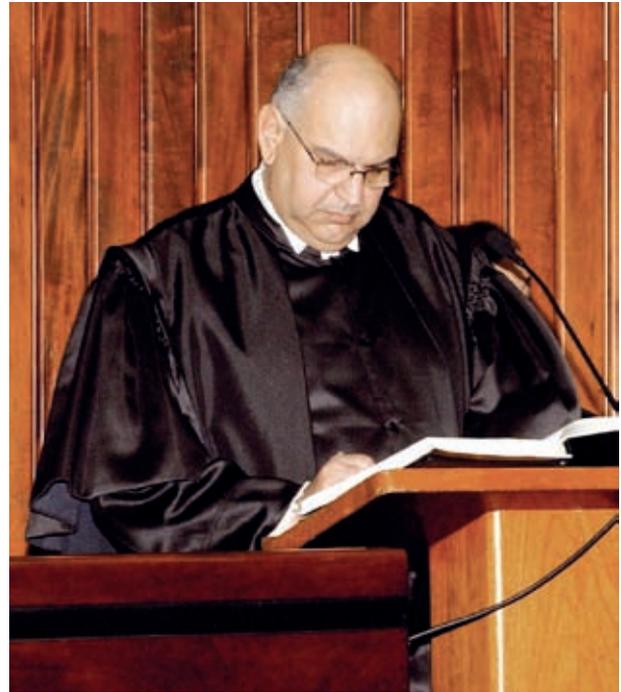
Presidência

No dia 22 de abril de 2008, em sessão solene realizada no Plenário, o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian tomou posse no cargo de Presidente do Tribunal, para gerir a Primeira Região durante o biênio 2008-2010, sucedendo a Desembargadora Federal Assusete Magalhães.



Posse do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian no cargo de Presidente do TRF 1ª Região.

Foram empossados na mesma sessão solene, no cargo de Vice-Presidente do Tribunal, o Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva e, no cargo de Corregedor-Geral da Justiça Federal da Primeira Região, o Desembargador Federal Olindo Menezes.



Assinatura do termo de posse pelo Presidente do TRF 1ª Região.



Empossados (da esquerda para a direita): Corregedor-Geral, Desembargador Federal Olindo Menezes; Presidente, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian; Vice-Presidente, Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva.

Compuseram a mesa diretora da solenidade a Ministra Carmem Lúcia Antunes Rocha, representante da Presidência do Supremo Tribunal Federal; o Ministro Fernando Gonçalves, representante da Presidência do Superior Tribunal de Justiça; o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República da Primeira Região, Ronaldo Meira de Vasconcelos Albo, e o representante do Arcebispo Primaz da Diocese da Igreja Apostólica Armênia do Brasil, Varujan Guzelgun.

Em seu discurso de posse, o novo Presidente homenageou seus antecessores, falando da “saga inaugurada pelo sempre Presidente Alberto Tavares Vieira da Silva, uma sucessão de colegas de alta envergadura moral, probos e de elevado tino administrativo, entre os quais não posso deixar de destacar dois de saudosa memória, que já retornaram às paragens espirituais, os Desembargadores Federais Hermenito Dourado, amigo e companheiro de toda hora, e Leite Soares, grande timoneiro deste barco...”.

Ao falar de seus compromissos com o Tribunal, o Presidente afirmou que sua gestão será democrática e aberta à colaboração de todos os membros da Corte, “em especial dos dois paladinos da Bahia que comigo formam o triunvirato que administrará o Tribunal pelos dois anos, Desembargadores Federais Antônio Ezequiel da Silva, Vice-Presidente, e Olindo Menezes, Corregedor-Geral da Justiça Federal de primeiro grau da Primeira Região”.

Ao finalizar o discurso de posse, o Presidente afirmou que “projetos os há muitos, alguns já iniciados, que merecem continuidade, outros a serem implantados, espero, com o auxílio dos meus colegas da direção e dos demais integrantes do Tribunal, contando com a colaboração do egrégio Conselho da Justiça Federal e a compreensão dos Poderes Executivo e Legislativo, para prosseguir nesta viagem da nau cujo leme ora assumo...”.

Gestão da Primeira Região

O objetivo do TRF 1ª Região, com o apoio dos desembargadores federais, juízes federais e servidores da Primeira Região é desenvolver uma administração estratégica, que conduza à excelência. Direcionar as ações, identificar dificuldades, buscar meios de maximizar os benefícios e vantagens e minimizar problemas, fazendo

uso dos recursos disponíveis, serão os meios utilizados para atingir o principal objetivo do Tribunal: atender ao jurisdicionado com qualidade e de forma célere.

Foi com esse intuito que o Comitê de Planejamento Estratégico do TRF 1ª Região – Planej, instituído pela Portaria/Presi 600-134, de 23/05/2008, reuniu-se no decorrer do ano e definiu os objetivos para o biênio 2008-2010.

A ferramenta utilizada no Planejamento Estratégico foi o sistema gerencial denominado *Balanced Scorecard* – BSC, que permite à administração traduzir os objetivos estratégicos da organização em um conjunto coerente de indicadores de desempenho; comunicar a estratégia e alinhá-la com as metas setoriais; associar os objetivos estratégicos com metas de longo prazo e realizar revisões estratégicas periódicas e sistemáticas.

A fim de adaptar o método às necessidades do Poder Judiciário, as quatro perspectivas clássicas que focalizam o desempenho organizacional (financeira, cliente, processos internos e aprendizado e crescimento) foram redefinidas:

- jurisdicionados: identifica as necessidades dos jurisdicionados, destinatários da atividade do TRF 1ª Região, que buscam a prestação jurisdicional acessível, célere e efetiva;
- socioambiental: evidencia que, além de sua função precípua, deve o Tribunal ser importante ator nas mudanças observadas no contexto social, conscientizando todos os seus membros, servidores e colaboradores da importância de seu papel na sociedade e no desenvolvimento sustentável;
- procedimentos internos: analisa os processos de trabalho, visando promover sua contínua melhoria.
- gestão de pessoas e infraestrutura: focaliza os recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao sucesso e evolução da instituição;
- orçamento e outros recursos: envolve a gestão eficiente do orçamento e a captação de recursos e parcerias estratégicas para atender às necessidades da Primeira Região.

Das 26 metas propostas para o biênio 2006-2008, 90% já se encontram concluídas, entre elas o início das

obras da nova sede do TRF 1ª Região, em Brasília; a implantação do Projeto de Conciliação nos processos previdenciários em grau de recurso no TRF 1ª Região; a realização da primeira videoconferência da Primeira Região, com as 14 unidades federativas interligadas; a transferência e o funcionamento das varas cíveis da Justiça Federal em Belo Horizonte no novo edifício Sede; a inauguração do novo edifício Sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG; a conclusão das obras de Imperatriz/MA, com a transferência efetiva da Subseção; a aquisição e o recebimento de área complementar, para ampliação do edifício Sede de São Luís/MA; a ampliação das instalações físicas da Seccional do Distrito Federal,

com a transferência das varas de execuções fiscais para o edifício Cabo Frio. Dando continuidade a essas 26 metas propostas, foram desenvolvidos objetivos estratégicos, que se desdobram em uma série de metas, projetos e ações, que deverão ser acompanhados e monitorados por meio de indicadores de desempenho constantemente avaliados pela administração.

A missão, a visão de futuro e os valores foram revisados e sofreram algumas alterações ao longo das reuniões, para melhor se adaptarem à realidade do TRF 1ª Região, devendo, logo no início de 2009, ser revisada a Portaria 600-13 e publicada a edição do Planejamento Estratégico para o biênio 2008-2010.

Quadro 1 Missão, visão de futuro e valores

Missão

Exercer a prestação jurisdicional no âmbito da Justiça Federal da Primeira Região de forma acessível, célere e efetiva.

Visão de futuro

Consolidar-se, perante a sociedade, como instituição eficiente pela modernidade de sua gestão e acessibilidade, celeridade, efetividade e segurança de seus julgados.

Valores

- Moralidade: atuar observando os elementos éticos de sua conduta.
- Impessoalidade: atuar com imparcialidade, visando sempre à coisa pública.
- Eficiência: exercer com zelo e dedicação a prestação jurisdicional e a gestão administrativa, realizando suas atividades de maneira eficaz.
- Transparência: dar plena visibilidade aos atos praticados, resguardando os casos previstos em lei.
- Urbanidade: tratar com respeito os magistrados, servidores, colaboradores e jurisdicionados.
- Inovação: atender às necessidades da instituição através das melhores práticas, com profissionalismo e buscando o aprendizado contínuo.
- Comprometimento socioambiental: garantir o exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável.

Nova composição do Tribunal

A composição do Tribunal foi alterada com a aposentadoria, em 12 de agosto, do Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira.

Natural de Capela Nova/MG, Luiz Gonzaga Barbosa Moreira deixou a Seção Judiciária de Minas Gerais para ser empossado magistrado do Tribunal Regional Federal da Primeira Região em 15 de fevereiro de 2001,

promovido pelo critério de antiguidade. Com 25 anos de idade, começou a exercer a magistratura estadual no Rio Grande do Sul e, em 1979, foi aprovado em concurso para Juiz de Direito no estado de Minas Gerais. Em 1984, ingressou na Magistratura Federal como Juiz da Seccional de Minas Gerais e, no biênio 1989-1991, foi Diretor do Foro dessa Seccional e Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do estado. Em 1994 e em 2000, atuou como Juiz convocado no TRF 1ª Região.

O Plenário se reunirá, nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2009, para eleger o novo integrante do Tribunal que ocupará a vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Luiz Gonzaga Barbosa Moreira.

Solenidade de posse de novos dirigentes do TRF

No dia 30 de abril, foi realizada, no hall do Plenário, a solenidade de posse dos novos diretores de secretaria do TRF 1ª Região. O Presidente do Tribunal, Jirair Aram Meguerian, empossou Sílvio Ferreira no cargo de Diretor-Geral da Secretaria e Antonio Humberto Machado de Sousa Brito como Diretor da Secretaria Administrativa do TRF 1ª Região.

Estiveram presentes ao evento o Ministro do STJ, Ari Pargendler, desembargadores do Tribunal, juízes federais, várias autoridades, colegas e servidores do TRF 1ª Região.

Diário da Justiça Federal da Primeira Região – e-DJF1

A Lei 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, permitiu aos Tribunais criar o Diário de Justiça Eletrônico. Em outubro de 2007, foi publicada a primeira edição eletrônica do Diário da Justiça Federal da Primeira Região (*e-DJF1*), veículo oficial de publicação dos atos judiciais e administrativos da Justiça Federal de primeiro e segundo graus da Primeira Região. A publicação-piloto foi realizada pela Seção Judiciária do Estado de Rondônia, seguida pela publicação do Tribunal, ainda no mesmo mês. Atualmente, toda a Primeira Região já implantou definitivamente a publicação eletrônica de seus atos, conforme tabela ao lado.

O *Diário Eletrônico* foi implantado obedecendo a todas as normas de segurança, incluídos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, conforme disposto no parágrafo único do art. 154 do Código de Processo Civil, com redação dada pelo art. 2º da Lei 11.280, de 16/02/2006, bem como na Lei 11.419, de 19/12/2006.



Foto: Luiz C. B. Xavier

Posse dos novos diretores de secretaria. Sílvio Ferreira, no cargo de Diretor-Geral da Secretaria, e Antonio Humberto Machado, no cargo de Diretor da Secretaria Administrativa.

Quadro 2
Implantação eletrônica do e-DJF1

UF	Período teste	Teste início	Teste fim	Implantação definitiva
RO	39	08/10/2007	16/11/2007	19/11/2007
TRF	104	26/10/2007	06/02/2008	07/02/2008
GO	60	14/03/2008	13/05/2008	14/05/2008
PA	60	16/04/2008	15/06/2008	16/06/2008
AC	90	16/04/2008	15/07/2008	16/07/2008
AM	90	16/04/2008	15/07/2008	16/07/2008
BA	90	16/04/2008	15/07/2008	16/07/2008
MA	90	16/04/2008	15/07/2008	16/07/2008
MG	90	16/04/2008	15/07/2008	16/07/2008
PI	90	16/04/2008	15/07/2008	16/07/2008
TO	90	16/04/2008	15/07/2008	16/07/2008
DF	90	22/04/2008	21/07/2008	22/07/2008
RR	60	18/06/2008	17/08/2008	18/08/2008
MT	90	28/05/2008	26/08/2008	27/08/2008
AP	90	18/06/2008	16/09/2008	17/09/2008

Encontro Nacional do Judiciário em Brasília

O Presidente do TRF 1ª Região, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, participou, no dia 25 de agosto, do 1º Encontro Nacional do Judiciário. O evento, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em parceria com o Supremo Tribunal Federal – STF, reuniu, no Centro de Convenções Brasil 21, cerca de 170 ministros e presidentes dos Tribunais Superiores e Regionais, além de magistrados, desembargadores e convidados especiais. O objetivo foi discutir o aperfeiçoamento da gestão e da prestação jurisdicional e unir os órgãos do Judiciário em prol das causas comuns à Justiça Federal. Os presidentes dos órgãos do Judiciário deliberaram pela realização de reuniões regionais, cujas conclusões serão apresentadas e validadas em novo encontro.

Tecnologias de videoconferência e VoIP

O TRF 1ª Região, com o intuito de otimizar recursos e, ao mesmo tempo, integrar a Primeira Região, adquiriu o sistema de videoconferência e os componentes de tecnologia VoIP (*Voice over Internet Protocol*).

O sistema de videoconferência permite o compartilhamento, mediante transmissão de áudio, dados e vídeo, de informações e materiais de trabalho, sem deslocamento físico e em tempo real. Por meio da videoconferência, será possível realizar reuniões virtuais do Tribunal com suas Seções e Subseções, ouvir testemunhas, tomar depoimento e praticar outros atos processuais. Além disso, é ferramenta de grande valia para a Secretaria de Recursos Humanos e para a recém-criada Universidade Corporativa – UniCorp no atendimento de atividades de treinamento e de formação profissional a distância.

Na semana dos dias 24 a 28 de novembro, foi realizado o Fórum de Contratação Pública da Justiça Federal pelo sistema de videoconferência, integrando as 14 unidades da federação que compõem a Primeira Região.

Com a aquisição de componentes de tecnologia VoIP, será possível realizar chamadas telefônicas com qualidade, pela internet, o que significará economia com

serviços de telefonia, pois o gasto com ligações telefônicas interurbanas entre o TRF, Seções e Subseções da Primeira Região será reduzido a zero. O Tribunal utilizará a rede de dados na realização de chamadas telefônicas sem nenhum custo adicional.

Uniformização de práticas cartorárias

Iniciaram-se estudos para a uniformização das práticas cartorárias, visando estabelecer a padronização de procedimentos nas coordenadorias processantes do Tribunal.

Apesar de as coordenadorias já agirem em conformidade com as determinações constantes do Código de Processo Civil e do Regimento Interno deste Tribunal, com normas esparsas e com procedimentos costumeiramente adotados em cartório, verifica-se que a consolidação expressa dessas diretrizes trará maior segurança às coordenadorias, aos gabinetes, aos advogados e às partes, que podem recorrer a regulamentação integrada.

Projeto TRF Socioambiental

O Tribunal Regional Federal da Primeira Região implantou, no dia 24 de setembro de 2008, em solenidade da qual participou o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o projeto TRF Socioambiental.

Na mesma ocasião, o presidente do Tribunal, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, assinou o termo de adesão do órgão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), formalizando passo importante do TRF 1ª Região na defesa do meio ambiente. Com a implantação, o Tribunal passará a cumprir com maior rigor o art. 225 da Constituição Federal, que fixa o dever de o Poder Público defender e preservar o meio ambiente para a presente e futuras gerações.

A Agenda Ambiental na Administração Pública é um projeto iniciado no Ministério do Meio Ambiente em 1999, que define medidas de uso sustentável dos recursos naturais.

O objetivo do Projeto é definir metas e soluções que promovam o gerenciamento adequado dos resíduos produzidos pelo Tribunal, aproximadamente 4,8 toneladas de lixo/mês. Uma das primeiras ações adota-

das pelo TRF 1ª Região foi a coleta seletiva de lixo para reciclagem. Os resíduos serão destinados à Associação Pré-Cooperativista dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brasília – Apcorb.

Foto: Luiz C. B. Xavier



Jirair Aram Meguerian, Presidente do TRF 1ª Região, e Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente, no lançamento do projeto TRF Socioambiental em 24 de setembro.

O TRF 1ª Região possui grande importância nacional na questão ambiental, pois exerce jurisdição sobre 14 entes federados, entre os quais todos os estados da Amazônia Legal. Tramitam no TRF 1ª Região e nas Seções Judiciárias do Amazonas, Pará, Rondônia, Acre e Roraima ações relativas a matéria ambiental. A fim de possibilitar o julgamento célere e efetivo dessas ações, o Processo Administrativo 4.798/2008, que trata da semiespecialização de varas federais em direito ambiental, vem sendo analisado no Tribunal.

O Projeto de Conciliação – andamento, mudanças e avanços

Dentro da crise estrutural do Estado brasileiro, notadamente no que tange ao Poder Judiciário, tornou-se necessária a busca de alternativas para solucionar os conflitos que são postos perante a Justiça. Assim, nos últimos anos, a Justiça Federal brasileira tem intensificado a técnica da mediação/conciliação como forma de resolver demandas. Hoje o próprio Conselho Nacional de Justiça implementou um grande Movimento Nacional, denominado “Conciliar é legal”, com resultados estimulantes.

Tornou-se evidente que não basta autorização legal para a mediação, antes cumpre substituir a cultura do

litígio pela da conciliação, consolidando essa prática entre os operadores jurídicos e os próprios jurisdicionados.

Mediante autorização da Corte Especial administrativa do Tribunal, em maio de 2005 (Resolução 100-14/2005), foi efetivamente implantado, em abril de 2006, um Projeto de Conciliação referente aos processos nos quais se discutem contratos de mútuo, vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação, que tramitavam em segunda instância. Como parte do projeto, são realizadas audiências de conciliação nas Seções e Subseções Judiciárias por Juizes Federais convidados a participar do Projeto.

Quadro 3
Processos – Sistema Financeiro de Habitação

Quantidade de processos encaminhados ao Projeto de Conciliação	4.640
Quantidade de audiências realizadas	3.150
Número de acordos	1.480

Gráfico 1
Percentual de acordo: 46,98%



Em agosto de 2006, foi lançado o Projeto de Conciliação dos Juizados Especiais Federais, que tem como propósito realizar práticas conciliatórias para a redução do número de processos em tramitação.

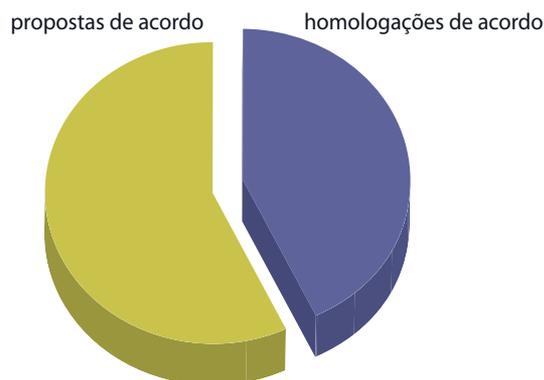
Para a consecução dos objetivos do Projeto, os Juizados Especiais Federais passaram a atuar em esforço conjunto com as entidades públicas, notadamente com a União, o INSS, a Caixa Econômica Federal e a Empresa Gestora de Ativos – Emgea.

No mês de março de 2008, a Corte Especial administrativa do Tribunal aprovou um novo Projeto de Conciliação nos processos previdenciários em grau de recurso no TRF 1ª Região, com o apoio decisivo das presidências do STF–CNJ, do STJ–CJF e do INSS, bem como do Ministério da Previdência Social. Trata-se de um Projeto inovador, com a implementação, inclusive, de benefícios previdenciários em Brasília/DF, independentemente do domicílio do jurisdicionado.

Quadro 4
Processos – Matéria previdenciária

Mandados de intimação expedidos com proposta de acordo do INSS	3.831
Acordos firmados	2.160

Gráfico 2
Percentual de acordo: 56,38%



Na 3ª Semana Nacional pela Conciliação, projeto coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, os

números revelaram o sucesso dos trabalhos desenvolvidos pelo TRF 1ª Região, Seccionais e Subseccionais, que tiveram por objetivo solucionar as lides pacificamente, em tempo hábil e de forma satisfatória para as partes. Em 2008, seguindo as orientações do CNJ, a Secretaria do Projeto de Conciliação do TRF 1ª Região também computou, em seus resultados, os mutirões dos Juizados Especiais Federais – JEFs, realizados no mês de dezembro, e o Projeto de Conciliação — área previdenciária. O percentual de acordos atingiu o índice de 75,62 % e o número de pessoas atendidas foi de 12.142.

Quadro 5
Mutirão dos JEFs

Número de audiências realizadas	6.774
Número de acordos	5.123
Valores negociados	R\$ 129.933.977,40
Número de pessoas atendidas	12.142

Além dos três Projetos de Conciliação acima indicados, as varas comuns da Primeira Região continuaram realizando expressiva quantidade de audiências de conciliação, especialmente as referentes ao Sistema Financeiro da Habitação e dos contratos comerciais da Caixa. Na Justiça Federal em Belo Horizonte/MG, instituiu-se o Pro-Conci, para estimular a realização de audiências de conciliação coletivas em processos de primeiro grau.

A substituição do litígio pela conciliação tem trazido agilidade à solução dos conflitos e efetividade na prestação jurisdicional.

Quadro 6
Análise comparada do Projeto de Conciliação nos anos 2006 e 2007

Ano	Quantidade de processos encaminhados ao Projeto de Conciliação	Quantidade de audiências realizadas	Número de acordos
2006	1.829	1.022	532
2007	4.459	2.706	1.357
2008	4.685	3.307	1.536

1º) A quantidade de processos encaminhados em 2008 (4.685) em relação a 2006 (1.829) teve aumento de 156,15%.

2º) A quantidade de audiências realizadas em 2008 (3.307) em relação a 2006 (1.022) teve aumento de 223,58%.

3º) O número de acordos realizados em 2008 (1.536) em relação a 2006 (532) teve aumento de 188,72%.

Convênio

No dia 6 de agosto, o Presidente do TRF 1ª Região, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, firmou convênio de cooperação técnica e financeira com o Banco do Brasil.

O convênio, cujo montante custeado por meio de recursos oriundos do Banco do Brasil é de R\$ 46.935,000,00, prevê a conjugação de esforços institucionais para modernizar e melhorar a prestação de serviços aos jurisdicionados da Justiça Federal da Primeira Região.

Os recursos serão aplicados no Tribunal Regional Federal da Primeira Região e em suas Seções e Subseções Judiciárias na aquisição de materiais permanentes e veículos, na realização de obras e reformas de edifícios da Justiça Federal da Primeira Região, de projetos de informática, na promoção de eventos institucionais e na contratação de mão de obra terceirizada para desenvolvimento de trabalhos no Tribunal.

Quadro 7
Convênios firmados em 2008

Data	Empresa	Objeto
02/09	Banco do Brasil	Aquisição de material permanente, computadores e veículos, realização de obras e reformas nos edifícios do Tribunal e promoção de eventos institucionais.
11/11	Poupex	Concessão de financiamento para aquisição, construção ou reforma de imóvel residencial.
21/11	Convênio com a Procuradoria Regional da República da Primeira Região	Acordo de cooperação técnica para troca de informações processuais via sistemas informatizados.

Sessões administrativas realizadas

Para a apreciação das alterações regimentais e matérias administrativas do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias, foram realizadas pelo Plenário, pela Corte Especial administrativa e pelo Conselho de Administração um total de 20 sessões de julgamento presididas pelo Presidente Jirair Aram Meguerian, a partir de

22/04/2008, e, em suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente. A realização dessas sessões resultou no julgamento de 53 processos, sendo 4 pelo Plenário, 38 pela Corte Especial administrativa e 11 pelo Conselho de Administração.

Quadro 8
Sessões administrativas

Colegiado	Sessões ordinárias	Sessões extraordinárias	Total
Plenária	1	3	4
Corte Especial administrativa	9	2	11
Conselho de Administração	7	–	7
Total	17	5	22

Fonte: Asmag

Sessões do Conselho da Justiça Federal

Quadro 9 Participação nas sessões do Conselho da Justiça Federal

16/05	O Presidente participou da reunião, pela primeira vez, como membro do Conselho da Justiça Federal na sede da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, em Maceió, onde o Conselho entendeu que não incide contribuição previdenciária sobre a totalidade do adicional de férias.
27/06	Realizada sessão ordinária do Conselho da Justiça Federal na sede do TRF 2ª Região, localizada no Rio de Janeiro. Foi referendada a indicação de novos membros da Turma Nacional de Uniformização.
06/08	Houve sessão extraordinária do Conselho da Justiça Federal em Brasília, para aprovar a proposta orçamentária do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus para o exercício de 2009.
27/08	A sessão ordinária do Conselho da Justiça Federal aprovou a proposta de resolução que harmoniza as normas para a realização de concurso público para Juiz Federal Substituto.
23/09	Ocorreu em Brasília a primeira reunião do Conselho após a posse do Ministro César Asfor Rocha no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do CJF.
30/10	Primeira sessão com a utilização do sistema eletrônico e-CJF, desenvolvido pela Presidência do STJ e pela Secretaria de Tecnologia de Informações, o qual permitirá a utilização de processos digitalizados, eliminando-se completamente o uso do papel.
12/12	Última sessão do ano de 2008 do Conselho da Justiça Federal, realizada em Brasília/DF.

Solenidades institucionais da Primeira Região

Em agosto, foi implementado no TRF 1ª Região o Programa de Desenvolvimento Gerencial, atendendo ao previsto nos arts. 4º e 5º da Lei 11.416/2006, o que permitiu aos ocupantes de cargo em comissão melhorar os relacionamentos interpessoais e desenvolver a capacidade de autodesenvolvimento, liderança e outras habilidades necessárias ao exercício de atividades gerenciais.

Em 12 de agosto, o Presidente do Tribunal concedeu, durante solenidade realizada no Salão Nobre, medalha e diploma de Visitante Ilustre ao Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Raimundo Cezar Britto Aragão, em decorrência da passagem do Dia do Advogado.



Foto: Luiz C. B. Xavier

O presidente do Tribunal, Jirair Aram Meguerian, presta homenagem ao Presidente da OAB do Brasil, Raimundo Cezar Britto Aragão.

Em 5 de setembro, ao dar mais um passo em direção à implantação do TRF Socioambiental, o Tribunal doou 1.200 cartuchos usados para reciclagem à ONG Associação Amigos do Futuro. No dia 30 de setembro, doou mais 800 cartuchos usados à Associação Pré-Cooperativista dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brasília.

Em 24 de setembro, foi lançado o Projeto Socioambiental e assinado o termo de adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública e o termo de compromisso com a associação habilitada para a coleta dos resíduos recicláveis.

Em 29 de setembro, o TRF 1ª Região firmou termo de cessão de uso ao Departamento de Polícia Federal – DPF de dois veículos especiais, para que sejam utilizados em suas operações nos dias ou períodos em que não estiverem sendo usados nas atividades judicantes.

Em 10 de outubro, foi inaugurado o novo sistema automatizado de cadastro de processos na Coordenação de Registros e Informações Processuais – Corip. O novo sistema, voltado principalmente para as etapas de protocolo, classificação e distribuição, automatizou as tarefas de lançamento de informações cadastrais dos processos e petições que chegam ao TRF, o que agilizou muito os trabalhos daquele setor.

Em 14 de novembro, aconteceu a 4ª edição do Dia de Descarte Central, que marcou o primeiro descarte de autos judiciais findos do Tribunal, além de eliminar documentos e processos administrativos, reunidos em dois fardos compactados de papel.



Foto: Luiz C. B. Xavier

Da esquerda para a direita: Presidente, Jirair Aram Meguerian, Desembargadora Federal Neuza Alves e o Diretor-Geral, Sílvio Ferreira, no Primeiro Descarte de Autos-Judiciais Findos.

Em 17 de novembro, foi aberta a VI Jornada Jurídica da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, em comemoração ao 41º aniversário da instalação da Justiça Federal no estado.

O Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em parceria com o Conselho da Justiça Federal, por intermédio do Centro de Estudos Judiciários, promoveu, entre os dias 24 e 28 de novembro, o I Fórum de Contratação Pública da Justiça Federal, com o objetivo de uniformizar entendimentos e integrar os procedimentos da Justiça Federal, quando foram proferidas palestras por renomados especialistas em licitação e contratos na Administração Pública.

Quadro 10

Audiências e visitas recebidas

25/04	O Presidente recebeu, em seu gabinete, a visita de cortesia do adido da imprensa junto à Embaixada do Brasil na Armênia, Hovsep Seferian.
12/05	O Presidente recebeu a visita de cortesia do Senador Geovani Borges (PMDB/AP).
12/06	O Presidente acompanhado do Vice-Presidente, recebeu os Deputados Federais Gilmar Machado (PT/MG), Pedro Eugênio (PT/PE), Carlos Melles (DEM/MG) e João Carlos Barcelar (PR/BA) e o prefeito de São Sebastião do Paraíso/MG, Mauro Lúcio da Cunha Zanin, para um café da manhã, ocasião em que discutiram a liberação de recursos para a construção da nova sede do Tribunal.
18/06	Parlamentares da bancada de Minas Gerais no Congresso Nacional foram recebidos pelo Presidente para um café da manhã, quando trataram da liberação de recursos para a construção da nova sede do TRF 1ª Região e da criação de novas varas federais em Minas Gerais.
23/06	O Presidente recebeu a visita de cortesia da Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais – Sitraemg e das diretoras jurídica e de comunicação.
25/06	Parlamentares das bancadas do Distrito Federal e da Bahia foram recebidos pelo Presidente para tratar da liberação de recursos para a construção da nova sede e para a edificação de prédios que abrigarão as varas federais do interior da Bahia.

02/09	Estiveram na Presidência os presidentes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – Cobap e da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais – FAP/MG, os quais apresentaram sugestões à racionalização dos feitos previdenciários em tramitação nas varas especializadas da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.
05/11	O Presidente, juntamente com o Juiz Federal em auxílio à Presidência, Dr. Lincoln Rodrigues de Faria, recebeu, em seu gabinete, o Diretor-Geral da Câmara dos Deputados e o Coordenador-Geral do Núcleo de Gestão Ambiental EcoCâmara, para tratar de questões de preservação da natureza em defesa das próximas gerações.
25/11	O ator Victor Fasano, um dos coordenadores da campanha contra a degradação ambiental da Amazônia, intitulada “Amazônia para sempre”, visitou o Presidente e registrou o apoio dos artistas ao trabalho que o Tribunal vem desenvolvendo em defesa do bioma amazônico.
03/12	O Presidente recebeu os deputados federais Aelton Freitas, Paulo Piau e o Prefeito de Uberaba, Anderson Adauto, que vieram ratificar pedido verbal anteriormente feito por integrantes do TRE/MG para que o prédio da Subseção Judiciária de Uberaba seja cedido à Justiça Eleitoral naquela cidade, onde há quatro zonas eleitorais.



Foto: Diogo C. L. P. Xavier

Quadro 11

Participação em solenidades como Presidente do TRF 1ª Região

25/04	Solenidade de posse do novo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, e do Vice-Presidente, Ministro Cezar Peluso. A sessão contou com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de ministros, governadores, representantes dos tribunais superiores e outras autoridades.
30/04	Solenidade comemorativa do 48º aniversário de Brasília, promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.
06/05	Solenidade comemorativa dos 40 anos da Justiça Federal do Maranhão.
09/05	Solenidade comemorativa dos 20 anos de instalação da Subseção Judiciária de Uberlândia.
09/05	O Presidente concedeu entrevista ao programa SBT Notícias, da TV Amazônia, emissora afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão no Amapá. Foram abordados temas como a celeridade processual na Justiça Federal e a construção da nova sede da Seção Judiciária do Estado do Amapá.
13/05	Solenidade comemorativa dos 16 anos de instalação da Justiça Federal no Tocantins.
21/05	Solenidade de posse do Diretor e do Vice-Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, Juiz Federal Carlos Roberto de Carvalho e Juiz Federal João Batista Ribeiro, respectivamente.
26/05	Solenidade de posse do Diretor e do Vice-Diretor do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, Juiz Federal Marcos Augusto de Sousa e Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca, respectivamente.
28/05	Solenidade de abertura da II Jornada de Estudos Jurídicos em comemoração aos 40 anos da Seção Judiciária do Estado do Piauí.
09/06	Solenidade comemorativa dos 40 anos da Justiça Federal no Acre, no auditório do Tribunal Regional Eleitoral do Acre.
13/06	Posse dos dirigentes da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso: Juiz Federal José Pires da Cunha no cargo de Diretor do Foro e Juiz Federal Rodrigo Navarro de Oliveira, no cargo de Vice-Diretor.
05/09	Solenidade de comemoração do 48º aniversário da instalação do TRE do Distrito Federal.
08/09	Solenidade de posse do Ministro Gilson Dipp no cargo de Corregedor Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça.
09/09	Solenidade de Posse do Coordenador-Geral da Justiça Federal, Ministro Hamilton Carvalhido.
08/10	Inauguração do Posto Avançado de Atendimento dos Juizados Especiais Federais em Sete Lagoas/MG.
14/10	Solenidade comemorativa dos 40 anos da Justiça Federal em Goiás.

16 a 19/10	Seminário promovido pela Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe sobre os 20 anos da Constituição Federal, ocorrido em Salvador/BA.
22/10	Inauguração oficial das novas instalações da 20ª e 21ª Varas Federais na Seção Judiciária do Distrito Federal.
23/10	Conferência no auditório da Esmaf sobre o tema “Tutela Específica”.
29/10	Participação na mesa principal de abertura solene do <i>workshop</i> “Direito e Mudanças Climáticas nos Países Amazônicos”.
29/10	Lançamento do Programa Solidário de Coleta Seletiva na Seção Judiciária do Estado do Maranhão.
29 e 30/10	II Simpósio de Penas Alternativas promovido pela Justiça Federal do estado do Maranhão sobre o tema “Ilegalidade e Violência”.
05/11	Sessão solene de entrega do Grande Colar do Mérito para seis personalidades, realizada no Tribunal de Contas da União.
06/11	Solenidade de entrega de comendas da Ordem do Mérito do Ministério Público no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, quando 117 personalidades foram agraciadas.
11/11	Solenidade de abertura do Seminário de Estudos Judiciários da Amazônia Ocidental, em comemoração aos 25 anos da Justiça Federal de Rondônia.
17 e 18/11	VI Jornada Jurídica da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, em comemoração ao 41º aniversário de instalação da Justiça Federal no estado.
01/12	III Semana Nacional pela Conciliação, coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça, com a adesão das justiças estaduais, federal e do trabalho.
05/12	Solenidade de inauguração do novo prédio da Subseção Judiciária de Uberaba/MG.
09/12	Aposição de retratos na galeria dos Coordenadores dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, promovida pela Seção Judiciária do Distrito Federal.
15/12	Abertura da I Jornada de Estudos sobre Direito Processual Penal, promovida pela Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Esmaf, realizada na Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso.
15/12	Solenidade de posse dos novos dirigentes da Associação dos Juízes Federais da Primeira Região – Ajufer no salão nobre do Clube do Exército, com a participação de autoridades dos três poderes.

Quadro 12

Condecorações e homenagens recebidas pelo Presidente

27/08	Homenagem pela Ordem dos Advogados do Brasil, na VI edição da Conferência dos Advogados do Distrito Federal, onde recebeu escultura alusiva ao zelo do magistrado pelo Estado Democrático do País.
14/08	Diploma de Honra ao Mérito concedido pela Câmara Municipal de Uberlândia/MG.
23/10	Outorga da Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico – OMA, na Base Aérea de Brasília, onde também foi celebrado o Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira – FAB.
17/12	Outorga da Comenda “Colar do Mérito Judiciário de 2008” como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.



Aseesp

Assessoria Especial da Presidência

A Assessoria Especial da Presidência – Asesp tem como atribuição promover o diálogo entre o Tribunal, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, bem como acompanhar, conforme determinação do Presidente, assuntos de interesse do TRF 1ª Região, em andamento no Poder Executivo Federal e no Governo do Distrito Federal.

No cumprimento de suas atribuições, promoveu a Asesp o encaminhamento e acompanhamento de proposições de interesse do Tribunal na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Congresso Nacional, inclusive no que se refere à apresentação de emendas; acompanhou o Presidente do Tribunal nas audiências com parlamentares e encaminhou aos órgãos competentes os pleitos apresentados durante os encontros, bem como assessorou o Presidente e demais dirigentes deste Tribunal nas relações com o Poder Legislativo.



Foto: Luiz C. B. Xavier

Da esquerda para a direita: Vice-Presidente do TRF 1ª Região, Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva; Desembargador Federal João Batista Moreira; Assessora Parlamentar, Helga Ferraz Jucá; Presidente do TRF 1ª Região, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian; Presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho; Antônio dos Anjos Melquiades, Diretor da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União – Fenajufe e Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – Sintrajud e Desembargador Federal Antônio Souza Prudente.

Em 2008, vários assuntos de expressiva importância e com grandes reflexos no dia a dia do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias integrantes da Primeira Região foram objeto de apreciação pelo Poder Legislativo, com especial destaque para os seguintes projetos, relacionados por assunto, com as respectivas ações.

Poder Judiciário

- PL 1.750/2007: cria o Fundo Especial do Judiciário – FEJ no âmbito dos Tribunais Federais e dá outras providências. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
 - Última ação: 11/12/2008 – Comissão de Finanças e Tributação – CFT. Parecer do relator, Deputado Silvano Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.
- PEC 230/1995: dispõe sobre a criação dos Tribunais Regionais da Sexta Região, com Sede em Curitiba/PR; da Sétima Região, com Sede em Belo Horizonte/MG; da Oitava Região, com Sede em Salvador/BA e da Nona Região, com Sede em Manaus/AM. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
 - Última ação: 28/02/2008 – encaminhada à Coordenação de Comissões Permanentes – CCP. Remessa ao Arquivo por meio do Memorando 31/2008 – Coper.
- PEC 358/2005: altera dispositivos dos arts. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A e 134 da Constituição Federal, acrescenta os arts. 97-A, 105-A, 111-B e 116-A, e dá outras providências. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
 - Última ação: 19/02/2008 – apresentação do Requerimento 2.283/2008, Deputado Geraldo Pudim (PMDB/RJ), solicitando inclusão na ordem do dia da Proposta de Emenda Constitucional 358/2005, que altera dispositivos da Constituição Federal – Reforma do Judiciário.
- PL 2.057/2007: dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes de competência da Justiça Federal praticados por grupos criminosos organizados e dá outras providências. Origem SUG 258/2006 – CLP. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
 - Última ação: 24/04/2008 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJC. Designado Relator o Deputado Flávio Dias (PCdoB/MA).

- PL 4.206/2001: reorganiza o sistema recursal a partir da classificação dos provimentos jurisdicionais em sentenças, decisões interlocutórias e despacho de expediente. Dispõe sobre cabimento de agravo, de apelação, do processo e julgamento de recursos nos Tribunais, de embargos de declaração, de recurso especial e extraordinário e de ações de impugnação na revisão criminal e no *habeas corpus*. Extingue a carta testemunhável e o protesto por novo júri. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
- Última ação: 11/12/2008 – Plenário – PLEN. A matéria vai ao Senado Federal.
- PL 3.491/2008: cria o Fundo Nacional de Segurança da Justiça Federal e dispõe sobre suas receitas e aplicação de seus recursos. Origem SUG 259/2006 – CLP. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
- Última ação: 10/07/2008 – Comissão de Finanças e Tributação – CFT – Designado Relator o Deputado Sílvio Costa (PMN-PE).
- PLP 1/2007: acresce dispositivo à Lei Complementar 101, de 04/05/2000. Explicação da Ementa: limita, a partir do exercício de 2007 e até o término do exercício de 2016, a despesa com pessoal e encargos sociais da União, para cada Poder e órgãos da União, ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do INPC. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
- Última ação: 08/08/2008 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – MESA – Apense-se este ao PL 389/2008.

Juizados Especiais Federais

- PL 5.829/2005: dispõe sobre a criação de 400 varas federais destinadas precipuamente à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no país e dá outras providências. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
- Última ação: 10/11/2008 – Mesa Diretora da Câmara

dos Deputados – MESA – Apresentação do REQ 3.316/2008 pelo Deputado Manoel Júnior (PSB-PB), solicitando inclusão na ordem do dia do REQ 2.728/2008 ao PL 5.829/2005.

Conselho Nacional de Justiça

- PL 7.560/2006: dispõe sobre o pagamento de retribuição pecuniária aos membros do Conselho Nacional de Justiça e aos juízes auxiliares. Revoga a Lei 11.365/2006. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
- Última ação: 06/05/2008 – Coordenação de Comissões Permanentes – CCP. Encaminha à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 07/05/2008, p. 19.444, col. 1, letra A.

Magistrados

- PEC 50/2003: modifica a Constituição Federal, para denominar como Desembargadores Federais os membros dos Tribunais Regionais Federais. (Tramitando no Senado Federal.)
- Última ação: 11/12/2008 – Ata – PLEN – Subsec. de Ata – Plenário. Leitura do REQ 1.639/2008, subscrito pelo Senador Aloizio Mercadante, solicitando o desamparamento da Proposta de Emenda à Constituição 45/2007, das Propostas de Emenda à Constituição 50, 63, 68, 73 e 83, de 2003; 27, 29 e 52, de 2004; 42 e 68, de 2005; 5 e 27 de 2006; 13, 32, 70 e 97, de 2007; 6, 30 e 34, de 2008. Encaminhado à Mesa para decisão o REQ 1.639/2008.
- PEC 178/2007: dá nova redação aos arts. 93, 95 e 103-B, da Constituição Federal, para vedar a concessão de aposentadoria como medida disciplinar e estabelecer a perda de cargo de magistrado nos casos de quebra de decoro. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
- Última ação: 07/03/2008 – Coordenação de Comissão Permanente – CCP. Encaminha à publicação. Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania publicado no DECSD de 08/03/2008, p. 7.820, col. 1, letra A.

- PLS 374/2007: altera o art. 66 da Lei Complementar 35, de 14/03/1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. (Tramitando no Senado Federal.)
- Última ação: 16/12/2008 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJC. Aguardando designação do relator. Matéria aguardando distribuição. (Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado 374 e 375, de 2007 – complementar.)
- PEC 21/2008: altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público. (Tramitando no Senado Federal.)
- Última ação: 11/11/2008 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJC. Ação de Saneamento. Realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato 24/2008, do Presidente do Senado Federal.
- PEC 358/2005: inclui a necessidade de permanecer três anos no cargo para que os magistrados tenham direito à vitaliciedade da função; proíbe a prática de nepotismo nos tribunais e juízos; altera a composição do STM; inclui competências para o STF e o STJ, instituindo a “súmula impeditiva de recursos”, a ser ditada pelo STJ e TST – Reforma do Judiciário; altera a Constituição Federal de 1988. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
- Última ação: Comissão Especial – aprovação do parecer e complementação de voto do relator Deputado Paes Landim nos termos do substitutivo. Matéria pronta para entrar na pauta do Plenário da Câmara. Tramita em conjunto com as PECs 146/2006 e 377/2005.
- 339/08/OS-GSE ao Senado Federal, comunicando a conversão em lei da matéria e remetendo uma via dos autógrafos sancionados.
- PL 7.128/2002: altera dispositivos do Decreto-Lei 3.689, de 03/10/1941, Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências. Origem PLS-70/2002. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
- Última ação: 12/08/2008 – Coordenação de Comissões Permanentes – CCP. Remessa ao Arquivo por meio do Memorando 220/2008 – Coper.
- PL 7.223/2006: altera a Lei 7.210, de 11/07/1984, Lei de Execução Penal, e a Lei 10.792, de 01/12/2003, para criar o regime penitenciário de segurança máxima. Origem PLS 179/2005. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
- Última ação: 10/03/2008 – Plenário – PLEN. Ata da Presidência. Cria Comissão Especial, nos termos do inciso II e do § 1º do art. 34 do Regimento Interno. DCD de 11/03/2008, p. 8.133, col. 2.
- PL 4.203/2001: altera dispositivos do Código de Processo Penal referentes ao Tribunal do Júri, criando a instrução preliminar, anterior ao recebimento da acusação e da pronúncia, simplificando o instituto do desaforamento, a instrução em plenário, alterando a matéria relativa aos quesitos e dá outras providências.
- Última ação: transformado na Lei Ordinária 11.689/2008. DOU de 10/06/2008, Seção 1, p. 1.
- PL 7.130/2002: altera dispositivos do Decreto-Lei 3.689, de 03/10/1941, Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências. Origem PLS 72/2002. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
- Última ação: 12/08/2008 – Coordenação de Comissões Permanentes – CCP. Remessa ao Arquivo por meio do Memorando 220/2008 – Coper.
- PL 3.272/2008: normatiza a quebra de sigilo das comunicações telefônicas para fins de investigação criminal e instrução processual penal. Revoga a Lei

Alteração de Legislação Penal

- PL 4.203/2001: altera dispositivos do Decreto-Lei 3.689, de 03/10/1941, Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
- Última ação: 18/06/2008 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – MESA. Encaminhado o Ofício

9.296, de 1996, e altera o Decreto-Lei 2.848, de 1940, e o Decreto-Lei 3.689, de 1941. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)

- Última ação: 10/11/2008 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – MESA. Indeferido o REQ 3.245/2008, conforme despacho: "Indefiro a apensação dos referidos projetos, tendo em vista que há distribuição nos termos regimentais" (art. 139 do RICD). Oficie-se e publique-se.
- PLS 217/1995: estabelece critérios para realizar interceptação ou escuta telefônica ("grampo"), para fins de investigação criminal ou instrução processual. Regulamenta a nova Constituição Federal. Origem PL 1.258/1995. (Tramitando no Senado Federal.)
- Última ação: 18/11/2008 – Plenário – PLEN. Apresentação do Requerimento 3.445/2008, solicitando, nos termos do art. 155 do RICD, urgência para apreciação do PR 1.258/1995.

Arquivamento de processos judiciais

- PL 2.161/1991: dispõe sobre o arquivamento e eliminação de processos judiciais. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
- Última ação: 18/10/2000 – Retirado de pauta. Aguardando inclusão na Ordem do Dia – Plenário da Câmara para votação das alterações do Senado.

Servidor Público

- PL 4.825/2005: dispõe sobre a revisão geral e anual da remuneração de subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata o art. 37, X, da Constituição, referente a 2005. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
- Última ação: 13/10/2008 – Comissão de Finanças e Tributação – CFT. Devolvida a MSC 107/2005 sem manifestação.
- PEC 457/2005: altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta

dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Origem PEC 42/2003. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)

- Última ação: 18/11/2008 – Plenário – PLEN. Apresentação do REQ 3.398/2008 pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), solicitando inclusão na pauta de votações da Proposta de Emenda à Constituição 475/2005.
- PL 1.992/2007: institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição; autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp e dá outras providências. Origem MSC 664/2007. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
- Última ação: 05/03/2008 – Plenário – PLEN. Apresentação do REQ 2.381/2008 pelo Deputado Professor Sétimo, requerendo urgência para apreciação do Projeto de Lei 1.992/2007, que institui o regimento de previdência complementar para os servidores públicos federais. DCD de 06/03/2008, p. 6.849, col. 1.

Internet

- PL 7.316/2002: disciplina o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação. (Tramitando na Câmara dos Deputados.)
- Última ação: 26/03/2008 – Comissão de Defesa do Consumidor – CDC. Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

Emendas aprovadas Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA

- PLN 38/2008: tramitando no Congresso Nacional.
Última ação: 18/12/2008 – Aprovação de emendas individuais e de bancada.

- Tribunal Regional Federal da Primeira Região: construção do edifício Sede do TRF 1ª Região em Brasília/DF, no valor de R\$ 19.750.000,00.
- Justiça Federal de primeiro grau: R\$ 1.280.000,00.

Deputado Nilmar Ruiz (DEM/TO)
R\$ 200.000,00
Deputado Osvaldo Reis (PMDB/TO)
R\$ 200.000,00
Total: R\$ 2.000.000,00

Emendas individuais

Uberaba/MG

- Construção do edifício Sede da Justiça Federal.
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB/MG)
R\$ 200.000,00

Uberlândia/MG

- Ampliação do edifício Sede da Justiça Federal.
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB/MG)
R\$ 500.000,00

Juiz de Fora /MG

- Construção do edifício Sede da Justiça Federal.
Deputado Júlio Delgado (PSB/MG)
R\$ 200.000,00

Palmas/TO

- Construção do edifício Anexo da Justiça Federal.
Senador Leomar Quintanilha (PMDB/TO)
R\$ 200.000,00
Senador João Ribeiro (PR/TO)
R\$ 300.000,00
Senadora Kátia Abreu (DEM/TO)
R\$ 200.000,00
Deputado Eduardo Gomes (PSDB/TO)
R\$ 300.000,00
Deputado João Oliveira (DEM/TO)
R\$ 100.000,00
Deputado Laurez Moreira (PSB/TO)
R\$ 100.000,00
Deputado Lázaro Botelho Martins (PP/TO)
R\$ 200.000,00
Deputado Vicentinho Alves (PR/TO)
R\$ 200.000,00

Barreiras/BA

- Construção do edifício Sede da Subseção Judiciária.
Deputada Jusmari Oliveira (PR/BA)
R\$ 200.000,00

Campo Formoso/BA

- Construção do edifício Sede da Subseção Judiciária.
Deputado Félix Mendonça (DEM/BA)
R\$ 150.000,00

Boa Vista/RR

- Construção do edifício Anexo da Justiça Federal.
Deputado Luciano Castro (PR/RR)
R\$ 100.000,00
Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
R\$ 300.000,00
Total: R\$ 400.000,00

Cáceres/MT

- Construção do edifício Sede da Justiça Federal.
Deputado Valtênir Pereira (PSB/MT)
R\$ 100.000,00

Emendas de bancada

Macapá/AP

- Construção do edifício Sede da Seção Judiciária.
 - Coordenada pelos Senadores José Sarney (PMDB/AP), Gilvam Borges (PMDB/AP), Papaléo Paes (PSDB/AP), todos os Deputados Federais representantes do Amapá e o Juiz Federal João Bosco Costa Soares da Silva (2ª Vara/AP)
R\$ 4.100.000,00

Marabá/PA

- Construção do edifício Sede da Subseção Judiciária.
R\$ 4.000.000,00

Plano Plurianual – PPA

- PLN 31/2007: dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011. Volume II: Projeto de Lei e Anexos. PPA 2008-2011. (Tramitando no Congresso Nacional.)
- Última ação: 12/03/2008 – aprovada dentro do PPA 2008-2011 a obra do Tribunal Regional Federal da Primeira Região em Brasília/DF.
- Autor da Emenda: Deputado João Leão (PP/BA).

Lei Orçamentária Anual – LOA

- PLN 38/2008: estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009. Volume III/

VI: detalhamento das ações; órgão do Poder Legislativo; órgão do Poder Judiciário; Tribunal de Contas da União; Ministério Público da União. (Tramitando no Congresso Nacional.)

- Última ação: 30/12/2008 – transformada em Norma Jurídica. Sancionada. Lei 11.897, de 2008. *DOU* de 31/12/2008.
- PLN 01/2008: dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências. Volume X. LDO. (Tramitando no Congresso Nacional.)
- Última ação: 18/08/2008 – transformada em Norma Jurídica com veto parcial da Presidência da República. Sancionada. Lei 11.768/2008. *DOU* de 15/08/2008, p. 00001 e 00279 (Edição Extra).

Quadro 13
Siglas utilizadas

SIGLAS	Descrição
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei da Câmara dos Deputados em tramitação no Senado Federal
PLS	Projeto de Lei do Senado Federal
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PLP	Projeto de Lei Complementar
PLN	Projeto de Lei do Congresso Nacional
CCJR	Comissão de Constituição e Justiça e Redação
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania
CCP	Coordenação de Comissões Permanentes
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CESP	Comissão Especial
CMPOF	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CTASP	Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
MCN	Mensagem do Congresso Nacional
SSCL	Subsecretaria de Coordenação Legislativa
SSCLSF	Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal
SSCLCN	Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional



Asret

Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários

A Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários – Asret, subordinada à Presidência do Tribunal, tem a função de prestar assessoramento ao Presidente do Tribunal em suas atividades judicantes, analisando os processos recebidos, suas razões de urgência na admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários, nos pedidos de suspensão de liminar, suspensão de segurança, avocatória, medida cautelar e casos de plantão deste Tribunal.

Do juízo de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários oriundos da Primeira, Segunda e Terceira Seções e suas respectivas Turmas resultou a emis-

são de decisões por essa Assessoria da ordem de 2.940 recursos especiais e 1.043 recursos extraordinários.

No período de 23/04/2008 a 19/12/2008, a Asret recebeu 7.482 processos. Na Corte Especial Judicial foram julgados 239 processos de competência do Presidente.

No plantão judicial, que tem critérios estabelecidos pela Portaria/Presi 600-332 de 28/11/2008, o Presidente proferiu 79 despachos/decisões durante o período do recesso forense.

Quadro 14
Processos analisados

Natureza	Quantidade
Recurso extraordinário admitido	72
Recurso especial admitido	315
Recurso extraordinário não admitido	971
Recurso especial não admitido	2.625
Despacho diverso proferido	253
Decisão diversa proferida	136
Decisão em plantão	44
Suspensão de segurança deferida	48
Suspensão de segurança indeferida	13
Suspensão de liminar deferida	28
Suspensão de liminar indeferida	21
Agravo regimental não conhecido	3
Agravo regimental prejudicado	2
Julgados em mesa – Corte Especial	239
Sobrestado na Corec – recurso extraordinário admitido	244
Sobrestado na Corec – recurso especial admitido	739
e-RE encaminhado ao STF – via Corec	20
Informações por ofício ao STF e STJ	137
Total	5.910



Segep

Secretaria-Geral da Presidência

A Secretaria-Geral da Presidência – Segep, em 2008, prestou assessoramento técnico e administrativo à Presidência, colaborou na execução dos trabalhos, na integração entre as diversas áreas e unidades do Tribunal e esclareceu as dúvidas do público.

O Secretário-Geral acompanhou o Presidente do Tribunal em solenidades oficiais e em recepções a autoridades, além de manifestar-se em processos administrativos submetidos a sua apreciação.

Sob a coordenação da Segep, foram realizadas as atividades de comunicação, representação, programação social e cultural e de consultoria em Língua Portuguesa.

Consultoria em Língua Portuguesa

A Seção de Consultoria em Língua Portuguesa – Sepor revisou documentos assinados pela Presidência e deu prosseguimento ao projeto Consultoria em Língua Portuguesa, prestando atendimento especializa-

do, *in loco*, a diversos gabinetes de desembargadores federais, bem como a outras unidades produtoras de textos a serem assinados pelo Presidente do Tribunal (Asmag, Asret, Diges etc.). Fez, ainda, revisão gramatical de documentos da Corregedoria-Geral (relatórios de correção e provimentos).

Na área cultural, revisou, para publicação, monografias premiadas em concursos promovidos pela Justiça Federal.

O atendimento para dirimir dúvidas de redação e gramática estendeu-se às unidades e aos servidores do Tribunal por meio de consultas telefônicas e *e-mail* (consultoria.portugues@trf1.gov.br).

Publicou eletronicamente *O quê do mês*, artigo mensal bastante acessado pelo público do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias. Cumpre lembrar que, desde 2007, essa publicação eletrônica passou a ser veiculada também na internet, a fim de atender ao público externo.

Quadro 15
Publicação eletrônica *O Quê do Mês*

Mês	Tema	Autor
Janeiro	Pequenas diferenças	Ana Guimarães Toledo
Fevereiro	Pequenas diferenças II	Ana Guimarães Toledo
Março	Colocação pronominal	Ana Guimarães Toledo
Abril	Regência verbal	Ana Guimarães Toledo
Mai	Regência nominal	Ana Guimarães Toledo
Junho	TRF? (sobre a sigla)	Márcia Murça Barroso
Julho	Concordância verbal	Ana Guimarães Toledo
Agosto	Concordância verbal	Ana Guimarães Toledo
Setembro	Concordância verbal	Maria Glória Barbosa
Outubro	Essa tal de verba honorária	Maria Glória Barbosa
Novembro	Novo Acordo Ortográfico	Maria Glória Barbosa
Dezembro	Novo Acordo Ortográfico	Maria Glória Barbosa



Asrep

Assessoria de Representação e Programação Social

Encarregada de planejar, organizar e promover todas as sessões solenes, comemorações e recepções do Tribunal e de suas Seções Judiciárias, a Assessoria de Representação e Programação Social – Asrep realizou 101 eventos de integração social, sempre observando as normas de cerimonial.

Além do Programa de Visitas e das sessões de julgamento simulado, das quais participaram filhos de magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários, e da XII Jornada de Sustentação Oral, a Asrep organizou exposições artísticas abertas à visitação no Espaço Cultural.

Solenidade de descerramento de placa

No dia 1º de fevereiro, o TRF 1ª Região realizou solenidade de descerramento da placa alusiva ao marco inicial da construção da nova sede do Tribunal. A obra é composta por duas etapas: o da construção e o da inauguração, definidas, respectivamente, como o começo das obras e a celebração de seu término, seguido do início do funcionamento das novas instalações.

Ao fim da solenidade, foi inaugurada, no local da futura nova sede, uma urna, na qual foram guardados objetos, fotografias, notícias e vídeos, plantas e importantes documentos que registram o período inicial de construção. O objetivo é demonstrar o valor da preservação da memória institucional em sua reabertura no trigésimo ano após a inauguração da nova sede.

Participaram do evento ministros, desembargadores, juízes federais, o representante da Ajufe, o vice-presidente do Grupo Via, os diretores da OAS e da Camargo Corrêa, além de outras autoridades.

4º descarte de documentos e processos administrativos e 1º descarte de autos judiciais findos

O Dia do Descarte, momento em que o Tribunal presta satisfação à sociedade eliminando documentos e processos judiciais e administrativos, ocorre desde 2005, com a participação de várias Seções Judiciárias.

Merece destaque a ocorrência da primeira eliminação de autos judiciais findos. Na solenidade, a Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva — presidente da Comissão de Avaliação de Documentos do TRF 1ª Região — expressou sua posição acerca do assunto. Para ela, não se trata apenas de descartar papéis, mas, sim, de selecionar processos e documentos de valor histórico, com o intuito de resguardá-los e preservar a memória institucional. Outro resultado dessa ação é a liberação de espaço físico.

Ao final da solenidade, o Diretor-Geral do Tribunal, Sílvio Ferreira, fez a entrega do Termo de Doação de 8 toneladas de papel ao representante da Associação Pré-Cooperativista dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brasília – Apcorb, Jorge Luiz de Oliveira Ramos.

Quadro 16
Solenidades e eventos na Primeira Região

Data	Nome	Local
28/01	Implantação de posto avançado do Juizado Especial do Aeroporto de Brasília — celebração da união do SJ/DF, Infraero, UniCeub e GDF.	Brasília/DF
01/02	Descerramento da placa alusiva ao marco inicial da construção da nova sede do Tribunal Regional Federal da Primeira Região.	Brasília/DF
11/02	Solenidade de Lançamento dos Sistemas Eletrônicos de Autorização de Viagem a Serviço – AVS e de Entrega e Recebimento de Declaração de Imposto de Renda.	TRF 1ª Região
18/02	Abertura da Operação do Juizado Especial Federal itinerante no município de Serro/MG.	Serro/MG
05/03	Dia Internacional da Mulher.	TRF 1ª Região
10/03	Implantação do Posto Avançado dos Juizados Especiais Federais de Minas Gerais na Universidade Federal de Viçosa.	Viçosa/MG

11/03	Implantação do Posto Avançado dos Juizados Especiais Federais da Subseção Judiciária de Divinópolis.	Divinópolis/MG
12/03	Implantação do projeto de conciliação nos processos referentes às ações previdenciárias que tramitam em grau de recurso no TRF 1ª Região.	TRF 1ª Região
14/03	Sustentação oral dos alunos de direito da UniDF.	TRF 1ª Região
17/03	Palestra "A Reforma do Poder Judiciário e os Novos Paradigmas da Justiça Federal".	SJ/PI
28/03	Inauguração do edifício Sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora.	Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG
31/03	19º aniversário do TRF 1ª Região.	TRF 1ª Região
04/04	Instalação da Turma Recursal do Juizado Especial Federal em Roraima.	SJ/RR
07/04	Inauguração do espaço destinado ao Projeto Conciliação/INSS no Tribunal Regional Federal da Primeira Região.	TRF 1ª Região
07/04	Inauguração das tecnologias VoIP e de videoconferência.	TRF 1ª Região
08/04	Inauguração das novas instalações das varas cíveis da Seção Judiciária de Minas Gerais.	SJ/MG
09/04	Encontro de Juízes Federais da Esmaf da Primeira Região em Belém.	Belém/PA
14/04	Instalação do Fórum Juiz Federal Dionísio Rodrigues Nunes em Imperatriz/MA.	Imperatriz/MA
15/04	Comemoração que marca a aquisição de área complementar para ampliação da sede da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.	São Luís/MA
16/04	Inauguração das novas sedes das varas de execução fiscal da Justiça Federal no Distrito Federal.	TRF 1ª Região
17/04	Lançamento da edição ampliada e atualizada da obra <i>Código Tributário Nacional à luz da Jurisprudência</i> .	TRF 1ª Região
18/04	Apresentação da ampliação e modernização do Centro de Processamento de Dados do TRF 1ª Região.	TRF 1ª Região
18/04	Premiação dos vencedores do X Concurso Nacional de Monografias.	TRF 1ª Região
22/04	Sessão Solene de Posse dos dirigentes.	TRF 1ª Região
23/04	Posse dos diretores do TRF 1ª Região.	TRF 1ª Região
30/04	Sessão Solene de Posse dos diretores de secretaria.	TRF 1ª Região
06/05	40º aniversário da Justiça Federal no Maranhão.	SJ/MA
09/05	Dia das Mães.	TRF 1ª Região
09/05	20º aniversário da Subseccional de Uberlândia.	Subseção Judiciária de Uberlândia/MG
13/05	16º aniversário da Justiça Federal no Tocantins.	SJ/TO
16/05	Lançamento da pedra fundamental da nova sede da Justiça Federal no Amapá.	SJ/AP
21/05	Posse do diretor e vice-diretor do Foro de Minas Gerais.	SJ/MG
21/05	Homenagem à Desembargadora Federal Assusete Magalhães.	TRF 1ª Região
26/05	Posse do diretor e vice-diretor do Foro do Distrito Federal.	SJ/DF
27/05	Posse do diretor e vice-diretor do Foro da Bahia.	SJ/BA
30/05	Posse do diretor e vice-diretor do Foro do Piauí.	SJ/PI
31/05	Dia Mundial sem Tabaco.	TRF 1ª Região
09/06 e 10/06	40º aniversário da Justiça Federal no Acre.	SJ/AC
11/06	Cerimônia de imposição de comendas da Ordem do Mérito Naval — Desembargadores Federais Assusete Magalhães e Luciano Amaral.	Brasília/DF

13/06	Posse do diretor e vice-diretor do Foro do Mato Grosso.	SJ/MT
13/06	Café da manhã com parlamentares.	TRF 1ª Região
17/06	Café da tarde com deputados e senadores do Amapá.	TRF 1ª Região
18/06	Café da manhã com parlamentares.	TRF 1ª Região
24/06	Café da manhã com senadores.	TRF 1ª Região
25/06	Café da manhã com deputados.	TRF 1ª Região
26/06	Curso de atualização para a Asret.	TRF 1ª Região
08/08	Dia dos Pais.	TRF 1ª Região
12/08	Outorga de Medalha e Diploma de Visitante Ilustre ao Presidente do Conselho Federal da OAB.	TRF 1ª Região
14/08	Outorga de Diploma de Honra ao Mérito ao Presidente do TRF 1ª Região pela Câmara Municipal de Uberlândia.	Uberlândia/MG
21/08	Comemoração aos 16 anos de instalação da Justiça Federal em Roraima.	SJ/RR
05/09	Sustentação oral dos alunos de Direito da UniDF.	TRF 1ª Região
12/09	Sorteio da instituição a ser beneficiada no Dia das Crianças.	TRF 1ª Região
24/09	Assinatura do termo de compromisso do Tribunal com a associação cooperativa que irá realizar a coleta seletiva dos resíduos.	TRF 1ª Região
29/09	Assinatura do termo de cessão de uso de veículos especiais, adaptados para serviços móveis, deste Tribunal, para o Departamento de Polícia Federal.	TRF 1ª Região
05/10	Visita dia feliz ao Lar das crianças André Luiz.	Luziânia/GO
08/10	Instalação do posto avançado de atendimento do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Sete Lagoas no <i>campus</i> universitário do Unifemm.	Sete Lagoas/MG
10/10	Julgamento simulado com filhos de servidores e magistrados.	TRF 1ª Região
10/10	Audiência pública para escolha do fornecedor do e-admin.	TRF 1ª Região
10/10	Lançamento do sistema informatizado da Corip.	TRF 1ª Região
14/10	Comemoração dos 40 anos de instalação da Justiça Federal em Goiás.	SJ/GO
22/10	Inauguração das novas instalações físicas da 20ª e 21ª Vara da Justiça Federal no DF.	SJ/DF
23/10	Conferência "Tutela Específica".	TRF 1ª Região
28/10	Dia do Servidor Público.	TRF 1ª Região
29/10	II Simpósio de Penas Alternativas da Justiça Federal no Maranhão.	SJ/MA
11/11 e 12/11	Comemoração dos 25 anos da Justiça Federal em Rondônia.	SJ/RO
14/11	4º descarte de documentos e processos administrativos e 1º descarte de autos judiciais findos.	TRF 1ª Região
17/11	Comemoração do 41º aniversário de instalação da Justiça Federal do Amazonas.	SJ/AM
24/11 a 28/11	I Fórum de Contratação Pública da Justiça Federal.	TRF 1ª Região
01/12	Abertura da 3ª Semana Nacional de Conciliação.	TRT 10ª Região
01/12 a 14/12	Campanha Árvore da Solidariedade.	TRF 1ª Região
05/12	Inauguração do edifício Sede da Subseção Judiciária de Uberaba.	Uberaba/MG
08/12	Lançamento do programa Casas de Justiça e Cidadania do Conselho Nacional de Justiça.	Teresina/PI
09/12	Solenidade de aposição de fotografias – Cojef.	TRF 1ª Região
11/12	Concerto de Natal/Encontro de Corais.	TRF 1ª Região

11/12 a 12/12	I Jornada de Estudos sobre Direito Processual Penal da Esmaf.	Cuiabá/MT
12/12	Outorga do nome do Subprocurador-Geral da República Arx da Costa Tourinho ao edifício Sede dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária na Bahia e instalação da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária na Bahia.	SJ/BA
16/12	Missa de Natal.	TRF 1ª Região
18/12	Culto ecumênico.	TRF 1ª Região
19/12	Festa de encerramento do ano.	TRF 1ª Região

Quadro 17
Exposições realizadas no Espaço Cultural do TRF 1ª Região

Período	Exposição
03 a 07/03	Exposição comemorativa do Dia Internacional da Mulher — Esmeralda Guedes, Cristina Berquó e Rosângela da Cruz Silva.
31/03 a 04/04	Aniversário de 19 anos do TRF 1ª Região.
07 a 18/04	Expressão e Comunicação Artística — Emicles Nobre e Fábio Mendes.
05 a 10/05	TRF Mix do Dia das Mães.
05 a 16/05	Vidas poéticas — Jorge Flores.
26/05 a 06/06	As várias faces do mosaico — Gilma Leite.
16 a 27/06	Mandalas: círculos sagrados — Zélia Igino Barbosa.
07 a 18/07	Nuances — Norma Autuori.
04 a 08/08	Santos neobarrocos — Said Santiago.
18 a 29/08	Exposição da artista plástica Walquíria Borges.
01 a 05/09	Múltiplas — Mirabeau Menezes.
08 a 19/09	Um olhar sobre as flores — Marielise Suzuki.
29/09 a 10/10	Flores — Vânia Soraggi.
28 a 31/10	Exposição fotográfica do servidor Mauro Putini.
15 a 19/12	TRF Mix de Natal — bazar de Natal.

Quadro 18
Programa de Visitas – Bem-vindo ao TRF 1ª Região

Data	Instituição	Visitantes/estudantes
25/04	Faculdade UniPlan	34
10/03	Universidade de Cascavel/PR	38
26/03	UniDF	33
03/04		36
12/11		32
14/05	UniCEUB	35
11/09		32



ASCOM

Assessoria de Comunicação

A Assessoria de Comunicação – Ascom desenvolve atividades que visam promover e salvaguardar a imagem do TRF da 1ª Região diante do público interno e da sociedade. Além de elaborar notas e boletins de circulação interna, tem intermediado os contatos entre a imprensa e os magistrados, mantendo diálogo frequente com diversos veículos de comunicação. Em 2008, a Ascom executou as seguintes atividades:

- coberturas jornalísticas, fotográficas, televisivas e radiofônicas dos principais acontecimentos do TRF e das Seccionais;
- veiculação das coberturas realizadas nos informativos *on-line* e impressos, na TV Destaque, na TV Justiça e na Rádio Justiça;
- disponibilização em videotape dos eventos do Tribunal e Seccionais no “TRF na TV”;
- elaboração de *clipping* diário;
- produção de programas e vídeos institucionais;
- copiagem de produtos em mídias diversas;
- prestação de “serviço mensageiro”;
- preparação do plano de divulgação da posse, em abril, dos dirigentes do Tribunal: Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral;
- acompanhamento das sessões de julgamento.

Premiações

A reportagem “Realidade de violência, superlotação e crimes nos presídios brasileiros”, realizada pela equipe do Programa Via Legal e exibida na TV Justiça, obteve o 2º lugar, na categoria Televisão, no XXV Prêmio de Direitos Humanos de Jornalismo, concedido pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos pela OAB/RS e pela Secretaria Regional Latino-Americana da União Nacional dos Trabalhadores na Alimentação, Agricultura e Afins – Uita.

Os repórteres mostraram, por meio de imagens e depoimentos contundentes, os principais problemas do sistema carcerário brasileiro: superlotação, tortura, falta de atendimento médico e o drama de juízes que, conhecendo a situação crítica do sistema prisional brasileiro, são obrigados a decretar prisões. A equipe concorreu

com 50 reportagens e documentários nesse que é considerado um dos mais importantes prêmios de Direitos Humanos da América Latina.

Relacionamento com a imprensa

A Ascom intermediou contatos da imprensa com magistrados responsáveis por processos julgados no Tribunal que tiveram maior visibilidade na mídia, além de prestar informações para dirimir dúvidas. Entre eles, destacamos:

- 180 dias de licença-maternidade;
- venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais;
- utilização de lenha como matriz energética e o meio ambiente;
- desocupação do gabinete da reitoria da UnB em Brasília;
- operações Pasárgada, Vorax, Upatakon 3 e João de Barro;
- questões relacionadas à reserva indígena Raposa Serra do Sol;
- clonagem de cartão;
- indenização por danos morais para família de desaparecido político;
- suspensão da decisão da Anac sobre a Varig Log;
- caso Nestlé–Garoto;
- compra de equipamento de raio X para a Receita Federal, Texaco e Petrobras;
- Anatel e o Plano Geral de Outorgas – PGO de serviços de telecomunicações.

Otimização das atividades

Criou-se o *e-mail* imprensa@trf1.gov.br para um relacionamento, via *web*, mais eficaz entre a Ascom e os jornalistas e as empresas de comunicação. Pelo *e-mail* são enviados *releases*, marcadas entrevistas com os desembargadores federais e esclarecidas dúvidas da imprensa. Tal serviço era realizado pelo *e-mail* ascom@trf1.gov.br, que passou a ser utilizado exclusivamente para assuntos administrativos.

Quadro 19
Veículos que mais procuraram a Ascom em 2008

Mídia impressa	Jornais: <i>Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo, Gazeta Mercantil, Correio Braziliense, Estado de Minas, O Tempo, Jornal de Brasília, Diário de Cuiabá, Valor Econômico, Correio da Bahia, O Popular e Folha Dirigida.</i> Revistas: <i>Época, Veja, Isto É e Consultor Jurídico.</i>
Rádio	Justiça, BandFM, Radiobrás e CBN.
TV	Globo, Record, Bandeirantes, TV Brasil, TV Brasília e SBT.
Web	CorreioWeb, Folha Online e G1.

Jornalismo on-line

A Ascom procura cobrir solenidades oficiais e sociais do Tribunal, internas e externas, além de eventos nas sedes das Seções e Subseções Judiciárias, para o registro histórico e jornalístico dos fatos relacionados à Primeira Região.

Internet e intranet

As matérias de interesse do público interno, tais como férias de servidores, oficinas e posses, são divulgadas exclusivamente na intranet. As notas destinadas à imprensa e ao público externo são veiculadas na internet e na intranet, como decisões, notícias sobre concurso público, conciliação e assuntos de interesse social.

Serviço mensageiro

Em casos de urgência, pequenos comunicados (mensagens instantâneas) são enviados a todos os computadores do Tribunal. Esse serviço mostrou-se bastante eficiente e é solicitado principalmente pelas áreas de informática e segurança.

Quadro 20
Atividades de jornalismo on-line

Tipo	Quantidade
Internet	416
Intranet	1.289
Serviço mensageiro	Em média, duas vezes por dia

Jornalismo impresso

A Ascom produziu diversas publicações impressas com o objetivo de divulgar amplamente fatos e acontecimentos relacionados à Primeira Região e de interesse do público interno e externo.

Periódicos

Em sintonia com a preocupação mundial de preservação do meio ambiente e como ação inicial do projeto TRF Socioambiental, os periódicos *Destaque do Dia, Destaque Extra, Destaque Especial, Destaque Variedades e Destaque Infojef* passaram a ser impressos em papel reciclado, sendo afixados nos quadros acrílicos dos nove prédios do Tribunal.

A *Revista Destaque*, além de constar na intranet, foi distribuída em papel para todas as unidades administrativas, gabinetes e assessorias do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias e também para os servidores inativos. Ainda receberam a revista a OAB, os demais TRFs, os Tribunais Superiores, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e os órgãos de comunicação e jurisdicionados que a solicitaram.

Revista Destaque

A *Revista Destaque* deu continuidade à linha editorial adotada em 2007, publicando matérias especiais sobre meio ambiente, segurança e temas sociais.

Em 2008, trouxe inovações com a veiculação, na seção Comportamento, de artigos relacionados ao comportamento organizacional e, na seção PGQVT, de textos referentes à pesquisa realizada pela equipe médica do Tribunal sobre a saúde dos servidores.

A partir da edição 60 (junho/2008), com o intuito de tornar sua leitura mais agradável, a revista ganhou novos recursos visuais, como capitulares (letras que marcam o início de cada matéria), colunas coloridas (entrevistas, artigos, decisões e seção Notas), linhas divisórias de página (entrevistas, decisões e seção Ponto de Vista), adoção de linhas verticais nas legendas das fotos, entre outros.

Para contribuir com a política de preservação do meio ambiente adotada pela administração do Tribunal, foi suprimido, desde a edição 62 (setembro/2008), o encarte Estatísticas TRF 1ª Região, pois seu conteúdo também é publicado na *Revista do Tribunal*.

Ao todo foram publicadas nove edições da revista com uma média de 48,4 páginas por edição e tiragem de 2.500 exemplares.

Destaque do Dia

O *Destaque do Dia* deu continuidade à função de informar o público interno sobre as principais ações e eventos de toda a Primeira Região, porém de forma mais concisa.

O informativo proporcionou maior integração entre a administração e os servidores, bem como entre os órgãos que compõem a Primeira Região, em consequência da ampliação do espaço para notícias produzidas pelas diversas Seções e Subseções Judiciárias.

Foram produzidas ao todo 248 edições do *Destaque do Dia* e mil textos informativos dirigidos ao público interno.

Destaque Especial e Extra

O informativo *Destaque Especial* destinou-se à divulgação de importantes datas comemorativas, e o *Destaque Extra* destinou-se à publicação de matérias relativas a recursos humanos e comunicados de extrema relevância. O *Destaque do Dia* e o *Destaque Extra* foram veiculados também na página da Ascom, no site do Tribunal.

Destaque Infojef

O *Destaque Infojef* é um veículo quinzenal de divulgação das atividades dos Juizados Especiais Federais, fruto da parceria da Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região – Cojef com a Ascom.

Quadro 21
Publicações periódicas

Publicação	N. de edições	Periodicidade
<i>Revista Destaque*</i>	9	mensal (7 edições) bimestral (1 edição) trimestral (1 edição)
<i>Destaque do Dia**</i>	248	diária
<i>Destaque Extra**</i>	6	esporádica
<i>Destaque Especial**</i>	8	esporádica
<i>Destaque Variedades**</i>	48	semanal
<i>Destaque Infojef**</i>	25	quinzenal

* Tiragem: 2.000 exemplares por edição, em média.

** Tiragem: 80 exemplares por edição.

Telejornalismo

O Núcleo de Televisão do TRF 1ª Região desenvolveu intenso trabalho de cobertura dos principais eventos no Tribunal e de acompanhamento de decisões judiciais que tiveram repercussão nacional.

A produção audiovisual foi bastante requisitada na divulgação de uma série de programas especiais, vídeos de lançamento de projetos e programas, bem como na participação de reportagens para a série sobre o aniversário da Constituição. Foi produzido ainda um programa especial sobre a reserva indígena Raposa Serra do Sol, quando a equipe de reportagem esteve em Roraima para ouvir todos os segmentos envolvidos no conflito.

A parceria entre o TRF e o CJF resultou na produção de várias matérias, tendo como destaque a série de reportagens feitas em Rondônia sobre a operação Arco de Fogo, de combate ao desmatamento da Amazônia; sobre os índios cintas-largas e sobre a decisão da suspensão da concorrência de licitação de área da primeira floresta pública, a Floresta do Jamari, que participaria do Plano Nacional de Outorga de Floresta, criado em 2006.

O Núcleo de Telejornalismo também ampliou o espaço do Tribunal nos dois telejornais da emissora: Jornal da Justiça – 1ª e 2ª edição, com o envio de matérias diárias.

Quadro 22
Produções audiovisuais

Produções	Quantidade
Vídeos de decisões e solenidades	130
Momento Jurídico	13
Série de reportagens	2 (10 matérias)
Vídeos institucionais	21

TRF na TV

O TRF na TV é um repositório que visa facilitar o acesso às matérias produzidas no Tribunal e às matérias institucionais através do *link* TRF na TV – A Primeira Região na TV, disponível na página eletrônica do Tribunal. Até o final do exercício, foram disponibilizadas 130 matérias.

TV Destaque na web

A programação da TV Destaque, exibida exclusivamente pela *web*, manteve-se diversificada, com palestras da Esmaf e da área de Recursos Humanos, apresentação do programa Via Legal, Programa Fórum,

Momento Jurídico, vídeos institucionais e serviços produzidos pela Ascom. No segundo semestre, em função da pouca audiência da programação antiga, nova proposta foi implementada em caráter experimental, como a exibição do programa Momento Jurídico e de cursos jurídicos para a qualificação profissional de servidores.

Momento Jurídico

O programa Momento Jurídico, que apresenta ideias e pontos de vista sobre determinado tema jurídico, ganhou nova linguagem visual, mais dinâmica e com maior diversidade de assuntos. O programa tornou-se referência entre os magistrados da Primeira Região.

Quadro 23
Programas apresentados no Momento Jurídico

Magistrado	Programas
Agliberto Gomes Machado	Juizados Especiais itinerantes
Saulo José Casali Bahia	Responsabilidade civil do Estado
Gilda Maria Sigmaringa Seixas	Conciliação
Vallisney Souza Oliveira	Sujeitos do processo
Naiber Pontes	Medida provisória
Francisco de Assis Betti	Direitos indígenas
Marcelo Dolzany	Projeto 6ª Vara/MA em dia
Marcelo Dolzany	Conciliação
Roberto Carvalho Veloso	Responsabilidade penal
Roberto Carvalho Veloso	Crimes contra a ordem tributária
Márcio Coelho de Freitas	Sigilo no processo criminal
Antônio Souza Prudente	Soberania da Amazônia
Alberto Tavares Vieira da Silva	Investigação criminal
Alberto Tavares Vieira da Silva	Crimes contra a ordem tributária

TV Justiça

Videoteipes diários foram produzidos com reportagens sobre decisões importantes do Plenário, das Seções e das Turmas, além da cobertura de eventos e solenidades para o Jornal da Justiça, veiculado pela TV Justiça, canal de TV público que tem transmissão diária das 13 às 19 horas. Ao todo, foram produzidas 130 matérias, com duração média de 2 minutos cada uma. Foram produzidos ainda pequenos comerciais de serviços de utilidade pública disponibilizados pelo Tribunal, para veiculação durante a programação da TV Justiça.

Vídeos institucionais

Quadro 24
Produção de vídeos institucionais – intensificada em 2008

Vídeos institucionais
Deusa Têmis (Memória Institucional)
Deusa Mnemosine (Memória Institucional)
História da Toga (Memória Institucional)
Vara Federal (Memória Institucional)
Memorial da Justiça (Memória Institucional)
Um Leão por Dia/Homenagem ao Dia Internacional da Mulher
Dois Anos de Gestão/Desembargadora Federal Assusete Magalhães
DVD Relatório de Atividades 2007
Apresentação do Novo Presidente
Vídeo Protocolo Externo
Tutoria <i>On-line</i>
Tramitação Processual na Justiça Federal
Aniversário Piauí
Uma Sede para o TRF
Aniversário Roraima
JEF Itinerante Tefé
Ouvidoria
Reedição do Vídeo 18 Anos de História do TRF 1ª Região
SJ/AM, 41 Anos de História
Inauguração da Nova Sede Uberaba/MG
Fim de Ano

Programa Via Legal

Para o programa Via Legal, produzido em parceria com o Conselho da Justiça Federal, foram produzidas 46 matérias.

Coberturas de eventos e solenidades internas

As equipes de TV cobriram solenidades, visitas e outros acontecimentos no órgão, como palestras jurídicas e cursos da Escola de Magistratura Federal.

Quadro 25
Cobertura de eventos e solenidades no TRF 1ª Região

Eventos	Data
Solenidade de lançamento dos Sistemas Eletrônicos de Autorização e Recebimento de Declaração de Imposto de Renda	01/02
Digitalização dos acervos das varas federais	11/02
Comemoração do Dia Internacional da Mulher	05/03
Digitalização de processos/1ª Vara sem papel na Primeira Região	05/03
Solenidade do lançamento do Projeto Conciliação – INSS	12/03
Solenidade de comemoração dos 19 anos do TRF 1ª Região/lançamento do Projeto Memória	31/03
Inauguração do posto do INSS para conciliações	07/04
X Encontro de Juizes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região	09/04
Inauguração das novas instalações da 11ª, 18ª e 19ª Vara de Execução Fiscal da SJ/DF	16/04
Solenidade de posse do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral	22/04
Solenidade de lançamento do Projeto TRF Socioambiental e assinatura do termo de adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública	24/09
Julgamento simulado mirim em comemoração ao Dia da Criança	08/10
Solenidade de lançamento do sistema informatizado da Corip	10/10
Audiência pública para aquisição do Sistema e-Admin – Sistema Integrado de Gestão Pública	10/10
Semana do Servidor Público	30/10
Solenidade do 4º Descarte de Documentos do TRF 1ª Região	14/11
I Fórum de Contratação Pública	25/11

Cobertura de eventos e solenidades nas Seções Judiciárias

A equipe de TV fez a cobertura de eventos em Seções Judiciárias, entre os quais as solenidades comemorativas de instalação das Seções Judiciárias do Piauí, Roraima e Amazonas e da Subseção Judiciária de Uberlândia. Em Brasília, acompanhou a cobertura de solenidades de lançamento de projetos importantes para o Tribunal, como o projeto TRF Socioambiental.

Quadro 26
Cobertura de eventos e solenidades nas Seccionais

Eventos	Data
Solenidade de inauguração da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG	09/01
Cobertura da inauguração da operação do JEF itinerante na Cidade do Serro/MG	17 a 19/02
Inauguração da Turma Recursal da SJ/RR	04 e 05/04
Solenidade dos 20 anos da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG	08/04
Solenidade de inauguração de varas cíveis na SJ/DF	08/04
Solenidade de conclusão das obras de construção da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA	15/04
Solenidade de comemoração dos 40 anos da SJ/MA	06/05
Solenidade de comemoração dos 16 anos da SJ/TO e posse do Diretor do Foro.	13/05
Solenidade comemorativa dos 15 anos do Judiciário no Amapá	18/05
Solenidade de comemoração dos 40 anos da Justiça Federal do Piauí	28 a 30/05
Solenidade de comemoração dos 20 anos da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG	Junho
Solenidade de comemoração dos 16 anos da SJ/TO	Junho
Solenidade inaugural de placa da construção e pedra fundamental da nova sede da SJ/AP	Junho
Solenidade comemorativa dos 40 anos da SJ/GO	14/10
41º aniversário da instalação da Justiça Federal do Amazonas	18/11
Esmaf – I Jornada de Estudos sobre Direito Processual Penal – Cuiabá/MT	11 e 12/12
Instalação da 2ª Turma Recursal da SJ/BA	12/12

Cobertura e edição de palestras, cursos e congressos

Foram gravados cursos, congressos e 68 palestras, destacando-se os do quadro a seguir.

Quadro 27
Cobertura e edição de palestras, cursos e congressos

Data	Eventos
04/01 a 08/02	Curso para os juizes federais substitutos aprovados no XII Concurso
17/03	Palestra “A reforma do Poder Judiciário e os novos paradigmas do Poder Judiciário” – Desembargadora Federal Assusete Magalhães
10/04	X Encontro de Juizes Federais da Esmaf da Primeira Região – palestra “Casualidade do dano na responsabilidade civil do Estado” – Desembargador Federal João Batista Moreira
16/04	Palestra “Liderança: uma competência a seu alcance” – Shirley Pontes
18/04	Ciclo de palestras jurídicas: palestra “Súmula de jurisprudência do Direito brasileiro: uma breve apreciação histórica e perspectivas” – Desembargador Federal I’talo Mendes
28/05	II Jornada de Estudos Jurídicos do Piauí, em comemoração aos 40 anos da Justiça Federal no estado – Conferência: “A história da Justiça Federal” – Desembargador Federal Alberto José Tavares
28/05	II Jornada de Estudos Jurídicos do Piauí em comemoração aos 40 anos da Justiça Federal no estado – Conferência: “Liberdade, intimidade e austeridade” – Desembargador Federal Tourinho Neto
Junho	Ciclo de palestras em comemoração aos 15 anos da SJ/AP
26/06	Curso de atualização para a Asret: “Administração de recursos extraordinários e especiais” – Juíza Federal Thaís Ferraz
Agosto	X Encontro de Juizes Federais da Esmaf em Belém/PA
06/09	V Encontro Anual da Ajufer, palestra do Diretor-Presidente da Emgea, Valter Correia da Silva
24/09	Curso <i>InDesign</i> – Professor Alexandre Barricelo
08/10	VIII Seminário de Direito Militar/STM – palestra “O direito fundamental ao processo justo” – Desembargador Federal Antônio Souza Prudente

23/10	Palestra "Tutela específica" – professor Luiz Guilherme Marinoni
28/10	Workshop "Direito e mudanças climáticas nos países amazônicos"
18/11	Palestra "Experiência da Justiça Federal na Primeira Região nos projetos de conciliação" – Desembargadora Federal Assusete Magalhães
18/11	Palestra "Reflexos dos Juizados Especiais itinerantes na estratégia de defesa da Região Amazônica" – Juiz Federal Reginaldo Márcio Pereira

Serviço de copiagem

A procura por cópias de produtos da Assessoria (fotos e vídeos) cresceu. Foram 434 CDs e DVDs gravados e distribuídos.

Radiojornalismo

O núcleo de rádio manteve a atuação em duas frentes: a Rádio Destaque, veiculada na intranet e voltada para o público interno do Tribunal, e a Rádio Justiça, 104.7 FM, para o público externo. Foi também possível integrar as duas atividades pela nova página da Rádio Destaque, que passou a disponibilizar os arquivos de áudio transmitidos na Rádio Justiça. Foram criados *links* para o acesso *on-line* dos arquivos de áudio dos seguintes programas.

Notícias em Destaque

Boletim diário de comunicação sobre projetos, solenidades e eventos de toda a Primeira Região. O programa é de utilidade institucional, já que procura informar o corpo funcional a respeito das atividades de seu interesse, como inscrições para cursos e credenciamentos do Pro-Social.

Quadro 28
Boletim diário de comunicação

Mês	Quantidade
Janeiro	14
Fevereiro	24
Março	20
Abril	23
Maiο	19
Junho	21
Julho	22
Agosto	20
Setembro	22
Outubro	21
Novembro	21
Dezembro	14
Total	241

Senhor F sem fronteiras (novidade)

Em parceria com a Rádio Câmara, a Rádio Destaque passou a veicular o programa Senhor F, produzido e apresentado por Fernando Rosa, um dos mais importantes jornalistas musicais da América do Sul. O programa é voltado para a moderna e relevante música em língua espanhola, sendo resultado do processo de integração do continente sul-americano em curso em outras áreas da sociedade.

Painel de Notícias

O Painel de Notícias, em seu quarto ano como programa fixo da Rádio Justiça, ganhou força com a inserção de entrevistas nas matérias.

Boletins

Os boletins relativos a decisões da Primeira Região, enviados diariamente, foram aproveitados em diversos noticiários, com destaque para a Voz do Brasil.

Programação Musical

A Rádio Destaque veiculou programação musical variada, com destaque para a MPB. A cultura local foi valorizada com a produção diária do programa Panorama Cultural, com a agenda de eventos do Distrito Federal.

Quadro 29
Matérias encaminhadas
para noticiários da Rádio Justiça

Mês	Quantidade
Janeiro	8
Fevereiro	16
Março	16
Abril	19
Maio	15
Junho	22
Julho	20
Agosto	15
Setembro	22
Outubro	20
Novembro	16
Dezembro	12
Total	201



Wipre

Vice-Presidência

A Vice-Presidência – Vipre do Tribunal Regional Federal da Primeira Região é exercida, desde 19/04/2006, pelo Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva, sucedendo a gestão do Desembargador Federal Carlos Olavo.

Em cumprimento às determinações regimentais, o Vice-Presidente desempenhou suas funções administrativas e judiciais, bem como realizou atividades inerentes à substituição do Presidente do Tribunal em suas ausências regulamentares. Proferiu decisões e despachos em processos de competência das 4 Seções do Tribunal, em caráter permanente, na condição de Relator e como Presidente, além de exarar despachos diversos e decisões sobre a admissibilidade de recursos especial

e extraordinário oriundos da Quarta Seção (7ª e 8ª Turmas), inclusive em regime de plantão judiciário, por delegação do Presidente, conforme Portaria/Presi 100-115 de 28/04/2008.

Merece destaque o grande desafio enfrentado pela Vipre na implementação dos institutos da Repercussão Geral em Recurso Extraordinário e do Procedimento de Julgamento de Recursos Especiais Repetitivos, criados respectivamente pelas Leis 11.418/2006 e 11.672/2008, o que levou à edição da Resolução/Presi 600-04, aprovada na Corte Especial de 22/01/2009, que detalha o juízo de retratação a ser realizado pelos órgãos julgadores desta Corte.



Foto: Heli Ferreira Sobral Filho

Vice-Presidente, Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva, no exercício da Presidência do TRF 1ª Região.

Quadro 30
Admissibilidade de recursos decididos
pela Vice-Presidência

Atividades	Quantidade
REsp admitido	818
REsp inadmitido	899
RE admitido	87
RE inadmitido	283
Total	2.087

Quadro 31
Presidência de órgão julgador

Órgão julgador	Quantidade de sessões
Primeira Seção	24
Segunda Seção	24
Terceira Seção	24
Quarta Seção	25
Total	97

Quadro 32
Substituição ao Presidente
em sessões de julgamento

Órgão julgador	Data
Corte Especial judicial	03/07
	21/08
	16/10
Corte Especial administrativa	15/05
	25/05
	19/06
	03/07
	17/07
	21/08
	16/10
	30/10
Conselho de Administração	24/07
	14/08
	28/08
	09/10
	13/11
	27/11

Quadro 33
Presidência na distribuição de processos

Tipos de distribuição	Quantidade
Ordinária	39
Extraordinária	72
Total	111

Quadro 34
Participação em sessões de julgamento

Órgão julgador	Quantidade de sessões
Corte Especial	3
Corte Especial administrativa	10
Conselho de Administração	7
Plenário	6
Total	26

Quadro 35
Votos de desempate

Órgão julgador	Quantidade de sessões
Primeira Seção	3
Segunda Seção	1
Terceira Seção	54
Quarta Seção	13
Total	71

Quadro 36
Estatística processual

Atividades	Quantidade
REsp admitido	818
REsp inadmitido	899
RE admitido	87
RE inadmitido	283
Decisão	98
Despacho	247
Acórdão (Relator)	6
Decisão de plantão	3
Voto-vista	17
Voto de desempate	16
Despacho/decisão (no exercício da Presidência)	3
Total	1.240

Condecorações recebidas pelo Vice-Presidente

Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador, no Corpo de Graduados Especiais da Aeronáutica, em 23 de outubro.

Foto: Luiz Carlos Borges Xavier



Vice-Presidente do TRF 1ª Região, Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva, recebendo a Ordem do Mérito Aeronáutico.

Medalha do Mérito Eleitoral, na classe de Jurista, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, em 1º de dezembro.



Foto: Luiz Carlos Borges Xavier

Vice-Presidente do TRF 1ª Região, Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva, recebendo a Medalha do Mérito Eleitoral, acompanhado do Desembargador Federal Cândido Ribeiro.

Quadro 37 Compromissos oficiais do Vice-Presidente

Data	Descrição
06/05	Solenidade de posse do Presidente do TSE, representando a Presidência.
16/05	Lançamento da pedra fundamental da nova sede da Seção Judiciária do Estado do Amapá, representando a Presidência.
27/05	Posse da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia, representando a Presidência.
29/08	Lançamento do Projeto "Semente Cidadã", na Subseção Judiciária de Itabuna/BA, representando a Presidência.
01/09	Abertura do Congresso Internacional de Política Judiciária e de Administração da Justiça, em Curitiba/PR, representando a Presidência.
18/09	Seminário "PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – Aspectos Jurídicos, Econômicos e Sociais", na Praia do Forte (município de Mata de São João/BA), representando a Presidência.
15/10	Homenagem ao Desembargador Federal Ubaldo Ataíde Cavalcante, no TRF 5ª Região, em Recife/PE, representando a Presidência.
25/10	XXV Encontro Nacional dos Procuradores da República – ENPR, no município de Mata de São João/BA, representando a Presidência.
06/11	Visita ao terreno que será cedido pelo Exército para a construção da futura sede da Subseção Judiciária de Barreiras/BA.
12/11	20ª Conferência Nacional dos Advogados, organizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, em Natal/RN, representando a Presidência.
05/12	Inauguração da nova sede da Subseção Judiciária de Uberaba/MG.
11/12	Abertura da I Jornada de Estudos sobre Direito Processual Penal, promovida pela Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Esmaf, em Cuiabá/MT.



Cogger

Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região

A Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região – Coger, responsável pela atividade correlacional nas Seções e Subseções Judiciárias que integram a Primeira Região, exerce suas atribuições em conformidade com o art. 24 do Regimento Interno do TRF 1ª Região e com o Provimento Geral Consolidado, de 26/03/2002, publicado no *DJ*, Seção 2, de 04/04/2002.

A Justiça Federal de primeiro grau possui jurisdição em 13 estados da federação, mais o Distrito Federal, totalizando 14 Seções Judiciárias com sede nas capitais, 42 Subseções Judiciárias com sede em cidades do interior de cada estado e 194 varas federais.

Quadro 39
Varas federais na capital e no interior

Seção Judiciária	Localização	Quantidade
Acre	Capital	4
Amapá	Capital	3
Amazonas	Capital	6
	Interior	1
Bahia	Capital	23
	Interior	11
Distrito Federal	Capital	26
Goiás	Capital	14
	Interior	4
Maranhão	Capital	7
	Interior	2
Mato Grosso	Capital	6
	Interior	3
Minas Gerais	Capital	32
	Interior	22
Pará	Capital	8
	Interior	4
Piauí	Capital	6
	Interior	1
Rondônia	Capital	4
	Interior	1
Roraima	Capital	3
Tocantins	Capital	3
Total		194

Quadro 38
Distribuição de varas federais na Primeira Região

Tipo	Quantidade
Varas nas capitais	145*
Varas no interior	49
Total de varas	194
Turmas Recursais	15
JEFs adjuntos a varas de capital	12
JEFs adjuntos a varas de interior	40
JEFs destacados	3

* Dessas varas, 27 têm competência de Juizado Especial Federal.

No ano de 2008, a titularidade da Coger foi ocupada por dois desembargadores federais.

Quadro 40
Desembargadores Federais que ocuparam a Presidência da Coger

Corregedor-Geral	Mandato
Jirair Aram Meguerian	biênio abril de 2006 a abril de 2008
Olindo Herculano de Menezes	biênio abril de 2008 a abril de 2010

Convocações

Com a finalidade de implementar novos sistemas informatizados e otimizar rotinas de trabalho que propiciassem rapidez à atividade judicante na primeira instância, foram convocados juízes federais da Primeira Região para auxiliar o Corregedor-Geral.

Quadro 41
Juízes Federais convocados para auxiliar a Coger

Juiz Federal	Vara – origem	Convocação	Período
Lincoln Rodrigues de Faria	1ª Vara – SSJ/Uberlândia/MG	Ato/Presi 1104-1.094 de 06/04/2006	05/04/2006 a 22/04/2008
Daniele Maranhão Costa	5ª Vara – SJ/TO	Ato/Presi 1104-1.921 de 31/08/2006	23/08/2006 a 22/04/2008
Saulo José Casali Bahia	11ª Vara – SJ/BA	Ato/Presi 1104-320 de 22/04/2008	desde 23/04/2008
José Alexandre Franco	6ª Vara – SJ/PA	Ato/Presi 1104-321 de 22/04/2008	desde 23/04/2008

Expedientes normativos

No exercício de 2008, foram expedidas normas balizadoras aplicáveis à Justiça Federal da Primeira Região no quantitativo de 33 circulares, 1 orientação normativa, 1 instrução normativa, 7 provimentos e 34 portarias .

Quadro 42
Circulares expedidas

Número	Data de expedição	Assunto
10	25/01	Revogação de decisões que determinavam o sobrestamento das remessas semanais de autos com “vista para”.
21	22/02	Acesso aos formulários – Sistema de informações CNJ.
22	25/02	Recomendação na hipótese de excessivo atraso no cumprimento das cartas precatórias expedidas.
30	24/03	Divulgação de rotina específica de movimentação no Sistema Processual para processos referentes a improbidade administrativa.
48	05/05	Procedimentos para distribuição por dependência.
49	05/05	Horário de expediente dos juízes federais, titulares e substitutos.
51	26/05	Informações aos diretores de foro sobre rotina de cadastro de bens apreendidos.
52	26/05	Informações aos diretores de secretaria sobre rotina de cadastro de bens apreendidos.
53	26/05	Informações aos juízes das Seções e Subseções Judiciárias sobre rotina de cadastro de bens apreendidos.
54	27/05	Relatório único de inspeção ordinária em cada Turma Recursal.
58	04/06	Informação aos juízes federais e juízes federais substitutos sobre a necessidade de envio de relatórios à Coger somente quando se tratar de processo de vitaliciamento.
61	12/06	Cessão de servidores das varas federais para ocupar função comissionada.
62	19/06	Sistema e-Proc – recebimento de petições e apresentação do original.

65	09/07	Regularização de acervo – Portaria/Coger 36 de 18/04/2006.
66	14/07	Orientação aos diretores de foro para que adotem providências para utilização do sistema Assistência Judiciária Gratuita – AJG.
67	18/07	Recolhimento de custas nas execuções individuais de sentença coletiva contra a Fazenda Pública.
68	22/08	Disponibilização dos processos aos advogados.
69	29/08	PA 10.580/2007 e EA 2008/00849-DF – conclusão da tabela de classes unificadas.
72	25/08	Criação de rotina específica para registro e lançamento da fase “trânsito em julgado” nos processos referentes a improbidade administrativa.
76	04/11	Suspensão de advogados em todo o território nacional.
77	11/11	Uso do Catalogador Virtual de Documentos – CVD para arquivar decisões e sentenças de varas federais/JEF.
78	11/11	Catalogador Virtual de Documentos – CVD para arquivar decisões e acórdãos das TR/JEF.
79	11/11	Consulta diária ao <i>e-mail</i> institucional da vara federal e Turma Recursal pelo diretor ou substituto legal.
80	14/11	Recomendações quanto ao afastamento por interesse particular.
81	14/11	Orientação Normativa 27/2008, que altera a Orientação Normativa 5/1999.
82	20/11	Prolação de despachos que retardam injustificadamente a prestação jurisdicional.
83	21/11	Sistema Rol de Culpados – alteração da rotina de cadastro das partes com trânsito em julgado – Diref.
84	21/11	Sistema Rol de Culpados – alteração da rotina de cadastro das partes com trânsito em julgado.
85	05/12	Portaria/Coger 33/2008 – Calendário das correições ordinárias de 2009.
86	15/12	Fornecimento de dados de interceptações telefônicas ao Conselho Nacional de Justiça.
87	15/12	Divulgação da Circular/Coger 86/2008 e seus anexos (interceptação telefônica) pelos diretores de foro aos juízes federais e juízes federais substitutos.
88	15/12	Orientação dos diretores de foro e diretores de Subseções Judiciárias acerca da necessidade de edição de portaria informando a escala do plantão judicial das Seções Judiciárias durante o período do recesso natalino.
89	19/12	Orientação dos diretores de foro sobre a divulgação aos juízes federais, juízes federais substitutos e diretores de secretaria das Seções e Subseções Judiciárias sobre a comunicação institucional das varas federais e Turmas Recursais através dos <i>e-mails</i> institucionais.

Quadro 43
Orientação normativa expedida

Número	Data de expedição	Assunto
27	14/10	Altera a Orientação Normativa 5, de 10/05/1999.

Quadro 44
Instrução normativa expedida

Número	Data de expedição	Assunto
35	31/03	Dispõe sobre a recuperação de dados da autuação de processos da primeira instância da Justiça Federal para o Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

Quadro 45
Provimentos expedidos

Número	Data de expedição	Assunto
28	25/02	Altera a redação do inciso IX do art. 50 do Provimento Geral Consolidado 3, de 26/03/2002.
29	25/06	Republicação: altera a redação do parágrafo único do art. 254 do Provimento Geral Consolidado 3, de 26/03/2002, introduzido pelo Provimento Coger 23, de 10/10/2005.
30	29/05	Acrescenta dispositivo ao Provimento Geral Consolidado, de 26/03/2002, referente à cobrança pelos serviços de desarquivamento de autos findos na Justiça Federal da Primeira Região.
31	29/05	Acrescenta dispositivo ao Provimento Geral Consolidado, de 26/03/2002, referente ao pagamento de despesas e diárias a oficiais de justiça quando da realização de diligências.
32	28/05	Altera o § 1º do art. 235 e revoga o art. 237, ambos do Provimento Geral Consolidado 3, de 26/03/2002, referente à inserção ou alteração de registros no sistema processual de primeira instância na Justiça Federal da Primeira Região.
34	27/08	Redistribuição de processos em função da criação da Turma Recursal – SJ/BA
35	03/12	Acrescenta dispositivo no Provimento Geral Consolidado, de 26/03/2002, referente à isenção, em caso específico, de pagamento pelos serviços de desarquivamento de autos findos na Justiça Federal da Primeira Região.

Quadro 46
Portarias expedidas

Número	Data de expedição	Assunto
1	14/01	Inclui designação de juiz e servidor para auxiliar na correição geral ordinária (2ª etapa) da Bahia.
2	14/01	Republica o Anexo V (feriados), que integra o Provimento Geral Consolidado, de 3, de 26/03/2002.
3	16/01	Instaura PA destinado à avaliação de juízes federais substitutos.
4	24/01	Altera, em parte, os termos da Portaria/Coger 37, de 18/04/2006.
5	24/01	Institui procedimento para a digitalização dos processos em tramitação nas varas de execução fiscal.
6	06/02	Inclui/altera códigos de movimentação processual no Anexo VII do Provimento Geral Consolidado – Coger.
8	29/02	Elogia servidores da SJ/BA pela realização da correição geral ordinária nas Subseções daquela Seccional.
9	01/04	Altera dispositivos da Portaria/Coger 5, que trata da digitalização do acervo em tramitação nas varas de execução fiscal da SJ/DF.
13	22/04	Delega atribuições ao Juiz Federal Saulo Casali Bahia, em auxílio à Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região.

14	22/04	Delega atribuições ao Juiz Federal José Alexandre Franco, em auxílio à Corregedoria-Geral da Justiça Federal da primeira instância.
15	22/04	Delega atribuições ao chefe de gabinete da Corregedoria-Geral.
16	07/05	Constitui comissão integrada pelos Juizes Federais Saulo José Casali Bahia e José Alexandre Franco, em auxílio à Corregedoria-Geral, e pelo Chefe de Assessoria Otto Modesto de Souza Junior, com o fim de apresentar proposta de atualização do Provimento Geral Consolidado (Provimento 3, de 26/03/2002).
17	12/05	Altera dispositivos da Portaria/Coger 5, que trata da digitalização do acervo em tramitação nas varas de execução fiscal da SJ/DF.
18	28/05	Determina as providências para a implantação das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário previstas na Resolução 46, de 18/12/2007, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e da Tabela Única de Petições – TUP, prevista na Resolução 8, de 04/04/2008, do Conselho da Justiça Federal – CJF na Justiça Federal de primeira instância da Primeira Região.
19	07/07	Determina a correição geral ordinária da SJ/MA.
20	23/07	Republicação: aprova a implantação na Justiça Federal de primeira instância da Primeira Região da Tabela Unificada de Classes do Poder Judiciário.
21	24/07	Determina a correição geral ordinária da SJ/GO.
22	15/08	Determina a correição geral ordinária da SJ/PI e da SSJ de Caxias/MA.
23	08/08	Republica o Anexo V, que integra o Provimento Geral Consolidado, de 26/03/2002, nos termos do parágrafo único do art. 126 e parágrafo único do art. 262 do referido Provimento.
24	06/08	Consolida procedimento para digitalização dos processos em tramitação nas varas de execuções, instituído pela Portaria/Coger 5 de 24/01/2008.
25	22/08	Torna sem efeito a Portaria/Coger 22 de 15/08/2008, que determinara a correição geral ordinária da SJ/PI e da SSJ de Caxias/MA, estabelecendo que a correição será realizada em data oportuna, no primeiro semestre de 2009.
26	29/08	Revoga, em parte, a Portaria/Coger 21 de 24/06/2008, para excluir da correição geral ordinária da SJ/GO a SSJ de Luziânia/GO.
27	29/08	Determina a correição geral ordinária da SJ/DF e SSJ de Luziânia/GO.
28	16/09	Publica calendário visando à consolidação, análise e validação dos dados relativos à apuração de merecimento para acesso ao TRF 1ª Região, em procedimento aberto, por edital publicado no e-DJF1 em 18/08/2008 (Processo Presi 7.370/2008 – TRF 1ª Região).
29	26/09	Determina a reciclagem das cópias de sentenças e decisões encaminhadas à Corregedoria-Geral para fins de aquisição de vitaliciedade.
30	22/10	Prorroga os prazos indicados na Portaria/Coger 28 de 16/09/2008, que estabeleceu o calendário visando à consolidação, análise e validação dos dados relativos à apuração de merecimento para acesso ao TRF 1ª Região.
31	13/11	Regula os prazos indicados na Portaria/Coger 28 de 16/09/2008 e na Portaria/Coger 30 de 22/10/2008, que, respectivamente, estabeleceu e prorrogou o calendário visando à consolidação, análise e validação dos dados relativos à apuração de merecimento para acesso ao TRF 1ª Região.
32	02/12	Publica o calendário visando à consolidação, análise e validação dos dados relativos à apuração de merecimento para promoção ao cargo de Juiz Federal, em procedimento aberto por edital publicado no e-DJF1 em 08/09/2008 (Processo Presi 8.033/2008 –TRF 1ª Região).
33	02/12	Divulga o cronograma das correições gerais ordinárias a ser realizadas nas Seções e Subseções Judiciárias da Justiça Federal da Primeira Região, no ano de 2009, e faz recomendação aos juízes e servidores lotados nas varas onde ocorrerão as correições.
34	09/12	Determina a realização de correição geral ordinária nas varas federais da capital e Subseção Judiciária de Juiz de Fora da SJ/MG, no período de 09 a 20/02/2009.

Correções gerais ordinárias

Em observância ao disposto no art. 14 do Provimento Geral Consolidado 3 de 26/03/2002, foram realizadas correções gerais ordinárias nas varas das Seções Judiciárias dos Estados do Maranhão e de Goiás e nas do Distrito Federal, contando com a aprovação da Corte Especial administrativa.

Todas as condições requeridas ao exato cumprimento dos procedimentos correccionais foram respeitadas: a comunicação prévia, com dez dias de antecedência, a expedição de ato de designação dos juízes auxiliares e servidores para atuar nas correções e a não suspensão dos prazos processuais, da distribuição e das audiências em todas as varas.

Durante os trabalhos correccionais, foram realizadas:

- reuniões com os juízes federais, a fim de que fossem analisadas e debatidas as sugestões para o melhor

funcionamento dos respectivos juízos e da Justiça Federal de primeira instância;

- análise de dados e informações complementares ou circunstanciais;
- verificação dos relatórios da inspeção anual feita pelos próprios juízes federais (Lei 5.010/1966, art. 13, III);
- consultas ao relatório anual circunstanciado dos trabalhos sob jurisdição dos juízes federais das Seções e Subseções Judiciárias (Lei 5.010/1966, art. 13, VIII);
- vistoria na relação dos processos conclusos para despacho, decisão e sentença cujos prazos foram excedidos com a devida justificativa (Lei Complementar 35, de 14/03/1979, art. 39);
- verificação de boletins mensais estatísticos e resumo dos mapas de produtividade dos oficiais de justiça avaliadores.

Quadro 47
Calendário das correções ordinárias 2008-2009

Seção Judiciária	Varas	Subseções Judiciárias	Data
Maranhão	Varas (7) Subseções (2) e Turma Recursal (1)	Imperatriz	12 a 22/08/2008
			2 semanas
Goiás	Varas (14), Subseções (4) e Turma Recursal (1)	Anápolis, Aparecida de Goiânia, Luziânia, Rio Verde	01 a 12/09/2008
			2 semanas
Distrito Federal	Varas (26) e Turma Recursal (1). Luziânia/GO* (1)	-	29/09 a 10/10/2008
			2 semanas
Minas Gerais	Varas (32), Subseção (1) e Turmas Recursais (3)	Subseção de Juiz de Fora (3)	1ª etapa
			09 a 20/02/2009
			2 semanas
Piauí	Varas (6), Subseção (1) e Turma Recursal (1)	Picos, Caxias/MA*	09 a 13/03/2009
			1 semana
Roraima	Varas (3) e Turma Recursal (1)	-	16 a 20/03/2009
			1 semana
Tocantins	Varas (3) e Turma Recursal (1)	-	30/03 a 03/04/2009
			1 semana
Amapá	Varas (3)	-	13 a 17/04/2009
			1 semana

Minas Gerais	Varas das Subseções Judiciárias (13), exceto SSJ de Juiz de Fora	Divinópolis (2), Governador Valadares (2), Ipatinga, Lavras, Montes Claros, Passos, Patos de Minas, Pouso Alegre, São João del-Rei, São Sebastião do Paraíso, Sete lagoas, Uberaba (2), Uberlândia (3), Varginha	2ª etapa
			04/05 a 22/05/2009
			3 semanas
Pará	Varas (8), Subseções (4) e Turma Recursal (1)	Castanhal, Santarém, Marabá, Altamira	01/06 a 10/06/2009
			2 semanas
Acre	Varas (4) e Turma Recursal (1)	–	22 a 26/06/2009
			1 semana
Amazonas	Varas (6), Subseções (1) e Turma Recursal (1)	Tabatinga	17 a 28/08/2009
			2 semanas
Mato Grosso	Varas (6), Subseções (3) e Turma Recursal (1)	Cáceres, Rondonópolis, Sinop	31/8 a 04/09/2009
			1 semana
Rondônia	Varas (4), Subseção (1) e Turma Recursal (1)	Ji-Paraná	14 a 18/09/2009
			1 semana
Bahia	Varas de Salvador (23) e Turma Recursal (2)	–	1ª etapa
			13 a 30/10/2009
			3 semanas
	Varas das Subseções Judiciárias (11)	Barreiras, Campo Formoso, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Vitória da Conquista.	2ª etapa
			16 a 27/11/2009
			2 semanas

* A Subseção foi relacionada em correição ordinária diversa da de origem, devido à logística de deslocamento e adequação financeira da convocação.

Âmbitos administrativo e disciplinar

Em conformidade com o Sistema de Controle de Tramitação Interna e Externa de Documentos – Sisdoc, foram expedidos 5.197 ofícios, lavrados 382 pareceres e remetidos 199 telefaxis.

No tocante à atividade judicante, foram exarados 1.035 despachos e prolatadas 1.458 decisões.

Quadro 48
Atividades administrativas
e disciplinares realizadas

Classe	Total de decisões	Total de despachos
Correição parcial	45	48
Representação	18	35
Expediente administrativo	210	641
Inspeção ordinária	354	243
Procedimento avulso	381	359
Recurso em sindicância	1	–
Recurso em processo administrativo disciplinar	2	–
Consulta	18	93
Inquérito	4	4
Correição geral ordinária	2	24
Correição extraordinária	–	2
Sindicância	–	3
Procedimento administrativo	–	6
Total	1.035	1.458

Quadro 49
Processos autuados

Classe	Quantidade
Correição parcial	60
Correição extraordinária	1
Representação	18
Expediente administrativo	883
Inspeção ordinária	216
Procedimento avulso	343
Sindicância	1
Recurso em processo administrativo disciplinar	2
Correição geral ordinária	5
Consulta	68
Inquérito	4
Procedimento administrativo	5
Total	1.610

Quadro 50
Processos arquivados

Mês	Quantidade
Janeiro	27
Fevereiro	409
Março	2.276
Abril	187
Maio	158
Junho	241
Julho	137
Agosto	205
Setembro	238
Outubro	365
Novembro	253
Dezembro	148
Total	4.644

Quadro 51
Sistemas informatizados, implementados ou em desenvolvimento
com a participação dos juízes convocados em auxílio à Coger

Sistema	Descrição	Fase
e-JUD	Sistema Único da Justiça Federal	Em realização
CVD	Catalogador Virtual de Documentos	Em produção
Rol de culpados	Lista os culpados em processos da primeira instância	Em produção
PJD-EF	Sistema das Varas de Execução Fiscal	Em produção (18ª Vara)
TUA	Tabela Única de Assuntos	Implantada
TUC	Tabela Única de Classes	Implantada
TUP	Tabela Única de Petições	Implantada
Cumprimento de sentença	Alteração que permite a mudança da classe processual quando o sistema entra na fase de cumprimento de sentença	Implantada
Sistema Processual – 1ª instância – Oracle	Rotina de expedição de ofício de conversão em renda	Implantada
Prazo estatístico	Alteração do prazo para fechamento estatístico	Em desenvolvimento
* e-Siam	Afastamento de magistrados	Melhorias no decorrer de 2008
e-Calendário	Sistema destinado ao lançamento de datas de suspensão de expediente e de prazo, por determinação legal ou regimental, no Tribunal, nas Seções e Subseções Judiciárias e nas varas federais	Em produção
Renajud	Convênio com o Denatran – penhora <i>on-line</i>	Em desenvolvimento

* O Sistema de Afastamento de Magistrados – e-Siam, com alimentação e manutenção exclusiva pela Coger, é utilizado nos casos de pedido de afastamento de magistrados inferiores a 30 dias e em território nacional. Solicitações de compensação e de afastamento para o exterior não são tratadas pelo e-Siam.

Quadro 52 Vitalicimentos

Juiz Federal	Data da sessão plenária
Ricardo Augusto Sales	13/03
Bruno Oliveira de Vasconcelos	11/09
Lívia Cristina Marques Peres	11/09
Alaor Piacini	11/09
Murilo Mendes	04/11
Fábio Roque da Silva Araújo	04/11

Há 34 processos em fase final de relatório, com envio à Comissão de Promoção, previsto para o primeiro semestre de 2009.

Ouvidoria da Justiça Federal

O TRF 1ª Região, por sua Corregedoria-Geral e através da Ouvidoria, está disponível para ouvir o jurisdicionado, com a finalidade de identificar aspectos que, nos serviços da Justiça Federal, possam ser objeto de correções ou aperfeiçoamentos (palavra do Corregedor-Geral – www.trf1.gov.br/setorial/Coger/ouvidoria).

É competência da Justiça Federal receber e encaminhar as reclamações, bem como obter efetiva resposta às solicitações e dúvidas dos jurisdicionados

acerca da movimentação de processos da Justiça Federal de primeiro grau. A Ouvidoria obteve um montante de 4.303 manifestações formalizadas via *e-mail*, telefone, correspondências, fac-símiles, presencialmente e pelo sistema Siouv (*web*). As perguntas, elogios e sugestões representaram 3% dessas manifestações.

A Ouvidoria Judicial expediu 1.164 ofícios e 213 cartas-resposta às partes. Pelo Sistema Siouv, há 5 manifestações em andamento, 203 aguardando resposta de ofício e 41 em vias de expedição de ofício.

Quadro 53 Dados da Ouvidoria Consolidação da Primeira Região

Comentários	Denúncias	Elogios	Morosidade processual	Pedido de informação	Reclamação/crítica	Sugestões	Total
124	134	91	2.428	1.167	667	80	4.745

Estatística dos processos judiciais da primeira instância

Os dados estatísticos da Primeira Região são controlados pela Coger mediante o exame de relatórios analíticos e sintéticos gerados pelo Sistema de Acompanhamento Processual.

Em 2008, a estatística processual da primeira instância alcançou os seguintes totais: 798.616 processos distribuídos, 533.185 julgados e 1.908.012 em tramitação.

Quadro 54
Dados estatísticos da primeira instância

Estatística dos processos judiciais Justiça Federal da Primeira Região				
Seções Judiciárias		Quantidade de processos		
		Distribuídos	Julgados	Em tramitação
AC	Varas	4.664	1.608	8.449
	Juizados	5.461	8.047	3.116
	Turma Recursal	6.130	1.601	279
AM	Varas	8.683	4.943	49.457
	Juizados	8.646	8.819	15.951
	Turma Recursal	2.383	2.567	1.509
AP	Varas	2.757	1.020	12.530
	Juizados	5.550	4.339	7.605
	Turma Recursal	Funcionamento conjunto com a SJ/PA		
BA	Varas	37.413	26.625	196.998
	Juizados	47.804	39.898	72.367
	Turma Recursal	13.868	16.158	32.150
DF	Varas	55.871	23.244	157.033
	Juizados	22.186	23.547	60.844
	Turma Recursal	3.839	3.063	1.496
GO	Varas	37.125	14.908	110.693
	Juizados	28.271	25.555	40.298
	Turma Recursal	6.438	5.305	1.559
MA	Varas	17.860	8.952	60.198
	Juizados	53.300	56.695	69.601
	Turma Recursal	8.283	2.272	5.536
MG	Varas	116.438	47.461	360.143
	Juizados	86.370	53.386	220.017
	Turma Recursal	14.635	12.029	28.281
MT	Varas	29.985	10.105	53.456
	Juizados	9.088	8.385	17.904
	Turma Recursal	2.628	2.379	598

PA	Varas	26.040	11.748	83.908
	Juizados	25.794	31.292	66.827
	Turma Recursal	3.324	2.262	3.707
PI	Varas	13.690	4.870	39.293
	Juizados	16.083	29.101	44.086
	Turma Recursal	15.579	1.088	3.112
RO	Varas	17.713	4.435	24.776
	Juizados	9.258	12.189	22.204
	Turma Recursal	5.265	5.861	544
RR	Varas	4.391	1.361	10.777
	Juizados	6.993	6.141	7.455
	Turma Recursal	1.443	546	1.419
TO	Varas	9.534	1.844	9.314
	Juizados	6.254	6.100	7.016
	Turma Recursal	1.579	1.436	732
Totais	Varas	382.164	163.124	1.171.799
	Juizados	331.058	313.494	655.291
	Turma Recursal	85.394	56.567	80.922



Cojef

Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região

Cabe destacar as seguintes atividades realizadas pela Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, no desempenho da coordenação, supervisão e orientação das atividades de apoio administrativo, necessárias à execução das funções do coordenador e dos magistrados auxiliares dos Juizados Especiais Federais e as de cartório da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência.

Juizados itinerantes

Foram realizados 5 Juizados itinerantes, contemplando as Seções Judiciárias dos Estados do Acre, Amazonas, Bahia, Mato Grosso e Minas Gerais, nas cidades de Oiapoque/AC, Tefé/AM, Tucano/BA, Alta Floresta/MT, Serro/MG e Taiobeiras/MG. Os dados estão contabilizados no quadro abaixo.

Quadro 55
Juizados itinerantes realizados

Estado	Cidade	Tipo de ação	Período	Ações ajuizadas	Pessoas atendidas	Audiências realizadas	Processos sentenciados/acordos homologados
AC	Oiapoque	Divulgação	21 e 22/10	402	904	342	398
		Atermação	27/10 a 01/11	–	–	–	–
		Audiências	30/11 a 07/12	–	–	–	–
AM	Tefé	Divulgação	18 a 22/02	2.094	2.600	2.005	2.087
		Atermação	24 a 29/03	–	–	–	–
		Audiências	19 a 31/05	–	–	–	–
BA	Tucano	Audiências	02 a 04/12	126	126	122	62
MG*	Serro	Divulgação	14 a 17/02	1.749	1.076	1.606	1.137
		Atermação	18 a 22/02	–	–	–	–
		Audiências	07 a 14/04	–	–	–	–
MT	Alta Floresta	Divulgação	21 e 22/01	1.228	1.950	1.227	1.217
		Atermação	11 a 15/02	–	–	–	–
		Audiência	25/03 a 09/04	–	–	–	–
Total				5.599	6.656	5.302	4.901

* Foi iniciado, ainda em 2008, o Juizado itinerante no município de Taiobeiras/MG, tendo sido realizada a fase de atermação no período de 12 a 14 de dezembro. As audiências estão previstas para o primeiro semestre de 2009.

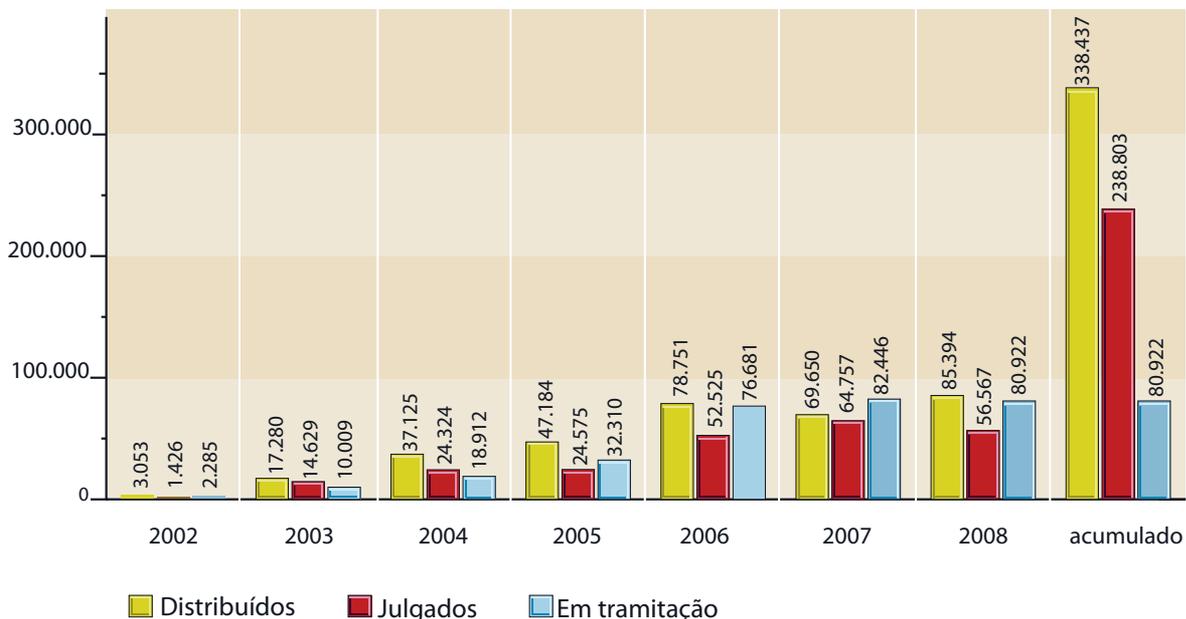
Turmas Recursais

Em 2008, 2 novas Turmas Recursais foram instaladas no âmbito dos Juizados Federais da Primeira Região. Os estados contemplados foram Roraima (em 4 de abril), em razão do volume de processos e da não existência de uma Turma Recursal na Seccional, e Bahia (em 12 de dezembro), em razão da existência de 6 Varas de

Juizado Especial Federal – JEF na Seccional e da instalação de Juizados adjuntos nas Subseções Judiciárias do estado, que resultou em volumoso acervo de recursos em tramitação.

As atuais 16 Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região contabilizaram os seguintes números.

Gráfico 3
Demonstrativo das Turmas Recursais na Primeira Região

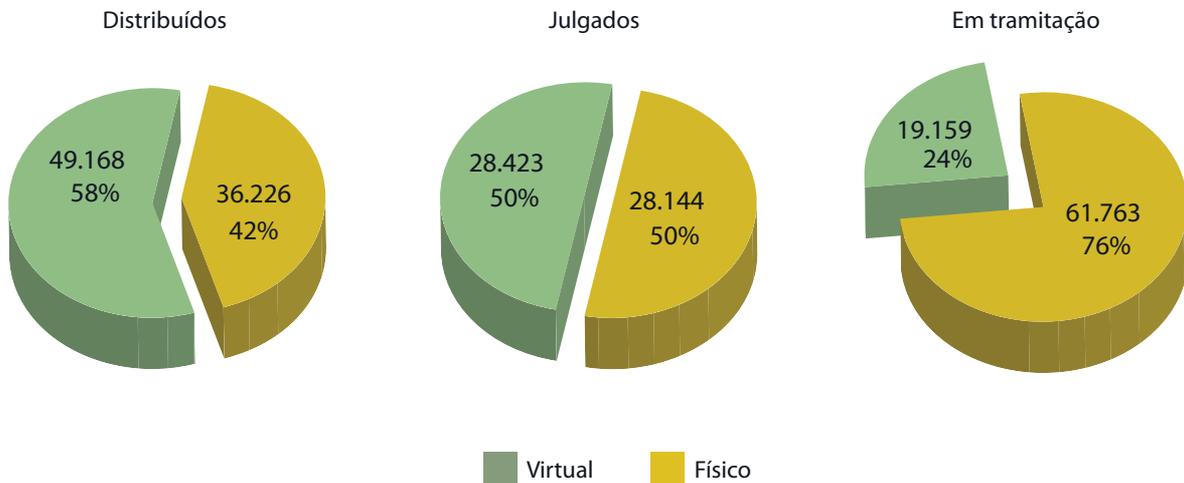


Quadro 56
Composição do acervo de processos na Turma Recursal por Seção Judiciária

Seção Judiciária	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	Físico	Virtual	% Virtual	Físico	Virtual	% Virtual	Físico	Virtual	% Virtual
AC	119	6.011	98,1	172	1.429	89,3	218	61	21,9
AM	1.371	1.012	42,5	1.749	818	31,9	1.502	7	0,5
BA	7.734	6.134	44,2	5.381	10.777	66,7	15.374	16.776	52,2
DF	582	3.257	84,8	557	2.506	81,8	1.452	44	2,9
GO	2.742	3.696	57,4	3.036	2.269	42,8	1.527	32	2,1
MA	2.562	5.721	69,1	1.452	820	36,1	5.490	46	0,8
MG	14.608	27	0,2	12.029	-	0,0	28.229	52	0,2
MT	700	1.928	73,4	646	1.733	72,8	586	12	2,0
PA/AP	2.215	1.109	33,4	1.973	289	12,8	3.695	12	0,3
PI	2.827	12.752	81,9	865	223	20,5	2.984	128	4,1
RO	545	4.720	89,6	199	5.662	96,6	519	25	4,6
RR	199	1.244	86,2	72	474	86,8	176	1.243	87,6
TO	22	1.557	98,6	13	1.423	99,1	11	721	98,5
Subtotal	36.226	49.168	58	28.144	28.423	50	61.763	19.159	24
Total	85.394			56.567			80.922		

Fonte: Sistema Processual da Primeira Instância.

Gráfico 4
Composição do acervo de processos na Turma Recursal



Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência

A Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência – TRU/JEF, composta pelos 16 juízes-presidentes das Turmas Recursais e presidida pelo Coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, Desembargador Federal Cândido Ribeiro, realizou duas sessões de julgamento, sendo uma em Brasília, em 30 de junho, quando foram julgados 130 processos, e a outra na Seção Judiciária do Estado do Amazonas, em 7 de novembro, quando 58 processos foram apreciados.

Dos 885 recursos extraordinários encaminhados à Turma Regional de Uniformização, 258 não foram admitidos e 626 foram julgados prejudicados. 17 recursos especiais não foram admitidos.

Dos 12 incidentes de uniformização interpostos na Turma Nacional, objetivando a interpretação de lei federal, 3 não foram admitidos e 4 foram julgados prejudicados.

Questões constitucionais

A repercussão geral das questões constitucionais como pressuposto de admissibilidade dos recursos extraordinários (art. 102, § 3º, da Constituição Federal), sistematizada nos arts. 543-A e 543-B do CPC e nos arts. 13, 322-A, 328 e 328-A do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal – RISTF, delimitou a competência do STF à análise de questões constitucionais com relevância social, política, econômica ou jurídica que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

No caso dos Juizados Especiais Federais, os recursos submetidos à Turma Recursal ou às Turmas de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento em



Foto: Luiz Carlos B. Xavier

Sessão da Turma Regional de Uniformização, em Brasília.

idêntica controvérsia àquela submetida à análise pelo STF, acerca da repercussão geral, deverão ficar sobrestados até o pronunciamento definitivo daquela Corte.

Negada a existência da repercussão geral, os recursos sobrestados automaticamente não serão admitidos. Por outro lado, apreciado o mérito do recurso extraordinário em que se reconheceu a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados serão apreciados pelas Turmas Recursais ou de Uniformização, que poderão julgá-los prejudicados ou poderão se retratar. Por fim, caso seja ratificada a decisão no órgão de origem, poderá o STF, liminarmente, cassar ou reformar a decisão contrária a sua orientação.

Na Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos JEFs da Primeira Região, em 2008, foram sobrestados 85 pedidos de uniformização de jurisprudência já nas Turmas Recursais (cerca de 3 mil processos).

Publicação de acórdãos

A Turma Regional de Uniformização dos JEFs – TRU/JEF disponibilizou, na página do Tribunal, a partir de junho de 2008, o inteiro teor dos acórdãos que estavam pendentes de publicação desde 2004. De janeiro a dezembro de 2008, 1.076 acórdãos foram publicados.

Jurisprudência

Visando a uma maior celeridade processual, foi implantada, por analogia ao art. 7º, VII, da Resolução 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, uma triagem de processos antes da distribuição. Assim, se a matéria já foi apreciada pela Turma Regional, os autos são devolvidos à Turma Recursal para manutenção ou adequação do acórdão. Em 15 processos, foi determinado o retorno dos autos para adequação do julgado.

Sistema de Citação e Intimação Eletrônica – e-Cint

Com o objetivo de dar maior agilidade ao cumprimento das decisões judiciais e das sentenças transitadas em julgado, em agosto de 2008, técnicos da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF 1ª Região, repre-

sentantes da Coordenação dos JEFs e procuradores do INSS reuniram-se para avaliar e definir formas de adequação do sistema e-Cint às necessidades da autarquia.

A fim de viabilizar as adequações, o grupo deu início às alterações nos três sistemas envolvidos: o e-Cint, o e-Proc e o JEF Virtual. Em 29 de outubro de 2008, foi publicada, no *Boletim de Serviço* 201, a Orientação Normativa 1 – Cojef, cujo objetivo é facilitar e agilizar a implementação pelo INSS de benefício proveniente de decisões judiciais nos JEFs.

A Cojef apresentou a ON-1 no dia 16 de outubro, recomendando aos magistrados o detalhamento do dispositivo das sentenças em ações previdenciárias. Entre os fatores que motivaram a iniciativa, ressalta-se a possibilidade de a intimação ser feita, também, em nome da Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais do INSS – APS/ADJ, em atenção ao pleito da autarquia federal e a fim de agilizar o cumprimento das decisões judiciais.

Alterações nos Juizados Especiais Federais

A estrutura dos JEFs no decorrer do ano não sofreu alterações significativas, permanecendo em funcionamento 42 JEFs adjuntos a varas federais. Apenas na Subseção Judiciária de Governador Valadares, os Juizados adjuntos às varas existentes foram unificados e convertidos em JEF autônomo.

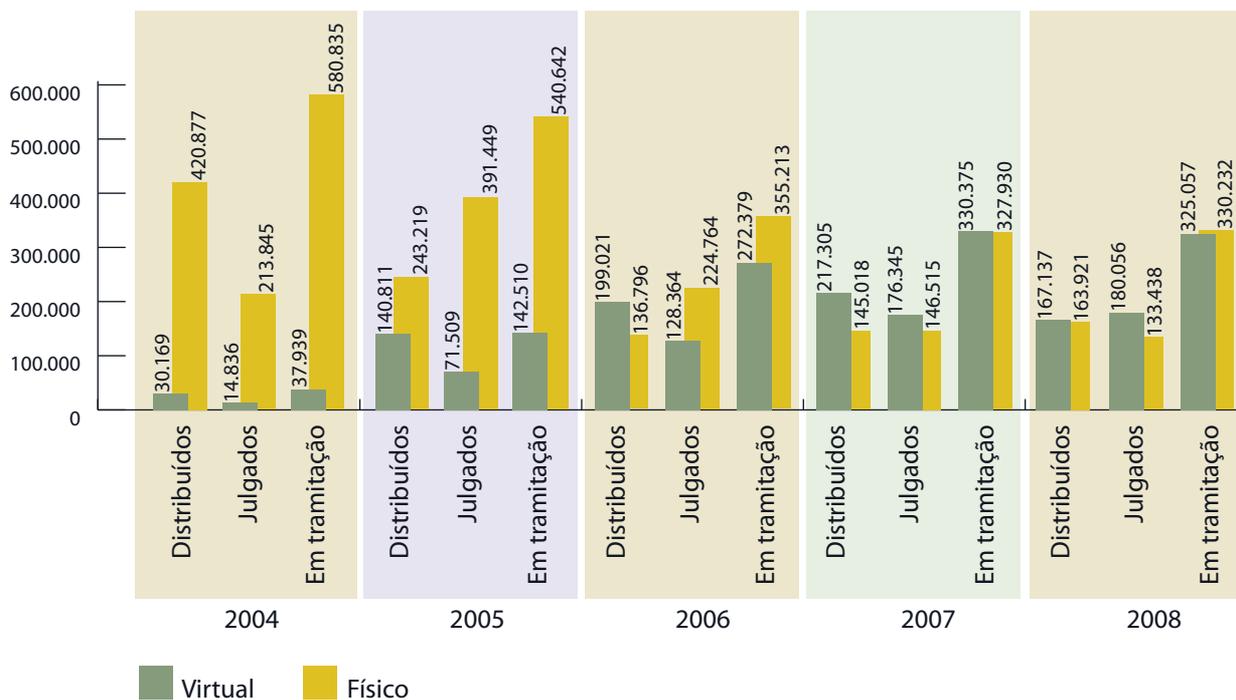
Quadro 57
Quantidade e tipo de Juizados e Turmas Recursais

Descrição	Quantidade
Varas JEFs (todas com sistema virtual instalado)	27
JEFs destacados	3
JEFs adjuntos a varas de capital (com competência criminal)	12
JEFs adjuntos a varas de interior	40
Total de JEFs em funcionamento	82
Turmas Recursais	16

Quadro 58
Composição do acervo dos JEFs

Ano	Tipo	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
2004	Físico	420.877	213.845	580.835
	Virtual	30.169	14.836	37.939
	Total	451.046	228.681	618.774
2005	Físico	243.219	391.449	540.642
	Virtual	140.811	71.509	142.510
	Total	384.030	462.958	683.152
2006	Físico	136.796	224.764	355.213
	Virtual	199.021	128.364	272.379
	Total	335.817	353.128	627.592
2007	Físico	145.018	176.345	327.930
	Virtual	217.305	146.515	330.375
	Total	362.323	322.860	658.305
2008	Físico	163.921	180.056	325.057
	Virtual	167.137	133.438	330.232
	Total	331.058	313.494	655.289

Gráfico 5
Evolução da composição do acervo dos JEFs



Quadro 59
Composição do acervo de processos no JEF por Seção Judiciária

Seção Judiciária	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	Físico	Virtual	% virtual	Físico	Virtual	% virtual	Físico	Virtual	% virtual
AC	235	5.226	96	256	7.791	97	73	3.043	98
AM	4.381	4.265	49	5.239	3.580	41	6.426	9.525	60
AP	48	5.502	99	291	4.048	93	587	7.018	92
BA	38.875	8.929	19	28.129	11.769	29	54.170	18.197	25
DF	154	22.032	99	9.452	14.095	60	4.946	55.898	92
GO	8.217	20.054	71	8.339	17.216	67	19.710	20.588	51
MA	8.064	45.236	85	6.174	50.521	89	14.531	55.070	79
MG	69.284	17.086	20	48.115	5.271	10	165.015	55.000	25
MT	4.751	4.337	48	2.844	5.541	66	5.388	12.516	70
PA	13.905	11.889	46	10.496	20.796	66	28.199	38.628	58
PI	13.196	2.887	18	12.667	16.434	56	28.273	15.813	36
RO	2.706	6.552	71	1.190	10.999	90	2.575	19.629	88
RR	103	6.890	99	242	5.899	96	317	7.138	96
TO	2	6.252	100	4	6.096	100	22	6.994	100
Subtotal	163.921	167.137	50	133.438	180.056	57	330.232	325.057	50
Total	331.058			313.494			655.289		

Fonte: Sistema Processual da Primeira Instância.

Gráfico 6
Comparativo anual da movimentação de processos nos JEFs da Primeira Região

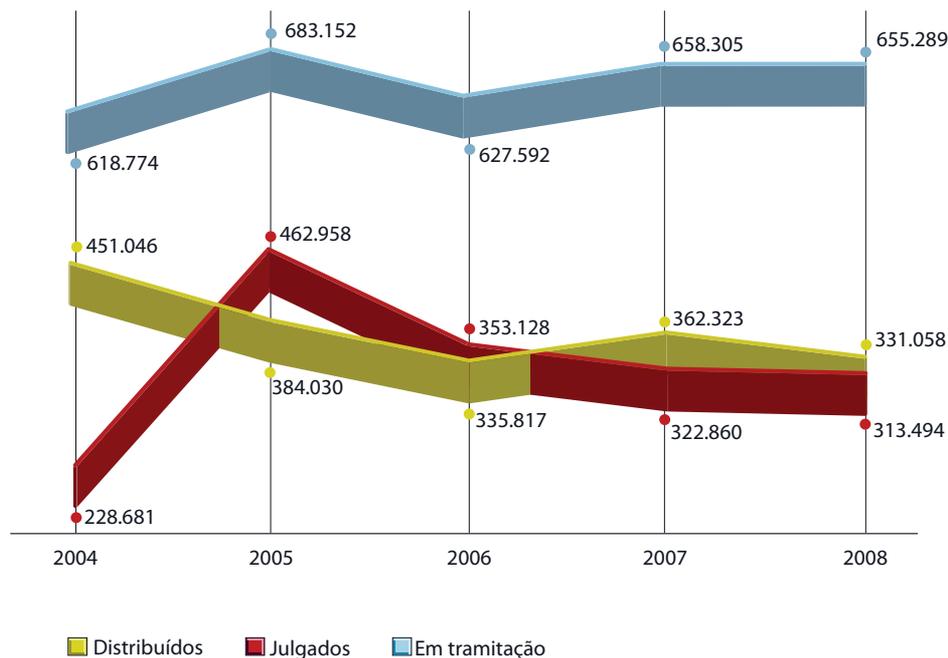
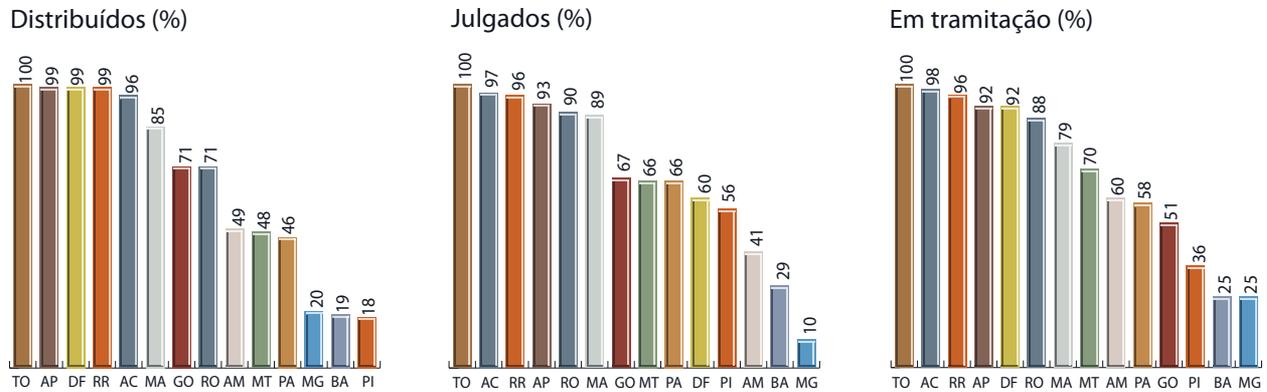


Gráfico 7
Percentual de processos virtuais em ordem decrescente



Comissão Permanente dos JEFs

A comissão permanente dos Juizados Especiais Federais, formada pelo corregedor-geral da Justiça Federal, pelos coordenadores regionais dos JEFs das 5 Regiões e pelo presidente da Associação dos Juizes Federais – Ajufe, reuniu-se, no dia 26 de agosto, em Porto Alegre/RS, para tratar de assuntos relacionados à reestruturação das Turmas Recursais dos Juizados Federais de todo o país. O encontro aconteceu na sede do TRF 4ª Região. A reunião foi conduzida pelo então Presidente da Comissão e Coordenador-Geral da Justiça Federal, Ministro Gilson Dipp, do STJ, e contou com a presença dos Desembargadores Federais e Coordenadores Regionais Cândido Ribeiro, da Primeira Região; Benedito Gonçalves, da Segunda Região; Marisa Ferreira dos Santos, da Terceira Região; Néfi Cordeiro, da Quarta Região; Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, da Quinta Região, e do Presidente da Ajufe, Juiz Federal Fernando Baptista de Mattos.

No dia 31 de outubro, a Comissão Permanente reuniu-se no Conselho da Justiça Federal, em Brasília, para discutir a necessidade de uniformizar a disciplina processual das Turmas Recursais e complementar a virtualização dos JEFs. Em relação à estruturação dos JEFs e das Turmas Recursais, os coordenadores comprometeram-se a fazer levantamento estatístico

detalhado que permita conhecer os JEFs estática e dinamicamente. Participaram do encontro os Desembargadores Federais e Coordenadores dos JEFs Cândido Ribeiro, da Primeira Região; Marisa Ferreira Santos, da Terceira Região; Néfi Cordeiro, da Quarta Região e Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, da Quinta Região. Também estiveram presentes o Juiz Federal Hermes Siedler, ex-integrante da Turma Nacional de Uniformização – TNU e atual Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, e o Presidente da Ajufe.

Instalação de postos avançados e convênios

As parcerias estratégicas com instituições de ensino superior têm sido importante instrumento de ampliação do acesso aos serviços dos Juizados. Por meio de convênios e acordos de cooperação, as entidades parceiras cedem espaço, mobiliário e os equipamentos necessários para atender aos interessados. Em 2008 foram instalados os seguintes Postos Avançados dos Juizados Especiais Federais:

a) Posto Avançado de Viçosa/MG: a instalação do PAV-JEF da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais na Universidade Federal de Viçosa é decorrente do Convênio 3, firmado em 15 de outubro de 2007, e repre-

seta mais um passo no processo de consolidação dos JEFs e de interiorização da Justiça Federal.



Foto: Mauro Putini

Instalação do PAV-JEF de Viçosa.

b) Posto Avançado de Divinópolis/MG: a Faculdade Pitágoras — *campus* Fadom — disponibilizou instalações físicas e o suporte necessário para o desenvolvimento das atividades do PAV-JEF da Subseção Judiciária de Divinópolis para assistência jurídica gratuita aos interessados no ajuizamento de ações com valor de até 60 salários-mínimos, por meio do Convênio firmado em dezembro de 2007.



Foto: Mauro Putini

Instalação do PAV-JEF de Divinópolis

c) Posto Avançado de Sete Lagoas/MG: a instalação do PAV-JEF na cidade mineira ocorreu no dia 8 de outubro de 2008, no Centro Universitário de Sete Lagoas – Unifemm. A instalação viabilizou-se por convênio entre a Justiça Federal e o Centro Universitário, que também atende à população de 47 municípios vizinhos.

Atualmente, a Primeira Região conta com cinco postos avançados em pleno funcionamento, somando-se aos instalados em 2008 os PAV-JEFs localizados nas cidades de Ilhéus/BA e Paracatu/MG. Em 20 de agosto de 2008, por meio da Portaria/Presi 600-184, foi autorizada a instalação do Posto Avançado na cidade de Parnaíba/PI. As tratativas para a efetiva instalação do 6º PAV-JEF ainda estão sendo ultimadas.

Perícias

Por força da Resolução 558 do Conselho da Justiça Federal, que dispõe sobre o pagamento de honorários de advogados dativos, curadores, peritos, tradutores e intérpretes, em casos de assistência judiciária gratuita, e que disciplina o cadastramento de advogados voluntários e dativos na Justiça Federal de primeiro e segundo grau e nos Juizados Especiais Federais, a Cojef vem mantendo controle mensal dos dados dos Juizados Especiais Federais das 14 Seções e 42 Subseções Judiciárias. Esses dados irão subsidiar a proposta orçamentária do ano de 2010.

Inovações/projetos

Cabe mencionar 7 ações específicas referentes ao ano de 2008.

1) Realização de visitas técnicas

Conforme a proposta de trabalho da Cojef e diante da preocupação com o volume excessivo de processos em tramitação nos diversos Juizados da Primeira Região, a alternativa adotada pela Coordenação foi a designação de um grupo de técnicos, integrado por diretores de secretaria, servidores das áreas de informática e estatística e da Cojef, para avaliar a realidade de cada JEF, visando identificar as necessidades e as possíveis causas para o excessivo número de feitos, por meio de avaliação dos procedimentos cartorários utilizados em cada Juizado. O grupo apresentou sugestões de otimização dos serviços com o objetivo de reduzir o acervo e realizou treinamento voltado para o uso do sistema virtual e suas atualizações.

Receberam a visita dos técnicos da Cojef as Seccionais do Piauí, Maranhão, Pará e Minas Gerais.

Os resultados estão sendo avaliados à medida que as rotinas são alteradas e as sugestões do grupo implementadas.

2) Mutirões

A Cojef, em razão do volume de processos represetados nos Juizados, a partir do trabalho da equipe técnica, adotou os mutirões como forma de agilizar a entrega da prestação jurisdicional e, conseqüentemente, reduzir o acervo nas varas dos Juizados. Preocupada em atender às quatro Seções Judiciárias com maior volume de processos nas varas de JEFs (Piauí, Maranhão, Pará e Minas Gerais), a Cojef programou um grande mutirão envolvendo magistrados de Minas Gerais, designados pela Corte Especial administrativa, para prolação de sentenças. Os trabalhos foram autorizados, inicialmente, pelo prazo de 180 dias, posteriormente prorrogado até 31 de dezembro de 2008.

Situação na Seção Judiciária do Piauí

Em razão dos 62.078 processos em trâmite na 6ª Vara da Seção Judiciária em janeiro de 2008, dos quais apenas 3.974 estavam conclusos para sentença, foi proposta, além da prolação de sentenças pelo grupo de magistrados da Seccional mineira, a realização de audiências com a participação dos juizes da 6ª Vara Federal do Piauí e de 2 magistrados oriundos de outras Seções Judiciárias, sem ônus para a administração.

Situação na Seção Judiciária de Minas Gerais

Em 4 de junho de 2008, as varas de Juizados Especiais Federais mineiras contavam com 6.914 processos conclusos para sentença. Com a remessa dos feitos ao grupo de trabalho a ser sentenciados para os juizes federais titulares, substitutos e em auxílio nas varas dos JEFs ficaram disponíveis para agilizar as audiências pendentes.

Situação na Seção Judiciária do Maranhão

Em 1º de fevereiro de 2008, tramitavam na 7ª Vara do JEF da Seção Judiciária do Estado do Maranhão 63.825 processos, dos quais 12.844 conclusos para sen-

tença, o que motivou a remessa destes processos para o grupo de trabalho.

Em razão do grande volume de feitos com audiências pendentes, cerca de 12 mil, foram realizadas audiências de conciliação, instrução e julgamento entre os dias 17 e 29 de novembro na sede daquela Seção Judiciária. 10 magistrados e diversos servidores vieram das Seções Judiciárias da Bahia, do Distrito Federal, de Goiás, de Minas Gerais, do Pará e do Tocantins, para somar esforços com os juizes do JEF do Maranhão. Em média, foram realizadas 50 audiências diárias por magistrado, totalizando cerca de 6 mil atendimentos. As demais audiências ficaram a cargo dos magistrados que atuam na vara daquela Seccional.



Foto: João Cláver

Cerca de 1.500 pessoas atendidas por dia no mutirão de audiências do Maranhão.

Situação na Seção Judiciária do Pará

A análise feita pela equipe técnica da Cojef no JEF da Seção Judiciária do Estado do Pará mostrou acúmulo de processos em avançada fase de audiências, de conclusão para sentença e de expedição de RPVs. Foram remetidos ao o grupo de trabalho 3.825 processos para prolação de sentenças.

Assim como ocorreu em Minas Gerais, com a remessa dos feitos ao grupo de trabalho para ser sentenciados os juizes federais titulares, substitutos e em auxílio nas varas dos JEFs ficaram disponíveis para agilizar as audiências pendentes.

No mês de maio, teve início mutirão para expedição de requisições de pequeno valor – RPVs. A medida foi

autorizada pela Cojef pelo prazo de 60 dias e contou com o apoio da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª e 7ª Vara. Cada unidade cedeu um servidor, o que resultou na redução de 44% das 6.500 requisições pendentes, das quais foram expedidas mais de 3.700, totalizando de quase 22,5 milhões de reais.

3) Mutirões de menor escala

Além do grande mutirão envolvendo os Juizados Especiais Federais das Seções Judiciárias referidas, foi autorizada pela Coordenação dos Juizados Especiais Federais a realização de outros mutirões, em menor escala, nas seguintes localidades.

Subseção Judiciária de Luziânia/GO

O Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Luziânia/GO promoveu, entre os dias 17 e 19 de junho, mutirão de conciliação, quando foram colocados em pauta 120 processos de aposentadoria rural. A ação resultou em 93 acordos homologados, o que representou um índice de 79% de êxito. O mutirão teve como finalidade atender à crescente demanda de segurados da Previdência Social por benefícios rurais. A Subseção Judiciária de Luziânia abrange grande extensão rural, englobando os municípios do entorno de Brasília e de todo o nordeste goiano.

Subseção Judiciária de Imperatriz/MA

Foram autorizados, ao todo, 4 mutirões de audiências de instrução e julgamento, levando-se em consideração o acúmulo de processos aguardando audiências, a remoção do juiz substituto para outra Seccional e a cumulação de atribuições do juiz titular no JEF adjunto e na Vara Única da Subseção.

O primeiro mutirão ocorreu no período de 25 a 29 de agosto, com a participação de 2 magistrados, que realizaram 300 audiências. O segundo ocorreu no período de 29 de setembro a 3 de outubro, também com a participação de 2 magistrados, que realizaram de 279 audiências. O terceiro foi realizado de 3 a 7 de novembro, obtendo saldo de 450 audiências realizadas pelos 2 magistrados atuantes no mutirão anterior. O derradeiro mutirão foi autorizado para o período de 1º a 5 de dezembro, mesmo período da Semana Nacional da Conciliação promovida por esta Corte, e contou com o auxílio de um juiz federal.



Foto: Luciano Linhares

Audiência realizada durante o mutirão de Imperatriz/MA.

Subseção Judiciária de Guanambi/BA

Em 27 de maio de 2008, a Subseção contava apenas com o juiz titular, responsável pelos processos da Vara e do JEF adjunto. Havia no JEF 3.259 processos pendentes de julgamento e 1.628 com audiências agendadas até 2010. No período de 27 de outubro a 8 de novembro de 2008, a Subseção Judiciária realizou mutirão de audiências com a participação de 1 juíza federal em período integral e 4 juizes federais, revezando-se na realização de, aproximadamente, 25 audiências por dia, por magistrado, inclusive aos sábados. O esforço concentrado resultou em 930 audiências, sendo proferidas 896 sentenças, incluindo-se nesse montante 301 acordos homologados, 13 decisões interlocutórias e 25 processos baixados em diligência.



Foto: Arquivo SJ/BA

Atendimento durante a audiência no mutirão de Guanambi/BA.

Subseção Judiciária de Picos/PI

No período de 8 a 13 de dezembro de 2008, foi realizado o mutirão de audiências, em razão do grande número de processos pendentes de audiência em outubro de 2008 (1.823 processos) de audiências agendadas até fevereiro de 2011. Foram designados 3 juizes federais, além do magistrado que atua na Subseção, e estabelecida a meta de 720 audiências, cumprida em 6 dias de esforço concentrado. Ao todo, a população de 45 municípios foi beneficiada pelo mutirão em uma das regiões mais pobres do estado do Piauí.

4) Palestra sobre noções básicas de conciliação

Magistrados, procuradores do INSS, conciliadores, servidores e colaboradores envolvidos nos trabalhos do mutirão na Seção Judiciária do Estado do Maranhão, que aconteceu no período de 19 a 29 de novembro de 2008, em São Luís/MA, participaram da palestra sobre noções básicas de conciliação, proferi-

da pela psicóloga Marília Lobão, profissional experiente em cursos de capacitação em conciliação em diversos TRFs. A experiência, pioneira na Primeira Região, demonstra a preocupação da Cojef em subsidiar a equipe envolvida nos trabalhos de esforço concentrado.

5) Nova página eletrônica da Cojef

Desde o mês de agosto de 2008, a Cojef disponibilizou, no site do Tribunal, a nova página da Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região. Com leiaute moderno e funcional, os usuários passaram a ter acesso a informações atualizadas, como a composição das Turmas Recursais e da Turma Nacional de Uniformização, endereços e telefones da Coordenação, de todos os JEFs da Primeira Região e das Turmas Recursais, normas e enunciados relacionados aos Juizados, histórico dos JEFs, pesquisa de jurisprudência, além de *link* para o informativo dos JEFs. O endereço eletrônico da Cojef é www.trf1.gov.br/JuizadoEspecialFederal.

The screenshot shows the website for the Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Juizado Especial Federal - JEF. The header includes the title and navigation links: Artigos Doutrinários, Endereços, Jurisprudência, Enunciados, and Página do TRF. The main content area features a central banner with a train and scales, and the Cojef logo with the slogan 'A Justiça de todos'. Below the banner, a text box announces the new website and provides contact details for SAUSUL in Brasília, including phone numbers and an email address. The footer contains information for filing claims and a website link.

6) Protocolo Descentralizado nos JEFs das Subseções Judiciárias da Primeira Região

Os Juizados Especiais Federais instalados nas Subseções Judiciárias foram autorizados, a partir do dia 30 de setembro, a fazer uso do Sistema de Protocolo Descentralizado. A liberação deu-se por meio da Portaria/Presi 600-263 de 30/09/2008. Com a novidade, os JEFs têm a possibilidade de efetuar a remessa de petições e documentos às Turmas Recursais respectivas, localizadas nas sedes das Seccionais da Primeira Região.

A permissão para se usar o Protocolo Descentralizado vai ao encontro do interesse da Cojef em promover a agilização nos procedimentos dos Juizados e facilitar o acesso à Justiça. O serviço funciona em todas as Seções Judiciárias da Primeira Região, salvo a Seção Judiciária do Distrito Federal, em razão da sua proximidade física com a Turma Recursal. O recebimento de petições é efetuado *on-line*, permitindo ao usuário realizar consulta via internet, após ser cadastrado em qualquer Seção Judiciária.

7) Normas relativas aos Juizados Especiais Federais da Primeira Região publicadas no decorrer do ano

Resoluções

- Resolução/Presi 600-14 de 30/06/2008: cria a 2ª Turma Recursal na Seção Judiciária do Estado da Bahia.
- Resolução/Presi 600-15 de 03/07/2008: define competência para a coordenação de Juizados Especiais Federais itinerantes.

Portarias

- Portaria/Presi 600-37 de 26/02/2008: autoriza o início do funcionamento do Juizado Especial Federal adjunto na Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO.
- Portaria/Presi 600-61 de 27/03/2008: converte os JEFs adjuntos da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG em JEF autônomo como serviço destacado.
- Portaria/Presi 600-316 de 14/11/2008: estabelece data para instalação da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado da Bahia.



Esmarf

Escola de Magistratura Federal da Primeira Região

A Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Esmaf, sob a direção do Desembargador Federal Olindo de Menezes, em 2008, manteve cursos de latim, inglês, alemão, francês e italiano, com noções gramaticais, desenvolvimento de comunicação oral, leitura e compreensão de textos, artigos e literatura jurídica, que foram abertos à participação de magistrados e servidores do Tribunal.

X Encontro de Juízes Federais

O X Encontro de Juízes Federais foi organizado pela Esmaf e pela Seção Judiciária do Estado do Pará, de 9 a 11 de abril, em Belém/PA. Nesse encontro, foram estudadas questões de interesse da magistratura federal sobre Direitos Humanos, Direito Ambiental e Direito Administrativo. O evento contou com a participação de cerca de 130 magistrados, entre desembargadores e juízes federais da Primeira Região.



Foto: Luiz C. B. Xavier

Mesa da solenidade de abertura do Encontro realizado em Belém/PA.

Palestra do professor Luiz Guilherme Marinoni

Em 25 de setembro de 2008, assumiram a direção da Esmaf os Desembargadores Federais Hilton Queiroz e Carlos Moreira Alves, respectivamente, nos cargos de diretor e vice-diretor.

O primeiro evento promovido pela nova gestão foi a palestra do professor Luiz Guilherme Marinoni, oportunidade em que foram estudadas questões sobre o

manejo do instituto da tutela específica, introduzida no Código de Processo Civil pela Lei 8.952/1994. O evento contou com a participação de ministros do STM, desembargadores e juízes federais da Primeira Região, juízes de direito do TJDFT, procuradores e subprocuradores da República e servidores do TRF 1ª Região e da Seção Judiciária do Distrito Federal.

I Jornada de Estudos sobre Direito Processual Penal

A Esmaf realizou, de 11 a 12 de dezembro, em Cuiabá/MT, a I Jornada de Estudos sobre Direito Processual Penal, ocasião em que foram discutidas questões práticas relativas à aplicação das novas leis que alteraram o Código de Processo Penal brasileiro.

Participaram do evento 70 magistrados, desembargadores e juízes federais da Primeira Região.



Foto: Mauro Putini

Primeiro conferencista do evento, Eugênio Pacelli, Presidente Jirair Aram Meguerian, Diretor da Esmaf Hilton Queiroz e Diretor de Foro José Pires da Cunha

Outras atividades

- Elaboração de pareceres em processos referentes a afastamento de magistrados para realização de cursos.
- Acompanhamento e encaminhamento dos relatórios de atividades dos juízes federais à Corregedoria-Geral, afastados para fins de estudo, conforme quadro a seguir.

Quadro 60
Magistrados afastados para participar de cursos

Juiz	Período	Curso
Antônio Cláudio Macedo da Silva	20/08/2007 a 10/05/2008	Mestrado – Universidade de Michigan – Ann Arbor/EUA
Eduardo Luiz Rocha Cubas	01/09/2008 a 31/08/2010	Mestrado – Corrupción y Estado de Derecho Doutorado – Estado de Derecho y buen gobierno – Universidade de Salamanca/Espanha
Francisco Martins Ferreira	2 anos a partir de 07/08/2007	Mestrado – Fundação Universidade Vale do Itajaí – Univali, com área de concentração em Fundamentos do Direito Positivo, Linha de Pesquisa Hermenêutica e Princiologia Constitucional, na cidade de Itajaí/SC
Guilherme Fabiano Julien de Resende	01/10/2007 a 31/07/2008	Mestrado – Universidade de Lisboa/Portugal
Hélder Girão Barreto	Abril de 2007 a dezembro de 2010	Doutorado – UnB/UFRR/Flacso
Hind Ghassan Kayath	Fevereiro de 2007 a fevereiro de 2008	Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP
Iolete Maria Fialho de Oliveira	Outubro de 2008 a dezembro de 2009	Mestrado – Universidade de Barcelona/Espanha Master en Estudios Internacionales
Ivanir César Ireno Júnior	Sextas-feiras a partir das 13h	Mestrado – Universidade Católica do Rio de Janeiro (Portaria/Presi de 30/06/2007)
Ivo Anselmo Höhn Júnior	2 anos a partir de 13/08/2007	Doutorado – Universidade de São Paulo – USP
Paulo César Alves Sodré	Março de 2008 a março de 2010	Mestrado – Direito Público – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Raquel Soares Chiarelli	17/09/2007 a 16/09/2008	Mestrado – Master 2ème année – Recherche – Mention Droit, Spécialité Citoyenneté da Université Franche-Comté

Quadro 61
Eventos realizados pela Esmaf

Evento	Período	Carga horária	Participantes
Curso de Latim preparatório, avançado e de Literatura Latina	Fevereiro a novembro	206 h	25
Curso de Inglês básico, intermediário e avançado	Fevereiro a novembro	576 h	30
Curso de Alemão	Fevereiro a novembro	128 h	10
Curso de Francês básico, intermediário e avançado	Fevereiro a novembro	576 h	40
Curso de Italiano intermediário e avançado	Fevereiro a novembro	140 h	12
X Encontro de Juízes Federais	09/04 a 11/04	20 h	130
Palestra proferida pelo Professor Luiz Guilherme Marinoni	23/10	2 h	150
I Jornada de Estudos sobre Direito Processual Penal	11 a 12/12	20h	70

Quadro 62
Participação do Diretor da Esmaf em eventos externos

Evento	Entidade promotora	Participantes	Data
I Reunião da Comissão de Uniformização do Ingresso na Carreira de Juiz Federal	Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ/CJF	Diretores de Escolas de Magistratura	25/02
II Reunião da Comissão de Uniformização do Ingresso na Carreira de Juiz Federal	Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ/CJF	Diretores de Escolas de Magistratura	04/04
III Reunião da Comissão de Uniformização do Ingresso na Carreira de Juiz Federal	Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ/CJF	Diretores de Escolas de Magistratura	12/05
IV Reunião da Comissão de Uniformização do Ingresso na Carreira de Juiz Federal	Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ/CJF	Diretores de Escolas de Magistratura	25/06
V Reunião da Comissão de Uniformização do Ingresso na Carreira de Juiz Federal	Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ/CJF	Diretores de Escolas de Magistratura	18/08

Quadro 63
Participação do Vice-Diretor da Esmaf em eventos externos

Evento	Entidade promotora	Participantes	Data
Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Magistratura	Escola Nacional da Magistratura – ENM	Diretores de Escolas de Magistratura	10 a 14/12



Diges

Diretoria-Geral da Secretaria

A Diretoria-Geral da Secretaria – Diges transforma as diretrizes emanadas da Presidência do Tribunal em planos de ação efetivos, em consonância com as prioridades de trabalho definidas para o Poder Judiciário e com os preceitos da Administração Pública.

Em 2008, tomou posse, como Diretor-Geral do Tribunal, Sílvio Ferreira, servidor do Superior Tribunal de Justiça distribuído ao Conselho da Justiça Federal em 30 de agosto 1999.

A gestão, calcada em resultados, incentivou a ampla interação entre as unidades técnicas do Tribunal e dessas com as demais unidades da Primeira Instância, com o compartilhamento da visão, da missão e dos objetivos estratégicos a serem atingidos na Primeira Região.

Planejamento estratégico do Tribunal

O Programa de Metas – Biênio 2007-2008, documento que consolidou o planejamento estratégico do Tribunal, teve cumpridas cerca de 90% das 26 metas fixadas. Umhas metas foram integralmente finalizadas, algumas foram reprogramadas e outras, como a construção do edifício Sede para o Tribunal, tinham prazos de conclusão futuros.

O ano de 2008 foi um período de revisão dos princípios definidos e da metodologia adotada, dentro da premissa de aperfeiçoamento contínuo, com revisões estratégicas periódicas e sistemáticas, com vistas à excelência da gestão. Para tanto, o Tribunal comprometeu-se a adaptar o Programa de Metas do Tribunal à metodologia BSC (*Balanced ScoreCard*).

Mediante a contratação de consultoria, uma equipe multidisciplinar, integrada por dirigentes e servidores de diversas áreas do Tribunal, revisou a missão, os valores e a visão de futuro do Tribunal. Foram também trabalhados os objetivos estratégicos e as perspectivas de ação, que focalizam o desempenho organizacional, assim redefinidas: perspectiva 1 – Jurisdicionados; perspectiva 2 – Socioambiental; perspectiva 3 – Procedimentos Internos; perspectiva 4 – Gestão de Pessoas e Infraestrutura e perspectiva 5 – Orçamento e Outros Recursos.

O resultado do trabalho foi apresentado ao Comitê de Planejamento Estratégico do TRF 1ª Região – Pla-

nej, instituído pela Portaria/Presi 600-134 de 23/05/2008, para consolidação do Planejamento Estratégico para o biênio 2008-2010.

Projetos priorizados

Perspectiva 1 – Jurisdicionados

Sob a perspectiva 1 – Jurisdicionados, no ano de 2008, por meio de uma série de projetos desenvolvidos, a prestação jurisdicional tornou-se mais acessível, célere e efetiva.

Inovações na Coordenadoria de Registros e Informações Processuais

A Coordenadoria de Registros e Informações Processuais implementou inovações cujos resultados se fizeram sentir rapidamente, com grande ganho de tempo e produtividade, com ênfase em três medidas: a implantação do sistema automatizado de numeração de folhas de processos originários, que eliminou a antiga prática da utilização de carimbos elétricos e manuais, liberando, para a realização de outras atividades, cerca de 20 colaboradores; a redistribuição de tarefas e a reorganização do leiaute, com substituição do mobiliário, e a integração do sistema Juris com o sistema processual de primeiro grau, por meio de sistema automatizado de cadastro de processos originários da Justiça Federal de primeiro grau, o que possibilitou a recuperação das informações cadastradas no juízo federal de origem, iniciativa que evita erros de digitação e confere maior celeridade e segurança ao jurisdicionado e ao próprio usuário acerca das informações processuais cadastradas no sistema. O aumento da produtividade atingiu mais de 13 mil processos distribuídos no mês de outubro, número que foi superado no mês de novembro, quando foram distribuídos quase 14 mil processos. As medidas também contribuíram significativamente para a satisfação daqueles que trabalham na unidade.

Agilização das comunicações judiciais

Desde setembro de 2008, a Coordenadoria da Sétima Turma passou a encaminhar, via *e-mail*, em substituição ao envio por fac-símile, o inteiro teor das deci-

sões liminares, proferidas em agravo de instrumento, às Seções e Subseções Judiciárias, bem como às Comarcas da Justiça Estadual. Esse procedimento, além de agilizar a comunicação de decisões judiciais urgentes aos juízos de primeiro grau, propicia ao Tribunal a redução dos custos com papel e ligações interurbanas.

Semelhante medida foi adotada pela Coordenadoria de Taquigrafia, com o envio das notas taquigráficas por meio exclusivamente eletrônico para os gabinetes e coordenadorias processantes, a partir de novembro de 2008, reduzindo consideravelmente o gasto com papel, em atendimento à nova política socioambiental do TRF 1ª Região.

Finalização da implantação do e-DJF1 na Primeira Região

Iniciando em 2007, o Projeto do Diário da Justiça Federal da Primeira Região (*e-DJF1*), responsável pela publicação oficial dos atos judiciais e administrativos da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, foi concluído em setembro de 2008, quando toda a Primeira Região implantou definitivamente a publicação eletrônica de seus atos. A criação do *e-DJF1*, em formato eletrônico, respalda-se na Lei 11.419/2006 e busca transpor o alto custo e a demora na entrega em outros Estados da versão impressa editada pela Imprensa Nacional.

Para oferecer o serviço nos níveis de qualidade requeridos, eram necessários, contudo, em curto prazo, elevados investimentos pelo Tribunal. Oportunamente, logo após a implantação do projeto em Rondônia, a Imprensa Nacional manifestou interesse em consolidar, editar e publicar, gratuitamente, o *e-DJF1*, em formato eletrônico, no site www.in.gov.br, oferecendo ainda outras vantagens para a Primeira Região, como a alta disponibilidade de acesso aos Diários e um projeto de microfilmagem para guarda permanente do acervo desses Diários; realização de vários tipos de consulta, como por nome, data, período de publicação ou qualquer palavra no texto do jornal em várias edições ao mesmo tempo, por número da página etc. Considerados esses motivos, a publicação, a partir de 2009, será novamente editada por aquele órgão, mantendo-se o mesmo nome e identidade visual e aperfeiçoando-se o leiaute e a acessibilidade.

Projeto Conciliação INSS

A Secretaria do Tribunal, sensível às dificuldades reiteradamente apontadas pela Desembargadora Federal Neuza Alves quanto ao volume de feitos previdenciários que tramitam nos órgãos julgadores que compõem a Primeira Seção do Tribunal e diante do interesse manifestado pela Procuradoria-Geral do INSS, elaborou o Projeto de Conciliação Previdenciária do TRF 1ª Região — direcionado para as ações previdenciárias que tramitam em grau de recurso no Tribunal e que envolvam pedidos de aposentadoria, pensão e salário-maternidade rurais e Benefício de Prestação Continuada – BCP/LOAS —, o qual foi aprovado pela Corte Especial administrativa, de acordo com a Resolução/Presi 600-04 de 06/03/2008.

Sua concepção teve como parâmetro os excelentes resultados do Projeto de Conciliação da Primeira Região relativo ao Sistema Financeiro da Habitação, que demonstrou a conveniência da solução dos processos pela via conciliatória, com economia, celeridade e efetividade na prestação jurisdicional. A solução rápida de processos previdenciários tem imediata repercussão social, notadamente, nas camadas mais pobres da população.

O projeto é coordenado pela Presidência do Tribunal e as atividades cartorárias são efetuadas pela Secretaria Executiva de Apoio ao Projeto de Conciliação, que integra a estrutura da Secretaria Judiciária.

Perspectiva 2 – Socioambiental

Sob a perspectiva 2 – Socioambiental, o Tribunal, além de sua função precípua, deve também ser importante ator nas mudanças no contexto social, conscientizando todos os seus membros, servidores e colaboradores da importância de seu papel na sociedade e no desenvolvimento sustentável.

Projeto TRF Socioambiental

O Projeto TRF Socioambiental, com a assinatura do termo de adesão do órgão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), deu um passo importante na defesa do meio ambiente. Com a implantação do Projeto, o Tribunal passará a cumprir com mais rigor o art. 225 da Constituição Federal, que fixa o dever de o

Poder Público defender e preservar o meio ambiente para a presente e futuras gerações.

Uma das primeiras ações adotadas em 2008 foi a coleta seletiva de lixo para reciclagem, com a assinatura do Termo de Compromisso firmado com a Associação Pré-Cooperativista dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brasília – Apcorb, com vistas à operacionalização da coleta dos resíduos recicláveis produzidos pelo Tribunal.

Para dar seguimento e ampliar o projeto, será constituída a Comissão TRF Socioambiental, que trabalhará com enfoque em seis áreas temáticas:

- I – Coleta Seletiva e Responsabilidade Social;
- II – Construção Sustentável e Gestão de Recursos Hídricos e Energéticos;
- III – Gestão de Material e Patrimônio;
- IV – Licitação Sustentável;
- V – Treinamento e Sensibilização Ambiental;
- VI – Comunicação Institucional.

Foto: Luiz C. B. Xavier



Diretor-Geral, Sílvio Ferreira, faz a entrega simbólica dos cartuchos.

Monumento à construção da nova sede do Tribunal

A Secretaria do Tribunal propôs a criação de um monumento à construção da nova sede, incluindo a regulamentação dos procedimentos para compor, preservar e exibir o acervo histórico referente à construção e inauguração das novas instalações, que resultou na aprovação da Resolução/Presi 600-03 de 31/01/2008.

O registro da história do Tribunal recebe tratamento especial por esta Corte há mais de uma década,

como exemplificam a criação do Memorial do TRF 1ª Região, em 1995, bem como a emissão da IN-14-18 – Gestão de Documentos Judiciais e Administrativos, em 1998, que aborda normas e procedimentos para a preservação de documentos e objetos históricos da Primeira Região.

O monumento integrará o conjunto arquitetônico da nova sede, construído em formato semelhante a um prisma, no pátio frontal das edificações, e será composto por dois marcos:

- marco da construção: lançado em solenidade realizada no dia 01/02/2008, representa o princípio do empreendimento. Em uma urna, dentro do monumento, foram depositados objetos, fotografias, plantas e importantes documentos que registram o início da construção;
- marco da inauguração: será lançado em comemoração à conclusão das obras e ao início do funcionamento das novas instalações.



Foto: Luiz C. B. Xavier

Lançamento do marco inicial do edifício Sede do TRF 1ª Região.

Na perspectiva 3 – Procedimentos Internos, em que são analisados os processos de trabalho visando promover sua contínua melhoria, importantes projetos foram implementados nos segmentos de apoio cartorário e administrativo, com ênfase nos descritos a seguir.

Criação do banco de dados de jurisprudência administrativa

Iniciativa da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação do Tribunal que atende a antiga demanda das áreas técnicas desta Corte e, principalmente, das

Seccionais, tendo em vista a necessidade de conjugar os procedimentos administrativos realizados e as normas administrativas propostas às decisões do Tribunal.

O banco de dados, que vem sendo abastecido paulatinamente, contém os julgados do Plenário, da Corte Especial administrativa e do Conselho de Administração e constitui importante ferramenta de pesquisa.

Primeiro descarte de autos findos da Primeira Região

A política de gestão de documentos do Tribunal define e disciplina os critérios e procedimentos para tratamento da massa de documentos de natureza jurídica e administrativa, no que se refere a sua avaliação, seleção, arquivamento, preservação histórica e descarte, visando a:

- reduzir, racionalizar e organizar os documentos;
- preservar adequadamente documentos legais, históricos, culturais e artísticos de importância pública ou social;
- maximizar a utilização das instalações físicas do Tribunal e das Seccionais, por meio da guarda de documentos pelo período estritamente necessário;
- aumentar a rapidez na recuperação das informações.

Em 2008, o Tribunal realizou o 1º Descarte de Autos Judiciais Findos do TRF 1ª Região e o 4º Descarte de Documentos e Processos Administrativos. Nesses descartes, foram para reciclagem 14.910 processos de precatórios, 1.214 mandados de segurança, 18.469 processos judiciais e 2.268 processos administrativos, o que resultou na liberação de mais de 167 metros lineares de área de depósito.

Os processos e documentos de valor histórico e aqueles que ainda não atingiram a temporalidade para descarte foram sistematicamente classificados e receberam adequado tratamento de higienização e acondicionamento.

Agilidade nas licitações

Em busca de celeridade e de contratações/aquisições economicamente mais vantajosas e em face do exíguo espaço de armazenamento nos almoxarifados, o

Tribunal, valendo-se do disposto no §1º do art. 8º do Decreto 3.931/2001, passou a utilizar, com mais frequência, o Sistema de Registro de Preços em suas compras e contratações. Além disso, deu ênfase às aquisições e contratações por meio de pregões eletrônicos, que permitem maior celeridade, abrangência territorial e disputa de preços, além, obviamente, da disponibilização de informações em meio digital.

Alterações no pool reprográfico do Tribunal

Entrou em vigor, em 16 de abril de 2008, novo contrato de locação de equipamentos de reprografia, impressão e digitalização, que comportam funções que as máquinas anteriores não admitiam, tais como escaneamento de documentos e acessibilidade à rede. Além dos benefícios de natureza operacional e do incremento no quantitativo de máquinas locadas — uma vez que o contrato anterior contemplava apenas 41 equipamentos —, a nova contratação trouxe significativa economia financeira para o Tribunal, haja vista sua despesa anual estimada em R\$ 351.120,00, em comparação com a estimativa anual de R\$ 838.074,00 prevista no termo contratual expirado, perfazendo uma redução de custos de aproximadamente 58%.

Assessoria Jurídica da Diges

A atuação da Assessoria Jurídica da Diges – Asjur é centrada no controle da legalidade dos procedimentos e atos administrativos, por meio de opiniões fundadas nas normas legais, nos regulamentos ou atos normativos e princípios que informam a gestão administrativa.

Em face do princípio da legalidade a que está submetida a administração, há pouco espaço para teses. Interpretam-se as normas para que a administração cumpra seu dever jurídico de boa e regular gestão.

Durante o ano, foram incorporadas à Asjur as competências, as funções comissionadas e os servidores da Seção de Análise e Pareceres Jurídicos da Secretaria de Administração, objetivando dar direcionamento jurídico único à Secretaria do Tribunal, bem como aumentar a produtividade.

Em 2008, a Asjur analisou 451 processos, afora outros analisados oriundos das Seccionais, os quais versavam sobre:

- pareceres em processos administrativos — pessoal — ajuda de custo, auxílio pré-escolar, diárias, averbação de tempo de serviço, remoções, redistribuições, indenizações, gratificações, revisão de quintos, requerimento de adicional de qualificação, conversão em pecúnia de licença-prêmio por assiduidade; processo disciplinar, provimento de cargo de servidor, pedido de exclusão de redutor de teto;
- análise do requerimento da Confederação de Servidor Público do Brasil para aplicação da Instrução Normativa do Ministério Público do Trabalho para tornar obrigatória a cobrança de contribuição sindical dos servidores públicos;
- subsídio e vantagens pessoais a magistrados;
- afastamento/dispensa das atribuições jurisdicionais de magistrados;
- análise de ação civil pública e agravo regimental referente à obra da nova sede do TRF 1ª Região;
- análise de solicitação de suspensão e/ou prorrogação de prazos processuais;
- licitação – análise de minutas, impugnações a editais e recursos;
- homologação de resultado de licitação;
- execução contratual – recursos desta Corte e de Seccionais e imposição de sanções;
- Pro-Social – análise de credenciamentos, termos aditivos e outros assuntos ligados aos beneficiários;
- análise de convênios – Juizados Especiais Federais, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e outros;
- estudos sobre pagamento de precatórios, RPVs e custas judiciais;
- contratos – exame de minutas e termos aditivos;
- análise de pedidos de aquisição de coleções, obras literárias e bibliográficas para o acervo da Biblioteca desta Corte;
- análise de processos de porte de arma – servidores deste Tribunal e das Seções Judiciárias dos Estados da Bahia e de Goiás;
- representação do TCU quanto ao controle e utilização de veículos;
- análise de processos judiciais: mandados de segurança, reclamações trabalhistas de cooperados que prestaram serviço neste Tribunal – Justiça e Advocacia-Geral da União;
- análise de processos administrativos no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público Federal.

Perspectiva 4 – Gestão de Pessoas e Infraestrutura

Sob a perspectiva 4 – Gestão de Pessoas e Infraestrutura, pela qual o planejamento estratégico do Tribunal focaliza os recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao sucesso e à evolução da instituição, muitas foram as ações que buscaram aliar à crescente produtividade uma política de excelência no atendimento aos magistrados, valorização do corpo funcional e demais colaboradores que atuam na Primeira Região, bem como proporcionar às unidades do Tribunal e da primeira instância os melhores meios para o desenvolvimento dos serviços.

Assuntos da magistratura

O atendimento às demandas dos desembargadores federais e dos magistrados da primeira instância foi realizado com grande empenho pela Assessoria de Assuntos da Magistratura, especialmente no tocante às providências necessárias às remoções, promoções, marcações de férias e outras questões relativas à magistratura.

Previsto inicialmente para o segundo semestre de 2008, os preparativos para o próximo concurso para juiz federal substituto da Primeira Região foram interrompidos após informar o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, em final de maio, que os próximos concursos para juizes federais só seriam iniciados quando da conclusão dos trabalhos realizados pelo Conselho de Aperfeiçoamento e Pesquisa, em conformidade com as definições do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juizes Federais – PNA.

Enquanto os últimos detalhes são acertados entre a Comissão Especial de Concurso e a instituição respon-

sável pela primeira prova do próximo concurso em todas as Seccionais da Primeira Região, o Tribunal procede à análise da resolução que instituiu o PNA, para identificar as alterações e, em seguida, elaborar a minuta do edital de acordo com as novas regras estabelecidas.

Atuação para o aprimoramento de servidores

Importantes eventos marcaram a área de recursos humanos em 2008, com destaque para a consolidação da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região – UniCorp, por meio da qual foram oferecidos, durante o ano, cursos presenciais e *on-line*, que tiveram 967 participantes, sendo 172 do Tribunal e 795 das Seções e Subseções Judiciárias, confirmando o papel fundamental da UniCorp de compartilhamento das ações de aprimoramento com as unidades descentralizadas da Primeira Região. Pela UniCorp foram também investidos recursos para o pagamento de 26 bolsas de estudos de pós-graduação *lato sensu* a servidores.

Um dos eventos realizados merece especial destaque, o I Fórum de Contratação Pública da Justiça Federal, tanto por seu conteúdo como por ter sido mais um importante passo no uso do sistema de videoconferência pelo Tribunal. Oficialmente, foi a primeira vez que servidores de todas as Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região puderam assistir às palestras realizadas em Brasília, em tempo real, por meio da rede de dados, sem nenhum custo adicional para esta Corte. O evento foi promovido em parceria com o Conselho da Justiça Federal, com o objetivo de uniformizar entendimentos e integrar os procedimentos no âmbito da Justiça Federal, por meio de palestras apresentadas por renomados especialistas em licitação e contratos na administração pública.

Outro marco foi a implementação, no mês de agosto, do Programa de Desenvolvimento Gerencial do TRF, em atendimento aos arts. 4º e 5º da Lei 11.416/2006. Esse programa, de grande abrangência, contou com a participação de 264 servidores, titulares de funções comissionadas e cargos em comissão de natureza gerencial, visando ao aprimoramento das equipes de trabalho e do estilo de gestão, com abordagens sobre planejamento estratégico, liderança, capacidade de autodesenvolvi-

to, relacionamentos interpessoais e outras habilidades necessárias ao exercício de atividades de gestão.

Projeto Vigilante Solidário

Para dar maior segurança aos servidores, foi lançado o projeto Vigilante Solidário, no edifício Funasa, com o destacamento de um vigilante no período das 19 às 23h para observar ou acompanhar os funcionários que utilizam os estacionamentos externos ao Tribunal. O projeto foi amplamente elogiado pelos servidores. Sua implementação incluiu a aquisição de 7 rádios de comunicação e de outros rádios distribuídos para postos de vigilância distantes desprovidos de ramais.

Convênio para financiamento habitacional

Dentro dos preceitos da moderna gestão de pessoal, o Tribunal realizou estudos e autorizou dois convênios inovadores em 2008. Um deles será celebrado com a Caixa Econômica Federal já no início de 2009, com vistas ao financiamento habitacional nas modalidades aquisição e construção de imóvel para os magistrados e servidores, com condições diferenciadas e taxas reduzidas. O outro será firmado com a Pouplex para financiamento da aquisição, construção ou reforma de imóvel residencial.

Modernização da área de programas e benefícios sociais

A Diges empenhou-se em aprimorar as ações voltadas para o bem-estar de magistrados e servidores, remodelando e modernizando paulatinamente a área de programas e benefícios sociais, com ênfase nas ações preventivas, considerando que este é o meio de promover a saúde de titulares e dependentes de forma efetiva e duradoura, além de concorrer para significativa economia de recursos financeiros. No caminho para atingir a excelência de resultados, a Secbe firmou parceria com a Fundação Dom Cabral para integrar o programa Parceiros da Excelência – Paex, que tem como objetivo a melhoria da gestão com foco nos resultados.

Crescente infraestrutura tecnológica e virtualização

Na área de tecnologia da informação, o reforço da infraestrutura da Primeira Região e a virtualização de procedimentos constituem as principais frentes de trabalho.

O parque de equipamentos recebeu significativo incremento, com a aquisição de 2.095 microcomputadores para o TRF e Seccionais, 1.361 monitores LCD e 1.034 impressoras a laser.

A Secin iniciou parceria com algumas unidades do TRF para ampliar o controle dos processos localizados nos gabinetes e coordenadorias. O sistema Juris passa por constantes melhorias, em busca de maior flexibilidade para a emissão de relatórios, com poucas rotinas e bem mais completos do que os atuais. Foi adquirido um sistema de gerenciamento de informações, denominado *business intelligence* (ou inteligência do negócio, em tradução livre), que duplica, em banco de dados próprio, as informações necessárias à produção de relatórios. Com isso, ganha-se rapidez, qualidade e flexibilidade no acesso às informações. Espera-se que, ainda no primeiro semestre de 2009, seja possível produzir os primeiros testes com a nova metodologia.

Merece relevo ainda a aquisição de nova impressora *offset* para a gráfica do Tribunal, no valor de R\$ 1.761.122,70, com recursos do convênio com o Banco do Brasil. O equipamento, com capacidade de impressão em quatro cores, é antiga aspiração do Tribunal, pois incrementará significativamente a produção gráfica desta Corte, tanto em quantidade como em qualidade. Esse novo impulso editorial ocorre no momento em que haverá a intensificação das publicações destinadas à divulgação da produção intelectual dos magistrados dentro do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais – PNA.

Perspectiva 5 – Orçamento e Outros Recursos

Sob a perspectiva 5 – Orçamento e Outros Recursos, que envolve a gestão eficiente do orçamento e a captação de recursos e parcerias estratégicas para atender às necessidades da Primeira Região, o ano de 2008 foi bastante profícuo, com a efetivação do maior convênio já firmado entre o TRF e o Banco do Brasil, no valor de R\$ 46.935.000,00. Essas verbas destinam-se à aquisição de materiais permanentes e veículos, à realização de obras e reformas de edifícios do Tribunal e da primeira instância, o desenvolvimento de projetos de informática, a promoção de eventos institucionais e a contratação

de mão de obra terceirizada para subsidiar os trabalhos do Tribunal. Os recursos serão liberados em parcelas semestrais, a partir de 2008 até o segundo semestre de 2010. Em contrapartida, o Banco do Brasil permanece como agente captador dos precatórios federais e uma das instituições captadoras das requisições de pequeno valor (RPVs), entre as instituições financeiras oficiais, em toda a jurisdição do TRF 1ª Região, mantendo-os na condição de depósitos judiciais até que sejam sacados.

Além da busca de parcerias e convênios, a Diges empenhou-se na redução de despesas e no eficiente gerenciamento dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis. Em 2008, a dotação orçamentária da Primeira Região foi de R\$ 1.710.477.016,79, excluídos os valores relativos a sentenças transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor). Desse montante, foi provisionado o valor de R\$ 1.694.074.097,28, sendo R\$ 1.369.928.786,77 para a primeira instância e R\$ 324.145.310,51 para o Tribunal. A execução do orçamento foi diuturnamente acompanhada e controlada pela Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro, finalizando o ano de 2008 com a liquidação de 99,87% da totalidade dos créditos reservados à primeira instância e de 99,67% para o Tribunal.

Para o cumprimento da diretriz da Presidência do Tribunal de renovar a frota de veículos de serviço da Primeira Região, foram alocados R\$ 1.312.000,00, destinados às Seções, visando à renovação de veículos com mais de 10 anos de uso, e R\$ 260.000,00 para o Tribunal.

Para aprimorar os trabalhos da área de orçamento, a Secor, com o apoio da Secin, vem implementando o Sistema de Controle da Execução Orçamentária. O projeto-piloto do sistema foi implantado no Tribunal e seu funcionamento ocorre gradualmente na Primeira Região, de modo a garantir-lhe confiabilidade.

Obras na Primeira Região e futuras instalações do Tribunal

O ano de 2008 revelou-se especial por assinalar o início das obras da nova sede do Tribunal, que ocorreu no dia 2 de janeiro, após a assinatura do contrato em 21 de dezembro de 2007.

Durante o ano, foram concluídos os serviços de terraplanagem e 90% dos serviços de fundações dos blocos A e D, bem como concluída a laje do piso do 3º subsolo, a armação dos pilares do 3º subsolo e parte do muro de arrimo eixo 1 (executado 180m x 7,20m), junto à galeria técnica.



Foto: Luiz C. B. Xavier

Obra da nova sede do TRF 1ª Região.

Do montante orçamentário total da Primeira Região R\$ 53.227,26 foram investidos em obras no Tribunal e nas Seções e Subseções Judiciárias. Para a construção do novo edifício sede do Tribunal, a dotação orçamentária inicial de R\$ 9.500.000,00 foi acrescida de créditos adicionais de R\$ 3.888.987,00, provenientes de remanejamentos de dotações, perfazendo o montante de R\$ 13.388.987,00, alocados em 2008. O desembolso financeiro para a continuidade da construção do edifício sede do Tribunal, em 2008, totalizou R\$ 26.251.058,40.

Para as Seções e Subseções Judiciárias, foram destinados créditos orçamentários no valor de R\$ 35.045.634,64 para reformas, desapropriações, obras em andamento (com prioridade para os projetos em fase de conclusão). Destaca-se que o equivalente a 45% desse recurso teve como origem emendas parlamentares e reaberturas de créditos adicionais especiais. Anote-se que para a construção do edifício Sede em Macapá/AP foram destinados R\$ 10.224.173,00; para a do edifício Sede em Juiz de Fora/MG, R\$ 3.076.467,00; e para a do edifício Sede em Uberaba/MG, R\$ 3.783.115,00.

Muitas outras obras e reformas foram realizadas na Primeira Região, que permitiram a transferência e o funcionamento das varas cíveis da Justiça Federal em Belo Horizonte para o novo edifício Sede, a inauguração do novo edifício Sede da Subseção Judiciária de Juiz de

Fora/MG, a transferência da Subseção de Imperatriz/MA e a transferência das varas de execuções fiscais da Seccional do Distrito Federal para o edifício Cabo Frio, com considerável ampliação das instalações.

Estagiários

Em 2008, foi autorizada a abertura de 232 novas vagas de estagiários para atender às seguintes demandas: 68 para os Juizados Cíveis adjuntos, 40 para as Turmas Recursais, 18 para os setores de cálculos judiciais dos Juizados Especiais Federais das Seções da Bahia, do Distrito Federal e de Minas Gerais, 3 para a Terceira Turma Recursal de Minas Gerais e 3 para a Segunda Turma Recursal da Bahia.



ASIMMAG

Assessoria de Assuntos da Magistratura

Em 2008, a Asmag trabalhou na pesquisa de legislação e na atualização do cadastro e assentamento dos magistrados com vistas ao constante aprimoramento desses serviços. Organizou e consolidou as pautas das sessões da Corte Especial administrativa, do Conselho de Administração e do Plenário, totalizando 56 sessões, com o julgamento de 375 processos (detalhamento no Quadro XX), e confeccionou as respectivas atas e certidões de julgamento. Preparou 434 atos, 30 portarias, 27 editais, 18 carteiras funcionais, despachou em processos, expediu 61 ofícios/Asmag, 826 ofícios/Presi e 48 circulares, 2.714 telexes, 126 memorandos, elaborou 10.330 informações em processos administrativos diversos e prestou esclarecimentos em processos judiciais, tais como mandados de segurança e ações ordinárias.

Quadro 64
Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos

Órgão	Sessões realizadas	Processos julgados
Plenária	6	15
Corte Especial administrativa	27	202
Conselho de Administração	23	158
Total	56	375

Quadro 65
Quantitativos de cargos de Juiz Federal e Juiz Federal Substituto

Seções Judiciárias	Juiz Federal		Juiz Federal Substituto	
	Providos	Vagos	Providos	Vagos
AC	4	0	0	4
AM	6	1	4	3
AP	3	0	3	0
BA	34	0	27	7
DF	26	0	25	1
GO	17	1	17	1
MA	9	0	8	1
MG	54	0	52	2
MT	9	0	6	3
PA	10	2	9	3
PI	7	0	7	0
RO	4	1	2	3
RR	3	0	0	3
TO	3	0	3	0
Total	189	5	163	31

Convocação, vitaliciamento, movimentação e remoção de magistrados

Em cumprimento a suas atribuições regulamentares, a Asmag acompanhou, registrou e controlou as convocações para o segundo grau, a composição das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais Federais, as férias regulamentares, remoções, permutas e movimentações dos magistrados, mantendo o acompanhamento sistemático de todas as situações e, ainda, prestou inúmeras informações à Advocacia-Geral da União, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho da Justiça Federal.

Quadro 66
Magistrados convocados para gabinete de desembargador federal

Desembargadores Federais	Juízes convocados	Seções Judiciárias
Jirair Aram Meguerian – Presidente	Lincoln Rodrigues de Faria	Minas Gerais
Antônio Ezequiel da Silva – Vice-Presidente	Anamaria Reys Resende	Minas Gerais
Olindo Menezes – Corregedor-Geral	Saulo José Casali Bahia	Bahia
	José Alexandre Franco	Pará
Tourinho Neto	Vânila Cardoso André (de 12/03 a 10/04/2008)	Minas Gerais
Catão Alves	Francisco Renato Codevila	Roraima
Assuete Magalhães	Reynaldo Soares da Fonseca	Distrito Federal
Carlos Fernando Mathias	Osmane Antonio dos Santos	Pará
Mário César Ribeiro	Klaus Kuschel	Minas Gerais
Luciano Tolentino Amaral	Rafael Paulo Soares Pinto	Bahia
Cândido Ribeiro	Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo	Amapá
Hilton Queiroz	Ney de Barros Bello Filho	Maranhão
Carlos Moreira Alves	Iran Velasco Nascimento	Distrito Federal
I'talo Fioravanti Sabo Mendes	Rosimayre Gonçalves de Carvalho	Bahia
Carlos Olavo	Guilherme Mendonça Doehler	Minas Gerais
José Amilcar Machado	Simone dos Santos Lemos Fernandes Evaldo de Oliveira Fernandes, filho	Minas Gerais Minas Gerais
Daniel Paes Ribeiro	Carlos Augusto Pires Brandão	Piauí
João Batista Moreira	Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	Tocantins
Souza Prudente	João Carlos Costa Mayer Soares	Minas Gerais
Selene Almeida	Ávio Mozar José Ferraz de Novaes	Bahia
Fagundes de Deus	Cesar Augusto Bearsi	Mato Grosso
Antônio Sávio de Oliveira Chaves	Sônia Diniz Viana	Minas Gerais
Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues	David Wilson de Abreu Pardo	Acre
Maria do Carmo Cardoso	Mark Yshida Brandão	Goiás
Leomar Amorim	Cleberon José Rocha	Tocantins
Neuza Alves	Kátia Balbino de Carvalho Ferreira Pompeu de Souza Brasil	Distrito Federal Bahia
Francisco de Assis Betti	Rogéria Maria de Castro Debelli	Minas Gerais
Coordenação dos Juizados Especiais Federais – Cojef	Leão Aparecido Alves	Goiás

Quadro 67
Magistrados eleitos para compor os Tribunais Regionais Eleitorais

Tribunal Regional Federal	Membros	
	Desembargadores Federais	
	Efetivo	Suplente
TRE-DF	Cândido Ribeiro	Hilton Queiroz

Seções Judiciárias	Membros	
	Juizes Federais	
	Efetivo	Suplente
Acre	Jair Araújo Facundes	Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto
Amapá	Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo	João Bosco Costa Soares
Amazonas	Reginaldo Márcio Pereira	Agliberto Gomes Machado
Bahia	Evandro Reimão dos Reis	Mônica Neves Aguiar da Silva
Goiás	Euler de Almeida Silva Júnior	Leonardo Buissa Freitas
Maranhão	Roberto Carvalho Veloso	José Magno Linhares Moraes
Mato grosso	Adversi Rates Mendes de Abreu	Rodrigo Navarro de Oliveira
Minas gerais	Renato Martins Prates	Ricardo Machado Rabelo
Pará	Daniel Santos Rocha Sobral	Edison Moreira Grillo Júnior
Piauí	Márcio Braga Magalhães	Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira
Rondônia	Geraldo Magela e Silva Meneses	Élcio Arruda
Roraima	Hélder Girão Barreto	Atanair Nasser Ribeiro Lopes
Tocantins	José Godinho Filho	Cleberon José Rocha

Nos meses de março, setembro e novembro foi registrado o vitaliciamento de 6 magistrados.

Quadro 68
Vitaliciamento de Juizes Federais Substitutos

Data da sessão: 13/03
Juiz Federal Substituto Ricardo Augusto Sales
Data da sessão: 11/09
Juiz Federal Substituto Bruno Oliveira de Vasconcelos
Juíza Federal Substituta Lívia Cristina Marques Peres
Juiz Federal Substituto Alaôr Piacini
Data da sessão: 04/11
Juiz Federal Substituto Murilo Mendes
Juiz Federal Substituto Fábio Roque da Silva Araújo

Quadro 69
Magistrados que participaram de cursos de aprimoramento

Magistrado	Período	Curso
Luciano Franco Tolentino Amaral	29/11 a 14/12/2008	8º Estágio sobre Administração Judiciária na Universidade da Geórgia – EUA.
Maria do Carmo Cardoso	29/11 a 14/12/2008	8º Estágio sobre Administração Judiciária na Universidade da Geórgia – EUA.
Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues	24 a 29/11/2008	2º Voo de apoio da FAB à Operação Antártica XXVII a convite da Marinha do Brasil.
Alexandre Buck Medrado Sampaio	02/06 a 31/07/2008	Mestrado em Direito Comparado na Cumberland School of Law (Samford University), Birmingham – EUA.
Alexandre Jorge Fontes Laranjeira	25/07/2008 a 17/07/2009	Mestrado na University of California – Berkeley School of Law – EUA.
Camile Lima Santos	10/06 a 10/07/2008	Preparo de defesa de dissertação de Mestrado em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra/Portugal.
Carlos Augusto Pires Brandão	22 a 26/09/2008	Seminário de Direito Ambiental, em Alicante/Espanha.
Cristiane Pederzoli Rentzsch	23 a 27/06/2008	Workshop para Juízes realizado pelo Fordham Competition Law, na cidade de Nova York – EUA.
Eduardo Luiz Rocha Cubas	01/09/2008 a 31/08/2010	Doutorado. Estado de Derecho y buen gobierno, na Universidad de Salamanca/Espanha.
Iolete Maria Fialho de Oliveira	09/10/2008 a 19/12/2009	Mestrado. Máster em Estudos Internacionais, na Universidade de Barcelona/Espanha.
Itagiba Catta Preta Neto	06/10 a 28/11/2008	Curso de Formacion Judicial Superior — Una propuesta de justicia para el siglo XXI.
Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas	25/03 a 28/03/2008	9ª Conferência Bienal da Associação Internacional de Mulheres Juízes (IAWJ), realizado na cidade do Panamá.
Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas	26/10 a 02/11/2008	Consejo Superior de La Judicatura da Colômbia, realizado na cidade de Bogotá.
Helder Girão Barreto	abril/2007 a dezembro/2010	Doutorado Interinstitucional, UnB/UFRR/Flacso, na cidade de Boa Vista/RR.
José Airton de Aguiar Portela	29/09 a 03/10/2008	Curso sobre Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo para Juízes e Procuradores/Promotores, realizado em Buenos Aires/Argentina.
Paulo César Alves Sodré	01/03/2008 a 28/02/2010	Mestrado em Direito Público na Universidade Federal de Santa Catarina, como fator de garantia de Acesso à Justiça do Brasil, área de concentração Direito, Estado e Sociedade.
Raquel Soares Chiarelli	17/09/2007 a 16/09/2008	Curso de Master 2ème année – Mention Justice et Procès – Spécialité Recherche Sciences Sociales de la Justice, Universidade Panthéon-Sorbonne, na cidade de Paris/França.
Reginaldo Márcio Pereira	03/03 a 04/12/2008	Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra – ESG.
Wesley Wadim Passos Ferreira de Souza	11/01 a 09/04/2008	Conclusão da dissertação de Mestrado em Direito e Instituições Públicas na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Fumec/FCH, em Belo Horizonte/MG.

Quadro 70
Movimentação de Juiz Federal

Juiz Federal	Origem	Destino
Ricardo Felipe Rodrigues Macieira	6ª Vara – SJ/PI	1ª Vara – SJ/PI

Quadro 71
Movimentação de Juiz Federal Substituto

Juiz Federal Substituto	Origem	Destino
Ana Paula Serizawa Silva Podedworny	6ª Vara – SJ/AM	1ª Vara – SJ/AM
Carlos Alberto Gomes da Silva	13ª Vara – SJ/BA	12ª Vara – SJ/BA
Camile Lima Santos	15ª Vara – SJ/BA	18ª Vara – SJ/BA

Quadro 72
Remoção de Juiz Federal

Juiz Federal	Origem	Destino
Clodomir Sebastião Reis	1ª Vara – SJ/PI	7ª Vara – SJ/MA
Sandro Helano Soares Santiago	SSJ/Picos/PI	6ª Vara – SJ/PI
Geraldo Magela e Silva Meneses	1ª Vara – SJ/RO	SSJ/Picos/PI

Quadro 73
Remoção de Juiz Federal Substituto

Juiz Federal Substituto	Origem	Destino
Valmir Nunes Conrado	SSJ/Rio Verde/GO	1ª Vara – SSJ/Governador Valadares/MG
Alex Schramm de Rocha	SSJ/Imperatriz/MA	SSJ/Campo Formoso/BA
Ana Paula Martini Tremarin	2ª Vara – SJ/RR	3ª Vara – SJ/TO
José Airton de Aguiar Portela	12ª Vara – SJ/DF	SSJ/Santarém/PA
Leonardo Augusto de Almeida Aguiar	3ª Vara – SJ/PA	SSJ/Luziânia/GO
José Mauro Barbosa	1ª Vara – SJ/RO	SSJ/Rio Verde/GO

Quadro 74
Remoção de Juiz Federal Substituto para outras regiões

Juiz Federal Substituto	Origem	Destino
Joaquim Lustosa Filho	18ª Vara – SJ/BA	5ª Região
Rosmar Antonini Rodrigues Cavalcanti de Alencar	12ª Vara – SJ/BA	5ª Região

Quadro 75
Permuta de magistrados na Primeira Região

	Magistrados	Origem	Destino
1	Juíza Federal Substituta Camile Lima Santos	22ª Vara – SJ/BA	15ª Vara – SJ/BA
	Juiz Federal Substituto Bruno Souza Savino	15ª Vara – SJ/BA	22ª Vara – SJ/BA
2	Juiz Federal César Cintra Fonseca	19ª Vara – SJ/BA	2ª Vara – SJ/BA
	Juíza Federal Rosimayre Gonçalves de Carvalho	2ª Vara – SJ/BA	19ª Vara – SJ/BA
3	Juiz Federal Dimis da Costa Braga	Juazeiro – SJ/BA	6ª Vara – SJ/AM
	Juiz Federal Agliberto Gomes Machado	6ª Vara – SJ/AM	Juazeiro – SJ/BA

Convocação especial de Desembargador Federal

O Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias de Souza, membro deste TRF 1ª Região, encontra-se convocado para o Superior Tribunal de Justiça, desde agosto de 2007, para reforçar os quadros daquela Corte.

Quadro 76
Funções regimentais e condecorações de desembargadores federais

Desembargador Federal	Data da sessão	Decisão
Jirair Aram Meguerian	13/03/2008	Eleito Presidente deste Tribunal para o biênio 2008-2010.
Antônio Ezequiel da Silva	13/03/2008	Eleito Vice-Presidente deste Tribunal para o biênio 2008-2010.
Olindo Menezes	13/03/2008	Eleito Corregedor-Geral para o biênio 2008-2010.
Hilton Queiroz	11/09/2008	Indicado para a Diretoria da Esmaf para o biênio 2008-2010.
Carlos Moreira Alves	11/09/2008	Indicado para a Vice-Diretoria da Esmaf no biênio 2008-2010.
Mário César Ribeiro	10/07/2008	Indicado para a Comissão do Conselho do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria.
Olindo Menezes	11/09/2008	Indicado para a Comissão Especial de Concurso para Juiz Federal Substituto como membro efetivo.
João Batista Moreira	11/09/2008	Indicado para a Comissão Especial de Concurso para Juiz Federal Substituto como membro substituto.
Hilton Queiroz	31/10/2008	Indicado para constituir a Comissão Permanente de Regimento, prevista no art. 83 do Regimento Interno do TRF 1ª Região – RITRF 1ª Região como presidente.
José Amilcar Machado	31/10/2008	Indicado para constituir a Comissão Permanente de Regimento, prevista no art. 83 do RITRF 1ª Região como membro efetivo.
Souza Prudente	31/10/2008	Indicado para constituir a Comissão Permanente de Regimento, prevista no art. 83 do RITRF 1ª Região como membro efetivo.
Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues	31/10/2008	Indicado para constituir a Comissão Permanente de Regimento, prevista no art. 83 do RITRF 1ª Região como membro suplente.

Quadro 77
Diretoria de Foro
Período compreendido entre maio de 2008 a maio de 2009

Seção Judiciária	Diretor do Foro	Vice-Diretor do Foro
Acre	Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto	Jair Araújo Facundes
Amapá	Anselmo Gonçalves da Silva	Livia Cristina Marques Peres
Amazonas	Antônio Francisco do Nascimento	Marcio Luiz Coelho de Freitas
Bahia	Paulo Roberto Lyrio Pimenta	Antonio Oswaldo Scarpa
Distrito Federal	Marcos Augusto de Sousa	Reynaldo Soares da Fonseca
Goiás	Alderico Rocha Santos	Juliano Taveira Bernardes
Maranhão	Nelson Loureiro dos Santos	Clodomir Sebastião Reis
Mato Grosso	José Pires da Cunha	Rodrigo Navarro de Oliveira
Minas Gerais	Carlos Roberto de Carvalho	João Batista Ribeiro
Pará	Edison Moreira Grillo Júnior	Wellington Cláudio Pinho de Castro
Piauí	Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho	Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira
Rondônia	Carmen Elizangela Dias Moreira de Resende	Élcio Arruda
Roraima	Atanair Nasser Ribeiro Lopes	—
Tocantins	Cleberon José Rocha	José Godinho Filho

Convocações especiais de juízes federais

O Juiz Federal Marcus Vinícius Reis Bastos, da Seção Judiciária do Distrito Federal, foi convocado em 28 de junho de 2008 para prestar auxílio à Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça – CNJ até 1º de julho de 2008.

Atividades administrativas

Sob a responsabilidade da Asmag, encontram-se também atividades de manutenção de assentamentos funcionais de magistrados em decorrência de decisões judiciais ou de órgãos superiores, bem como ações administrativas imprescindíveis ao desempenho de certas atividades. Em 2008, cabe mencionar:

- aprovação da Resolução que autorizou juízes federais a residir fora da comarca, em sessão realizada em 10/01/2008;
- levantamento dos Adicionais por Tempo de Serviço – ATS dos juízes integrantes da Primeira Região ou

removidos para outras Regiões, para pagamento no período de 01/01/2005 a 31/06/2006, de acordo com o pedido de providências 1.069/CNJ;

- cadastramento de magistrados e servidores, assim como revitalização de senhas nos Sistemas Bacen Jud, Infoseg e Renajud;
- aposentadoria do Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira em 12/08/2008;
- aposentadoria do Juiz Federal Manoel José Ferreira Nunes em 01/09/2008.



Corej

Coordenadoria de Execução Judicial

A Coordenadoria de Execução Judicial – Corej é responsável pela requisição de pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas (União, estados, municípios, autarquias e fundações públicas) decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, quer sejam eles via precatório (art. 100 da Constituição Federal) quer por Requisição de Pequeno Valor – RPV (Lei 10.259/2001). Seu trabalho consiste em processar as requisições de pagamento, obedecida a ordem de apresentação no Tribunal, e assegurar aos beneficiários das requisições processadas no Tribunal o recebimento de seus créditos dentro do prazo legal. A Corej também presta informações aos desembargadores e juízes federais convocados e elabora pareceres e planilhas de cálculos em processos judiciais de diversas modalidades e graus de dificuldade.

Requisições de pagamento

Em 2008, foram processados e pagos 6.790 precatórios e 152.190 RPVs, de responsabilidade da União, estados, municípios e respectivas entidades. Esses pagamentos contemplaram 205.350 beneficiários diretos dos quais 189.429 receberam seus créditos por meio de RPVs e 15.921 por precatórios. Todas as requisições foram processadas e pagas com identificação nominal e indicação do respectivo CPF/CNPJ do beneficiário, em obediência aos ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000 e da Resolução 559/2007 do Conselho da Justiça Federal.

Para a realização do pagamento dessas requisições, foi executada a importância de R\$ 2.140.182.625,77. Desse total R\$ 1.137.530.583,56 por meio de precatórios e R\$ 1.002.652.042,21 por requisições de pequeno valor.

Gráfico 8
Beneficiários de RPVs e precatórios

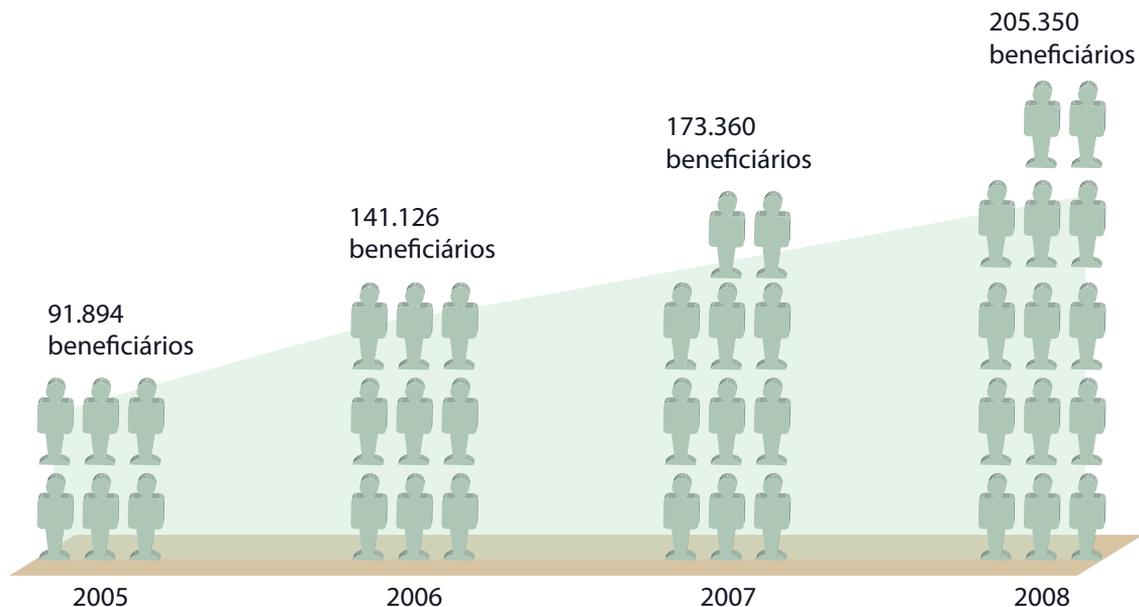


Gráfico 9
Pagamento de precatórios

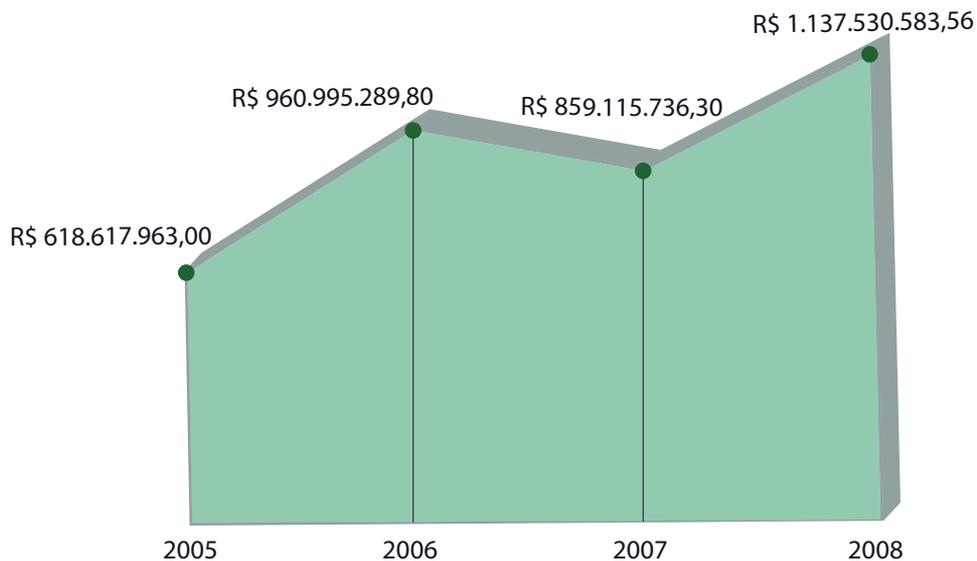
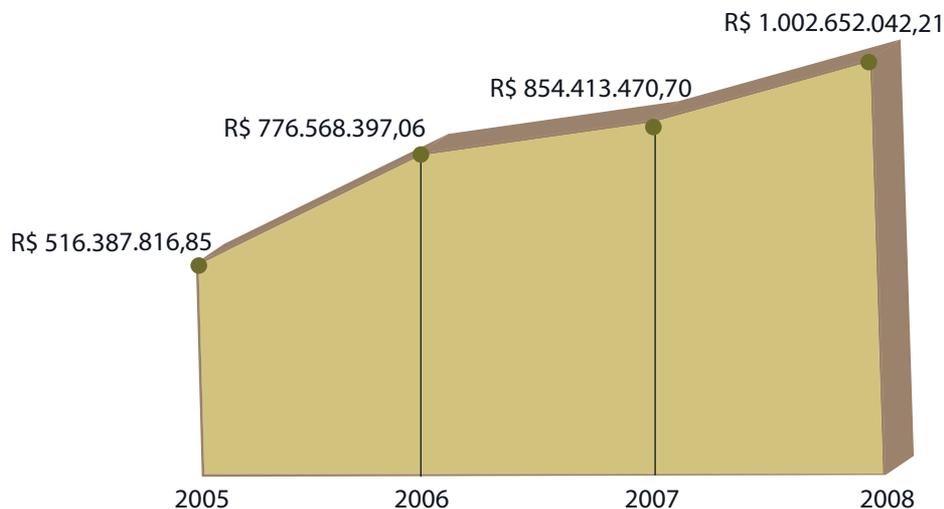


Gráfico 10
Pagamento de RPVs



Certificação digital

Com a edição da Portaria/Corej/Presi 138 de 27/05/2008, foi concluída a implantação da certificação digital, instituída pela Portaria/Corej/Presi 237 de 07/04/2006, de forma que, desde 2 de julho de 2008, as varas federais vinculadas à Primeira Região vêm expedindo todas as requisições de pagamento com a assinatura digital do juiz requisitante, procedimento que dispensa o envio da requisição por meio físico (papel) e otimiza os resultados, pois permite a impressão do documento diretamente na Corej, após sua autuação e distribuição no Tribunal.

Quadro 78
Processamentos e pagamentos

Principais atividades desempenhadas	Quantidade		Total depositado (em reais)
	Processos	Beneficiários	
Pagamento de precatórios não alimentares da União – 2001 (8ª parcela)	86	124	88.843.810,63
Pagamento de precatórios não alimentares da União – 2002 (7ª parcela)	62	84	15.804.153,18
Pagamento de precatórios não alimentares da União – 2003 (6ª parcela)	60	72	21.284.134,69
Pagamento de precatórios não alimentares da União – 2004 (5ª parcela)	81	125	101.010.458,75
Pagamento de precatórios não alimentares da União – 2005 (4ª parcela)	111	161	38.582.825,95
Pagamento de precatórios não alimentares da União – 2006 (3ª parcela)	132	212	14.959.054,02
Pagamento de precatórios não alimentares da União – 2007 (2ª parcela)	222	401	55.195.365,41
Pagamento de precatórios não alimentares da União – 2008 (1ª parcela)	438	1.281	19.570.417,29
Pagamento de precatórios alimentares da União – 2008	1.040	4.925	391.155.477,36
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades – 2001 (8ª parcela)	25	54	7.611.183,75
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades – 2002 (7ª parcela)	22	30	11.918.615,51
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades – 2003 (6ª parcela)	18	23	2.906.969,08
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades – 2004 (5ª parcela)	65	79	3.744.594,21
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades – 2005 (4ª parcela)	72	102	5.245.203,64
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades – 2006 (3ª parcela)	107	172	8.660.669,18
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades – 2007 (2ª parcela)	129	204	6.106.253,04
Pagamento de precatórios não alimentares das entidades – 2008 (1ª parcela)	195	412	51.163.153,67
Pagamento de precatórios alimentares das entidades – 2008	3.925	7.460	293.768.244,20
Pagamento de RPV (Lei 10.259/2001) – 2008	152.190	189.429	1.002.652.042,21
Total	158.980	205.350	2.140.182.625,77
Precatórios processados para inclusão no orçamento de 2009 (art. 100 da CF)	3.231	5.201	–

Quadro 79
Precatórios/RPVs que aguardam pagamentos em 2008

Precatórios/RPVs	Quantidade	
	Processos	Beneficiários
Precatórios não alimentares da União – 2001 (9ª parcela)	69	100
Precatórios não alimentares da União – 2002 (8ª parcela)	53	74
Precatórios não alimentares da União – 2003 (7ª parcela)	49	59
Precatórios não alimentares da União – 2004 (6ª parcela)	64	100
Precatórios não alimentares da União – 2005 (5ª parcela)	86	120
Precatórios não alimentares da União – 2006 (4ª parcela)	100	153
Precatórios não alimentares da União – 2007 (3ª parcela)	143	240
Precatórios não alimentares da União – 2008 (2ª parcela)	231	390
Precatórios não alimentares da União – 2009 (1ª parcela)	557	1.472
Precatórios alimentares da União – 2009	3.021	20.501
Precatórios não alimentares das entidades – 2001 (9ª parcela)	19	37
Precatórios não alimentares das entidades – 2002 (8ª parcela)	21	28
Precatórios não alimentares das entidades – 2003 (7ª parcela)	15	19
Precatórios não alimentares das entidades – 2004 (6ª parcela)	52	65
Precatórios não alimentares das entidades – 2005 (5ª parcela)	52	77
Precatórios não alimentares das entidades – 2006 (4ª parcela)	83	131
Precatórios não alimentares das entidades – 2007 (3ª parcela)	93	134
Precatórios não alimentares das entidades – 2008 (2ª parcela)	126	191
Precatórios não alimentares das entidades – 2009 (1ª parcela)	294	506
Precatórios alimentares das entidades – 2009	7.223	14.897
Total	12.351	39.294

Quadro 80
Outras atividades

Outras atividades desempenhadas	Quantidade
Ofícios expedidos – diversos	4.163
Ofícios virtuais	189.897
Despachos publicados	16
Memorandos expedidos	101
Processos conclusos ao relator após elaboração de cálculos	555
Correspondências eletrônicas enviadas	964



Cojud

Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação

A Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – Cojud é responsável pela publicidade da jurisprudência produzida pelo Tribunal, pela preservação documental, pela manutenção do acervo bibliotecário e pelo apoio às comissões regimentais.

Atividades destacadas

- Criação do banco de dados de jurisprudência administrativa, contendo julgados da Corte Especial administrativa e Conselho de Administração, com possibilidade de pesquisa.
- Edição mensal da *Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região*.
- Elaboração do Programa de Resgate e Preservação da Memória da Justiça Federal da Primeira Região.
- Preparação do índice anual das onze edições da *Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região* referente ao ano de 2007.
- Continuidade dos trabalhos de atualização da obra *A Constituição interpretada pelos Tribunais Federais*.
- Suporte técnico e apoio administrativo à comissão de realização do X Concurso de Monografias deste Tribunal.
- Aquisição e implantação do novo sistema informatizado para gerenciamento do banco de dados das bibliotecas do Tribunal e das Seções Judiciárias – Sistema *Pergamum*.
- Gestão documental referente aos procedimentos e operações técnicas de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento, em fase corrente, intermediária e permanente, dos documentos e processos administrativos e judiciais do Tribunal.
- Realização do 4º Descarte de Documento e Processos Administrativos e 1º Descarte de Autos Judiciais Findos do TRF 1ª Região.
- Aumento do espaço físico no 8º e 9º andar do edifício Funasa e padronização de todo o mobiliário, proporcionando mais conforto e condições de trabalho aos servidores.

Jurisprudência

É responsável pela seleção e análise das decisões do Tribunal, com a finalidade de alimentar e manter atualizado o banco de dados de jurisprudência, que fica à disposição dos magistrados, servidores, advogados e público em geral.

Além das atividades rotineiras, em 2008, a Jurisprudência priorizou as seguintes ações:

- alimentação de base de dados de jurisprudência administrativa com julgados da Corte Especial administrativa e Conselho de Administração;
- solução dos problemas identificados no sistema de pesquisa de jurisprudência, a fim de melhorar a recuperação dos documentos inseridos na base de dados;
- aperfeiçoamento das técnicas de elaboração do *Boletim Informativo de Jurisprudência* para torná-lo mais atrativo aos operadores do direito.

Quadro 81
Solicitação de pesquisa de jurisprudência

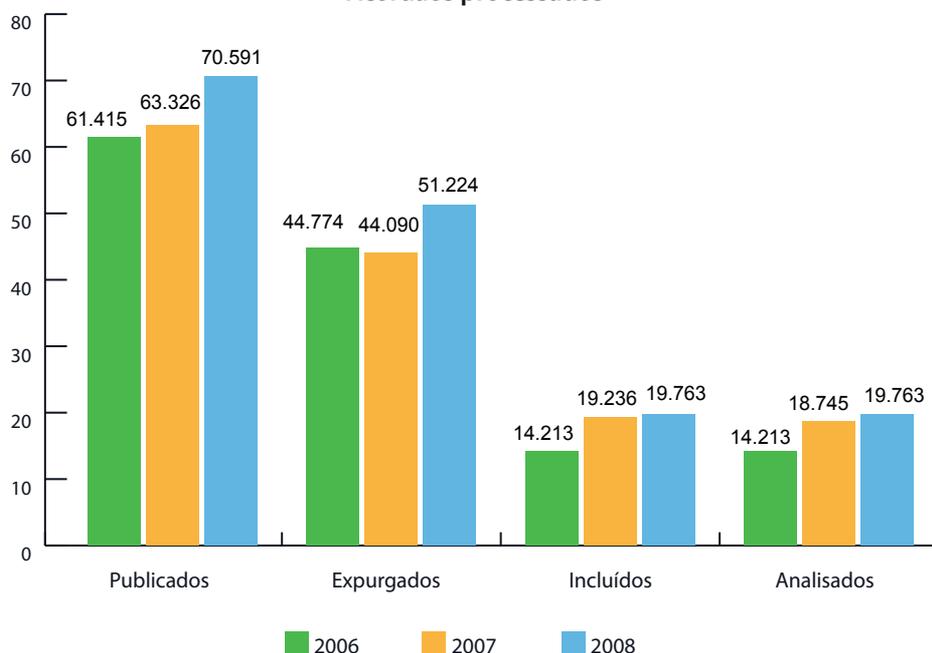
	2007	2008
Solicitação interna	553	132
Solicitação externa	114	105
Subtotal	667	237
Inteiro teor	39	57
E-mail	588	680

Quadro 82
Atualização de enunciados de súmulas

	Número de súmulas atualizadas
STF	10 *
STJ	22
TRF2	1
Turmas Recursais	54

*Súmulas vinculantes.

Gráfico 11
Acórdãos processados



Quadro 83
Acórdãos processados pela Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência

Mês	Publicados	Expurgados	Incluídos
Total	1.105	898	207

Quadro 84
Atividades relativas a Jurisprudência

Elaboração de boletins informativos de jurisprudência	26
Elaboração de ementários	43
Projeto de súmula	1

Biblioteca

A principal inovação para a Biblioteca foi a implantação no Tribunal e nas Seccionais do Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas – *Pergamum*, com a modernização dos procedimentos de registro, empréstimo e controle de acervo.

Atividades desenvolvidas decorrentes da implantação do Sistema *Pergamum*

- Realização de dois treinamentos com a participação de bibliotecários das 14 Seções Judiciárias e do Tribunal.

- Avaliação da migração dos dados do sistema Siabi para o sistema *Pergamum* e correção e acertos do novo sistema.
- Apresentação do sistema *Pergamum*, a convite, ao diretor do Foro da Seção da Judiciária do Estado de Roraima.
- Apresentação do sistema *Pergamum*, a convite do Conselho da Justiça Federal, no evento Informação na Justiça Federal.
- Atualização da IN 14-13 – adaptação dos serviços de Biblioteca às alterações promovidas pelo sistema *Pergamum*.
- Elaboração de manual para auxiliar as bibliotecas das Seções Judiciárias no cadastramento do material bibliográfico, visando facilitar e agilizar a entrada de dados no sistema *Pergamum*.
- Padronização de editoras e locais de publicação para uniformizar a entrada de dados de todas as bibliotecas, tornando a base mais coesa.
- Inclusão do inteiro teor dos atos normativos de 2003 no sistema *Pergamum*, em um total de 1.721 normas.
- Cadastramento de todos os fascículos de periódicos no sistema *Pergamum*.

Atividades desenvolvidas pela Biblioteca

- Atualização da Resolução 7 de 1998 – Comissão de Acervo Jurídico.
- Participação na atualização da IN 19-01 – Repositórios Oficiais de Jurisprudência.
- Elaboração de Projeto Básico para aquisição de coletores de dados e impressoras para a biblioteca do Tribunal e das Seccionais.
- Elaboração de política de seleção, aquisição e descarte para a biblioteca.
- Levantamento da Memória Documental – produção científica dos Desembargadores Federais.
- Solicitação de aquisição de etiquetas, protetores adesivos de lombadas de livros, bibliocantos e caixas para guarda de periódicos para as bibliotecas do Tribunal e das Seccionais, visando à economia de tempo e recursos, haja vista a dificuldade que as bibliotecas das Seções Judiciárias têm para adquirir material.
- Aquisição do *Doinet*, ferramenta de busca aos *Diários Oficiais da União*, com senhas disponibilizadas para as bibliotecas das 14 Seções Judiciárias.
- Elaboração de lista básica para aquisição de livros para as Subseções Judiciárias, conforme solicitação constante do P.A. 4.862/2007.
- Elaboração de lista básica para aquisição de livros para as Seções Judiciárias com o objetivo de atualizar os acervos.
- Levantamento da coleção de periódicos, identificando-se as coleções desatualizadas, obsoletas e a necessidade de novas assinaturas.
- Levantamento das coleções de periódicos nas bibliotecas das Seccionais, visando a otimização do serviço e a economia de recursos.
- Identificação de instituições que recebem a *Revista do Tribunal* e solicitação de permuta com as revistas dessas instituições.
- Atualização na internet da publicação *Legislação das Varas*.
- Alimentação das pastas de concursos e editais.
- Levantamento dos livros adquiridos pela Comissão de Acervo Jurídico no período de 2004 a 2008.
- Renovação da assinatura de 53 títulos para 2009.
- Reetiquetagem de todo o acervo, aproximadamente 22.000 livros.
- Elaboração de 40 Alertas Dibib eletrônicos.
- Inclusão de 340 normas no sistema *Pergamum*.
- Levantamento e coleta de dados para descarte de obras com mais de um exemplar (380 exemplares enviados para descarte).
- Levantamento das obras com atraso na devolução, que resultou em 354 obras para cobrança, o que representa 64% do total emprestado.

Quadro 85
Atualização de Acervo

Unidades	Livros adquiridos
Biblioteca (livros nacionais)	1.202
Biblioteca (livros importados)	46
Gabinetes	368
Unidades Administrativas	55
Subtotal	1.671
Subseções AM, BA, GO, MA, PA, PI	759
Total	2.430

Unidade	Títulos de periódicos assinados
Biblioteca	31

Categoria	Totais de valores empregados (R\$)
Livros nacionais	151.061,89
Livros importados	6.804,56
Periódicos	74.206,20
Total	232.072,65

Quadro 86
Atendimento ao usuário da Biblioteca

Serviços	Total
Consultas	17.404
Pesquisas	2.668
Circulação (empréstimo/devolução) de obras internamente	8.019
Empréstimos interbibliotecários – solicitados	152
Empréstimos interbibliotecários – fornecidos	62

Quadro 87
Registro e processamento técnico de acervo

Serviços	Total
Processamento técnico de livros	584
Processamento técnico de capítulos de livros	10
Processamento técnico de artigos de periódicos	29

Quadro 88
Arquivamentos

Processos judiciais, RPVs e precatórios arquivados	2007	2008
Processos judiciais	6.240	3.885
Requisições de pequeno valor	101.091	189.689
Precatórios	4.371	5.651

Arquivo e Memória Institucional

A Divisão de Arquivo e Memória Institucional – Diami implementou o Programa de Gestão Documental da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, com a adoção dos procedimentos e operações técnicas de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente, intermediária e permanente dos documentos e processos administrativos e judiciais do Tribunal de forma inovadora para a gestão de autos judiciais findos.

Foram adotadas também medidas de recuperação dos depósitos de arquivo judicial e administrativo, higienizando-se esses ambientes com a aquisição de equipamentos próprios: higrômetros, desumidificadores e purificadores de ar; modernização do Memorial Mauro Leite Soares; atualização da página da memória do Tribunal na internet e implementação do Projeto Memória Oral em parceria com o Conselho da Justiça Federal.

A divisão desempenhou ainda trabalho de pesquisa sobre os Desembargadores desta Corte para publicação de livro em homenagem aos presidentes.

Gráfico 13
Processos judiciais, precatórios e RPVs arquivados

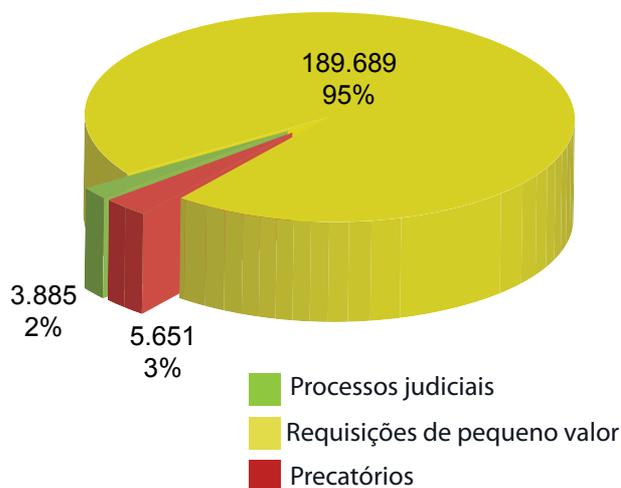


Gráfico 12
Processos judiciais, precatórios e RPVs arquivados

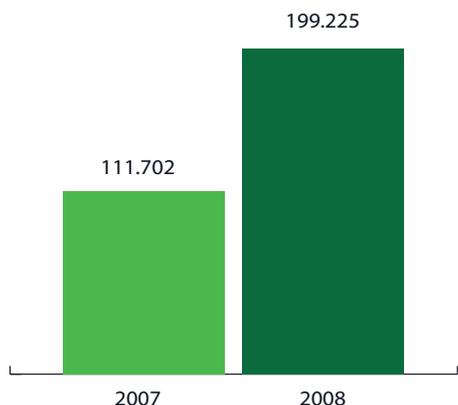


Gráfico 14
Processos judiciais, RPVs e precatórios movimentados

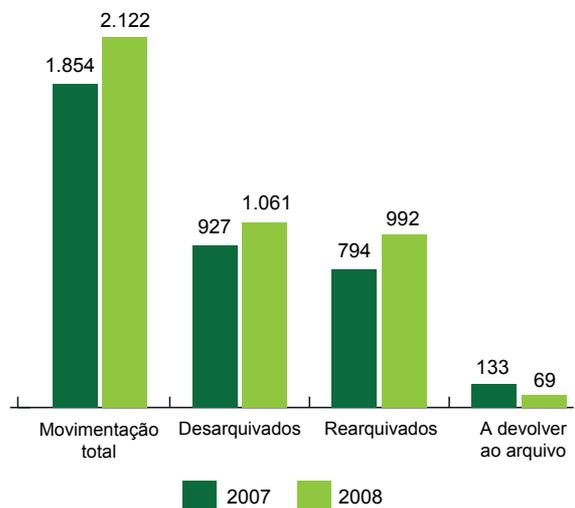


Gráfico 15
Processos administrativos movimentados

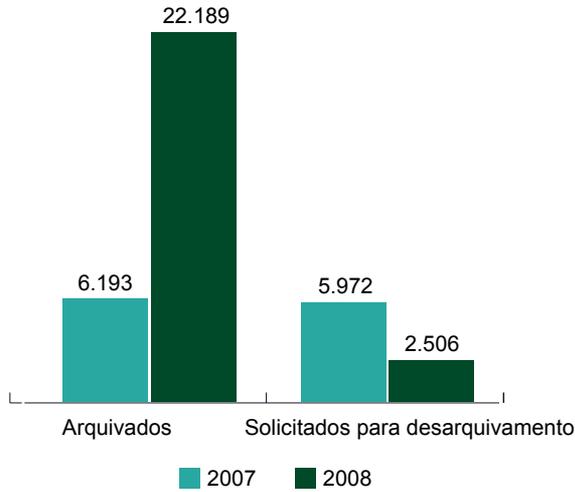
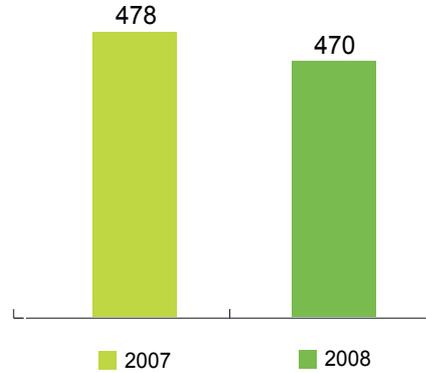
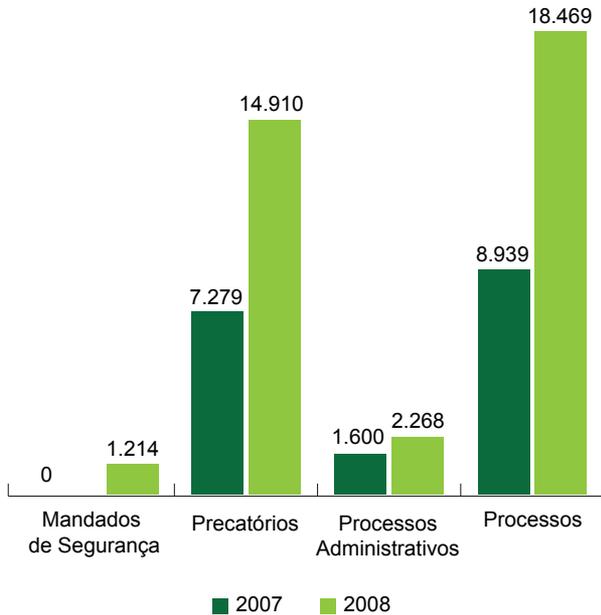


Gráfico 16
Processos judiciais, RPVs e Precatórios emprestados para vistas ou cópias



Descarte de documentos

Gráfico 17
Autos descartados



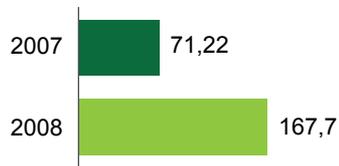
Quadro 89
Total de publicação dos inteiros teores dos acórdãos

	2007	2008
Acórdãos publicados	66.584	71.696

Quadro 90
Atendimento ao Público

Atendimentos	2007	2008
Presencial	150	233
E-mail/fac-símile	868	1.021
Malote (correio)	26	38
Solicitação de acórdãos feita pela revista e jurisprudência	3.201	3.033
Total	4.245	4.325

Gráfico 18
Metros lineares desocupados pelo descarte



Quadro 91
Total de cópias simples e autenticadas

Cópias extraídas	2007	2008
Cópias autenticadas	3.480	2.255
Cópias simples	5.157	4.089
Total	8.637	6.344

Atividades desenvolvidas pelo Gabinete da Revista

O Setor de Apoio ao Gabinete da Revista – Setrev tem como objetivo principal pesquisar, coletar, selecionar e classificar matérias para divulgação nas publicações do Gabinete da Revista, bem como executar a formatação e veiculação do *Boletim Informativo de Jurisprudência* e do *Ementário de Jurisprudência*, na internet.

A *Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região* divulga decisões da Corte expressas em acórdãos (inteiros teores), decisões monocráticas e julgamentos das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, assim como a produção intelectual de autores do meio jurídico através da publicação de artigos especializados e entrevistas.

Em 2008, o Setrev desenvolveu as seguintes atividades:

- atualização das edições mensais da *Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região*, com melhoramento das técnicas de revisão. Foram confeccionadas 10 edições da *Revista* no ano de 2008;
- elaboração e publicação do *Índice Geral da Revista* referente às 11 edições de 2007, com o objetivo de facilitar o acesso às matérias publicadas;
- desenvolvimento de projeto de lançamento da obra *A Constituição interpretada pelos Tribunais Federais*, em fase de elaboração das pesquisas de jurisprudência para encaminhamento à revisão que será feita pela própria unidade e a editoração pela Diedi;
- informativos de Jurisprudência — publicação com periodicidade decenal. Foram formatados 27 *Boletins Informativos de Jurisprudência* e disponibilizados na intranet/internet;
- *Ementário de Jurisprudência* — publicação com periodicidade semanal. 43 ementários foram formatados e disponibilizados na intranet/internet;
- modernização do sistema de controle de recebimento dos exemplares das obras autorizadas como repositório oficial de jurisprudência;

- conferência mensal de 360 acórdãos com inteiro teor, selecionados para envio ao Repositório Oficial de Jurisprudência;
- apoio à Diami no descarte de autos judiciais findos. Foram analisados 345 processos dos quais 264 para descarte e 81 para guarda permanente.

Apoio a Comissões Regimentais

O Setor de Apoio a Comissões Regimentais – Setcor prestou apoio técnico e administrativo à Comissão Julgadora do X Concurso Nacional de Monografias, que premiou trabalhos nas categorias universitário e profissional e estimulou o debate sobre a Justiça e o Direito na sociedade.

A Comissão Julgadora do X Concurso Nacional de Monografias, composta pela Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Presidente da Comissão, pelos Desembargadores Federais l'talo Fioravanti Sabo Mendes e José Amilcar Machado e pelo sr. Joaquim Portes de Cerqueira César, Diretor Jurídico do Banco do Brasil, reuniu-se em abril para apreciar os 18 trabalhos inscritos no concurso, 4 na categoria universitário e 14 na categoria profissional.

O tema do trabalho premiado na categoria profissional foi "A contribuição da Justiça Federal para construção da sociedade brasileira, após a Lei 5.010/1966" e na categoria universitário "Ampliação da competência da Justiça Federal pela Constituição de 1988: impactos sociais".

Quadro 92 Premiações

Premiados no X Concurso Nacional de Monografias	
Categoria profissional	1º colocado – Durval Carneiro Neto
	2º colocado – George Marmelstein
	3º colocado – Rogério Medeiros Garcia de Lima
Categoria univesitário	1º colocado – Humberto Aparecido Lima
	2º colocado – Siddharta Legale Ferreira
	3º colocado – Marcelo Monancheli Sérgio

Previstos inicialmente para o segundo semestre de 2008, os preparativos para a realização do próximo concurso para juiz federal substituto da Primeira Região foram interrompidos, em razão de o Centro de Estudos

Judiciários do Conselho da Justiça Federal informar, no final de maio, que os próximos concursos só seriam iniciados após a conclusão dos trabalhos que estão sendo realizados pelo Conselho de Aperfeiçoamento e Pesquisa.

Com base na Resolução 532/2006, o Conselho da Justiça Federal instituiu o Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais – PNA, visando normatizar os procedimentos dos próximos concursos, com a finalidade de unificar as regras de seleção, formação e aperfeiçoamento de juízes federais e o aprimoramento institucional.

O Setcor está analisando a Resolução 532/2006 e identificando as alterações, para, em seguida, elaborar a minuta do edital do próximo concurso de acordo com as novas regras que foram publicadas, enquanto os últimos detalhes são acertados entre a Comissão Especial de Concurso e a instituição responsável pela primeira prova em todas as Seccionais que fazem parte da Primeira Região.

O Tribunal, representado pelo Setcor, com base nos estudos realizados para normatização do concurso, participou da videoconferência realizada no Conselho da Justiça Federal – CJF, na qual foi promovida a integração dos setores dos TRFs responsáveis pela realização dos concursos para juiz federal.

O Tribunal teve a oportunidade de apresentar e receber sugestões, críticas e considerações relevantes ao processo de realização do próximo concurso para juiz federal. Na oportunidade, o Setcor promoveu troca de informações com as demais Regiões e com o Centro de Estudos Judiciários – CEJ por videoconferência e por meio de correio eletrônico.

Outras atividades desenvolvidas

- Descarte do material sigiloso referente ao XI Concurso para Juiz Federal Substituto, após dois anos de guarda, conforme determina o regulamento do concurso.
- Realização de treinamento, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin, do Sistema de Concurso para Juiz Federal Substituto – Conjufes, a fim de atualizar e dar suporte às diferentes fases do concurso.



Cemag

Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional

Responsável pelo assessoramento técnico ao Diretor-Geral, bem como pelo apoio logístico e técnico às demais unidades da Secretaria do Tribunal, o Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – Cenag desenvolveu projetos importantes para a melhoria da prestação jurisdicional e para o aprimoramento dos serviços administrativos na Primeira Região, entre os quais se destacam os seguintes.

Relatório de Acompanhamento do Programa de Metas Biênio 2007-2008 e Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Federal

No mês de abril de 2008, o Cenag elaborou o Relatório de Acompanhamento do Programa de Metas Biênio 2007-2008, quando foi possível analisar, de modo geral, quais metas propostas para aquele período foram cumpridas e quais deveriam ser reprogramadas ou, ainda, substituídas. Esse relatório serviu também como ponto de partida para a redefinição da metodologia de planejamento adotada pelo Tribunal.

Visando aperfeiçoar o modelo do Programa de Metas, o Cenag solicitou à área de recursos humanos a contratação de consultoria externa para capacitar os servidores e dirigentes na metodologia necessária ao desenvolvimento do planejamento estratégico. Já na primeira etapa, foi possível revisar a missão, visão de futuro, valores e perspectivas de trabalho para o Tribunal. As propostas do grupo que participou do curso promovido pela Consultoria foram consolidadas pela Divisão de Projetos Organizacionais e Apoio à Gestão – Diget e apresentadas ao Comitê de Planejamento Estratégico do TRF 1ª Região – Planej, que as aprovou integralmente.

O novo modelo, baseado na metodologia do *Balanced ScoreCard*, possibilitará o planejamento estratégico das ações desta Corte, incrementando a medição objetiva do desempenho das atividades executadas e o aprimoramento contínuo dos serviços do TRF 1ª Região, bem como subsidiando o processo de tomada de decisões em curto, médio e longo prazo. Tendo como base a missão, a visão e os valores adotados pelo Tribunal, foram definidos os principais objetivos estratégicos de acordo com as perspectivas estabelecidas pelos dirigentes das Secretarias Administrativas.

Quadro 93
Planejamento Estratégico – 2008-2010

Perspectivas	Objetivos estratégicos
Jurisdicionado	<ul style="list-style-type: none"> • Alcançar excelência na prestação jurisdicional. • Melhorar o atendimento presencial e telefônico. • Ampliar a divulgação institucional externa promovendo maior transparência nos serviços.
Socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular ações sociais. • Implantar programas de sustentabilidade.
Processos internos	<ul style="list-style-type: none"> • Elevar a produtividade de julgados. • Mapear e padronizar os procedimentos. • Virtualizar os processos judiciais e administrativos. • Assegurar a eficácia do Controle Interno na fiscalização da gestão dos recursos públicos e no auxílio ao Controle Externo.
Gestão de pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar e desenvolver sistema de gestão por competência. • Implantar políticas de valorização das pessoas. • Proporcionar a educação continuada para magistrados, servidores e colaboradores.
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Modernizar o parque tecnológico. • Melhorar as instalações físicas da Primeira Região.
Orçamento e outros recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Otimizar a execução do orçamento planejado. • Construir parcerias estratégicas. • Atuar proativamente na elaboração da proposta orçamentária.

A partir desse processo de análise das condições de funcionamento e de sugestão de novos processos e formas de gerenciar, o Tribunal estabelecerá as metas e os planos de ação a ser executados para cada objetivo estratégico proposto e, dessa forma, consolidar sua missão.

Encontro Regional do Judiciário

O Tribunal participou do Encontro Regional do Judiciário em setembro de 2008, realizado no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT e promovido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ. O evento buscou discutir ações para modernizar o Judiciário e melhorar o atendimento ao público.

Entre as metas nacionais propostas pelo CNJ, foi estabelecida a criação de um Núcleo de Gestão e Estatística (Resolução 49/2007 – CNJ), unidade responsável pela elaboração de estatística e plano de gestão estratégica. Não obstante o Tribunal possuir áreas distintas de Gestão — o Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – Cenag, encarregado do desenvolvimento de estudos, projetos e metodologias de modernização da gestão e da orientação das Seções Judiciárias de assuntos pertinentes à sua competência — e de estatística — a Divisão de Estatística – Diest, encarregada de dirigir e executar as atividades relativas à obtenção e tratamento dos dados estatísticos da Primeira Região, subsidiando a gestão de processos —, ambas as equipes trabalham em estreita colaboração.

A aquisição do *software BO (Business Objects)* da tecnologia *Data Warehouse* facilitará a obtenção de dados por parte do Cenag e a elaboração de relatórios gerenciais.

Marco alusivo à construção da nova Sede

Outro estudo importante foi desenvolvido pelo Cenag, a pedido da Diretoria-Geral, para criação de um marco histórico e definição de procedimentos de guarda e recuperação de documentos e registros históricos alusivos ao início das obras de construção da nova sede e de sua inauguração, que resultaram na Resolução/Presi 600-3 de 31/01/2008 e na consequente fundação de um Marco referente ao início das obras no mês de fevereiro.

O monumento tem grande importância para o Tribunal, pois foi idealizado para guardar os atos administrativos, projetos e documentos relativos à obra e fotografias e matérias jornalísticas, com o fim de preservar a memória institucional para a posteridade.

Os edifícios públicos que abrigam o Poder Judiciário têm forte significado social e cívico, e seu delineamento reflete o respeito incondicional à igualdade e à dignidade de todos os cidadãos.

Assim, ao serem finalizadas as obras, será levantado o marco de inauguração, onde serão depositados a documentação e os objetos referentes às concepções arquitetônicas iniciais, à execução da obra e à inauguração das novas instalações, abrangendo todos os fatos e momentos considerados relevantes em termos históricos, probatórios e informativos. O acervo formado será lacrado após a juntada da documentação relativa à inauguração (fotografias, discursos, matérias jornalísticas etc.) para abertura nas comemorações do trintenário da nova sede.

Otimização da Ouvidoria Administrativa e do Protocolo Judicial externo – Drive-Thru

Ao analisar o funcionamento da Ouvidoria Administrativa, em sua fase experimental, verificou-se a necessidade de reformulação para melhor atender às demandas que lhe são submetidas. Assim, no ano de 2008, o Cenag propôs alterações substanciais na organização daquele serviço, destacando-se o horário de funcionamento, que passou a atender ininterruptamente das 9 às 18 horas; aumentou-se o rol de ouvidores, incluindo diretores de outras unidades administrativas e o gabinete da Diretoria-Geral passou a apoiar o atendimento, ficando responsável pelo registro, triagem e encaminhamento dos casos aos ouvidores. Tais sugestões foram acatadas e oficializadas pela Portaria/Presi 600-132 de 19/05/2008.

A Ouvidoria Administrativa continua sendo forte canal de comunicação entre o Tribunal e seus públicos interno e externo. Por intermédio dela, alguns dos serviços administrativos foram melhorados, por exemplo, o Protocolo Judicial externo – *Drive-Thru*, que passou a receber processos, além de petições.

O Cenag também iniciou novos estudos e projeto básico, em parceria com as demais unidades técnicas (Secju e Secad), para aprimoramento dos serviços e am-

pliação das instalações do *Drive-Thru*. O projeto prevê o agendamento de carga e também o desmembramento do *Drive-Thru* em locais diferentes para atendimento à pessoa física e à pessoa jurídica, esta com a possibilidade de marcar hora para entrega de documentos, modificações que deverão ocorrer em breve.

Projeto de Conciliação – INSS

Aliado à orientação do Conselho Nacional de Justiça de promover a conciliação em todo o país mediante o “Projeto Conciliar é Legal”, o Tribunal não se furtou a adotar novas iniciativas nesse sentido. A pedido da Desembargadora Federal Neuza Alves, e conforme entendimentos entre o Tribunal e a Procuradoria-Geral do INSS, o Cenag desenvolveu o projeto de conciliação relativo aos feitos previdenciários, tendo em vista a urgente necessidade de adoção de medidas para diminuir o elevado volume dos feitos que tramitam nesta Corte, bem como o grande interesse manifesto pela Procuradoria-Geral do INSS.

A proposta apresentada foi submetida à Corte Especial administrativa, resultando na Resolução/Presi 600-04 de 06/03/2008, que autorizou a implantação do Projeto de Conciliação nos processos referentes às ações previdenciárias que tramitam em grau de recurso no Tribunal. De acordo com o Projeto, o Tribunal ficou responsável por disponibilizar, em suas instalações, espaço físico e equipamentos para serem interligados pela Dataprev diretamente aos sistemas informatizados do INSS. No local, funcionará uma Secretaria Executiva de Apoio ao Projeto de Conciliação do Tribunal, responsável pelas atividades cartorárias relativas aos processos selecionados para conciliação. Em contrapartida, a Procuradoria-Geral do INSS atuará em mutirão, com formação de um grupo de trabalho que exercerá suas atividades dentro do Tribunal com microcomputadores e impressoras diretamente interligados aos sistemas informatizados do INSS. Os procedimentos adotados no projeto são extremamente simples e ágeis, garantindo efetividade à prestação jurisdicional.

Findo o ano de 2008, verificou-se o grande sucesso do Projeto, tendo resultado em 2.160 conciliações até dezembro, com efeitos diretos no orçamento fami-

liar e dos municípios da Primeira Região. A conciliação permite que as demandas sejam solucionadas mais rapidamente, uma vez que a transação é feita de modo interessante para ambas as partes e repercute imediata e reflexamente em todo o ambiente social.

Realinhamento Administrativo do Tribunal e da Primeira Instância

A Lei 11.416, de 15/12/2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, escalonou em 6 parcelas, durante 3 anos, os aumentos pecuniários concedidos, com parcelas iniciadas em 1º de junho de 2006 e integralizadas em 1º de dezembro de 2008.

Em consequência da integralização do plano de cargos, as funções comissionadas de Executantes de Mandados existentes na Primeira Região foram desocupadas no mês de dezembro, pois os Executantes passaram a receber a Gratificação de Atividade Externa – GAE. Valendo-se da oportunidade, o Cenag realizou os estudos para reaproveitamento dessas funções, objeto do Processo Administrativo 6.293/2008, para os quais foram colhidas sugestões de todos os segmentos do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias.

Diante da impossibilidade de ampliação imediata do quadro de pessoal do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias, esse reaproveitamento possibilitará o incremento da estrutura administrativa de muitas unidades, ora reduzindo a pressão provocada pelo excesso de demanda, ora melhor remunerando e valorizando profissionais que, muitas vezes, atuam no limite laboral.

A partir das sugestões recebidas e da realidade vivenciada na Primeira Região, o Tribunal estabeleceu algumas prioridades para a alocação de novas funções comissionadas, que balizarão as propostas apresentadas a seguir.

Na Primeira Instância

- reforço das varas federais;
- equiparação da estrutura das varas de JEF com as demais varas;
- reforço para as Turmas Recursais dos JEFs;

- reforço dos JEFs adjuntos cíveis e dos JEFs autônomos nas Subseções;
- reforço na administração das Seções Judiciárias e das Subseções Judiciárias com duas ou mais varas.

No Tribunal

- reforço para os gabinetes dos Desembargadores Federais;
- reforço para a Esmaf, Coger e Cojef;
- recomposição das funções comissionadas FC-05 da área administrativa do Tribunal, que foram rebaixadas para FC-04 em 2002;
- reforço para a área cartorária;
- reforço da área de engenharia, que também se encarrega das obras nas Seções e Subseções Judiciárias.

Considerando as dimensões e a relevância das atividades da Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin, essa unidade foi priorizada com um grande contrato com empresa terceirizada, que proporciona os meios para atender, ainda que restritamente, às inúmeras e crescentes necessidades da Primeira Região. Atualmente, os servidores do Tribunal que atuam na área estão mais direcionados ao gerenciamento dos projetos técnicos, razão pela qual não será proposta a criação de número maior de funções para a Secretaria.

Nova regulamentação do Pro-Social

O Cenag desenvolveu importante estudo em colaboração com a Secbe para reformulação das normas de inscrição, reinscrição e desligamento do Pro-Social. O estudo se fez necessário em face das alterações no art. 230 da Lei 8.112/1990 e da Resolução 587/2007, do Conselho da Justiça Federal – CJF, que passaram a prever a possibilidade de pagamento de auxílio em pecúnia para ressarcimento parcial das despesas com planos de saúde do titular quando este optar por programa diferente do Pro-Social.

Acurado exame foi realizado com o fim de resguardar o Programa de Saúde dos servidores da Primeira Região e atender às opções de desligamento daqueles que entenderam prudente migrar para outros pla-

nos, chegando-se à conclusão da necessidade de regras claras relativas à carência para a hipótese de retorno. O estudo foi encaminhado para análise pela Secretaria de Programas e Benefícios Sociais, com vistas à alteração do Regulamento Geral do Programa.

Estudos sobre o Programa de Estágio

O Programa de Estágio da Primeira Região é de suma importância para o Tribunal pelos benefícios que gera, tanto para os estudantes que deles participam como para o órgão. Diante disso, o Cenag, em parceria com as áreas técnicas diretamente envolvidas (Secre e Secor), elaborou estudos que visam alterar profundamente a gestão do programa.

Da análise das informações levantadas chegou-se, em conjunto, à conclusão da necessidade de incremento dos valores das bolsas como forma de manter os estagiários por mais tempo no Tribunal, depois de treinados, bem como da descentralização do orçamento, que permitirá às Seccionais melhor distribuição de vagas de estágio conforme as necessidades locais, uma vez que cada diretoria de foro tem melhores condições de gerenciamento sobre tais questões.

Com o advento da Lei 11.788/2008, outras questões tiveram de ser analisadas para elaboração de proposta, tais como: vagas para portadores de deficiência, auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

Os estudos foram concluídos e algumas modificações sugeridas, devendo ser submetido ao Conselho de Administração em 2009 para que delibere a respeito.

Reformulação do e-DJF1

A Lei 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, permitiu aos Tribunais criar o Diário de Justiça Eletrônico. Em outubro de 2007, foi publicada a primeira edição eletrônica do *Diário da Justiça Federal da Primeira Região (e-DJF1)*, veículo oficial de publicação dos atos judiciais e administrativos da Justiça Federal de primeiro e de segundo grau da Primeira Região. A publicação-piloto foi realizada pela Seção Judiciária do Estado de Rondônia, seguida pela publicação do Tribunal ainda no mesmo mês. Em 17 de setembro 2008,

foi inserido o Caderno da Seção Judiciária do Amapá no *Diário da Justiça Federal da Primeira Região – e-DJF1*, concluindo-se a implantação do mencionado periódico em formato eletrônico iniciada no ano anterior.

Antes do término da implantação, a Imprensa Nacional manifestou interesse de voltar a publicar as matérias da Justiça Federal de toda a Primeira Região sem qualquer custo para o Tribunal. As áreas técnicas do TRF 1ª Região (Secju e Secin), acompanhadas do Cenag, participaram de várias reuniões com os dirigentes daquele órgão para discutir pontos importantes para a realização da transferência, que, uma vez firmada, possibilitará maior facilidade de acesso, porque a tecnologia oferecida pela Imprensa Nacional é muito superior à do Tribunal. Outras melhorias foram negociadas, tais como a simplificação dos procedimentos de consolidação e publicação do *e-DJF1*, em razão de os programas da IN estarem preparados para consolidar em um único caderno todas as publicações judiciais e administrativas da Primeira Região, que hoje são feitas em 15 cadernos distintos; aperfeiçoamento do leiaute, com página em orientação paisagem, proporcional ao formato da tela dos monitores padrões, a fim de melhorar a visualização pelo usuário final.

O Cenag elaborou, ainda, minuta de Acordo de Cooperação Técnica para transferência do *e-DJF1*, conforme os termos acertados nas reuniões. A previsão é de que, no primeiro semestre de 2009, o acordo seja definitivamente assinado por ambos os órgãos para início da transferência.

Atualizações no Portal do TRF 1ª Região na internet/intranet

O controle e as atualizações das páginas eletrônicas (internet/intranet) do Tribunal são de responsabilidade compartilhada de suas diversas unidades, segundo o conteúdo da informação. No entanto, essas atividades dependem de autorização do Cenag, unidade à qual incumbe autorizar a inclusão, alteração ou exclusão de submenus, com suporte tecnológico da Secin, tendo em vista a necessária padronização e uniformização das páginas dos órgãos que compõem a Primeira Região.

O Cenag esteve à disposição das unidades que solicitaram tais inclusões, alterações ou exclusões, no entanto, agindo proativamente, de forma a melhorar a utilização dos recursos de internet e intranet e dar maior publicidade aos atos do Tribunal, o Centro vem promovendo estudos para a criação de uma unidade, em sua estrutura organizacional, que centralize essas atividades no Tribunal. A nova área passaria a ser responsável pelo controle, atualizações e aperfeiçoamento constantes do conteúdo do portal do TRF 1ª Região, visando à excelência no atendimento ao público no segmento *Web*, no ritmo exigido pela dinâmica das informações institucionais.

Câmaras Regionais de julgamento

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB solicitou ao Tribunal a urgente implantação das Câmaras Regionais, previstas na Constituição Federal para facilitar o acesso do jurisdicionado à justiça, o que resultou na determinação pela Presidência de que fossem realizados estudos sobre o assunto.

Iniciados os estudos, o Cenag identificou vários pontos que precisam ser sanados para possibilitar a implantação solicitada, sendo o principal deles a necessidade de aprovação de criação de novos cargos para julgadores na segunda instância, haja vista a legislação e a jurisprudência atual não permitirem contornos a esta situação nem utilização de modelos anteriores, como as Turmas Suplementares.

Apontados os impedimentos atuais, os estudos continuam em andamento para identificação pormenorizada pelas demais áreas técnicas das necessidades materiais e humanas na realização de projeto básico para implantação das Câmaras Regionais tão logo tais situações sejam sanadas.

Homologação de atestados médicos e concessão de licenças

Objetivando aprimorar as rotinas para homologação de atestados médicos e concessão de licenças para tratamento de saúde e por motivo de doença em pessoa da família, o Cenag realizou estudos para a regulamenta-

ção do assunto, considerando o que dispõem as leis, e a necessidade de fixar parâmetros para uniformização de procedimentos na Justiça Federal da Primeira Região.

Na proposta de norma encaminhada para apreciação da Secretaria de Programas e Benefícios Sociais, foram estabelecidos os critérios, definidas as responsabilidades dos servidores da área de Programas e Benefícios Sociais e da Secretaria de Recursos Humanos e ajustados os procedimentos para homologação de atestados médicos e para a concessão das licenças relacionadas à saúde do próprio servidor ou de membros de sua família.

Propostas de regulamentação para o Tribunal e Seções e Subseções Judiciárias

No cumprimento de suas competências regulamentares, o Cenag realizou outros estudos e análises sobre uma diversidade de assuntos tratados pelo Tribunal e pela primeira instância, com vistas à elaboração e à padronização de resoluções e portarias, entre as quais:

- criação de turmas recursais dos Juizados Especiais Federais na Primeira Instância e especialização de varas federais;
- implantação do Protocolo Eletrônico de Petições Diversas na Primeira Região;
- procedimentos para tratamento de processos, investigações e dados sigilosos ou que tramitem em segredo de justiça na Justiça Federal de 1º e 2º graus da Primeira Região;
- Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso na Primeira Região;
- alterações de especialidade de cargos efetivos no TRF 1ª Região;
- utilização e controle dos sistemas de telefonia fixa e móvel celular no TRF 1ª Região;
- Estatuto da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Esmaf;
- criação do Centro Cultural na Seccional do Piauí, voltado para estudos próprios da atividade desenvolvida pelo Poder Judiciário;

- sobrestamento de autos de recursos especiais e extraordinários e dos respectivos agravos de instrumento recebidos do STJ e do STF com determinação expressa;
- designação de Diretores do Foro para representar o TRF 1ª Região em atos de assinatura de convênios firmados com o municípios;
- suspensão de expediente de varas devido a feriados, reformas e problemas operacionais;
- instalação de postos avançados de juizados das Seções e Subseções Judiciárias;
- procedimentos para tratamento de processos, investigações e dados sigilosos ou que tramitem em segredo de justiça na Justiça Federal de primeiro e segundo graus da Primeira Região;
- procedimentos para inserção de dados no sistema processual para dar cumprimento à Resolução 398, de 26/10/2004, do CJF;
- critérios para o plantão judiciário no âmbito do Tribunal Regional Federal da Primeira Região;
- sobrestamento de autos de recursos especiais e extraordinários e dos respectivos agravos de instrumento recebidos do STJ e do STF com determinação expressa de sobrestamento;
- suspensão de prazos processuais dos processos divulgados no *e-DJF1* dos dias 19 e 20 de novembro de 2008, na Primeira Região;
- procedimentos relativos ao desligamento de servidores, temporário ou definitivo, da Justiça Federal da Primeira Região;
- procedimentos para a publicação oficial do *Diário da Justiça Federal da Primeira Região – e-DJF1* na Primeira Região.

Destacou-se por sua relevância, urgência e âmbito de atuação o estudo para implantação das seguintes normas.

- Cadastro de Representantes de Advogados constituídos pelas partes em processos que tramitam no Tribunal. Visando facilitar e agilizar o atendimento dispensado aos advogados e às partes, especialmente quanto à obtenção de cópias dos autos e retirada de processos no Tribunal, foi editada a Portaria/Presi 600-

314 de 13/11/2008, que instituiu um cadastro, em sistema informatizado, de representantes de advogados constituídos pelas partes, no qual podem se inscrever estagiários, prepostos ou outros advogados. A autorização terá validade de seis meses, sendo automaticamente eliminada do sistema após o vencimento desse prazo. Havendo interesse em manter a autorização, deverá o advogado renová-la na Secretaria Judiciária.

- Declaração de “Nada consta”, instituída pela Portaria/Presi 600-273 de 09/10/2008, que regulamenta os novos procedimentos de desligamento dos servidores, em caráter definitivo ou temporário, estabelece a obrigatoriedade de que o servidor obtenha o “Nada consta” de diversas áreas e destaca as ações de inteira responsabilidade do servidor, entre elas devolver o crachá de identificação ao Recursos Humanos; a carteira do plano de saúde ao Pro-Social, inclusive dos dependentes credenciados; o cartão para uso de vaga na garagem ou estacionamento à Segurança; livros e periódicos emprestados à Biblioteca; bens patrimoniais que estejam sob sua responsabilidade para uso ou manutenção à Secad. O servidor deverá ainda prestar contas à área Financeira quanto ao suprimento de fundos e diárias percebidas e, no Recursos Humanos, quanto a empréstimos consignados ou outros valores que porventura tenha a ressarcir ao Tribunal ou Seccional. A instituição da declaração de “Nada consta” e as demais medidas constantes da Portaria têm o objetivo de resguardar as Unidades Administrativas da Primeira Região no caso de devolução de bens patrimoniais, documentos de identificação e quitação de débitos.
- 1º Descarte de autos findos — regulamentado pela Portaria/Presi 600-247 de 15/09/2008 —, que fixa diretrizes para as atividades de gestão, avaliação, guarda e eliminação de documentos, processos administrativos e autos judiciais findos na Primeira Região, determina que a política de gestão documental seja implementada no Tribunal e nas Seções Judiciárias por Comissões Permanentes de Avaliação e Gestão Documental, criadas no âmbito dos respectivos órgãos e estabelece os procedimentos necessários à realização do Descarte Central, que ocorre todos os anos, mediante critérios

de responsabilidade social e de preservação ambiental por meio da reciclagem do material descartado e da destinação do resultado para programas sociais de entidades sem fins lucrativos.

O Cenag procedeu ainda às atualizações das seguintes Instruções Normativas:

- IN-14-10 – Serviços de Portaria e Segurança;
- IN-19-01 – Repositórios Oficiais de Jurisprudência;
- IN-18-07 – Assistência à Saúde;
- IN-14-13 – Serviços de Biblioteca;
- IN-14-08 – Administração de Veículos.

Produção editorial

A produção editorial é um processo em que se ordenam etapas de preparação de originais, elaboração de projeto gráfico, programação visual, edição de texto e revisão nas mídias impressa e digital. Em alguns casos, envolve o acompanhamento do projeto desde a formulação do conceito até sua finalização.

Programação visual

A área de programação visual passou por atualizações técnicas, em virtude da crescente demanda. Foram adquiridos *softwares* de última geração, o que propiciou a melhoria da qualidade e a ampliação da versatilidade dos trabalhos.

Revisão digital

A revisão digital, implantada em 2006, conforme Circular/Diges 600-562, continua sendo o principal instrumento utilizado para a correção de ofícios, editais, portarias, resoluções, determinados informativos, como o Portal da Saúde, entre outros documentos advindos da Diretoria-Geral, das Secretarias do Tribunal e do próprio Cenag. Em 2008, foram concluídas 168 revisões digitais.

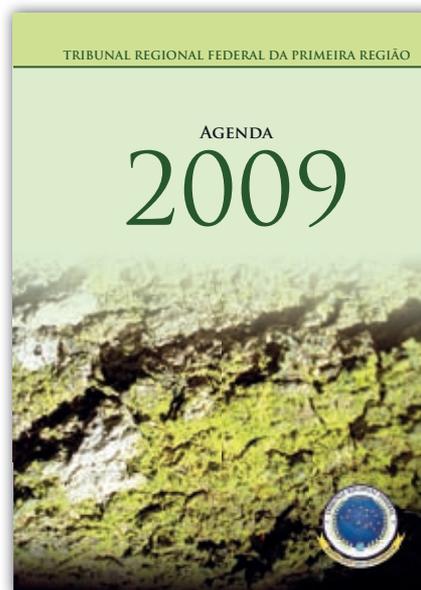
Publicações

As publicações institucionais são de grande relevância para o Tribunal, que reconhece a importância da divulgação do conhecimento científico, do debate, da reflexão crítica sobre questões jurídicas e sociais, além da necessária transparência e divulgação de seus atos, da informação e atendimento ao público interno e externo e da perpetuação de sua história.

O Tribunal, em 2008, deu um passo decisivo na defesa do meio ambiente, ao lançar — com a presença

do Ministro de Estado do Meio Ambiente, Carlos Minc — o TRF Socioambiental e assinar o termo de adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma, embasado em determinações da Carta Magna, legislações complementares, decretos e normas internas, o TRF 1ª Região passou a integrar o rol das instituições comprometidas com a preservação do meio ambiente e, como marco da atual gestão, trabalhos em papel reciclado foram confeccionados.

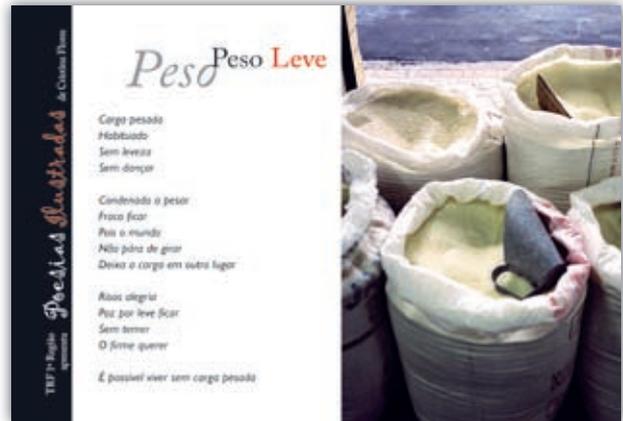
- Agenda 2009: edição especial para os magistrados, elaborada na Divisão de Produção Editorial, contendo frases, fotos e citações selecionadas pelo TRF Socioambiental, alusivas à proteção ao meio ambiente.



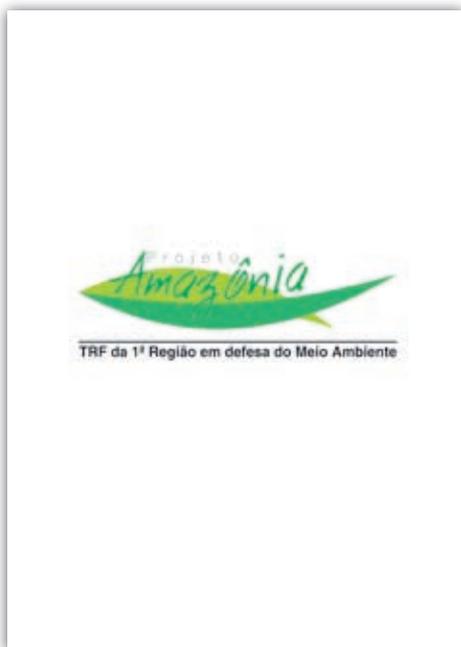
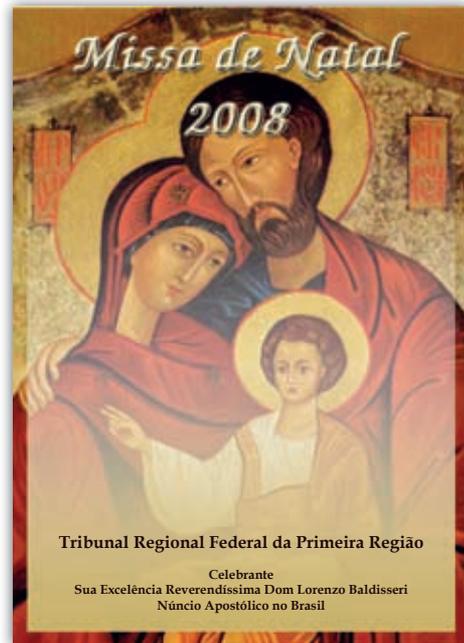
- Calendário 2009: produzido com o tema "Parques Nacionais", destacou, em cada mês, um parque diferente, trazendo descrição e dicas de preservação ambiental.



- Poesias Ilustradas: projeto gráfico elaborado com fotos e poesias de servidora do Tribunal em comemoração ao Dia do Servidor Público.



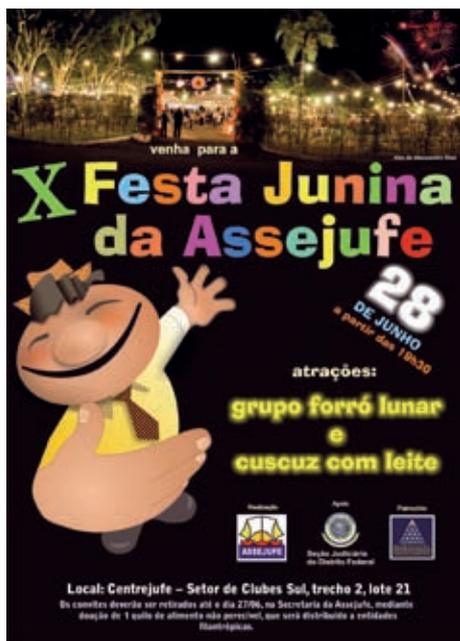
- Missal: livro de orações e cânticos da Missa de Natal 2008.



- Projeto Amazônia: adaptação e impressão de trabalho de servidora do Tribunal, que trata da possibilidade de especialização de varas ambientais.

Produções editoriais que envolveram arte, programação visual e revisão de texto

- arte eletrônica e impressa de solenidades de posse, inaugurações e aniversários de Seccionais, despedidas e exposições no espaço cultural;
- cartazes e convites para as festas junina e de encerramento do ano;

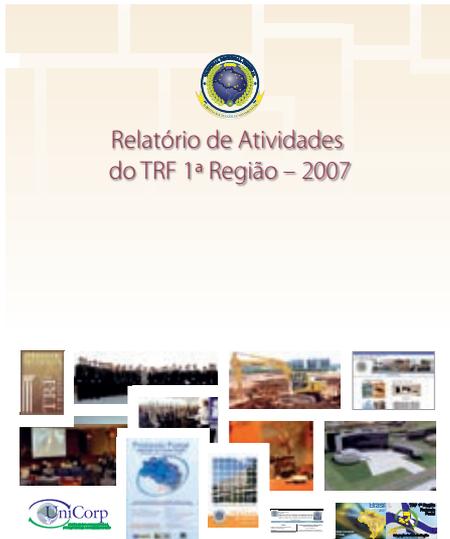


- cartaz e convite para o culto ecumênico de ação de graças pelo encerramento do ano;
- cartaz e convite para o I Fórum de Contratação Pública;
- cartazes para a área de odontologia;
- cartaz, convites e bloco de notas alusivos à confraternização do Dia Internacional da Mulher;
- cartazes da Revista do TRF 1ª Região;
- cartões pessoais de visita de magistrados e servidores;
- leiaute do Portal da Saúde da Secbe;
- *O Quê do Mês* (diagramação);
- pasta para o Programa de Visitas do TRF;
- Boletim de Serviço: cerca de 1.800 e-mails recebidos para publicação de matérias;
- Catálogo Telefônico *on-line* (novo leiaute);



- Cartilha Jurídica 87 — Intervenção do Desembargador Federal Carlos Olavo Pacheco de Medeiros no III Seminário de Magistrados Especializados na Luta contra o Tráfico de Estupefacientes;
- Código Tributário Nacional à Luz da Jurisprudência — edição atualizada;
- Memória do TRF 1ª Região;

- Relatório de Atividades 2007.



O Relatório de Atividades é uma publicação anual, determinada pelo art. 22, XL, do Regimento Interno do Tribunal, em que se apresentam os trabalhos administrativos e judiciais, com a intenção de prestar contas aos membros da Corte e da sociedade.

- Revista do TRF 1ª Região – janeiro a dezembro de 2008;



- CD coletânea da Revista do TRF 1ª Região de 2007;
- Série Insignes 15 – Medalha de divulgação do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria – Homenagem ao Ministro José Arnaldo da Fonseca – Desembargador Federal Souza Prudente;
- Série Insignes 17 – Discursos de Inauguração das Novas Sedes da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais – Desembargadora Assusete Magalhães, Juíza Federal Maria Edna Fagundes Veloso e Oscar Dias Corrêa Júnior;
- Série Insignes 18 – Breve Mensagem aos Moços – missão do jurista – Desembargador Federal Carlos Olavo Pacheco de Medeiros;
- Série Insignes 19 – Grande Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria – Homenagem ao Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima;
- Série Insignes 21 – Grande Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria – Homenagem ao Desembargador Federal Plauto Ribeiro.

Equipamento gráfico

Atendendo à política de gestão da Diretoria-Geral de baixar custos e a antiga reivindicação de modernizar o parque gráfico, o Cenag emvidou esforços para diminuir valores a ser despendidos na aquisição de impressora em quatro cores. A licitação do equipamento foi concluída no final de 2008 e o equipamento será entregue no início de 2009.

Quadro 94
Demonstrativo das principais reproduções gráficas – 2008

Demonstrativo de serviço		Quant.
Periódicos	Revista do TRF 1ª Região	13.000
	Cartaz da Revista do TRF 1ª Região	3.000
	Índice Geral da Revista do TRF 1ª Região	1.300
	Revista Destaque Mensal	22.500
Outras publicações	Cartaz de Monografia 2008	3.000
	Revista – Unidas/Pro-Social	6.000
	CTN – Código Tributário Nacional – Tombo 1 e 2	1.000
	Livreto Projeto Amazonas	70
	Revista – Seção Judiciária do Estado do Maranhão	780
	Base para convites	35.000
	Séries Insignes 16,17 e 21	1.170
	Cartilha Justiça para todos SJ/GO	2.500
	Marcadores de texto	15.000
	Ficha de acompanhamento médico	2.000
	Formulários de comprovante de presença	320
	Formulário de registro clínico	800
	Formulários – Guia Fora	1.200
	Cartaz – Campanha sem tabaco	3.000
	Folder – Campanha sem tabaco	3.000
	Agenda do TRF 1ª Região – magistrados e autoridades	100
	Agenda – Dia do Servidor Público	1.200
	Cartilha Juizado Especial Federal itinerante	120
	Termo de recebimento, autuação e distribuição	75.000
	Receituário Médico Especial	1.000
	Capas de Processos do TRF 1ª Região	119.000
	Cartões para correspondência de autoridades	10.000
	Cartões – solenidade de posse dos novos dirigentes	9.000
Encadernações	1.740	
Etiquetas diversas	268.000	



Secju

Secretaria Judiciária

A Secretaria Judiciária – Secju, responsável pela coordenação das atividades cartorárias do Tribunal, implantou várias melhorias em 2008, entre as quais se destaca a modernização do setor de protocolo e distribuição e dos serviços taquigráficos.

A Secretaria Judiciária participou ativamente, como representante do TRF 1ª Região, do Comitê Gestor de Tabelas do Conselho da Justiça Federal – Cogetab, contribuindo para compatibilizar as tabelas do CJF (assuntos, classes e movimentos processuais) com as novas tabelas instituídas pela Resolução 46, de 18/12/2007, do Conselho Nacional de Justiça. A participação efetiva da Secju naquele comitê facilitou o trabalho de implantação das novas tabelas na Primeira Região.

Em parceria com a Divisão de Sistemas Judiciais – Disij/Secin, a Secretaria Judiciária, como gestora do sistema Juris, acompanhou as demandas de alteração do sistema apresentadas pelos usuários, orientando a Disij em questões jurídicas e, sobretudo, na priorização dos projetos que se destinam à melhoria da prestação jurisdicional.

Despachos da Presidência

Entre as atribuições da Secju, destaca-se o exame de petições e a confecção de minutas de despachos em processos conclusos à Presidência. Em 2008, até 18 de abril, haviam sido proferidos 407 despachos com conclusão feita pela Secretaria Judiciária. A partir de 23 de abril, a Presidência proferiu, via Secju, 463 despachos.

Inovações implementadas na Corip

A proposta de planejamento para 2008, apresentada pela gestão atual da Coordenadoria de Registros e Informações Processuais – Corip, teve como foco principal a modernização do setor e a valorização dos servidores, prestadores de serviço e estagiários.

Com o apoio da administração e da Secretaria Judiciária, foram implementados projetos inovadores, que trouxeram resultados positivos visíveis tanto nas estatísticas de distribuição, que demonstram números recordes em 2008, quanto na satisfação daqueles que trabalham na Corip.

Com efeito, a informatização e a humanização das condições de trabalho, com a consequente melhoria do ambiente profissional, têm garantido crescente aumento na produtividade da Coordenadoria.

Cabe destacar, entre as inovações que contribuíram diretamente para o aumento da produtividade, a implantação do sistema automatizado de numeração de folhas de processos originários, a redistribuição de tarefas, a reorganização do leiaute do setor, substituindo-se o mobiliário, e a implantação da planilha eletrônica, com a recuperação dos dados cadastrados no primeiro grau.

Sistema automatizado de numeração de processos originários

A inovação tecnológica na numeração das folhas eliminou a antiga prática de utilização de carimbos elétricos e manuais e liberou para a realização de outras atividades cerca de 20 colaboradores, que se dedicavam, exclusivamente, ao trabalho diuturno e repetitivo de numeração.

A aquisição de 7 impressoras especiais, que possibilitam a impressão colorida, com caracteres nítidos, e que realizam, automaticamente, a numeração de 25 páginas por minuto, resultou na padronização e no aumento expressivo da velocidade desse procedimento, reduzindo sobremaneira o ruído no ambiente e as doenças decorrentes de esforço repetitivo.



Impressora especial que realiza a numeração automática dos processos originários.

Foto: Ailton B. de Assis Junior

Renovação organizacional

A reorganização do leiaute e a destinação de uma sala mais reservada à Divisão de Análise e Classificação proporcionaram aos servidores maior conforto e concentração para executar atividades de análise e classificação de feitos.

A Divisão de Autuação, Registros e Distribuição também foi beneficiada com a ampliação do espaço físico e com a eliminação dos armários que bloqueavam a entrada de luz natural. Essas alterações, realizadas no mês de julho, refletiram diretamente no aumento da produtividade.

A Divisão de Informações Processuais foi expandida com a desocupação da sala em que se guardavam

processos de outros setores do Tribunal, o que possibilitou a criação de núcleos gerenciais, com a diversificação e o rodízio das atividades e a redistribuição de servidores entre as divisões.

Essas inovações fizeram-se notar na estatística do mês de setembro, com o número recorde de 10.761 processos distribuídos, o que ocorreu sem a necessidade de hora extra de trabalho, fato que motivou elogio oficial do Presidente do Tribunal aos colaboradores da Corip por meio da Portaria/Presi 630-319 de 19/11/2008.

Foto: Luiz C. B. Xavier



Corip antes da alteração do leiaute.



Foto: Mauro Putini

Corip após a alteração do leiaute.

A planilha eletrônica e a recuperação dos dados da primeira instância

Considerado projeto revolucionário, a planilha eletrônica, ao substituir a antiga planilha manual — rotina existente desde a criação do Tribunal —, imprimiu maior agilidade ao trabalho e atendeu melhor ao aumento significativo do número de processos recebidos pelo TRF (131.475 em 2008). Sua utilização, que permite a recuperação dos dados cadastrados em primeiro grau, evita erros de digitação e confere maior segurança ao jurisdicionado e ao próprio usuário quanto às informações processuais cadastradas no sistema.

A inauguração do novo sistema informatizado da Corip, realizada pelo Presidente da Corte, ocorreu em

outubro e contou com a presença de desembargadores federais. A cobertura do evento foi feita pela Ascom e pela TV Justiça, que divulgaram os benefícios do novo sistema para a celeridade da prestação jurisdicional.

Com a implantação do novo sistema informatizado, o aumento da produtividade foi imediato, atingindo mais de 13 mil processos distribuídos em outubro. Esse número foi superado em novembro, quando foram distribuídos quase 14 mil processos.

Foto: Mauro Putini



Inauguração do novo sistema informatizado da Corip. O Presidente, Jirair Aram Meguerian, e o Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral entre o Coordenador da Corip, Ailton Bernardes de Assis Júnior (à esquerda), e o Diretor da Disij/Secin, Yuri Oliveira de Andrade Freitas (à direita), ao lado do prestador de serviço Gyllymar Vieira da Silva. Ao fundo, o Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação, Humberto José Xavier.

Outras medidas que contribuíram para o aumento da produtividade na Corip

Também merecem destaque outros projetos de modernização e de informatização da Corip, que resultaram na diminuição do tempo de execução das tarefas e dos custos com material:

- eliminação das tarefas anteriormente executadas em duplicidade;
- aperfeiçoamento das telas de cadastro de petições do sistema Juris;
- criação de mecanismo de conferência imediata do cadastro de petições, evitando-se a fragmentação desnecessária das atividades;
- alteração do sistema de etiquetagem para melhor atender à demanda dos processos distribuídos, o que evitou a contratação de novos estagiários;
- impressão dos termos de distribuição em papel, eliminando-se a sobreposição de etiquetas;
- redistribuição e rodízio de atividades, capacitando-se os servidores para novas tarefas;
- utilização do sistema de ligações pela internet (VoIP), o que reduziu os gastos do setor com ligações interurbanas para as Seções Judiciárias;

- confecção de manuais de procedimentos para cada divisão da Corip;
- integração, com o auxílio da Secin, do sistema Juris com o sistema processual de primeiro grau, o que possibilitou a recuperação das informações cadastradas no juízo federal de origem.

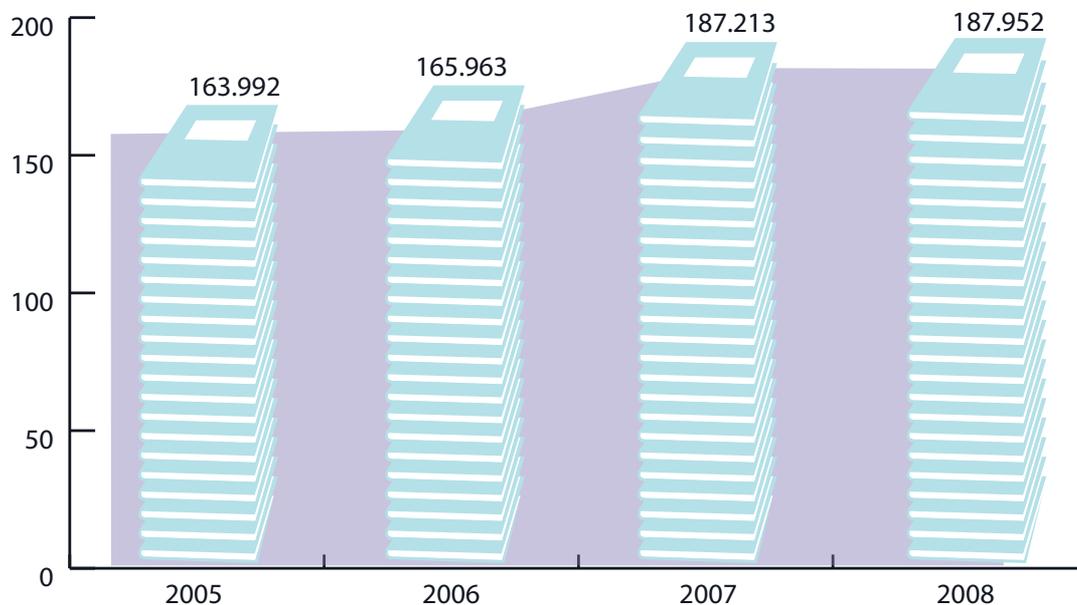
Em relação ao ambiente e às condições de trabalho:

- aquisição de mobiliário ergonômico, em substituição às mesas e cadeiras antigas;
- instalação de microcomputadores em todas as estações de trabalho, o que pôs fim à necessidade de revezamento dos servidores para a utilização das poucas máquinas até então existentes no setor;
- alteração do leiaute pela ampliação dos espaços do protocolo e da sobreloja;
- reformulação do balcão de atendimento;
- melhoria na iluminação;
- aumento de ramais telefônicos;
- eliminação dos armários e dos documentos administrativos antigos, destinando-os à reciclagem, em atendimento à nova política do TRF Socioambiental;
- liberação do espaço que se destinava a depósito de processos de outros setores;
- disponibilização de uma copa aos funcionários;
- instalação de sistema de ar-condicionado no protocolo externo (*drive-thru*).

Os projetos de modernização e de aumento da produtividade da Corip terão continuidade em 2009, quando serão implantados outros sistemas e realizadas reestruturações a partir de planejamento estratégico voltado à informação, ao monitoramento das atividades e à utilização de tecnologia.

Protocolo Judicial

Gráfico 19
Petições apresentadas no Tribunal

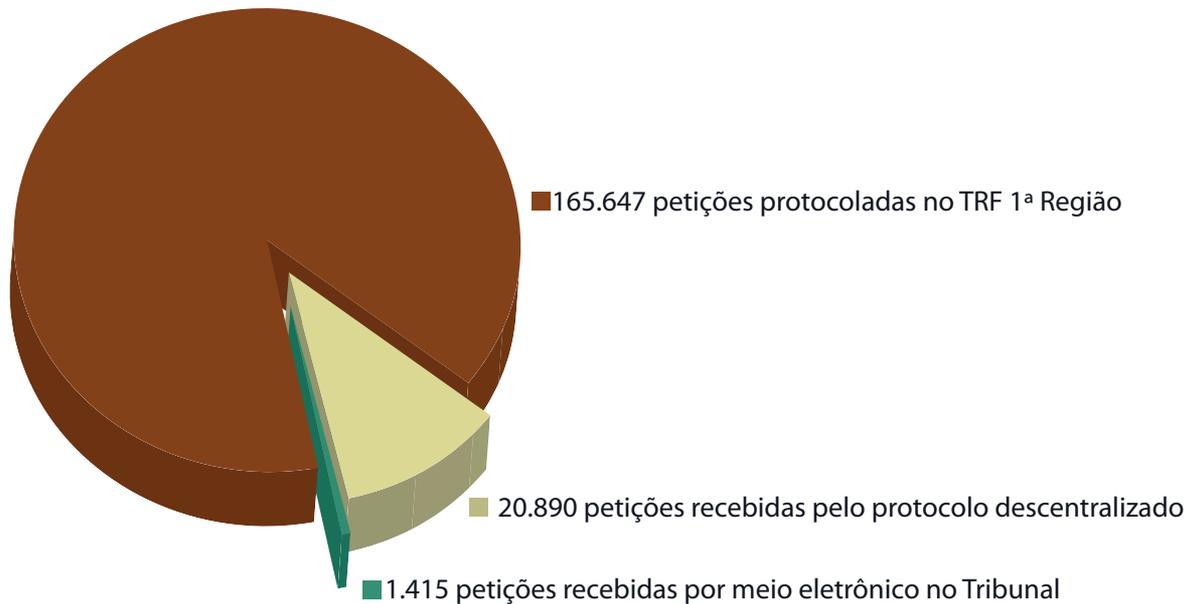


Quadro 95
Petições iniciais e diversas protocolizadas

Discriminação		Total
Petições iniciais	Processos originários recebidos (TRF 1ª Região)	39.451
	Processos originários recebidos (protocolo descentralizado)	19.138
	Petições recebidas por meio eletrônico no Tribunal	133
	Subtotal	58.722
Petições diversas	Petições protocolizadas no TRF 1ª Região	165.647
	Petições recebidas pelo protocolo descentralizado	20.890
	Petições recebidas por meio eletrônico no Tribunal	1.415
	Subtotal	187.952
Total		246.674
Processos recebidos da primeira instância		98.113

Fonte: Diest.

Gráfico 20
Petições protocolizadas



Total: 187.952

Quadro 96
Petições diversas recebidas no Tribunal

Tipo	Quantidade
Agravo de instrumento	2.500
Agravo (inominado/legal/regimental)	4.093
Agravo de instrumento de decisão denegatória de REsp/RE	4.847
Embargos de declaração	15.599
Embargos de divergência	4
Embargos infringentes	343
Recurso especial	11.257
Recurso extraordinário	3.604
Recurso ordinário	60
Petições diversas	123.340
Total	165.647

Fonte: Diest.

Quadro 97
Petições diversas recebidas nas Seções Judiciárias

Seção Judiciária	Recursos								Petições diversas	Total
	Agravo de instrumento	Agravo regimental	Embargos declaratórios	Embargos de divergência	Embargos infringentes	Recurso extraordinário	Recurso especial	Recurso ordinário		
Acre	-	8	3	-	-	2	7	-	97	117
Amazonas	8	8	42	-	1	8	28	4	362	461
Amapá	-	-	5	-	-	-	1	-	30	36
Bahia	25	142	263	-	6	109	199	2	1.835	2.581
Goiás	76	124	288	2	3	178	384	3	1.507	2.565
Maranhão	2	15	90	-	-	13	25	1	410	556
Minas Gerais	123	355	1.143	1	32	275	915	7	6.111	8.962
Mato Grosso	11	53	59	-	4	11	42	3	965	1.148
Pará	6	40	90	-	1	39	73	4	610	863
Piauí	-	12	28	-	2	7	11	-	229	289
Rondonia	1	36	48	-	2	3	19	3	372	484
Roraima	2	1	2	-	-	-	-	-	55	60
Tocantins	3	7	3	-	2	-	7	3	165	190
Total	257	801	2.064	3	53	645	1.711	30	12.748	18.312

Fonte: Dlest.

Quadro 98
Petições diversas recebidas nas Subseções Judiciárias

Subseção Judiciária	Recursos											Petições diversas	Total	
	Agravo de instrumento	Agravo regimental	Embargos declaratórios	Embargos de divergência	Embargos infringentes	Recurso extraordinário	Recurso especial	Recurso ordinário						
BA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
	-	5	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56	64
	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4
	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	48	50
MA	2	1	2	-	-	1	1	1	1	1	-	-	22	29
MG	-	2	9	-	-	4	9	9	4	9	-	-	54	78
	1	3	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80	91
	-	-	8	-	-	-	-	-	5	6	-	-	203	222
	18	28	81	-	-	2	49	68	49	68	-	-	362	608
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	88	92
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	87	88
	-	1	1	-	-	-	-	-	2	3	-	-	40	47
	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	55	56
	-	1	1	-	-	1	1	1	1	1	-	-	43	48
	-	-	3	-	-	-	-	-	-	1	-	-	138	142
	-	1	3	-	-	-	-	-	1	2	-	-	9	16
	-	-	17	-	-	-	-	-	-	10	-	-	282	309
	3	15	28	1	2	5	17	17	5	17	1	1	331	403
	-	5	12	-	-	-	-	-	-	12	1	1	148	178
PA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
	-	1	-	-	-	2	3	3	2	3	-	-	25	31
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Total	24	66	177	1	5	71	136	2	2.097	2.579	2	2	2.097	2.579

Fonte: Diest.

Quadro 99
Protocolo descentralizado de petições iniciais

Seção Judiciária	Total
Acre	167
Amapá	163
Amazonas	439
Bahia	5.203
Distrito Federal	97
Goiás	1.274
Maranhão	481
Mato Grosso	1.027
Mato Grosso do Sul	1
Minas Gerais	7.193
Pará	1.357
Piauí	624
Rondônia	618
Roraima	152
Tocantins	342
Total	19.138

Fonte: Diest.

Distribuição de feitos

Quadro 100
Processos distribuídos por grupo no Tribunal

Processos distribuídos		
Código	Grupo	Quantidade
2	Embargos à execução	1
19	Ação penal	1
20	Ação penal	3
35	Agravo de instrumento	29.068
46	Agravo de instrumento em recurso especial	1
50	Apelação/reexame necessário	7.208
57	Pedido de prisão preventiva	2
61	Pedido de prisão temporária	1
62	Pedido de quebra de sigilo de dados e/ou telefônico	1
63	Pedido de quebra de sigilo de dados e/ou telefônico	19

Processos distribuídos		
Código	Grupo	Quantidade
72	Pedido de busca e apreensão criminal	2
74	Liberdade provisória com ou sem fiança	11
75	Liberdade provisória com ou sem fiança	1
79	Incidente de restituição de coisas apreendidas	8
80	Incidente de restituição de coisas apreendidas	56
86	Apelação cível	64.073
90	Auto de prisão em flagrante	2
94	Apelação criminal	1.602

Processos distribuídos		
Código	Grupo	Quantidade
108	Apelação em mandado de segurança	101
131	Carta rogatória	1
132	Carta testemunhável	6
133	Carta precatória	24
134	Carta precatória	8
135	Carta precatória	2
145	Carta precatória	14
146	Carta precatória criminal	3
147	Carta precatória	40
148	Carta precatória criminal	7
152	Carta de ordem	1
160	Ação civil de improbidade administrativa	3
179	Impugnação ao pedido de assistência litisconsorcial	1
206	Exceção de suspeição	14
207	Exceção de suspeição criminal	7
212	<i>Habeas corpus</i> cível	9
213	<i>Habeas corpus</i>	1.291
231	Medida cautelar	1
232	Medida cautelar inominada	6
236	Medida cautelar de busca e apreensão	3
244	Medida cautelar de notificação	1
248	Medida cautelar	10
249	Medida cautelar inominada	174
253	Medida cautelar de busca e apreensão	1
269	Sequestro – medidas assecuratórias	1
272	Recurso em sentido estrito	554
278	Incidente de insanidade mental do acusado	1
280	Recurso de <i>habeas corpus</i>	3
329	Agravo de petição trabalhista	1
336	Reexame necessário	5.506
337	Remessa <i>ex officio</i> em mandado de segurança	183
344	Representação criminal	3

Processos distribuídos		
Código	Grupo	Quantidade
348	Representação criminal	1
371	Suspensão de liminar ou antecipação de tutela	2
381	Medida cautelar inominada	3
400	Recurso de <i>habeas corpus</i> (<i>ex officio</i>)	6
418	Reexame necessário criminal	22
434	Petição	13
435	Petição	33
436	Petição criminal	5
467	Exceção de impedimento	1
468	Exceção de impedimento criminal	1
479	Restauração de autos	1
558	Agravo em execução penal	11
649	Exceção de suspeição criminal	1
655	Comunicação	1
663	Petição	8
664	Petição criminal	26
665	Petição	3
728	Embargos infringentes em apelação cível	12
731	Embargos infringentes em apelação criminal	1
744	Conflito de competência	1.310
752	Mandado de segurança	16
753	Mandado de segurança	43
754	Mandado de segurança coletivo	1
756	Mandado de segurança criminal	77
757	Mandado de segurança	146
760	Revisão criminal	18
779	Ação rescisória	332
796	<i>Habeas data</i>	1
822	Embargos de terceiro criminal	1
824	Inquérito policial	527
825	Inquérito policial	25
833	Mandado de segurança	6

Processos distribuídos		
Código	Grupo	Quantidade
834	Mandado de segurança	18
835	Mandado de segurança coletivo	1
836	Mandado de segurança criminal	8
837	Mandado de segurança	109
850	Conflito de competência	39
887	Embargos infringentes	290
888	Embargos infringentes e de nulidade	17
904	Exceção de impedimento	1
927	Incidente de uniformização de jurisprudência	1
930	Petição	2

Processos distribuídos		
Código	Grupo	Quantidade
931	Petição	1
932	Petição criminal	9
933	Arguição de inconstitucionalidade	3
957	Exceção da verdade	1
963	Exceção de incompetência	1
965	Reclamação	3
992	Impugnação ao valor da causa	3
994	Pedido de uniformização de interpretação de lei federal	235
Total		113.436

Fonte: Diest.

Quadro 101 Processos registrados pela Corip (competência da Presidência)

Código	Grupo	Quantidade
35	Agravo de instrumento	1
43	Agravo de instrumento em recurso extraordinário	543
44	Agravo de instrumento em recurso especial	1.412
46	Agravo de instrumento em recurso especial	2.363
47	Agravo de instrumento em recurso extraordinário	811
48	Agravo de instrumento em recurso especial criminal	94
49	Agravo de instrumento em recurso extraordinário criminal	15
124	Avocatória	12
130	Carta de ordem	1
136	Carta precatória	4
138	Carta de ordem criminal	2

Código	Grupo	Quantidade
141	Carta precatória	4
370	Suspensão de segurança	14
371	Suspensão de liminar ou antecipação de tutela	110
372	Suspensão de execução de sentença	51
380	Medida cautelar	4
381	Medida cautelar inominada	28
507	Petição	4
509	Petição	6
837	Mandado de segurança	1
983	Apelação cível c/recurso extraordinário/especial	1
Total		5.481

Fonte: Diest.

Quadro 102
Processos distribuídos e registrados (por magistrado)

Desembargador Federal	Distribuídos	Redistribuídos	Registrados
Presidente	–	–	5.481
Tourinho Neto	945	35	–
Catão Alves	5.334	122	–
Assusete Magalhães	599	821	–
Jirair Aram Meguerian	–	1	–
Carlos Fernando Mathias	5.328	104	–
Olindo Menezes	269	11	–
Mário César Ribeiro	938	42	–
Luciano Tolentino Amaral	5.384	91	–
Cândido Ribeiro	972	34	–
Hilton Queiroz	943	48	–
Carlos Moreira Alves	8.586	61	–
Ítalo Fioravanti Sabo Mendes	979	33	–
Carlos Olavo	5.713	24.166	–
José Amílcar Machado	8.593	52	–
Antônio Ezequiel da Silva	1.447	25	–
Daniel Paes Ribeiro	4.054	106	–
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira	4.566	20	–
João Batista Moreira	4.151	124	–
Souza Prudente	4.108	121	–
Selene Maria de Almeida	4.220	132	–
Fagundes de Deus	4.128	171	–
Antônio Sávio de Oliveira Chaves	8.586	46	–
Maria Isabel Gallotti Rodrigues	3.671	117	–
Maria do Carmo Cardoso	5.551	131	–
Leomar Barros Amorim de Sousa	5.331	131	–
Neuza Maria Alves da Silva	8.633	67	–
Francisco de Assis Betti	8.574	95	–
Juiz Federal Itelmar R. Evangelista (conv.)	1.833	46	–
Total	113.436	26.953	5.481

Fonte: Diest/Corip.

Implantação da nova Tabela Única de Classes

Em cumprimento à Resolução 46, de 18/12/2007, do Conselho Nacional de Justiça, foi implantada, por meio da Portaria/Presi 600-226 de 18/08/2008, a nova Tabela Única de Classes – TUC, do Conselho da Justiça Federal, compatibilizada com a Tabela de Classes Processuais – TAC, do Conselho Nacional de Justiça. Baseou-se a portaria na proposta apresentada pela Comissão Especial para a uniformização das tabelas de assuntos, classes e movimentação processual, instituída pela Portaria/Presi 100-130 de 23/05/2008, coordenada pelo Juiz Federal em auxílio à Corregedoria-Geral, José Alexandre Franco, e integrada por servidores da Secju, Corip, Asret, Secin e da Seção Judiciária do Distrito Federal.

A reclassificação dos feitos em trâmite no Tribunal de acordo com a nova TUC foi executada de forma automática pela Secin, ficando reservados à reclassificação manual apenas os processos em que se demonstrou indispensável a análise física dos autos. Dos 1.916 processos em situações especiais, em que não foi possível a reclassificação automática, já foram reclassificados, manualmente, pelas coordenadorias da Secju 1.227, restando apenas 689 pendentes de reclassificação manual.

Implantação da nova Tabela Única de Assuntos

Ainda em cumprimento à Resolução 46, de 18/12/2007, do Conselho Nacional de Justiça, foi implantada, em outubro, a nova Tabela Única de Assuntos – TUA, do Conselho da Justiça Federal, devidamente compatibilizada com a Tabela de Assuntos Processuais – TAP, do Conselho Nacional de Justiça. A preparação da nova tabela de assuntos também foi realizada pela Comissão Especial para a uniformização das tabelas de assuntos, classes e movimentação processual, instituída pela Portaria/Presi 100-130 de 23/05/2008.

Apoio a julgamentos

Inovações cartorárias: envio eletrônico de decisões urgentes

Desde setembro de 2008, a Coordenadoria da Sétima Turma tem encaminhado, via *e-mail*, em substituição ao envio por fac-símile, o inteiro teor das decisões liminares proferidas em agravo de instrumento às Seções e Subseções Judiciárias, bem como às Comarcas da Justiça Estadual. Esse procedimento, além de agilizar a comunicação de decisões judiciais urgentes aos juízos de primeiro grau, propicia ao Tribunal a redução dos custos com papel e ligações interurbanas.

Quadro 103
Sessões realizadas no Tribunal

Órgão julgador	Sessões		
	Ordinárias	Extraordinárias	Total
Corte Especial	25	–	25
Primeira Seção	24	–	24
Segunda Seção	22	–	22
Terceira Seção	24	–	24
Quarta Seção	25	–	25
Primeira Turma	66	–	66
Segunda Turma	68	1	69
Terceira Turma	69	4	73

Órgão julgador	Sessões		
	Ordinárias	Extraordinárias	Total
Quarta Turma	70	–	70
Quinta Turma	65	1	66
Sexta Turma	69	1	70
Sétima Turma	66	–	66
Oitava Turma	57	2	59
Total	650	9	659

Fonte: Secju.

Quadro 104
Desempenho dos órgãos julgadores

Órgão julgador	Processos julgados	Decisões terminativas	Acórdãos publicados
Corte Especial	409	223	753
Primeira Seção	410	174	302
Segunda Seção	337	350	249
Terceira Seção	567	113	446
Quarta Seção	412	759	367
Primeira Turma	13.858	4.267	13.539
Segunda Turma	15.481	4.405	14.276
Terceira Turma	2.028	270	2.049
Quarta Turma	2.134	128	2.053
Quinta Turma	7.968	6.669	7.834
Sexta Turma	7.672	3.677	7.484
Sétima Turma	10.899	5.981	10.529
Oitava Turma	10.921	5.552	12.043
Turma Especial de Férias	–	–	–
Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência	70	1.105	1.076
Total	73.166	33.673	73.000

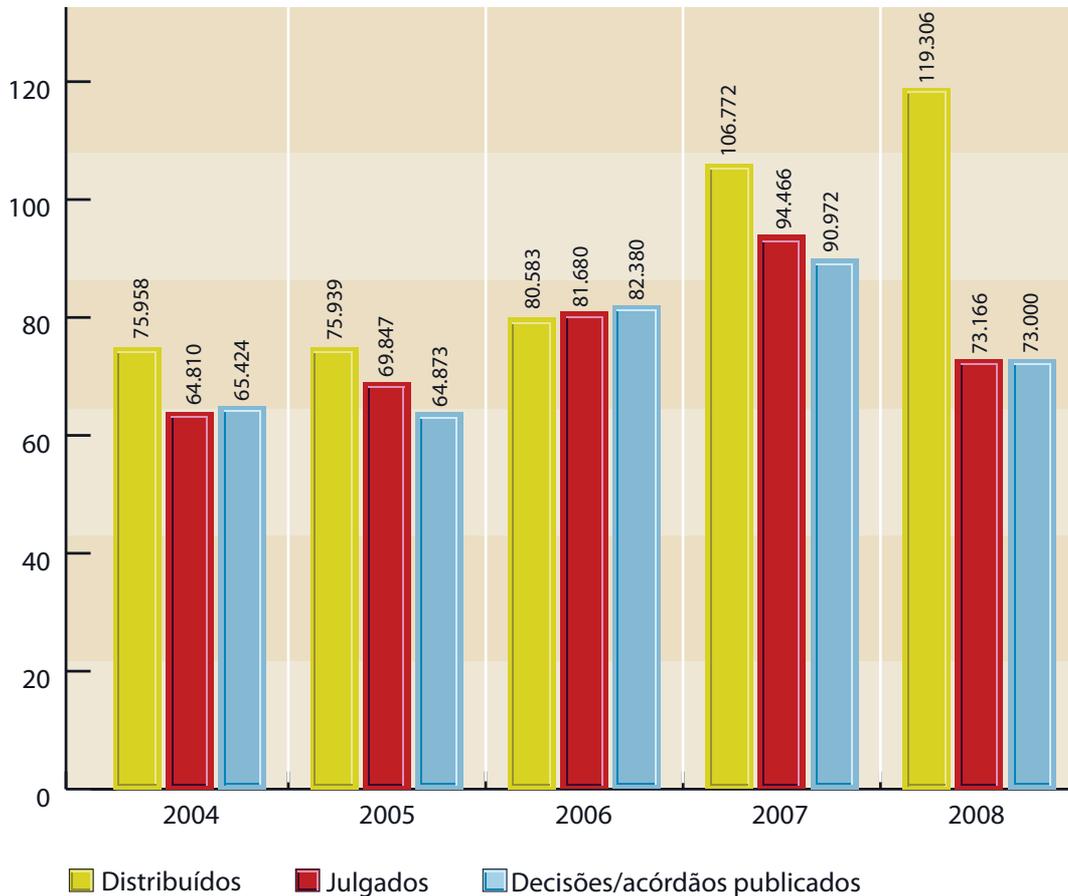
Fonte: Diest.

Quadro 105
Outras estatísticas

Órgão julgador	Pautas publicadas	Atas publicadas	Remetidos à Corec	Baixados à origem
Corte especial	28	23	–	–
Primeira Seção	31	20	–	–
Segunda Seção	38	20	–	–
Terceira Seção	40	20	–	–
Quarta Seção	34	21	–	–
Primeira Turma	67	61	1.751	14.616
Segunda Turma	69	60	1.286	13.927
Terceira Turma	72	71	254	1.025
Quarta Turma	68	60	296	1.573
Quinta Turma	64	50	1.819	10.019
Sexta Turma	69	46	1.993	5.865
Sétima Turma	66	66	1.984	8.293
Oitava Turma	54	45	3.408	9.704
Total	700	563	12.791	65.022

Fonte: Secju.

Gráfico 21
Processos distribuídos e julgados no Tribunal*



* No total de processos julgados e decisões/acórdãos publicados estão incluídos os julgamentos dos órgãos colegiados e as decisões terminativas.

Fontes: processos distribuídos e decisões publicadas: Secju; processos julgados: Diest.

Processamento de recursos

Envio eletrônico de recurso extraordinário ao STF – e-RE

Todos os recursos extraordinários admitidos, à exceção dos referentes a processos criminais e a processos sigilosos, foram remetidos eletronicamente ao STF, tendo a Coordenadoria de Recursos encerrado o ano de 2008 com o envio de 239 e-RE.

Quadro 106
Movimentação de recursos

Movimentação		Quantidade
Remetidos	ao STJ	6.974
	ao STF	1.722
	ao STF – e-RE	239
Recebidos	do STJ	8.933
	do STF	3.505
Agravos processados		4.098
Processos sobrestados		20.257
Baixa definitiva à origem		13.352

Fonte: Corec.

Quadro 107
Recursos admitidos e não admitidos

Recursos	Presidência	Vice-Presidência	Total
Admitidos	569	1.031	1.600
Não admitidos	3.725	2.436	6.161

Quadro 108
Publicações de decisões e despachos diversos

	Presidência	Vice-Presidência	Total
Decisões/ despachos diversos	1.300	990	2.290

Serviços taquigráficos

A Cotaq participou de todas as sessões administrativas e de julgamento realizadas no Tribunal, confeccionando e revisando as respectivas notas taquigráficas. Foram revisadas ainda as entrevistas concedidas pelos desembargadores e juízes federais.

A equipe da área de som e áudio, além de acompanhar as sessões de julgamento realizadas no Tribunal, atendeu às solicitações de instalação de equipamento

de som e de gravação para as aulas, cursos, palestras e seminários realizados no Centrejufe.

A Cotaq contratou um professor de português, que trabalhou no setor esclarecendo as dúvidas e auxiliando na elaboração de manual, cujo objetivo é sanar os questionamentos mais frequentes dos taquígrafos e estabelecer regras gerais para a feitura das notas.

A grande inovação foi o envio das notas taquigráficas, a partir de 3 de novembro de 2008, exclusivamente por meio eletrônico. Aos gabinetes as notas são enviadas em arquivos passíveis de alteração. Já os arquivos enviados às coordenadorias das unidades processantes não permitem mudança.

Com o envio eletrônico das notas taquigráficas, a Cotaq reduziu consideravelmente o gasto com papel, atendendo à nova política socioambiental do TRF.

A Cotaq tem como metas para 2009 a digitalização das notas taquigráficas anteriores a 03 de novembro de 2008, o envio das notas aos gabinetes em menos de 24 horas após a sessão (atualmente são enviadas em 48 horas) e a conclusão do projeto de implantação do *software* de gravação *Kenta* – Solução Integrada de Informática para Captura, Armazenamento, Gerência e Disponibilização de Áudio em Meio Digital, adquirido pelo Tribunal em 2007.

Quadro 109
Notas taquigráficas

Órgãos julgadores	Notas taquigráficas elaboradas	Número de sessões
Plenário	170	3
Corte Especial judicial	1.117	26
Corte Especial administrativa	1.602	29
Conselho de Administração	720	27
Primeira Seção	631	24
Segunda Seção	620	25
Terceira Seção	1.062	23
Quarta Seção	752	26
Primeira Turma	1.741	67
Segunda Turma	1.908	67
Terceira Turma	2.594	69
Quarta Turma	2.644	70
Quinta Turma	2.344	66
Sexta Turma	6.265	68
Sétima Turma	3.397	65
Oitava Turma	2.645	57
Turma Regional de Uniformização / Turma Nacional de Uniformização	297	1
TRU (degravação)	159	1
Conselho Deliberativo do Pro-Social	103	7
Comissão de Promoção de Juízes Federais Substitutos	8	1
Alterações no Código de Processo Civil – Seminário (degravação)	130	1
Entrevistas (degravações)	123	6
Sindicância	35	1
Total	31.067	730



Secor

Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

A Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro – Secor, em conjunto com as unidades administrativas da Primeira Região, no desempenho de suas atribuições, utilizou o orçamento de acordo com as ações do governo, tendo gerenciado e executado os recursos recebidos segundo as determinações contidas na Lei Orçamentária 11.647, de 24/03/2008, e as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei 11.514, de 13/08/2007, bem como em consonância com os parâmetros e limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar 101, de 04/05/2000.

A Secor exerceu o controle gerencial na elaboração da proposta orçamentária do Tribunal e das Seccionais e acompanhou sua execução por meio de um banco de dados que permite monitorar o planejamento orçamentário e cobrar de cada executor de contrato o planejamento previsto, a economia dos gastos e o bom emprego do dinheiro público.

A Secor consolidou o processo de migrar a tramitação de documentos de seu âmbito para uma plataforma virtual baseada na tecnologia de correio eletrônico. Apenas o Setor de Apoio Administrativo da Secretaria registrou movimentação de cerca de 6.000 e-mails. Essa nova rotina dinamizou a comunicação, diminuiu o gasto de papel e facilitou a busca, controle e arquivamento de documentos.

Dotação orçamentária para o Programa de Metas – biênio 2007-2008

Meta 4 – Divulgação Institucional – intensificar as publicações destinadas à divulgação da produção intelectual dos magistrados. Foram alocados R\$ 1.761.122,70 na aquisição da impressora *offset* na Atividade Julgamento de Causas – fonte 181 – Convênio com o Banco do Brasil.

Meta 7 – Construção do edifício Sede do Tribunal – a dotação inicial de R\$ 9.500.000,00 foi acrescida de créditos adicionais no valor de R\$ 3.888.987,00, provenientes de remanejamentos de dotações. Esse montante perfaz o total de R\$ 13.388.987,00 alocados em 2008.

Meta 9 – Construção de Nova Subestação de Energia Elétrica no Edifício Sede – foram alocados R\$ 1.001.469,43 na Atividade Julgamento de Causas – fonte 181 – Convênio com o Banco do Brasil.

Meta 14 – Construção e Reformas de Sedes para as Seções e Subseções Judiciárias – foram destinados créditos orçamentários no valor de R\$ 35.045.634,64 para reformas, desapropriações, obras em andamento (com prioridade para os projetos em fase de conclusão). Destaca-se que o equivalente a 45% desse crédito teve como origem emendas parlamentares e reaberturas de créditos adicionais especiais.

Metas 16,19 e 20 – Adequação da Infraestrutura da Área de Tecnologia da Informação, Modernização e Ampliação do Parque de Equipamentos e Desenvolvimento e Modernização de Sistemas de Informação – para viabilizar a implementação dessas metas foi disponibilizado à Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin o montante de R\$ 16.195.970,89, conforme a seguinte composição:

- R\$ 5.744.428,75 do Projeto Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal;
- R\$ 4.711.890,86 da Atividade Julgamento de Causas – fonte 181 – Convênio com o Banco do Brasil;
- R\$ 4.520.864,73 da Atividade Julgamento de Causas – unidade orçamentária 12.101;
- R\$ 1.218.786,55 da Atividade Julgamento de Causas – unidade orçamentária 12.102.

Meta 21 – Gestão de Recursos Orçamentários e Financeiros – a Secor, com apoio da Secin, vem implementando o Sistema de Controle da Execução Orçamentária. A ferramenta foi desenvolvida sob a supervisão direta da Divisão de Programação Orçamentária. O projeto-piloto do sistema foi implantado no Tribunal e seu funcionamento ocorre gradualmente, de modo a garantir-lhe confiabilidade. A equipe técnica, composta por um servidor da Secor e um técnico de informática, promoveu a implantação e levou treinamento às Seções Judiciárias do DF, GO, AC, AP, BA, PI, RO, RR e TO. Os

trabalhos serão concluídos em toda a Primeira Região até o primeiro trimestre de 2009. A Portaria/Presi 620-368 de 31/12/2008 torna obrigatória a utilização desse sistema pelas unidades do Tribunal para as quais são destinados créditos do orçamento.

Administração do orçamento de 2008

Além dos recursos referentes ao programa de metas 2008, coube à Secor a tarefa de administrar o orçamento, para que fossem assegurados créditos às seguintes atividades:

- pagamento das despesas com Pessoal, incluindo as despesas de exercícios anteriores e sentenças judiciais;
- pagamento de benefícios;
- pagamento de ajuda de custo para magistrados e servidores removidos;
- criação de novas vagas para bolsa-estágio;
- manutenção das 194 varas federais;
- funcionamento dos Juizados Especiais Federais e realização dos Juizados itinerantes e de mutirões;
- manutenção da estrutura física com obras e reformas nas edificações existentes;
- aquisição de materiais e equipamentos para as diversas áreas, visando a sua renovação, modernização e expansão;
- andamento das obras com ações específicas;
- conclusão da desapropriação de imóvel para a Seção Judiciária do Estado do Maranhão e efetivação da desapropriação para a Subseção Judiciária de Altamira.

Ao longo do exercício, para viabilizar a execução de algumas programações, foram adotadas iniciativas para aperfeiçoar o orçamento, das quais se destacam:

Hora extra

A Secor propôs a adoção de parâmetros apurados a partir do mapeamento das execuções de 2007 e 2008, em razão do gasto elevado com o pagamento de serviço extraordinário no Tribunal, bem como por causa da discrepância na dotação utilizada pelos setores.

Com a aquiescência da proposta pela administração e a edição da Portaria/Presi 620-270 de 30/09/2008, foram determinados os percentuais a ser aplicados sobre a dotação anual aprovada relativa à despesa com serviço extraordinário. Esses percentuais possibilitarão apurar a dotação-limite destinada a cada unidade organizacional.

A implantação dessa metodologia constitui-se instrumento de apoio ao gestor da unidade, que terá ciência da totalidade de recursos de que dispõe. Permitirá, ainda, ao ordenador de despesa gerir com maior segurança, uma vez que conhecerá os limites de gasto, além de possibilitar a avaliação e acompanhamento do orçamento.

Diárias

Para tornar possível a participação de um número maior de magistrados no X Encontro de Juizes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região, em Belém/PA, no período de 9 a 11 de abril de 2008, observada a dotação disponível, houve consenso em reduzir o valor da diária para R\$ 293,00. Com essa medida, foi possível a presença de aproximadamente cem magistrados no evento.

Obras

O aumento das demandas relacionadas a edificações de sedes para a Justiça Federal de primeiro grau evidenciou a necessidade de estabelecer padrões de construção que permitam melhor direcionar a aplicação dos recursos. Em breve, a Secor e a Secad submeterão a deliberação superior minuta de resolução que define parâmetros para a alocação de crédito na proposta orçamentária, de modo a executar novos projetos de construção de prédios. A proposição contribuirá para minorar a dificuldade enfrentada, no momento, de atender aos diversos pedidos de construção, pois estabelecerá prioridades com base em elementos objetivos e incluirá os projetos de construção ou aquisição de novos edifícios no Plano Plurianual, bem como alocará as dotações na proposta orçamentária anual da Justiça Federal da Primeira Região.

Orçamento 2008

Considerando os créditos inicialmente consignados na Lei 11.647, de 24/03/2008, e os créditos adicionais, excluídos os valores relativos a sentenças transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor), a Primeira Região foi contemplada com créditos orçamentários da ordem de R\$ 1.710.237.087,75.

Quadro 109
Orçamento aprovado para a Primeira Região

Recursos	Valor (R\$)
Dotação inicial	1.332.739.655,00
(+) Alterações orçamentárias (suplementações menos cancelamentos)	377.737.361,79
= Dotação autorizada	1.710.477.016,79
(-) Contingenciamento	0,00
(=) Dotação disponível	1.710.477.016,79
(+) Destaque recebido	287.905,80
(-) Destaque concedido	527.834,84
(=) Dotação disponível	1.710.237.087,75

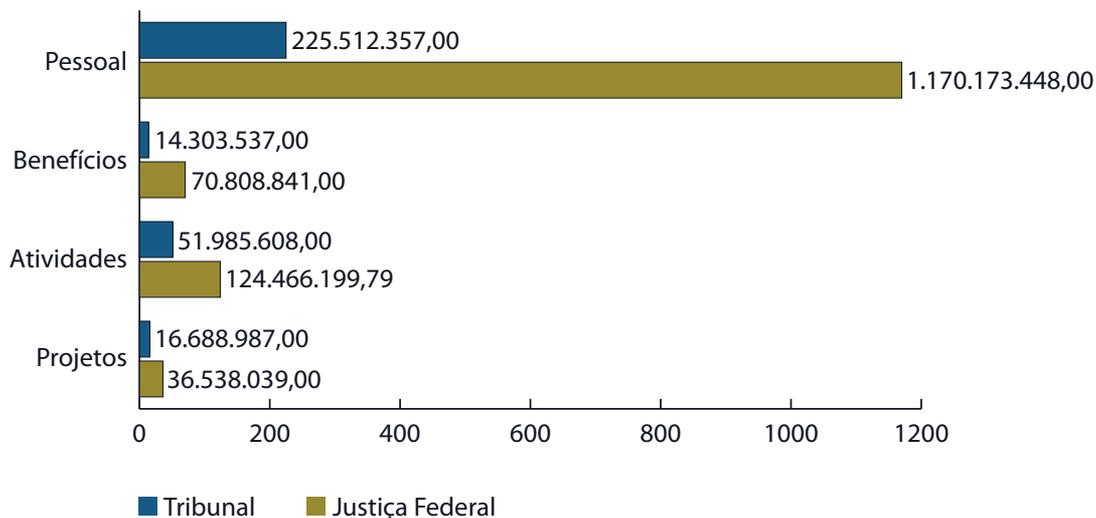
As alterações na LOA foram efetuadas por meio de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme Resoluções/CJF 10 e 11 de 06/05; 17 e 18 de 26/05; 26 e 27 de 07/10; 31 e 33 de 14/11; 37 de 11/12; 44 e 45 de 19/12; Portaria/SOF/MPOG 10 de 15/04; Decretos de 28/07, 10/11, 12/12 e as Leis 11.747, de 21/07; 11.841, de 27/11; 11.865, de 19/12, e 11.886, de 23/12, todos de 2008.

Quadro 110
Alterações à Lei Orçamentária Anual

Ações	LOA/2008	Contingenciado	Alterações	Dotação final
Pessoal				
Julgamento de causas	751.890.741		274.018.232	1.025.908.973
Pagamento de aposentadorias e pensões	144.555.194		36.051.283	180.606.477
Custeio do regime de previdência dos servidores	136.506.586		52.663.769	189.170.355
Total – Pessoal	1.032.952.521		362.733.284	1.395.685.805
Benefícios				
Auxílio-alimentação	43.152.600		2.130.000	45.282.600
Auxílio-transporte	360.470			360.470
Assistência pré-escolar	6.021.120		(77.000)	5.944.120
Assistência médica e odontológica a servidores	33.435.188		90.000	33.525.188
Total – Benefícios	82.969.378		2.143.000	85.112.378
Manutenção				
Julgamento de causas (3 e 4)	160.302.106		4.604.873	164.906.979
Assistência jurídica a pessoas carentes	8.225.219		682.135	8.907.354
Capacitação de recursos humanos	2.038.927		598.548	2.637.475
Total – Manutenção	170.566.252		5.885.556	176.451.808

Projetos				
Construção do edifício Sede em Macapá/AP	10.224.173			10.224.173
Construção do edifício Sede em Palmas/TO	200.000		(200.000)	
Construção do edifício Anexo em Palmas/TO	1.250.000		200.000	1.450.000
Construção do edifício Anexo em Manaus/AM	2.350.000			2.350.000
Construção do edifício Sede em Rondonópolis/MT	772.663		754.000	1.526.663
Construção do edifício Sede em Sinop/MT	300.000		(300.000)	
Construção do edifício Sede em Cáceres/MT			300.000	300.000
Construção do edifício Sede em Imperatriz/MA			242.589	242.589
Construção do edifício Sede em Caxias/MA			12.108	12.108
Aquisição do edifício Anexo em São Luís/MA			1.300.000	1.300.000
Reforma do edifício Anexo em São Luís/MA			910.000	910.000
Aquisição do edifício Sede em Altamira/PA	430.000			430.000
Construção do edifício Sede em Vitória da Conquista/BA			1.470.000	1.470.000
Construção do edifício Sede em Jequié/BA	550.000		(350.000)	200.000
Construção do edifício Sede em Campo Formoso/BA	1.000.000		(800.000)	200.000
Construção do edifício Sede em Feira de Santana/BA	720.000		(320.000)	400.000
Construção do edifício Sede em Paulo Afonso/BA	300.000		(300.000)	
Reforma do edifício Sede em Paulo Afonso/BA			500.000	500.000
Construção do edifício Sede em Juiz de Fora/MG	1.981.467		1.095.000	3.076.467
Construção do edifício Sede em Uberaba/MG	2.331.115		1.452.000	3.783.115
Ampliação do edifício Sede em Uberlândia/MG			100.000	100.000
Construção do edifício Sede do TRF 1ª Região	9.500.000		3.888.987	13.388.987
Modernização de instalações da Justiça Federal/ TRF 1ª Região	2.360.977		(360.977)	2.000.000
Modernização de instalações da Justiça Federal	3.775.017		(306.023)	3.468.994
Implantação de varas federais	3.107.162		(3.107.162)	
Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação	5.098.930		795.000	5.893.930
Total – Projetos	46.251.504		6.975.522	53.227.026
Total geral das ações	1.332.739.655		377.737.362	1.710.477.017

Gráfico 22
Dotação consignada por unidade orçamentária



Quadro 111
Movimentação orçamentária da Unidade Gestora 090032 – Secor

Padrão	Seções Judiciárias	Pessoal	Benefícios	Atividades	Projetos	Total
P1	Amapá	18.710.283,38	1.092.516,30	2.169.177,28	10.341.806,09	32.313.783,05
	Roraima	15.144.670,22	1.067.224,53	2.167.714,95	689.441,83	19.069.051,53
	Tocantins	19.817.725,21	1.349.349,16	2.534.162,12	1.037.841,67	24.739.078,16
P2	Acre	24.456.625,80	1.265.188,49	2.646.648,44	0,00	28.368.462,73
	Rondônia	27.493.077,89	1.675.456,32	3.834.562,68	110.892,39	33.113.989,28
P3	Amazonas	41.500.800,91	2.518.775,57	4.874.366,24	2.882.129,44	51.776.072,16
	Mato Grosso	47.747.326,90	3.444.453,16	5.919.866,22	2.056.862,84	59.168.509,12
	Piauí	47.410.941,24	2.898.444,02	4.573.785,56	232.000,00	55.115.170,82
P4	Maranhão	60.936.302,27	3.673.094,98	5.765.123,55	1.425.317,01	71.799.837,81
	Pará	74.545.058,67	3.763.437,53	6.343.548,29	458.055,83	85.110.100,32
P5	Goiás	109.791.609,73	6.797.521,90	9.196.830,53	82.320,78	125.868.282,94
P6	Bahia	181.251.884,65	13.224.921,48	19.438.152,42	1.304.175,73	215.219.134,28
	Distrito Federal	177.156.433,19	5.720.439,55	12.523.662,71	841.940,00	196.242.475,45
	Minas Gerais	319.944.079,15	18.044.677,27	27.076.967,64	6.959.115,06	372.024.839,12
Subtotal – Seccionais		1.165.906.819,21	66.535.500,26	109.064.568,63	28.421.898,67	1.369.928.786,77
Tribunal		225.018.844,70	17.308.843,64	61.170.093,77	20.647.528,40	324.145.310,51
Total geral		1.390.925.663,91	83.844.343,90	170.234.662,40	49.069.427,07	1.694.074.097,28

Secor – 090032	Pessoal	Benefícios	Atividades	Projetos	Total
Dotação consignada	1.395.685.805,00	85.112.378,00	176.451.807,79	53.227.026,00	1.710.477.016,79
Contingenciamento	–	–	–	–	–
Dotação consignada total	1.395.685.805,00	85.112.378,00	176.451.807,79	53.227.026,00	1.710.477.016,79
Provisão concedida	1.390.925.663,91	83.844.343,90	170.234.662,40	49.069.427,07	1.694.074.097,28
Destaque concedido	527.834,84	0,00	0,00	0,00	527.834,84
Disponível	4.232.306,25	1.268.034,10	6.217.145,39	4.157.598,93	15.875.084,67

Salienta-se que o destaque de R\$ 527.834,84 foi concedido ao Superior Tribunal de Justiça – STJ, visando ao pagamento do passivo da Parcela Autônoma de Equivalência dos ministros do STJ, que, à época (set./1994 a dez./1997), integravam o quadro da Justiça Federal da Primeira Região.

Descentralização orçamentária

Foram descentralizadas as dotações orçamentárias para atender às despesas relativas à Primeira Região.

Gráfico 23
Provisão orçamentária concedida

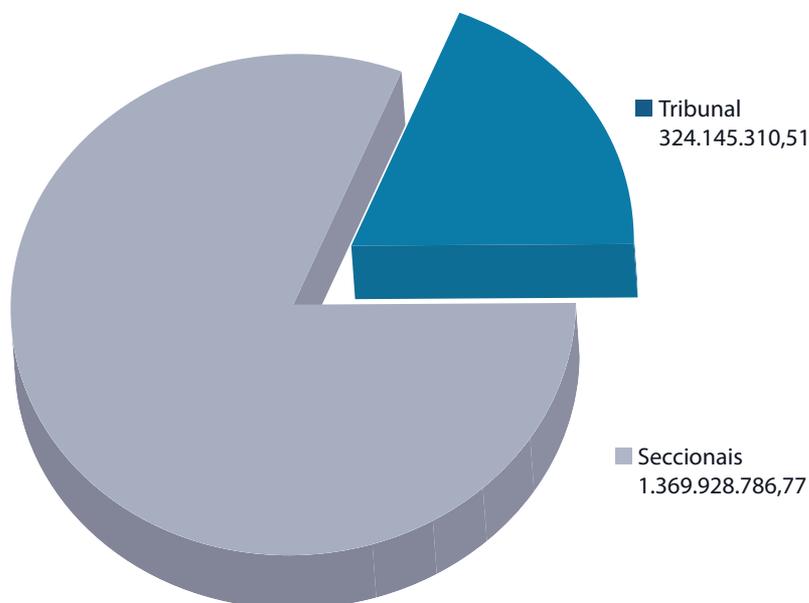
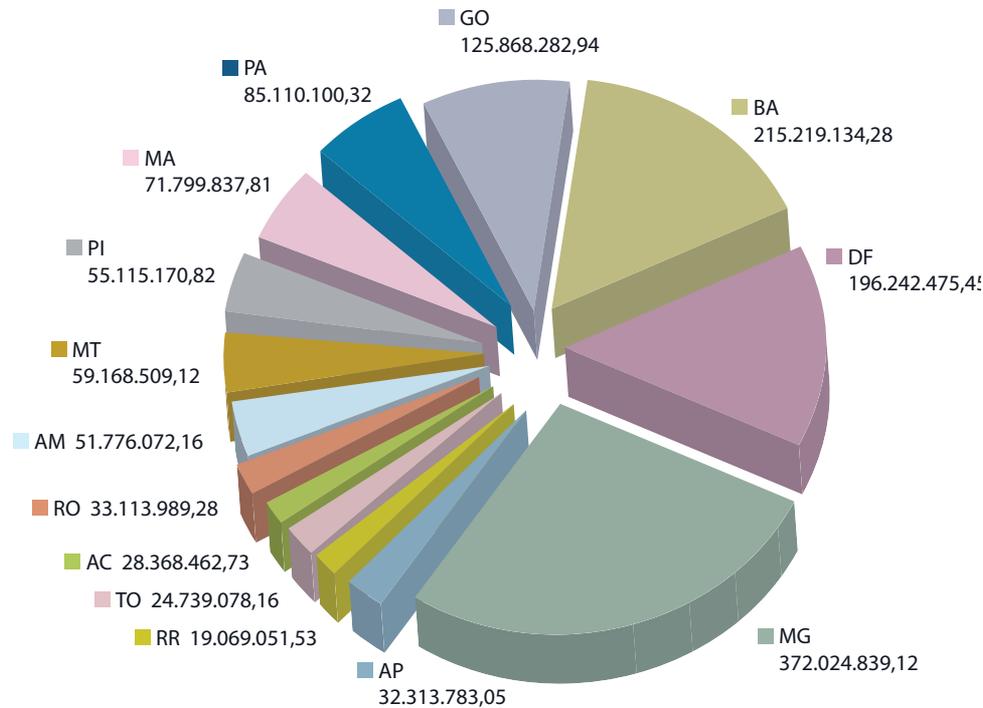


Gráfico 24
Provisão concedida às Seccionais



Recebimento e distribuição dos limites financeiros

No decorrer do exercício, a Secor recebeu os limites financeiros do Conselho da Justiça Federal e repassou-os às unidades gestoras da Primeira Região, confor-

me discriminado abaixo, para pagamento de todas as despesas, inclusive precatórios e requisição de pequeno valor.

Quadro 112
Distribuição dos limites financeiros

Padrão	Seções Judiciárias	Categoria "A" Pessoal	Categoria "C" Custeio	Categoria "D" Investimento	Categoria "E" Inversão	Restos a Pagar	DARFs/GPS/DAR/GRU	Receitas arrecadadas	Total
P1	Amapá	11.857.086	2.798.800	727.447	0	771.551	7.090.898	0	23.245.781
	Roraima	8.985.309	2.445.702	21.487	0	1.253.072	5.240.284	0	17.945.855
	Tocantins	12.387.970	3.565.074	187.171	0	609.919	7.473.030	0	24.223.164
P2	Acre	15.690.453	3.802.381	79.427	0	389.692	8.772.164	0	28.734.118
	Rondônia	15.992.936	4.906.290	239.379	0	360.000	11.614.583	0	33.113.187
P3	Amazonas	26.150.580	6.251.229	179.696	0	3.224.155	15.767.812	0	51.573.471
	Mato Grosso	30.338.201	9.470.861	669.500	0	1.182.000	17.545.987	16.000	59.222.549
	Piauí	30.292.096	6.478.472	45.121	0	672.930	17.577.030	0	55.065.649

Padrão	Seções Judiciárias	Categoria "A" Pessoal	Categoria "C" Custeio	Categoria "D" Investimento	Categoria "E" Inversão	Restos a Pagar	DARFs/GPS/DAR/GRU	Receitas arrecadadas	Total
P4	Maranhão	38.709.070	8.984.384	333.268	0	2.836.270	22.309.872	0	73.172.864
	Pará	47.667.412	9.342.900	386.711	0	795.841	27.411.046	0	85.603.909
P5	Goiás	62.908.079	14.569.630	138.700	0	1.165.736	48.104.380	0	126.886.525
P6	Bahia	113.052.166	28.702.537	812.742	0	3.950.398	68.728.176	0	215.246.018
	Distrito Federal	114.807.258	14.832.240	89.264	0	4.220.376	63.308.628	0	197.257.765
	Minas Gerais	201.509.659	37.092.289	5.397.500	0	13.158.340	122.130.387	0	379.288.175
Subtotal – Seções		730.348.274	153.242.789	9.307.412	0	34.590.280	443.074.277	16.000	1.370.579.031
Tribunal		836.270.864	1.206.807.419	5.470.403	73.484.252	148.222.724	89.380.996	7.699.043	2.367.335.702
Total geral		1.566.619.139	1.360.050.208	14.777.815	73.484.252	182.813.004	532.455.273	7.715.043	3.737.914.733

Convênios

Foram recebidos dotações e limites financeiros provenientes de destaques orçamentários relativos aos convênios firmados entre:

a) o Ministério do Orçamento e Gestão e o Tribunal para pagamento de taxas extras de imóveis funcionais, no valor de R\$ 4.126,00;

b) o Fundo Nacional Antidrogas – Funad e a Seção Judiciária do Estado de Goiás para aquisição de equipamentos de comunicação e processamento de dados; veículos; mobiliários; legislações atualizadas e mecanismos de segurança, visando acelerar a tramitação processual que envolve causas relacionadas a tráfico de entorpecentes e drogas ilícitas, no valor de R\$ 283.779,80.

Além dos convênios mencionados, foi incluída no orçamento, na fonte 181 (recursos de convênio), a dotação de R\$ 14.029.000,00, decorrente dos convênios firmados entre:

a) a Prefeitura de Cáceres/MT e a Subseção Judiciária de Cáceres, no valor de R\$ 24.000,00, para cobrir despesas com a locação do imóvel que abriga aquela Subseção;

b) a Prefeitura Municipal de Rondonópolis/MT e a Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, no valor de R\$ 5.000,00, para cobrir parte da despesa de locação do imóvel da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT;

c) o Banco do Brasil e o TRF 1ª Região, no valor de R\$ 14.000.000,00, para aquisição de equipamentos e modernização dos serviços da gráfica; desenvolvimento de sistemas do Pro-Social e administrativo; obras e serviços de construção da nova subestação de energia para o Tribunal e novas sedes para as Subseções Judiciárias.

Acompanhamento da execução orçamentária e financeira

A execução do orçamento foi acompanhada e controlada com a emissão de relatórios periódicos, que demonstram a evolução da execução orçamentária e financeira do Tribunal e de cada Seção Judiciária de acordo com o que foi planejado.

Foram emitidas 4.997 notas de movimentação de créditos, 1.826 notas de programação financeira, 2.125 notas de sistema, além de inúmeros documentos expedidos, entre ofícios, memorandos, informações em processos administrativos e despachos em *e-mails*.

Quadro 113
Execução orçamentária e financeira consolidada (excluídos precatórios e RPVs)

Padrão	Seção Judiciária	Dotação final	Execução	Crédito não utilizado	Inscrição em Restos a Pagar	% de execução
P1	Amapá	32.313.783,05	32.184.796,89	128.986,16	10.320.393,05	99,60%
	Roraima	19.069.051,53	18.925.616,69	143.434,84	1.437.285,81	99,25%
	Tocantins	24.739.078,16	24.700.546,75	38.531,41	1.481.924,73	99,84%
P2	Acre	28.368.462,73	28.356.460,81	12.001,92	366.563,45	99,96%
	Rondônia	33.113.989,28	33.072.891,62	41.097,66	725.016,31	99,88%
P3	Amazonas	51.776.072,16	51.634.846,70	141.225,46	3.130.453,88	99,73%
	Mato Grosso	59.168.509,12	59.151.903,37	16.605,75	2.275.658,26	99,97%
	Piauí	55.115.170,82	55.067.940,29	47.230,53	1.170.121,86	99,91%
P4	Maranhão	71.799.837,81	71.692.768,84	107.068,97	1.379.769,16	99,85%
	Pará	85.110.100,32	84.869.846,47	240.253,85	1.313.782,58	99,72%
P5	Goiás	125.868.282,94	125.710.350,99	157.931,95	1.346.352,16	99,87%
P6	Bahia	215.219.134,28	214.661.033,14	558.101,14	6.118.640,46	99,74%
	Distrito Federal	196.242.475,45	196.164.111,78	78.363,67	3.411.148,11	99,96%
	Minas Gerais	372.024.839,12	371.985.862,65	38.976,47	6.381.167,12	99,99%
Subtotal – Seções		1.369.928.786,77	1.368.178.976,99	1.749.809,78	40.858.276,94	99,87%
TRF		324.145.310,51	323.079.373,35	1.065.937,16	37.606.647,40	99,67%
Secor – 090032		15.875.084,67	0,00	15.875.084,67	0,00	0,00%
Total geral		1.709.949.181,95	1.691.258.350,34	18.690.831,61	78.464.924,34	98,91%

Quadro 114
Execução orçamentária – Pessoal

Padrão	Seção Judiciária	Dotação final	Execução	Crédito não utilizado *	Inscrição em Restos a Pagar	% de execução
P1	Amapá	18.710.283,38	18.710.277,84	5,54	133.592,82	100,00%
	Roraima	15.144.670,22	15.144.670,16	0,06	23.567,02	100,00%
	Tocantins	19.817.725,21	19.805.694,25	12.030,96	29.852,29	99,94%
P2	Acre	24.456.625,80	24.456.625,80	0,00	0,00	100,00%
	Rondônia	27.493.077,89	27.454.388,38	38.689,51	0,00	99,86%
P3	Amazonas	41.500.800,91	41.500.040,23	760,68	22.902,27	100,00%
	Mato Grosso	47.747.326,90	47.746.408,80	918,10	0,00	100,00%
	Piauí	47.410.941,24	47.400.261,59	10.679,65	10.614,23	99,98%
P4	Maranhão	60.936.302,27	60.888.784,44	47.517,83	649,64	99,92%
	Pará	74.545.058,67	74.495.658,11	49.400,56	0,00	99,93%
P5	Goiás	109.791.609,73	109.690.781,04	100.828,69	0,00	99,91%

Padrão	Seção Judiciária	Dotação final	Execução	Crédito não utilizado *	Inscrição em Restos a Pagar	% de execução
P6	Bahia	181.251.884,65	181.251.884,65	0,00	147.715,64	100,00%
	Distrito Federal	177.156.433,19	177.149.088,52	7.344,67	450.732,68	100,00%
	Minas Gerais	319.944.079,15	319.944.079,15	0,00	148.670,12	100,00%
Subtotal Seções		1.165.906.819,21	1.165.638.642,96	268.176,25	968.296,71	99,98%
TRF		225.018.844,70	224.986.103,33	32.741,37	1.242.582,22	99,99%
Secor – 090032		4.232.306,25		4.232.306,25		0,00%
Total geral		1.395.157.970,16	1.390.624.746,29	4.533.223,87	2.210.878,93	99,68%

* Dos R\$ 4.533.223,87 constantes do crédito não utilizado R\$ 4.471.767,59 referem-se à dotação do Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – CUPS, que, de acordo com a legislação vigente, não podem ser remanejados para atender a outras despesas com Pessoal.

Quadro 115 Execução orçamentária – Benefícios

Padrão	Seção Judiciária	Dotação final	Execução	Crédito não utilizado *	Inscrição em Restos a Pagar	% de execução
P1	Amapá	1.092.516,30	1.059.849,68	32.666,62	33.540,66	97,01%
	Roraima	1.067.224,53	1.063.855,12	3.369,41	134.475,44	99,68%
	Tocantins	1.349.349,16	1.349.348,87	0,29	38.991,48	100,00%
P2	Acre	1.265.188,49	1.259.282,56	5.905,93	720,42	99,53%
	Rondônia	1.675.456,32	1.675.095,26	361,06	11.790,77	99,98%
P3	Amazonas	2.518.775,57	2.514.535,11	4.240,46	96.222,60	99,83%
	Mato Grosso	3.444.453,16	3.444.453,16	0,00	39.522,50	100,00%
	Piauí	2.898.444,02	2.887.218,71	11.225,31	72.439,41	99,61%
P4	Maranhão	3.673.094,98	3.617.408,45	55.686,53	8.395,50	98,48%
	Pará	3.763.437,53	3.760.456,15	2.981,38	138.803,80	99,92%
P5	Goiás	6.797.521,90	6.774.000,39	23.521,51	40.370,50	99,65%
P6	Bahia	13.224.921,48	13.224.921,48	0,00	671.077,81	100,00%
	Distrito Federal	5.720.439,55	5.696.364,77	24.074,78	4.140,00	99,58%
	Minas Gerais	18.044.677,27	18.019.435,27	25.242,00	245.359,43	99,86%
Subtotal – Seções		66.535.500,26	66.346.224,98	189.275,28	1.535.850,32	99,72%
TRF		17.308.843,64	17.267.646,50	41.197,14	701.984,52	99,76%
Secor – 090032		1.268.034,10	–	1.268.034,10	–	0,00%
Total geral		85.112.378,00	83.613.871,48	1.498.506,52	2.237.834,84	98,24%

* Os R\$ 1.498.506,52 constantes do crédito não utilizado são relativos às dotações previstas para as nomeações decorrentes do Projeto de Lei que cria novas varas federais, o qual não foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Quadro 116
Execução orçamentária – Atividades

Padrão	Seção Judiciária	Dotação final	Execução	Crédito não utilizado	Inscrição em Restos a Pagar	% de execução
P1	Amapá	2.169.177,28	2.072.863,37	96.313,91	499.086,57	95,56%
	Roraima	2.167.714,95	2.027.649,58	140.065,37	622.172,31	93,54%
	Tocantins	2.534.162,12	2.509.353,29	24.808,83	564.974,65	99,02%
P2	Acre	2.646.648,44	2.640.552,45	6.095,99	365.843,03	99,77%
	Rondônia	3.834.562,68	3.832.882,28	1.680,40	631.416,64	99,96%
P3	Amazonas	4.874.366,24	4.805.288,03	69.078,21	1.243.377,42	98,58%
	Mato Grosso	5.919.866,22	5.917.034,18	2.832,04	975.328,90	99,95%
	Piauí	4.573.785,56	4.548.459,99	25.325,57	891.398,22	99,45%
P4	Maranhão	5.765.123,55	5.761.281,68	3.841,87	1.187.369,00	99,93%
	Pará	6.343.548,29	6.183.732,21	159.816,08	744.978,78	97,48%
P5	Goiás	9.196.830,53	9.163.248,78	33.581,75	1.223.660,88	99,63%
P6	Bahia	19.438.152,42	19.389.189,28	48.963,14	4.711.164,64	99,75%
	Distrito Federal	12.523.662,71	12.477.219,24	46.443,47	2.114.836,18	99,63%
	Minas Gerais	27.076.967,64	27.068.752,23	8.215,41	5.450.098,06	99,97%
Subtotal – Seções		109.064.568,63	108.397.506,59	667.062,04	21.225.705,28	99,39%
TRF		61.170.093,77	60.326.660,77	843.433,00	17.611.660,81	98,62%
Secor – 090032		6.217.145,39		6.217.145,39		0,00%
Total geral		176.451.807,79	168.724.167,36	7.727.640,43	38.837.366,09	95,62%

No quadro acima, estão incluídas as ações de julgamento de causas, capacitação de recursos humanos e assistência jurídica a pessoas carentes. Do montante de R\$ 7.727.640,43 não utilizados, R\$ 5.925.517,01 são provenientes do Convênio com o Banco do Brasil, que poderão ser utilizados em 2009 mediante alteração do plano de aplicação do convênio, e R\$ 1.802.123,43 são provenientes de licitações frustra-

das no final de dezembro, sem tempo hábil para utilização da dotação, o que representa perda orçamentária de 1,06%.

Ressalte-se que a maior parte da dotação do convênio que não foi utilizada deveu-se à representação feita pela CJF, que impediu a realização da licitação do projeto e-Admin (virtualização dos sistemas administrativos).

Quadro 117
Execução orçamentária – Projetos

Padrão	Seção Judiciária	Dotação final	Execução	Crédito não utilizado	Inscrição em Restos a Pagar	% de execução
P1	Amapá	10.341.806,09	10.341.806,00	0,09	9.654.173,00	100,00%
	Roraima	689.441,83	689.441,83	0,00	657.071,04	100,00%
	Tocantins	1.037.841,67	1.036.150,34	1.691,33	848.106,31	99,84%

Padrão	Seção Judiciária	Dotação final	Execução	Crédito não utilizado	Inscrição em Restos a Pagar	% de execução
P2	Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Rondônia	110.892,39	110.525,70	366,69	81.808,90	99,67%
P3	Amazonas	2.882.129,44	2.814.983,33	67.146,11	1.767.951,59	97,67%
	Mato Grosso	2.056.862,84	2.044.007,23	12.855,61	1.260.806,86	99,37%
	Piauí	232.000,00	232.000,00	0,00	195.670,00	100,00%
P4	Maranhão	1.425.317,01	1.425.294,27	22,74	183.355,02	100,00%
	Pará	458.055,83	430.000,00	28.055,83	430.000,00	93,88%
P5	Goiás	82.320,78	82.320,78	0,00	82.320,78	100,00%
P6	Bahia	1.304.175,73	795.037,73	509.138,00	588.682,37	60,96%
	Distrito Federal	841.940,00	841.439,25	500,75	841.439,25	99,94%
	Minas Gerais	6.959.115,06	6.953.596,00	5.519,06	537.039,51	99,92%
Subtotal – Seções		28.421.898,67	27.796.602,46	625.296,21	17.128.424,63	97,80%
TRF		20.647.528,40	20.498.962,75	148.565,65	18.050.419,85	99,28%
Secor – 090032		4.157.598,93		4.157.598,93		0,00%
Total geral		53.227.026,00	48.295.565,21	4.931.460,79	35.178.844,48	90,74%

A seguir demonstram-se os R\$ 4.931.460,79 constantes do crédito não utilizado:

1 – R\$ 2.965.376,52 referem-se a créditos especiais abertos no último quadrimestre, os quais serão reabertos em 2009, sendo:

- R\$ 910.000,00 – reforma do edifício Anexo da Seção Judiciária em São Luís/MA;
- R\$ 1.455.376,52 – construção do edifício Sede da Justiça Federal em Vitória da Conquista/BA;
- R\$ 500.000,00 – reforma do edifício Sede da Justiça Federal em Paulo Afonso/BA;
- R\$ 100.000,00 – ampliação do edifício Sede da Justiça Federal em Uberlândia/MG.

2 – R\$ 1.029.148,60 referem-se à dotação do projeto de construção do edifício Anexo da Justiça Federal em Palmas/TO, que teve a licitação da obra frustrada em razão da inabilitação das empresas licitantes;

3 – R\$ 509.138,00 referem-se a sobras orçamentárias dos projetos arquitetônicos licitados pela Seção Judiciária da Bahia para as Subseções de Feira de Santana (R\$ 264.007,00), Campo Formoso (R\$ 122.565,50) e Jequié (R\$ 122.565,50);

4 – R\$ 167.649,80 referem-se a sobras dos projetos concluídos: aquisição do anexo da Justiça Federal em São Luís/MA (R\$ 150.000,00), construção do edifício Sede de Caxias/MA (R\$ 12.108,00), construção do edifício Sede de Imperatriz/MA (R\$ 22,74), construção do edifício Sede de Juiz de Fora/MG (R\$ 5.519,06);

5 – R\$ 110.646,62 referem-se a sobras do projeto de modernização das instalações da Justiça Federal;

6 – R\$ 149.501,25 referem-se a sobras do projeto de implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação Jurisdicional.

Execução dos Restos a Pagar

Com a finalidade de executar o total da despesa e de melhor aproveitar os créditos orçamentários, foi autuado o Processo Administrativo 542/2008, no qual foi solicitada de cada Seccional e do próprio Tribunal a liquidação dos empenhos inscritos em Restos a Pagar em 2007. Verificou-se que alguns dos empenhos não seriam pagos em 2008. Foi solicitada a prorrogação dos Restos a Pagar inscritos em 2007 por meio de expediente encaminhado ao Conselho da Justiça Federal, que o enviou

à Secretaria do Tesouro e, mediante justificativas, não foram cancelados automaticamente pelo Siafi.

Os R\$ 7.049.507,00 de Restos a Pagar cancelados, excluídas as despesas com Pessoal, demonstram que é necessária a conscientização dos setores de execução de cada unidade gestora para que se inscreva em Restos a Pagar somente o valor passível de liquidação e se busque a melhor execução dessa despesa no decorrer

do exercício seguinte, evitando-se a perda do crédito e o comprometimento do próximo orçamento.

Os R\$ 3.505.998,00 de cancelamento de Pessoal estavam reservados para pagamento da majoração de subsídio a magistrado, o que não ocorreu, não podendo ser utilizado para outra finalidade, uma vez que a inscrição não foi feita no elemento de despesa de exercícios anteriores.

Quadro 118
Execução de Restos a Pagar inscritos em 2007

Padrão	Seção Judiciária	Inscritos		Pagos		Liquidados		A liquidar		Cancelados	
		Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros
P1	Amapá	147.325	842.985	84.763	810.584	0	0	0	0	62.562	32.401
	Roraima	155.586	1.219.233	104.551	972.383	0	0	0	155.632	51.035	91.217
	Tocantins	62.330	681.729	0	652.411	0	0	0	0	62.330	29.318
P2	Acre	166.428	428.337	108.928	386.275	0	0	0	0	57.500	42.063
	Rondônia	85.966	615.125	0	537.651	0	0	0	0	85.966	77.474
P3	Amazonas	132.886	3.232.181	0	3.034.928	0	0	0	0	132.886	197.252
	Mato Grosso	173.460	1.592.168	0	1.482.189	0	18.432	0	0	173.460	91.547
	Piauí	251.051	768.309	72.246	650.699	0	0	151.417	107.413	27.388	10.197
P4	Maranhão	205.312	3.343.408	3.785	2.663.243	0	150.739	0	302.003	201.527	227.422
	Pará	534.524	1.137.510	296.157	1.034.997	0	498	0	39.000	238.366	63.015
P5	Goiás	442.071	1.617.463	0	1.476.368	0	0	0	9.473	442.071	131.623
P6	Bahia	1.037.437	6.352.243	515.242	4.693.110	0	3.282	0	52.778	522.195	1.603.073
	Distrito Federal	1.232.018	3.479.341	490.373	3.072.847	0	6.508	741.045	232.786	601	167.200
	Minas Gerais	1.310.096	14.838.294	0	14.195.699	0	6.220	0	0	1.310.096	636.375
Subtotal – Seções		5.936.490	40.148.326	1.676.046	35.663.385	0	185.679	892.462	899.084	3.367.982	3.400.177
Tribunal		918.416	57.689.842	681.341	52.670.379	0	87.543	99.060	1.282.591	138.016	3.649.330
Total geral		6.854.906	97.838.168	2.357.386	88.333.764	0	273.222	991.521	2.181.675	3.505.998	7.049.507

Despesas com Pessoal

Com a dotação orçamentária de Pessoal aprovada, acrescida de suplementações orçamentárias obtidas no decorrer do exercício, foi possível pagar todas as folhas ordinárias, o adicional de qualificação previsto no Plano de Cargos e Salários, as sentenças judiciais não transitadas em julgado, os exercícios anteriores de adicional de tempo de serviço, substituições e serviços ex-

traordinários. Dos passivos existentes, foram quitados o reenquadramento dos servidores, o Adicional de Tempo de Serviço dos magistrados (anos de 2005 e 2006) e os juros da Gratificação Especial de Localidade. Foram pagos parcialmente os juros dos 11,98% e a Parcela Autônoma de Equivalência dos magistrados.

As Seções Judiciárias e o Tribunal encaminharam, mensalmente, as informações referentes às despesas com

Pessoal ativo e inativo (quantitativo físico e valores pagos em regime de competência), as quais foram analisadas e consolidadas pela Secor, que, em seguida, encaminhou-as ao Conselho da Justiça Federal. Esses dados servem de base para a liberação dos repasses financeiros, para elaboração dos créditos adicionais de Pessoal e definição dos limites orçamentários para o próximo exercício.

Despesas com Ajuda de Custo

Foi paga a importância total de R\$ 1.099.261,00, sendo R\$ 889.973,00 para a remoção de 17 magistrados e R\$ 209.288,00 para a remoção de 13 servidores, visando ao pleno funcionamento das varas federais.

Bolsas de estágio

Em 2008 foi autorizada a abertura de 232 novas vagas de estagiários para atender às seguintes demandas: 68 para os Juizados Cíveis adjuntos, 40 para as Turmas Recursais, 18 para os setores de cálculos judiciais dos Juizados Especiais Federais das Seções da Bahia, Distrito Federal e Minas Gerais, 3 para a Terceira Turma

Recursal de Minas Gerais e 3 para a Segunda Turma Recursal da Bahia.

Com a aprovação da Lei 11.788, de 25/09/2008, e a Resolução do CJF 39, de 12/12/2008, que concedeu o benefício de auxílio-transporte para estagiários, a Secor descentralizou dotação orçamentária para pagamento do benefício relativo ao exercício de 2008, orientando que fosse inscrito em Restos a Pagar até que a matéria fosse normatizada para a Primeira Região.

Frota de veículos

Para o cumprimento da diretriz da Presidência do Tribunal de renovar a frota de veículos de serviço da Primeira Região, foram alocados R\$ 1.312.000,00 às Seções Judiciárias, visando à renovação de veículos com mais de 10 anos de uso, e R\$ 260.000,00 ao Tribunal.

As aquisições que não estavam de acordo com o Plano Anual de Aquisição de Veículos aprovado no Conselho da Justiça Federal quando da definição do orçamento de 2008 foram autorizadas e homologas pelo Conselho.

Quadro 119
Aquisição de veículos

Padrão	Seção Judiciária	Planejada		Executada	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
P1	Amapá	1	42.000,00	1	46.500,00
	Roraima	-	-	-	-
	Tocantins	-	-	-	-
P2	Acre	-	-	-	-
	Rondônia	-	-	-	-
P3	Amazonas	-	-	-	-
	Mato Grosso	-	-	-	-
	Piauí	-	-	-	-
P4	Maranhão	-	-	-	-
	Pará	4	166.000,00	4	223.400,00
P5	Goiás	-	-	-	-
P6	Bahia	8	400.000,00	8	417.440,00
	Distrito Federal	-	-	-	-
	Minas Gerais	13	704.000,00	12	398.688,00
Subtotal – Seções		26	1.312.000,00	25	1.086.028,00
Tribunal		3	260.000,00	5	486.451,54
Total geral		29	1.572.000,00	30	1.572.479,54

Projetos – obras

A Secor participou efetivamente da execução dos projetos da Primeira Região, com vistas a aperfeiçoar a utilização orçamentária e financeira dos que estão em andamento e prestes a se iniciar. Por esse acompanhamento foi possível:

- evitar a execução de projetos em descompasso com o PPA e a LOA;
- verificar a impossibilidade de executar todos os projetos consignados na LOA de 2008;
- elaborar as solicitações de créditos adicionais suplementares e especiais.

Obras em andamento

Construção do edifício Sede do Tribunal Regional Federal

Para o exercício de 2008 foi alocado inicialmente o montante de R\$ 15.000.000,00 para o TRF 1ª Região. Considerados os R\$ 24.842.655,00 inscritos em Restos a Pagar, a execução planejada para o início da obra seria de R\$ 39.842.655,00. Contudo, após a tramitação da proposta orçamentária no Congresso Nacional, o valor aprovado foi de R\$ 9.500.000,00, tendo-se frustrado a previsão orçamentária em R\$ 5.500.000,00.

Em abril, foi solicitado crédito adicional suplementar no valor de R\$ 62.000.000,00, tendo como fonte de cancelamento sobras orçamentárias de precatórios. Apesar de o cancelamento proposto estar amparado em lei, sujeito à apreciação do Congresso Nacional, o pedido de crédito não foi encaminhado pelo Conselho da Justiça Federal à Secretaria de Orçamento Federal.

Em dezembro, a Secor, após análise da execução da obra e da realidade orçamentária da Primeira Região, solicitou crédito adicional suplementar de R\$ 3.888.987,00, oferecendo como cancelamento outras dotações.

O cronograma físico-financeiro de 2008 foi adequado à nova realidade orçamentária, no valor de R\$ 13.388.987,00.

Para 2009, apesar do Tribunal ter encaminhado a solicitação de R\$ 80.131.6768,00, valor mínimo necessário para cumprimento do cronograma da obra, o limite definido para a Primeira Região foi de R\$ 30.000.000,00 e, após tramitação no Congresso Nacional, constam na Lei Orçamentária R\$ 19.750.000,00.

Construção do edifício Anexo da Justiça Federal em Manaus/AM

No exercício de 2008, estavam disponíveis para a execução da obra R\$ 2.350.000,00, aprovados na Lei Orçamentária, e ainda R\$ 2.403.615,75, inscritos em Restos a Pagar.

No decorrer de 2008, a Seccional executou os Restos a Pagar de 2007 e parte da dotação de 2008, ficando em Restos a Pagar R\$ 1.302.968,26 para execução em 2009.

Para 2009 consta da Lei Orçamentária dotação no valor de R\$ 3.889.926,00 para conclusão da obra.

Construção do edifício Sede da Justiça Federal em Caxias/MA

A obra foi concluída e não houve pendências financeiras, segundo informações da Seccional do Estado do Maranhão.

Em 2008, foi executado, em Restos a Pagar, o valor de R\$ 255.182,88 e reaberto crédito especial de R\$ 12.108,00, que não foi utilizado.

Construção do edifício Sede da Justiça Federal em Imperatriz/MA

No exercício de 2008, a obra contou com R\$ 1.634.999,78, sendo R\$ 1.392.410,78 de Restos a Pagar de 2007, R\$ 107.589,00 de crédito especial reaberto e R\$ 135.000,00 de crédito suplementar.

A obra está em processo de ajustes e finalização, restando o valor de R\$ 353.969,38 inscritos em Restos a Pagar a ser executados em 2009.

Construção do edifício Sede da Justiça Federal em Cáceres/MT

A obra foi incluída no orçamento de 2007 por emenda parlamentar no valor R\$ 200.000,00, tendo a licitação da parte estrutural sido realizada sem o conhecimento do Tribunal.

Em 2008, não foi consignado nenhum valor na Lei Orçamentária original, pois a diretriz adotada pelo Tribunal foi a de que as obras que tiveram início por meio de emendas teriam sua continuidade também por emenda.

A ordem de serviço relativa à obra de construção do edifício Sede da Subseção de Cáceres ficou dependendo de crédito adicional para que fosse emitida, o que ocorreu em novembro, após a aprovação do crédito adicional especial no valor de R\$ 300.000,00 — utilizando como fonte compensatória a dotação do Projeto de Construção de Sinop, obtida por meio de emenda parlamentar —, quando foi assegurado o valor necessário para pagamento da fase de estrutura já licitada.

Para 2009, além da dotação aprovada de R\$ 470.000,00, existem R\$ 313.056,34 inscritos em Restos a Pagar para continuidade da obra.

Construção do edifício Sede da Justiça Federal em Rondonópolis/MT

No exercício de 2008, estavam disponíveis R\$ 1.127.886,00 para a execução da obra, sendo R\$ 355.223,20 provenientes de Restos a Pagar de 2007 e R\$ 772.663,00 da LOA de 2008. Por falta de previsão e informação da Seccional a este Tribunal sobre aditivos que foram feitos, houve interrupção dos serviços em decorrência da insuficiência orçamentária.

Para verificar as possíveis disponibilidades orçamentárias e priorizar a conclusão desta obra, foi solicitado crédito adicional suplementar de R\$ 754.000,00, utilizando como fonte compensatória R\$ 600.000,00 do convênio com o Banco do Brasil e R\$ 154.000,00 de remanejamentos internos, o que possibilitou a retomada dos serviços. Existem R\$ 775.592,47 inscritos em Restos a Pagar para a execução em 2009.

Construção do edifício Sede da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG

No exercício de 2008, estavam disponíveis R\$ 3.676.531,40 para a execução da obra, sendo R\$ 1.695.064,40 provenientes de Restos a Pagar de 2007 e R\$ 1.981.467,00 da LOA de 2008, dotação insuficiente para atender aos aditivos necessários à conclusão da obra.

Com o fim de averiguar as disponibilidades orçamentárias existentes e priorizar a conclusão da obra, foi solicitado crédito adicional suplementar de R\$ 1.095.000,00, utilizando-se como fonte compensatória remanejamentos internos. A totalidade do crédito foi usada no projeto, ficando inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 22.441,58.

O prédio foi inaugurado sem pendências financeiras, segundo informações da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Em 2009, consta na Lei Orçamentária R\$ 200.000,00 para eventuais pendências desse projeto.

Construção do edifício Sede da Justiça Federal em Uberaba/MG

Em 2008, estavam disponíveis R\$ 4.433.220,98 para a execução da obra, sendo R\$ 2.102.105,98 provenientes de Restos a Pagar de 2007 e R\$ 2.331.115,00 da LOA de 2008, dotação insuficiente para atender aos aditivos para a conclusão da obra.

Para verificar as disponibilidades orçamentárias existentes e priorizar a conclusão da obra, foi solicitado crédito adicional suplementar de R\$ 1.452.000,00, utilizando-se como fonte compensatória remanejamentos internos.

Em 2009, constam para o projeto R\$ 200.000,00 na Lei Orçamentária e R\$ 455.610,38, inscritos em Restos a Pagar para a finalização dos pagamentos, uma vez que a obra já foi inaugurada.

Construção do edifício Anexo da Justiça Federal em Palmas/TO

No exercício de 2008, foi consignado na LOA 2008 R\$ 1.450.000,00, provenientes de emendas parlamen-

tares. Desse total foi utilizado o valor de R\$ 420.851,40 para desenvolvimento e fiscalização do projeto arquitetônico. O procedimento licitatório para contratar a execução da obra foi frustrado com a inabilitação das licitantes, o que ocasionou a perda orçamentária de R\$ 1.029.148,60.

Para 2009 o Tribunal consignou a dotação de R\$ 200.000,00, com o intuito de que a bancada de parlamentares de Tocantins promovesse o acréscimo por meio de emendas ao orçamento. Novamente foram alocados recursos por emendas, no valor de R\$ 2.000.000,00, totalizando R\$ 2.200.000,00 para esse projeto.

Construção do edifício Sede da Seção Judiciária do Estado do Amapá

Para 2008 foram consignados na LOA 2008 R\$ 10.224.173,00, provenientes de emenda da bancada do Amapá. Desse total foi utilizado o valor de R\$ 600.000,00 para contratação do projeto arquitetônico.

A obra, cadastrada com área de 13.406,40 m², foi contratada por R\$ 35.899.015,50.

Para 2009 o Tribunal consignou a dotação de R\$ 100.000,00, com o intuito de que a bancada de parlamentares do estado promovesse o acréscimo por emendas ao orçamento. Novamente foram alocados recursos por meio de emenda de bancada, no valor de R\$ 4.000.000,00, totalizando R\$ 4.100.000,00. Considerando-se R\$ 9.654.173,00 inscritos em Restos a Pagar, chega-se a um montante de R\$ 13.754.173,00 para o início da obra.

Em virtude de a bancada do Amapá ter se comprometido com mais de 20% da execução da obra, de acordo com a Resolução 1 do Congresso Nacional, o projeto deverá ser objeto de emendas até sua conclusão.

Obras novas

Construção do edifício Sede da Justiça Federal em Vitória da Conquista/BA

A obra foi incluída no orçamento de 2007 por emenda parlamentar no valor de R\$ 500.000,00. Desse

total foram empenhados R\$ 116.435,80 para os serviços preliminares e contratação do projeto arquitetônico, ficando R\$ 108.999,00 inscritos em Restos a Pagar. Desse total foram executados, em 2008, R\$ 65.399,40 e R\$ 43.599,60 foram prorrogados para posterior pagamento.

Em 2008, não foi consignado nenhum valor na lei orçamentária original, pois a diretriz adotada pelo Tribunal foi a de que as obras que tiveram início por meio de emendas teriam sua continuidade também por emenda.

A Secor orientou a Seção Judiciária do Estado da Bahia sobre a impossibilidade orçamentária para a continuidade aos 4 projetos de obras inseridos na proposta orçamentária de 2008 por meio de emendas, e a decisão da Seccional foi priorizar o Projeto de Vitória da Conquista, porque a licitação já foi realizada. Sendo assim, em setembro, foi solicitado crédito adicional especial de R\$ 1.470.000,00, oferecendo-se como cancelamento as dotações dos projetos da Seção Judiciária do Estado da Bahia. Esse valor não foi utilizado em 2008 e será reaberto em 2009, por se tratar de crédito especial.

Para 2009, considerando-se a reabertura do crédito especial e a dotação da Lei Orçamentária, chega-se a R\$ 1.670.000,00 disponíveis para esse projeto.

Construção do edifício Sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana/BA

A obra foi incluída no orçamento de 2008 por emenda parlamentar no valor R\$ 720.000,00. Desse total R\$ 320.000,00 foram cancelados para atender ao projeto de Vitória da Conquista.

Para o projeto arquitetônico da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA foram empenhados R\$135.993,00, inscritos em Restos a Pagar, e R\$ 264.007,00 não foram utilizados.

Para 2009 constam na Lei Orçamentária R\$ 200.000,00 destinados a esse projeto.

Construção do edifício Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso/BA

A obra foi incluída no orçamento de 2008 por emenda parlamentar no valor R\$ 1.000.000,00. Desse

total R\$ 800.000,00 foram cancelados para atender ao projeto de Vitória da Conquista.

Para o projeto arquitetônico da Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA foram empenhados R\$ 77.434,50 inscritos em Restos a Pagar e R\$ 122.565,50 não foram utilizados.

Para 2009 consta na Lei orçamentária R\$ 350.000,00 para esse projeto.

Construção do edifício Sede da Subseção Judiciária em Jequié/BA

A obra foi incluída no orçamento de 2008 por meio de emenda parlamentar no valor de R\$ 550.000,00. Desse total R\$ 350.000,00 foram cancelados para atender ao projeto de Vitória da Conquista.

Para o projeto arquitetônico da Subseção Judiciária de Jequié foram empenhados R\$ 77.434,50 inscritos em Restos a Pagar e R\$ 122.565,50 não foram utilizados.

Para 2009 consta na Lei orçamentária R\$ 200.000,00 para esse projeto.

Construção do edifício Sede da Subseção Judiciária em Paulo Afonso/BA

A obra foi incluída no orçamento de 2008 por meio de emenda parlamentar no valor R\$ 300.000,00. Esse valor foi cancelado em prol do Projeto de reforma do edifício Sede de Paulo Afonso, pois foi concedida licença de uso de 30 anos do prédio ocupado atualmente pela Subseção.

Reforma do edifício Sede da Justiça Federal em Paulo Afonso/BA

A reforma foi incluída no orçamento de 2008 por meio de crédito adicional especial no valor de R\$ 500.000,00. Esse valor não foi utilizado em 2008 e será reaberto em 2009, por se tratar de crédito especial.

Reforma do edifício Anexo da Seção Judiciária em São Luís/MA

A reforma foi incluída no orçamento de 2008 por meio de crédito adicional especial no valor de

R\$ 910.000,00. Esse valor não foi utilizado em 2008 e será reaberto em 2009, por se tratar de crédito especial.

Ampliação do edifício Sede da Justiça Federal em Uberlândia/MG

A ampliação foi incluída no orçamento de 2008 por meio de crédito adicional especial no valor de R\$ 100.000,00. Esse valor não foi utilizado em 2008 e será reaberto em 2009, por se tratar de crédito especial.

Para 2009 constam na Lei Orçamentária R\$ 500.000,00 para esse projeto, provenientes de emenda parlamentar.

Construção do edifício Sede da Justiça Federal em Sinop/MT

A obra foi incluída no orçamento de 2008 por meio de emenda parlamentar no valor R\$ 300.000,00. Esse valor foi cancelado para atender ao Projeto de Construção do edifício Sede em Cáceres/MT.

Desapropriações

Aquisição de imóvel para a Subseção Judiciária de Altamira/PA

No exercício de 2008, foram consignados na LOA R\$ 430.000,00 para a desapropriação do imóvel que abrigaria a Subseção Judiciária de Altamira.

Durante o ano, a Secor cobrou providências da Seccional para agilizar os procedimentos necessários à desapropriação do imóvel e, em dezembro, a despesa foi empenhada e inscrita em Restos a Pagar para pagamento em 2009.

Aquisição do Anexo da Justiça Federal em São Luís/MA

A dotação de R\$ 1.300.000,00 foi proveniente de crédito especial reaberto em 2008, uma vez que o imóvel não pôde ser adquirido em 2007. A aquisição foi efetivada por R\$ 1.150.000,00 e a diferença no valor de R\$ 150.000,00 não foi utilizada.

Reformas e adaptações

As inúmeras necessidades da Primeira Região, presentes na proposta orçamentária para 2008, foram priorizadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal para obras e reformas. Foram aplicados

recursos na ordem de R\$ 9.461.342,45 do Projeto de Modernização das Instalações da Justiça Federal e Atividade Julgamento de Causas.

Quadro 120
Obras e reformas por unidade gestora

Seção Judiciária	Local	Descrição do serviço	Total
SJ/AP	Edifício Sede Macapá	Reforma parcial (demolições, impermeabilizações, pintura interna e externa, recuperação), administração da obra e manutenção do canteiro.	117.633,00
Total – AP			117.633,00
SJ/RR	Edifício Sede Boa Vista	Fiscalização e acompanhamento da reforma.	10.074,00
		Serviço elétrico para instalação de elevador.	3.996,79
		Contratação de profissional para elaboração de Projetos Básico, Executivo e Complementar de Engenharia e instalação do sistema de distribuição de energia elétrica estabilizada, sala de <i>nobreaks</i> , adaptação da sala de informática e de circuitos elétricos de energia.	22.800,00
		Reforma da sala de atermação e de parte do telhado.	327.571,04
		Reforma da rede elétrica.	325.000,00
Total – RR			689.441,83
SJ/TO	Edifício Sede Palmas	Construção de passarela de interligação e adequações do leiaute da garagem – Contrato 6/2008.	2.783,27
		Elaboração de Projeto Executivo para construção de subestação elétrica subterrânea.	407.825,00
		Reforma do piso e adequação dos leiautes do restaurante, biblioteca, copa, salas de perícia e de atendimento médico-odontológico e outros (Bloco 1).	163.515,17
		Elaboração de projetos para modernização da fachada, do balcão de recepção (com implantação de detector de metal), do auditório e de janelas e balcões das varas federais.	6.245,50
		Reforma da fachada, requadramento, instalação de ponto elétrico e reparos nas molduras.	34.930,00
Total – TO			615.298,94
SJ/RO	Edifício Sede Porto Velho	Colocação de piso porcelanato.	28.716,80
		Fornecimento de argamassa e rejunte para porcelanato.	2.503,90
		Serviços de revestimento no arco de concreto na fachada.	79.305,00
Total – RO			110.525,70
SJ/AM	Edifício Sede Manaus	Serviços de implantação de sistema de detecção de incêndio.	204.983,33
		Aquisição de dois geradores de energia elétrica.	260.000,00
Total – AM			464.983,33

SJ/MT	Edifício Sede Cuiabá	Fornecimento e instalação de seis câmeras de vídeo e acessórios.	17.959,84
		Instalações de sistema de proteção e automação do sistema de condicionamento de ar.	149.025,10
		Fornecimento e instalação de divisórias removíveis.	30.238,99
		Instalação de sintetizadores de voz para elevadores, com fornecimento de material.	5.950,30
	Sinop	Colocação de gradil onde será construída a Subseção.	14.170,00
Total – MT			217.344,23
SJ/PI	Edifício. Sede Teresina	Elaboração de projeto para perfuração de poço e implantação do sistema de irrigação para o jardim.	3.800,00
		Serviços de engenharia com assentamento de cerâmica, deslocamento de dois mastros metálicos, retirada/adaptação de materiais imprestáveis, limpeza geral da obra e bônus de despesa indireta.	33.756,00
		Serviços de instalação do sistema de ar-condicionado no subsolo.	185.994,00
	Picos	Construção do estacionamento coberto.	4.400,00
		Serviço de elaboração de Projeto Básico para aquisição e instalação de grupo gerador a diesel.	4.050,00
Total – PI			232.000,00
SJ/MA	Edifício Sede São Luís	Reforma dos banheiros e substituição do piso das áreas de circulação e escadas.	9.313,82
		Modernização de elevadores.	23.414,19
Total – MA			32.728,01
SJ/GO	Edifício. Sede Goiânia	Execução de projeto para adaptação da rampa do mezanino.	22.137,09
		Contratação de empresa para execução do projeto de acessibilidade.	60.183,69
Total – GO			82.320,78
SJ/BA	Edifício Sede Salvador	Contratação de empresa especializada para execução de serviço de reforma do setor de atendimento das varas federais.	267.520,00
		Contratação de empresa para execução de serviço de reforma do saguão (foyer).	163.138,44
		Contratação de empresa para prestação de serviços de construção de guarita no estacionamento.	34.533,00
		Modernização das instalações com fornecimento de cadeiras ergonômicas tipo digitador.	22.152,00
		Serviços de adaptação, reforma e instalações no quarto subsolo, adequação de acessibilidade das instalações da Biblioteca, reforma do auditório, adaptação e reforma do subsolo do prédio da oficina de marcenaria, Projeto Básico e Executivo de reestruturação da Portaria – JC.	759.274,99
	Prédio JEF Salvador	Reforma e modernização do prédio do JEF – JC.	113.634,75
	Arquivo Judicial Salvador	Serviços de reforma do galpão para arquivo judicial – JC.	30.480,00
Subseção Judiciária de Vitória da Conquista	Serviços prestados de reforma.	2.208,81	

SJ/BA	Subseção Judiciária de Feira de Santana	Impermeabilização da parede da fachada e aplicação de silicone – JC.	13.470,00
	Subseção Judiciária de Eunápolis	Reforma e pintura da Subseção Judiciária de Eunápolis – JC.	84.732,62
Total – BA			1.491.144,61
SJ/DF	Edifício Sede I Brasília	Película de proteção solar.	10.500,00
	Edifício Cidade do Cabo Frio	Aquisição de granito.	196.486,25
Total – DF			206.986,25
SJ/MG	Belo Horizonte	Serviços de instalação e remanejamento de pontos lógicos e de energia elétrica do gabinete da 3ª vara – JC.	3.100,00
		Reformas e adequações dos edifícios e fornecimento e instalação de cancelas automáticas – JC.	570.760,00
	Edifício Oscar Dias Corrêa Belo Horizonte	Reforma e adequação dos edifícios sedes, incluídos material e equipamentos.	70.398,06
		Serviços de pintura, cabeamento estruturado, fornecimento e instalação de cobertura em chapas, fornecimentos e instalações de forros, fornecimento e execução de nova rede elétrica – JC.	993.834,40
		Execução de serviços de implantação de nova entrada de energia e unificação dos medidores dos edifícios Euclides Reis Aguiar e Oscar Dias Corrêa – JC.	454.754,63
		Elaboração de projeto de auditório.	8.700,00
	Edifício Euclides Reis Aguiar Belo Horizonte	Serviços de instalação de interfones e fechaduras eletrônicas, elaboração do Projeto Básico e Executivo de reforma do ar-condicionado do edifício Euclides Reis Aguiar – JC.	41.936,00
	Subseção Judiciária de Juiz de Fora	Restauração do imóvel – JC.	6.700,00
	Subseção Judiciária de Passos	Aquisição e instalação de porta giratória detectora de metais e de porta auxiliar na portaria principal.	10.000,00
	Subseção Judiciária de Lavras	Aquisição e instalação de porta giratória detectora de metais e de porta auxiliar na portaria principal.	10.435,00
	Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso	Serviços de elaboração de Projeto Técnico para readequação da rede elétrica – JC.	2.900,00
	Subseção Judiciária de Pouso Alegre	Contratação de empresa para elaboração de projetos elétricos para aumento de carga e de aterramento – JC.	5.560,00
	Subseção Judiciária de Uberaba	Instalação do sistema de circuito fechado de televisão digital CFTV – JC.	20.388,25
Total – MG			2.199.466,34
Total – Seções			6.459.873,02

TRF	Edifício Sede I	Modernização do elevador de carga.	7.590,00
		Construção da subestação de energia – JC.	1.001.469,43
	Edifício Sede II	Fornecimento e instalação de bombas de recalque de esgoto e contratação de empresa para fornecimento e instalação de bancos de capacitores.	74.996,80
		Desenvolvimento de Projeto Executivo de ar-condicionado e sistema de geração de emergência para atender ao CPD.	1.292.413,20
	Edifício Base Operacional	Contratação de empresa para execução dos serviços de implantação e funcionamento da gráfica.	625.000,00
	Total – TRF		
Total geral			9.461.342,45

Juizado Especial Federal itinerante

Houve remanejamento de parte da dotação aprovada para realização de mutirões, em razão do acúmulo de processos nos Juizados Especiais Federais. A programação itinerante para a qual foram descentralizados créditos abrangeu os municípios de Tefé/AM, Serro e Taiobeiras/MG, Alta Floresta/MT e Oiapoque/AP.

Foi autorizada, ainda, a realização de audiências na cidade de Tucano/BA, em virtude do volume de ações em trâmite no Juizado Especial Federal de Paulo Afonso/BA, envolvendo segurados especiais.

Cumprimento de decisões judiciais

Para a execução do pagamento do Programa Cumprimento de Sentenças Judiciais (precatórios e requisições de pequeno valor), a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF do Governo Federal disponibilizou as dotações orçamentárias para o Tribunal, por força de legislação, tanto dos débitos de responsabilidade da União quanto das entidades diversas.

A execução dos processos de natureza alimentícia e de outras naturezas foi efetivada em janeiro de 2008, por haver a disponibilidade de recursos da União, evitando-se, assim, as correções monetárias, bem como o reajuste do salário-mínimo, que repercutiria nos precatórios parcelados conforme cronograma de pagamento acertado entre a SOF/MPOG e o Conselho de Justiça Federal.

Nesse exercício, iniciaram-se os pagamentos dos precatórios e requisições de pequeno valor na unidade gestora especificamente criada para esse fim: UG 090049, deixando-se transparentes as liquidações e o acompanhamento na UG 090027, em que foram man-

tidos somente os pagamentos dos precatórios parcelados.

Para o pagamento integral dos precatórios de responsabilidade de algumas entidades foram utilizados os cancelamentos de créditos orçamentários da União, objetivando-se a não paralisação dos pagamentos, em decorrência da obediência ao preceito constitucional relativo ao direito de precedência.

No mês de abril de 2008, os créditos orçamentários remanescentes e disponíveis foram inicialmente oferecidos como fonte de cancelamento para suplementação da obra de construção do edifício Sede do Tribunal, conforme previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que permite esse tipo de remanejamento, desde que seja encaminhado via Congresso Nacional. Contudo, o pleito, no valor aproximado de R\$ 62.000.000,00, não chegou a ser encaminhado pelo Conselho da Justiça Federal à Secretaria de Orçamento e Finanças.

Os recursos financeiros remanescentes foram devolvidos ao Conselho da Justiça Federal, objetivando o encerramento do exercício.

No final do mês de julho, parte desses créditos foi utilizada para suplementar dotações de RPVs da Justiça Federal de outras Regiões, por meio da anulação de crédito feita diretamente pelo CJF, sem anuência do Tribunal. Tal procedimento foi referendado no início do mês de agosto em sessão do Conselho.

Houve incremento da ordem de 17%, referentes ao valor das requisições de pequeno valor, e de 32,5% quanto ao valor de precatórios. Do ponto de vista do número de requisições, houve incremento da ordem de 13,9% sobre o número das requisições de pequeno valor de 2007 e de 25% quanto a precatórios.

Quadro 121
Precatórios e RPVs pagos

União Federal	Dotação	Dotação 2008	Crédito Concedido	Execução	Crédito Disponível	Inscrição em Restos a Pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	390.799.595,00	0,00	390.799.594,17	0,83	32.722,23	100,00%
	Outros	353.520.956,00	0,00	353.520.951,64	4,36	0,00	100,00%
	Total	744.320.551,00	0,00	744.320.545,81	5,19	32.722,23	100,00%
RPV	Alimentício	272.736.743,00	0,00	272.736.743,00	0,00	1.143.398,02	100,00%
	Outros	24.226.855,00	0,00	24.226.855,00	0,00	1.519.840,25	100,00%
	Total	296.963.598,00	0,00	296.963.598,00	0,00	2.663.238,27	100,00%
Total – União Federal		1.041.284.149,00	0,00	1.041.284.143,81	5,19	2.695.960,50	100,00%
Entidades	Dotação	Dotação 2008	Crédito Concedido	Execução	Crédito Disponível	Inscrição em Restos a Pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	123.628.784,00	0,00	123.628.752,12	31,88	44.385,37	100,00%
	Outros	267.073.958,00	0,00	267.073.872,32	85,68	0,00	100,00%
	Total	390.702.742,00	0,00	390.702.624,44	117,56	44.385,37	100,00%
RPV	Alimentício	591.985.950,00	0,00	591.985.950,00	0,00	17.006.681,39	100,00%
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total	591.985.950,00	0,00	591.985.950,00	0,00	17.006.681,39	100,00%
Total – Entidades		982.688.692,00	0,00	982.688.574,44	117,56	17.051.066,76	100,00%
União Federal e entidades	Dotação	Dotação 2008	Crédito Concedido	Execução	Crédito Disponível	Inscrição em Restos a Pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	514.428.379,00	0,00	514.428.346,29	32,71	77.107,60	100,00%
	Outros	620.594.914,00	0,00	620.594.823,96	90,04	0,00	100,00%
	Total	1.135.023.293,00	0,00	1.135.023.170,25	122,75	77.107,60	100,00%
RPV	Alimentício	864.722.693,00	0,00	864.722.693,00	0,00	18.150.079,41	100,00%
	Outros	24.226.855,00	0,00	24.226.855,00	0,00	1.519.840,25	100,00%
	Total	888.949.548,00	0,00	888.949.548,00	0,00	19.669.919,66	100,00%
Total – União e Entidades		2.023.972.841,00	0,00	2.023.972.718,25	122,75	19.747.027,26	100,00%

Quadro 122
Execução de precatórios e RPVs inscritos em Restos a Pagar

União Federal	Dotação	Inscrição de Restos a Pagar em 2007	Restos a Pagar pagos em 2008	Restos a Pagar a liquidar	Restos a Pagar cancelados em 2008	% de execução
Precatórios	Alimentício	338.096,38	0,00	338.096,38	0,00	0,00%
	Outros	2.274.869,51	0,00	121,60	2.274.747,91	0,00%
	Total	2.612.965,89	0,00	338.217,98	2.274.747,91	0,00%

RPV	Alimentício	51.829.383,84	50.884.438,95	944.944,89	0,00	98,18%
	Outros	4.485.429,49	4.449.862,66	35.566,83	0,00	99,21%
	Total	56.314.813,33	55.334.301,61	980.511,72	0,00	98,26%
Total – União Federal		58.927.779,22	55.334.301,61	1.318.729,70	2.274.747,91	93,90%
Entidades	Dotação	Inscrição de Restos a Pagar em 2007	Restos a Pagar pagos em 2008	Restos a Pagar a liquidar	Restos a Pagar cancelados em 2008	% de execução
Precatórios	Alimentício	1.109.603,19	0,00	1.109.603,19	0,00	0,00%
	Outros	1.315.750,26	0,00	1.315.750,26	0,00	0,00%
	Total	2.425.353,45	0,00	2.425.353,45	0,00	0,00%
RPV	Alimentício	55.033.424,95	55.033.424,05	0,00	0,90	100,00%
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total	55.033.424,95	55.033.424,05	0,00	0,90	100,00%
Total – Entidades		57.458.778,40	55.033.424,05	2.425.353,45	0,90	95,78%
União Federal e Entidades	Dotação	Inscrição de Restos a Pagar em 2007	Restos a Pagar pagos em 2008	Restos a Pagar a liquidar	Restos a Pagar cancelados em 2008	% de execução
Precatórios	Alimentício	1.447.699,57	0,00	1.447.699,57	0,00	0,00%
	Outros	3.590.619,77	0,00	1.315.871,86	2.274.747,91	0,00%
	Total	5.038.319,34	0,00	2.763.571,43	2.274.747,91	0,00%
RPV	Alimentício	106.862.808,79	105.917.863,00	944.944,89	0,90	99,12%
	Outros	4.485.429,49	4.449.862,66	35.566,83	0,00	99,21%
	Total	111.348.238,28	110.367.725,66	980.511,72	0,90	99,12%
Total – União Federal e Entidades		116.386.557,62	110.367.725,66	3.744.083,15	2.274.748,81	94,83%

Contingenciamento e descontingenciamento

O art. 9º da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) estabelece que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário fixadas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio, limitação de empenho e movimentação financeira. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados se dará de forma proporcional às reduções efetivadas.

Após o encerramento do primeiro bimestre, o Poder Executivo avaliou as receitas e despesas primárias de execução obrigatória, em que se apurou a necessidade de redução dos limites de movimentação

de empenho na ordem de R\$ 19,4 bilhões, cabendo ao Poder Judiciário R\$ 90.027.209,00 e à Justiça Federal R\$ 24.527.704,00. Adotados os critérios aprovados na reunião de Diretores-Gerais e de Orçamento, foram contingenciados os valores constantes da reserva do CJF para a implantação, manutenção e assistência pré-escolar, referentes ao Projeto de Lei das novas varas (R\$ 18.912.880,00), à assistência pré-escolar do PL do Centro Cultural (R\$ 100.800,00), às emendas da Primeira Região (R\$ 3.100.000,00) e às emendas da Quinta Região (R\$ 2.414.024,00).

Transcorrido o segundo bimestre, procedeu-se à reavaliação das receitas e despesas primárias de execução obrigatória com base nos valores realizados até o mês de abril, em parâmetros macroeconômicos atualizados, medida compatível com a política economi-

ca. Em consequência, verificou-se a possibilidade de se aumentarem os limites de movimentação de empenho e de movimentação financeira, cabendo ao Poder Judiciário descontingenciar R\$ 21.098.726,00, à Justiça Federal R\$ 5.748.295,00 e à Primeira Região R\$ 3.100.000,00.

Após o terceiro bimestre, os limites de movimentação de empenho e de movimentação financeira foram ampliados em sua totalidade, não ficando nenhum valor contingenciado.

Proposta orçamentária para 2009

A proposta orçamentária para 2009 foi elaborada nos termos da Lei 11.768, de 14/08/2008 (LDO), com a participação efetiva das unidades administrativas do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias, que enviaram suas necessidades à Secor.

De posse das informações, a Secor procedeu à análise e consolidação dos dados e encaminhou a proposta orçamentária preliminar, no valor de R\$ 2.395.894.282,00, ao Conselho da Justiça Federal.

Em decorrência do limite orçamentário definido para a Justiça Federal da Primeira Região, no mês de julho de 2008, a Secor procedeu à revisão da proposta, ajustando-a ao novo valor de R\$ 1.479.039.593,00, que, somado ao valor de R\$ 14.500.000,00 do convênio com o Banco do Brasil (fonte 181), totalizam R\$ 1.493.539.593,00.

Com a finalidade de reforçar as dotações orçamentárias da Primeira Região, foram preparadas as emendas passíveis de serem apresentadas, com o auxílio da Divisão de Projetos Organizacionais e Apoio à Gestão – Diget, e encaminhadas à Assessoria Parlamentar do Tribunal, bem como aos Diretores de Foro das Seções Judiciárias, informando a importância da apresentação de emendas parlamentares ao Projeto de Lei do Orçamento 2009 (PL 38/2008-CN). Em consequência, foram aprovadas emendas individuais e de bancada.

Durante a tramitação no Congresso Nacional, houve alterações provenientes de emendas individuais e coletivas aprovadas e cortes nos valores originais do PL 38/2008, ficando consignado na Lei Orçamentária de 2009 o montante de R\$ 1.475.744.564,00.

Merecem destaque os cortes na dotação destina-

da à manutenção corrente, de R\$ 7.181.847,00 para o Tribunal, que representaram 13,24% do PL 38/2008, e de R\$ 11.574.624,00 para as Seções Judiciárias, que representaram 6,37%, e, ainda, na manutenção capital das Seções, de R\$ 538.465,00, que representaram 12,69% do PL 38/2008.

Ressalte-se que a Secor, sob orientação da Diretoria-Geral e da Presidência do Tribunal, em diversos momentos, manifestou-se contrariamente aos limites orçamentários definidos para 2009 e aos cortes diferenciados ocorridos durante a tramitação do orçamento no Congresso Nacional, quando ficou demonstrado que a Primeira Região foi a mais prejudicada e que a execução dos projetos de interesse do Tribunal e dos contratos de caráter continuado ficará comprometida caso não haja recomposição desses cortes.

Não constam do limite mencionado as dotações orçamentárias para atender às despesas listadas a seguir, que se encontram na reserva do Conselho da Justiça Federal para posterior distribuição.

Pessoal

- parcelas do PCS e obrigações patronais decorrentes – Lei 11.416/2006;
- nomeações para cargos e funções vagos (nomeações de 2008 e 2009);
- nomeações para cargos e funções – PL das varas federais e do Centro Cultural da Justiça Federal (nomeações de 2008 e 2009);
- aumento dos subsídios dos magistrados em 2008 (7,74%), decorrente do substitutivo ao PL 7.297/2006.

Benefícios

- acréscimos decorrentes das nomeações ocorridas de maio a dezembro de 2008.

Projetos

- Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão da Informação da Justiça Federal o ISIGI. A dotação orçamentária será distribuída em 2009 de acordo com os critérios definidos pela área de Tecnologia da Informação do CJF e dos Tribunais Regionais Federais, conforme Resolução CJF 380, de 05/07/2004.

Quadro 123
Projetos priorizados para 2009

TRF/Seção Judiciária	Projetos priorizados no PL 38/2008	Valor
Amapá	Construção do edifício Sede da Seção Judiciária em Macapá/AP.	100.000
Tocantins	Construção do edifício Anexo da Seção Judiciária em Palmas/TO.	200.000
Amazonas	Ampliação do edifício Anexo da Seção Judiciária em Manaus/AM.	3.889.926
Mato Grosso	Construção do edifício Sede da Justiça Federal em Cáceres/MT.	370.000
Bahia	Construção do edifício Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso/BA.	200.000
	Construção do edifício Sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana/BA.	200.000
	Construção do edifício Sede da Justiça Federal em Guanambi/BA.	200.000
	Construção do edifício Sede da Subseção Judiciária em Jequié/BA.	200.000
	Construção de edifício Sede da Justiça Federal em Vitória da Conquista/BA.	200.000
Minas Gerais	Construção do edifício Sede da Justiça Federal em Passos/MG.	200.000
	Construção do edifício Sede da Justiça Federal em São Sebastião do Paraíso/MG.	200.000
Diversas	Modernização das instalações da Justiça Federal.	2.317.847
TRF 1ª Região	Construção do edifício Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Brasília/DF.	30.000.000
	Modernização das instalações da Justiça Federal.	1.280.000
Total		39.557.773

Quadro 124
Orçamento 2009 (emendas aprovadas)

TRF/Seção Judiciária	Emendas aprovadas – Lei Orçamentária/2009	Valor
Roraima	Construção do edifício Anexo da Justiça Federal em Boa Vista/RR.	400.000,00
Tocantins	Construção do edifício Anexo da Justiça Federal em Palmas/TO.	2.000.000,00
Mato Grosso	Construção do edifício Sede da Justiça Federal em Cáceres/MT.	100.000,00
Bahia	Construção do edifício Sede da Subseção Judiciária em Barreiras/BA.	200.000,00
	Construção do edifício Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso/BA.	150.000,00
Minas Gerais	Construção do edifício Sede da Justiça Federal em Uberaba/MG.	200.000,00
	Ampliação do edifício Sede da Subseção Judiciária em Uberlândia/MG.	500.000,00
	Construção do edifício Sede da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG.	200.000,00
TRF 1ª Região	Construção do edifício Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília/DF.	-10.250.000,00
Total – Emendas individuais		-6.500.000,00
Amapá	Construção do edifício Sede da Seção Judiciária em Macapá/AP	4.000.000,00
Pará	Construção do edifício-Sede da Subseção Judiciária de Marabá/PA	4.000.000,00
Total – Emendas de bancada		8.000.000,00
Saldo – Emendas/1ª Região		1.500.000,00
Justiça Federal	Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal – ISIGI	1.964.045,00
	Implantação de Varas Federais – IVF	50.000,00
Total – Emendas comissão		2.014.045,00
Total – Emendas de interesse da 1ª Região		3.514.045,00

O quadro a seguir demonstra o orçamento de 2008 sem o valor do Projeto ISIGI (R\$ 5.893.930,00), e o orçamento para 2009.

Quadro 125
Comparativo dos orçamentos de 2008 e 2009 (por unidade orçamentária)

Orçamento 2008	Pessoal	Benefícios	Atividades	Projetos	Total
Tribunal	225.512.357	14.303.537	51.985.608	16.688.987	308.490.489
Seções Judiciárias	1.170.173.448	70.808.841	124.466.200	30.644.109	1.396.092.598
Total	1.395.685.805	85.112.378	176.451.808	47.333.096	1.704.583.087
Orçamento 2009	Pessoal	Benefícios	Atividades	Projetos	Total
Tribunal	196.151.524	12.417.087	50.551.018	21.030.000	280.149.629
Seções Judiciárias	1.001.102.394	60.748.730	113.716.039	20.027.773	1.195.594.935
Total	1.197.253.918	73.165.817	164.267.057	41.057.773	1.475.744.564
% acréscimo	Pessoal	Benefícios	Atividades	Projetos	Total
Tribunal	-13,02%	-13,19%	-2,76%	26,01%	-9,19%
Seções Judiciárias	-14,45%	-14,21%	-8,64%	-34,64%	-14,36%
Total geral	-14,22%	-14,04%	-6,91%	-13,26%	-13,42%

Verifica-se que houve decréscimo global na ordem de 13,42% no orçamento proposto para 2009 se comparado com o orçamento de 2008. Tal percentual poderá ser reduzido pelo recebimento de crédito contido na reserva do CJF.

A análise por categoria de programação permite as seguintes observações.

- Pessoal – decréscimo de 14,22% por constar para 2009 somente a folha normal (base abril de 2008), sem as nomeações ocorridas de maio a dezembro de 2008 e sem as parcelas do Plano de Cargos e Salários (julho de 2008 e dezembro de 2008);
- Atividades – decréscimo de 6,91%, em virtude dos cortes ocorridos no Congresso Nacional;
- Benefícios – decréscimo de 14,04%, principalmente da suplementação do AMOS, ocorrida no decorrer de 2008, que não foi mantida no limite orçamentário definido para 2009;
- Projetos – decréscimo de 13,26%, especialmente em função do recebimento em 2008 da distribuição da reserva do CJF de IVF, reabertura de créditos adicionais especiais de 2007 e créditos adicionais suplementares,

que não se refletiram na proposta de 2009.

As dotações aprovadas para 2009 anunciam dificuldades em manter a máquina administrativa, principalmente no tocante às despesas com informática, que sofreram cortes de 60% e 40,78% em relação ao Projeto de Lei Orçamentária para o TRF e Seções, respectivamente. Caso não se consiga a reposição desses valores, caberá à administração criar políticas estratégicas de redução de despesas.

PPA 2008 – 2011

Em 2008, não houve a revisão do PPA 2008-2011.

Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do PPA – Sigplan

Procedeu-se ao encaminhamento mensal ao Conselho da Justiça Federal do desempenho físico e financeiro das ações orçamentárias pertencentes à Primeira Região, para consolidação e registro no Sigplan, conforme previsto na Lei 11.653, de 07/04/2008, e no Decreto 6.601, de 10/10/2008.



Secre

Secretaria de Recursos Humanos

A Secretaria de Recursos Humanos – Secre, responsável pelas atividades de cadastro, pagamento, legislação, desenvolvimento e avaliação de pessoal, cumpriu seus procedimentos pautada pelos princípios constitucionais que regem a administração pública (art. 37 da CF/1988) e por modernas diretrizes de gestão de pessoas, implementando-as em toda a Primeira Região.

Em 2008, a Secre realizou atividades de valorização do servidor, facilitando-lhe a aquisição de novos conhecimentos para seu aperfeiçoamento individual e profissional, o que levou à melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços do Tribunal.

Adicional de Qualificação

O adicional de qualificação – AQ, previsto na Lei 11.416/2006, foi implantado no ano anterior e, desde então, tem estimulado grande número de servidores a

buscar a educação continuada, visando alinhar seus interesses com os objetivos e necessidades da instituição.

Em 2008, observou-se uma crescente procura por cursos de pós-graduação, o que contribuiu definitivamente para o melhor desempenho da prestação jurisdicional em toda a Primeira Região. Ações de treinamento com o mesmo fim foram desenvolvidas, competindo também à Secre a análise de documentos comprobatórios de realização de cursos externos, a observância dos critérios estabelecidos no *Manual do AQ da Primeira Região*, principalmente no tocante à compatibilidade desses cursos com as áreas de interesse da Justiça Federal, e sua validação para recebimento do adicional.

Quadro 126
Quantitativo de servidores que receberam adicional de qualificação em 2008

Grupo	Ações de treinamento			Pós-graduação (em sentido amplo e estrito)		
	1%	2%	3%	7,5%	10%	12,5%
TRF	44	25	19	86	0	0

Além do lançamento no sistema informatizado dos cursos que fizeram jus à concessão do adicional, a Secre esclareceu dúvidas surgidas no processo de concessão do AQ nas Seções Judiciárias vinculadas, bem como emitiu pareceres em 100% dos pedidos de reconsideração.

Aperfeiçoamento humano

O investimento na educação continuada dos servidores propicia melhor qualidade técnica do serviço, prestação jurisdicional mais humanizada e aumento da credibilidade da instituição perante a sociedade. Foi com esse propósito que, em 2008, a administração investiu diretamente na educação continuada dos servidores da Primeira Região.

Bolsa de estudos de pós-graduação

A Secre manteve entendimento com a administração com o objetivo de dar prosseguimento, pelo segundo ano consecutivo, ao programa de investimento em educação de servidores, implantado pelo TRF 1ª Região por meio de concessão de bolsas de pós-graduação *lato sensu*.

Foram incluídos no orçamento R\$ 72.416,00, destinados à concessão de bolsas de estudos, no valor máximo de R\$ 3.620,80 por servidor, observado, entre outros critérios, o fato de ser o curso de interesse do servidor compatível com suas atividades e horário de trabalho.

No processo seletivo de 2008, do qual participaram 62 servidores, 55 foram habilitados e 26 bolsas de estudo concedidas, dados que indicam o aumento de 50% no número de candidatos inscritos.

A atuação da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região

Seguindo as modernas tendências na gestão de pessoas, o TRF 1ª Região inovou na área de treinamento e desenvolvimento, concretizando o projeto de criação da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região – Unicorp, ambiente de aprendizagem contínua que se vincula às metas organizacionais e possibilita novas formas de aquisição de conhecimento.

Dada a amplitude geográfica da Primeira Região e o fenômeno crescente da interiorização da prestação jurisdicional, a UniCorp utilizou a educação a distância em alguns cursos-piloto, realizados em parceria com renomadas instituições de ensino, e deu oportunidade para que talentos internos atuassem como tutores e conteudistas desses cursos.

Em abril de 2008, como ferramenta de substancial relevância para o projeto de educação a distância da UniCorp, foi inaugurada a videoconferência, que contribuiu para o enriquecimento da oferta de cursos ministrados às Seções e Subseções Judiciárias vinculadas. A videoconferência permite, ainda, a uniformização dos cursos ministrados em toda a Primeira Região e o aprendizado colaborativo e integrado, com o esclarecimento de dúvidas e compartilhamento de informações e materiais de trabalho em tempo real, o que elimina quaisquer custos, antes necessários, com passagens e estadas de instrutores.

Em novembro de 2008, a fim de elaborar de forma rápida, objetiva e eficiente a Programação de Eventos de Capacitação/2009 com o sistema de videoconferência ou presencial, foi atualizada a demanda de capacitação. Através desse trabalho participativo de análise das necessidades de todas as unidades integrantes do TRF 1ª Região e das Seccionais vinculadas, busca-se a conciliação das cinco dimensões apresentadas nos eixos estratégicos de aprendizagem do modelo pedagógico adotado pela UniCorp às exigências da Lei 8.112/1990 e da Lei 11.416/2006 e às diretrizes emanadas do programa Nacional de Capacitação – PNC/CJF, biênio 2008-2010.



Foto: Luiz C. B. Xavier

Curso presencial de planejamento estratégico ministrado a servidores do Tribunal pela Unicorp.



Foto: Luiz C. B. Xavier

Curso Aprender a Distância, ministrado na Primeira Região com sistema de videoconferência

Quadro 127
Cursos oferecidos pela UniCorp – 2008

Unidade administrativa	Direito Tributário módulo I	Direito Tributário módulo II	Access	Excel	Power Point	Word	Pacote Office	Windows XP	Tutoria on-line	Português on-line	Total
SJ/AC	2	2	1	4	2	7	3	5	2	10	38
SJ/AM	2	1	–	5	–	4	6	2	2	8	30
SJ/AP	1	–	3	8	4	8	1	–	1	6	32
SJ/BA	8	3	5	23	14	20	8	6	3	27	117
SJ/DF	8	3	3	19	12	21	10	11	3	25	115
SJ/GO	4	3	–	9	7	12	1	2	2	10	50
SJ/MA	2	2	3	7	5	7	2	2	–	6	36
SJ/MG	12	9	7	46	15	55	18	20	4	30	216
SJ/MT	2	1	–	4	8	1	–	4	–	7	27
SJ/PA	4	2	–	6	2	5	3	3	5	11	41
SJ/PI	2	1	2	9	9	9	3	3	2	7	47
SJ/RO	2	1	1	2	3	1	1	–	–	6	17
SJ/RR	1	–	–	1	3	1	–	–	–	4	10
SJ/TO	2	2	1	4	–	1	3	–	1	5	19
TRF	17	6	5	28	19	21	11	12	7	46	172
Total	69	36	31	175	103	173	35	35	32	208	967

Quadro 128
Outros eventos de capacitação – externos, com ônus

Área/público-alvo	Carga horária total	Número de participantes
Administrativa	366	17
Biblioteca	40	1
Comunicação Social	60	2
Controle Interno	128	5
Desenvolvimento organizacional	184	1
Gerencial	20	1
Informática	52	3
Judiciária	338	12
Orçamento	24	2
PGQVT	91	3
Psicologia	44	3
Saúde	191	6
Segurança	46	36
Total	1.584	92

Quadro 129

Outros eventos de capacitação – externos, sem ônus

Área/público-alvo	Carga horária total	Participantes
Administrativa	34	4
Total	34	4

Quadro 130

Eventos regionais

Área/público-alvo	Carga horária total	Participantes
Biblioteca	80	34
Total	80	34

Quadro 131

Eventos internos de capacitação

Área/público-alvo	Carga horária total	Participantes
Gerencial	104	264
Geral – Área Administrativa	59	39
Específica – Diges	16	10
Total	179	313

Avaliação de desempenho e acompanhamento funcional

O acompanhamento funcional dos servidores é uma das competências da Secre, desempenhada a partir de demandas das unidades ou dos servidores, para atender com presteza e agilidade os casos de conflitos no trabalho e de desajuste funcional.

Além disso, as alterações relativas ao estágio probatório (MP 431/2008), bem como as dúvidas relativas ao Plano de Cargos e Salários do Judiciário (Lei 11.416/2006) e à Portaria Conjunta 1/2007 foram motivos de assessoramento técnico por *e-mail* e telefone.

No que tange à avaliação e ao acompanhamento funcional, a Secre atuou ainda nas seguintes atividades:

- movimentação interna de 94 servidores;
- elaboração do novo Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho Funcional – Siades, que substitui, por regulamentação do Conselho da Justiça Federal, o Sistema Unificado de Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório – Suades e o Processo de Gestão de Desempenho – Proged;
- acompanhamento, avaliação e homologação de resultado de servidores em estágio probatório;
- acompanhamento e avaliação de desempenho de servidores para progressão na carreira.

Foram também desenvolvidas as atividades de recrutamento, seleção e colocação de pessoal, inclusive no que se refere à ocupação de funções comissionadas por servidores.

Recrutamento, seleção e colocação de pessoal

Quadro 132
Distribuição de servidores em primeira lotação

Cargo	Unidade	Quantitativo
Analista Judiciário (Área Administrativa)	Secretaria de Administração	1
Técnico Judiciário (Área Administrativa)	Secretaria de Administração	1
Total		2

Quadro 133
Seleção interna para funções comissionadas

Unidades requisitantes	Vagas	Participantes
Coordenadorias	8	36
Diretoria-Geral	2	11
Gabinetes	31	123
Secretarias	5	14
Total	46	184

Programa de Estágio

Reconhecido pelas instituições de ensino superior, o Programa de Estágio da Primeira Região tem servido de apoio à formação dos vários estudantes selecionados, que têm a oportunidade de aliar experiência prática a conhecimentos teóricos adquiridos em classe.

Processos seletivos para estágios

Foram realizadas 403 seleções para estagiários. Dessas 263 para selecionar estudantes de nível superior e 140 para nível médio. Também foram expedidos 94 certificados de estágio, devidamente registrados, e 125 declarações de estágio.

Quadro 134
Contratação de estagiários na Primeira Região

Órgão contratante	Quantitativo	
	Nível superior	Nível médio
TRF	204	75
Seções Judiciárias	863	28
Total	1.067	103

Quadro 135
Quantitativo total de estagiários na Primeira Região

Órgão contratante	Quantitativo	
	Nível superior	Nível médio
TRF	250	130
Seções Judiciárias	1.050	38
Total	1.300	168

Força de trabalho e movimentação de pessoal

A Primeira Região tem sofrido, nos últimos anos, com quantitativo insuficiente de servidores efetivos, pois novos cargos só podem ser criados por meio de lei.

Quadro 136
Força de trabalho da Primeira Região

Local	Ativos				Total
	Efetivos	Requisitados	Sem vínculo	Cedidos/removidos (-)	
TRF	959	194	46	76	1.123
Seccionais	5.054	305	11	206	5.164
Total	6.013	499	57	282	6.287

O Processo Seletivo Permanente de Remoção, criado no ano anterior, possibilitou, em 2008, substancial facilidade na movimentação de pessoal da Primeira Região para preencher os claros de lotação e equacionar as necessidades.

Quadro 137
Movimentação de pessoal – TRF 1ª Região

Tipo	Forma	Quantidade
Provimento	Nomeação	27
	Redistribuição	7
	Requisição/exercício provisório	20
	Remoção	4
	Total	58
Vacância	Aposentadoria	3
	Exoneração	16
	Redistribuição	7
	Falecimento	1
	Posse em cargo inacumulável	1
	Cessão/exercício provisório	18
	Remoção	8
Total	54	

Quadro 138
Movimentação de pessoal – Justiça Federal de primeiro grau

Tipo	Forma	Quantidade
Provimento	Nomeação	162
	Redistribuição	14
	Requisição/exercício provisório	41
	Remoção	37
	Total	254
Vacância	Aposentadoria	16
	Exoneração	29
	Redistribuição	14
	Falecimento	5
	Posse em cargo inacumulável	39
	Cessão/exercício provisório	37
	Remoção	53
	Total	193

Legislação de pessoal

A Divisão de Legislação de Pessoal concluiu a proposta de descentralização das concessões de aposentadoria e pensões para as Seccionais vinculadas. Além disso, vem trabalhando com a Secretaria de Informática no desenvolvimento de sistema que possibilitará às unidades de Recursos Humanos da Justiça Federal da Pri-

meira Região a instrução e o cumprimento de diligências referentes à concessão de aposentadorias e pensões de servidores, propiciando a eles a consulta da sua situação individual no que tange às regras de aposentadoria nas quais se enquadram e ao tempo de serviço que possuem. A meta prevista para a implantação do sistema é o segundo semestre de 2009.

Quadro 139
Processos analisados sobre legislação de pessoal

Tipos de processo	Quantidade
Aposentadorias	25
Pensões por morte de servidor	10
Diligências TCU – pensões/aposentadorias	67
Informações em ações judiciais	87
Emissão de pareceres técnicos	200
Total	389

Pagamento de pessoal

A folha de pagamento de pessoal do Tribunal manteve-se em dia durante todo o exercício de 2008, com a confecção de 52 folhas de pagamento, entre ordinárias e suplementares, que geraram cerca de 20 mil contracheques.

Houve, ainda, o levantamento, a informação, a revisão e o pagamento de 110 processos de exercícios

anteriores e a implantação das duas últimas parcelas do Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário, previstas pela Lei 11.416/2006.

Como principal serviço extraordinário, destaca-se a folha suplementar para pagamento das diferenças decorrentes do enquadramento de servidores, previsto pelo art. 22 da Lei 11.416/2006.



Secad

Secretaria de Administração

A Secretaria de Administração – Secad tem por função planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de competência de suas unidades integrantes. É responsável pelas áreas de compras, comunicação e arquivo administrativo, elaboração e acompanhamento de contratos, material e patrimônio, engenharia, segurança e serviços gerais, execução financeira e orçamentária e pela Comissão Permanente de Licitação – CPL. A seguir, as principais atividades desenvolvidas no exercício de 2008.

Compras e contratações

Nos processos de contratação de serviços e aquisição de materiais solicitados pelas diversas unidades do Tribunal, a Secad instruiu os processos de contratação e aquisição, que resultaram em 300 contratações diretas, sendo:

- 269 dispensas de licitação;
- 25 inexigibilidades de licitação;
- 6 cotações eletrônicas.

O exíguo espaço de armazenamento em nossos almoxarifados, agravado pela liberação da área ocupada pela unidade de Material e Patrimônio no edifício Cidade de Cabo Frio para o Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, fez o Tribunal utilizar, com mais frequência, o Sistema de Registro de Preços. A área de compras, a partir de julho de 2008, passou a gerenciar as Atas de Registro de Preços do Tribunal, bem como as adesões solicitadas a outros órgãos, realizando as seguintes atribuições: elaboração de ata, emissão de ordem de serviço, publicação, controle de adesões, consulta aos gestores das atas do Tribunal, levantamento de atas existentes e pesquisas de preços para verificar a vantajosidade da adesão e encaminhamento de expediente à empresa e ao órgão gerenciador, que dará a anuência na utilização da ata.

Atualmente, a Divisão de Compras gerencia 64 Atas de Registro de Preços, sendo solicitadas 126 adesões por parte de outros órgãos. Isso demonstra a eficácia do procedimento.

Em busca de celeridade e economicidade, o Tribunal, valendo-se do disposto no § 1º do art. 8º do Decre-

to 3.931/2001, também aderiu a 93 Atas de Registro de Preços de outros órgãos.

A área de compras gerencia ainda o sistema de cadastro de fornecedores – Sicaf, a organização e manutenção do cadastro de registro, a emissão de atestado de capacidade técnica de fornecimento e o registro no Sicaf/Sicam de penalidades aplicadas a fornecedores, conforme demonstrado abaixo.

Quadro 140
Procedimentos

Procedimento	Quantidade
Inclusões de empresas no Sicaf	9
Atualizações de documentos de empresas no Sicaf	562
Renovação de cadastramento no Sicaf	93
Notas de empenho encaminhadas	1.248
Cartas de capacidade técnica emitidas	34
Lançamentos de penalidades no Sicaf/Sicam	81

Licitações

A Comissão Permanente de Licitação, vinculada à Secad, é responsável pelo processamento das despesas licitáveis, por meio das modalidades de Concorrência, Tomada de Preços, Convite e Pregões, regidas pelas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002. No período de janeiro a outubro de 2008, não realizou contratações nas modalidades tradicionais, com exceção da Concorrência de Técnica e Preços 1/2008.

As aquisições e contratações foram efetuadas por Pregões, sendo apenas um presencial, e os demais, por força do Decreto 5.450/2005, realizados na forma eletrônica, alguns pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto 3.391/2001. O Pregão Eletrônico permite maior abrangência territorial, a disputa de preços, e que as informações fiquem disponíveis eletronicamente.

Ressalte-se que, através dessa modalidade de licitação, o Tribunal tem garantido celeridade aos procedimentos e conseguido contratações economicamente mais vantajosas.

Porém, em cumprimento ao Decreto 6.204, de 05/09/2007, foi necessário repetir alguns procedimentos licitatórios, antes destinados às micro e pequenas empresas, uma vez que as cotações estavam bastante acima dos valores de mercado quando foram abertas à participação de quaisquer fornecedores interessados.

No quadro abaixo se encontram relacionadas as modalidades utilizadas pelo Tribunal no decorrer do ano, com o percentual aproximado de economia em relação aos recursos estimados.

Quadro 141
Procedimentos licitatórios

Modalidade de licitação	Quantidade	Recursos estimados (R\$)	Recursos adjudicados (R\$)	Recursos economizados	
				Valor (R\$)	Percentual
Pregão presencial/ eletrônico	68	12.604.799,59	9.157.992,67	3.446.806,92	27%
Sistema de Registro de Preços	28	34.593.486,40	19.517.275,34	15.076.211,06	44%
Total	96	47.198.285,99	28.675.268,01	18.523.017,98	39%

Elaboração e acompanhamento de contratos

Entre as atribuições da Secretaria de Administração, cabe destacar as seguintes atividades desempenhadas pela área de elaboração e acompanhamento de contratos.

Quadro 142
Elaboração e acompanhamento de contratos

Atividade desenvolvida	Quantidade
Minuta de instrumento contratual elaborada	242
Instrumento contratual celebrado	177
Ordem de serviço/execução	338
Extrato de instrumento contratual	180
Documento de cobrança analisado e conferido	2.397

A área de contratos está procedendo ao registro no Siasg de todos os contratos vigentes, haja vista constarem no sistema somente os contratos celebrados a partir de agosto de 2006. No decorrer do ano, foram realizados 77 lançamentos.

Ressalte-se que o Tribunal economizou R\$ 21.548,25 no total do Contrato 42/2005, firmado com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – Embratel, referente

à comunicação de dados entre o TRF 1ª Região, Seções e Subseções Judiciárias, por ocasião do reajustamento de preços, em agosto de 2008.

Ao encerrar o ano, registrou-se a existência de 107 instrumentos contratuais vigentes.

Comunicação e expedição administrativa

A área de Comunicação e Expedição Administrativa, no decorrer do ano, além de desempenhar suas ações costumeiras, participou ativamente de dois projetos que merecem destaque.

1. Alterações no *pool* reprográfico do Tribunal

Em 16 de abril de 2008, entrou em vigor contrato de locação com a empresa Panacopy Comércio de Equipamentos Reprográficos, para fins de disponibilização de equipamentos de reprografia, impressão e digitalização. A nova contratação, firmada por meio do Pregão Eletrônico 12/2008, disponibilizou 55 máquinas digitais em linha de produção da marca Canon, sendo:

- 49 unidades do modelo IR2022i, com velocidade de 22 cópias por minuto;
- 2 unidades do modelo IR2025i, com velocidade de 25 cópias por minuto;

- 2 unidades do modelo IR3035n, com velocidade de 25 cópias por minuto;
- 2 unidades do modelo IR7095n, com velocidade de 95 cópias por minuto.

Os novos maquinários representam grande avanço nas rotinas de trabalho dos setores beneficiários, uma vez que comportam funções operacionais não admitidas pelos equipamentos anteriores, tais como o escaneamento de documentos e a acessibilidade à rede, permitindo a impressão direta de expedientes e o compartilhamento do maquinário com outras Unidades Administrativas.

Além dos benefícios de natureza operacional e do incremento no quantitativo de máquinas locadas — o contrato anterior contemplava apenas 41 equipamentos — ressalta-se a economia financeira para o Tribunal, haja vista a despesa anual estimada em R\$ 351.120,00 reduzir os custos em aproximadamente 58%, se comparada à estimativa anual de R\$ 838.074,00 prevista no termo contratual expirado.

Essas alterações refletiram diretamente no contrato de manutenção das máquinas reprográficas da marca Xerox, de propriedade do Tribunal, uma vez que de um total de 33 equipamentos 14 unidades foram substituídas pelos maquinários locados da marca Canon.

Diante dessa nova realidade e após negociações entre as partes, ficou acordado que o Contrato 32/2005, firmado com a empresa Mac Pron Informática Ltda. – EPP, deixaria de ser prorrogado. Novo procedimento licitatório foi aberto, objetivando executar o serviço de manutenção preventiva e corretiva das máquinas Xerox que permaneceram em funcionamento.

Dessa forma, a partir de 16/07/2008, deu-se início à vigência do Contrato 38/2008, firmado com a empresa UBC Assistência Técnica em Equipamentos Eletro/Eletrônicos Ltda.– ME, cujo valor anual ajustado, R\$ 18.240,00, também representou significativa economia para o Tribunal. O contrato anterior estabelecia o montante anual de R\$ 71.280,00, uma redução de custos de aproximadamente 74%.

Gráfico 25
Tiragem de cópias reprográficas

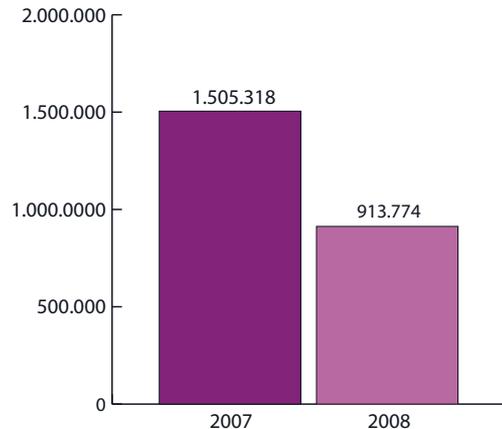
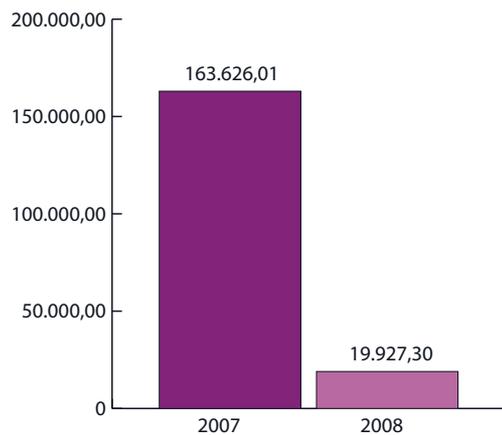


Gráfico 26
Recolhimento de custas reprográficas*



* A acentuada redução no recolhimento de custas, observada no exercício de 2008, deve-se à terceirização dos serviços reprográficos ocorrida a partir de 24/10/2007, mediante assinatura do Contrato de Concessão de Uso 51/2007, firmado com a empresa Copiadora Universitária Ltda. – ME.

2. Participação no projeto TRF Socioambiental

Por força das determinações do Decreto 5.490/2006, a Administração do Tribunal instituiu, por meio da Portaria/Presi 600-08 de 22/01/2008, uma comissão responsável pelo planejamento e implementação do programa de coleta, separação e destinação dos resíduos recicláveis produzidos pelas áreas administrativas do Tribunal, com vistas ao repasse às associações e cooperativas de catadores do ramo.



Palestra sobre coleta seletiva.

A área de comunicações administrativas participou ativamente da comissão desde o seu início, não só na execução das atividades programadas mas, sobretudo, na coordenação dos trabalhos da equipe. A comissão contou também com a participação de servidores das áreas de segurança e serviços gerais, material e patrimônio e serviços gráficos.

Cumpre observar que, apesar de a comissão ter sido constituída com a finalidade precípua de viabilizar os procedimentos de coleta seletiva solidária, houve, desde o início dos trabalhos, a preocupação em agregar diversas outras ações de natureza ambiental, objetivando diminuir os impactos negativos das atividades de rotina do Tribunal sobre o meio ambiente e, especialmente, promover o desenvolvimento de uma cultura institucional afinada com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Assim, foi lançado, em 24/09/2008, o Projeto TRF Socioambiental, cujas ações priorizam desde a assinatura do Termo de Compromisso firmado com a Associação Pré-Cooperativista dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brasília – Apcorb, com vistas à operacionalização da coleta dos resíduos recicláveis produzidos pelo Tribunal, até a adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, projeto desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, objetivando o estímulo da adoção pelas instituições e órgãos governamentais de critérios socioambientais na gestão de seus recursos materiais, humanos e tecnológicos.



Cooperativa de catadores de lixo.

O grupo de trabalho denominado Comissão TRF Socioambiental busca promover ações de conscientização ecológica destinadas a todo o corpo funcional ao TRF, a exemplo de sua participação na Semana do Servidor Público, em que foi realizada a apresentação de uma peça teatral com enfoque na necessidade de se adotarem atitudes ecologicamente responsáveis.

Quadro 143 Atividades de comunicação e expedição

Atividades desenvolvidas	Quantidade/ valor
Processos administrativos autuados	11.547
Matérias encaminhadas para publicação nos diários oficiais	344
Matérias encaminhadas para publicação no Jornal de Brasília	75
Matérias diagramadas nos tomos administrativos do Diário da Justiça Federal da Primeira Região	887
Edição do caderno – Tomo Administrativo do <i>Diário da Justiça Federal da Primeira Região</i> diagramado	250
Telegramas transmitidos	1.633
Faxes transmitidos	3.796
Petições recebidas via fax	4.792
Cópias reprográficas	1.039.051
Faturas/notas fiscais distribuídas	2.841
Faturas/notas fiscais analisadas e atestadas	164
Custas recolhidas (R\$)	25.497,30

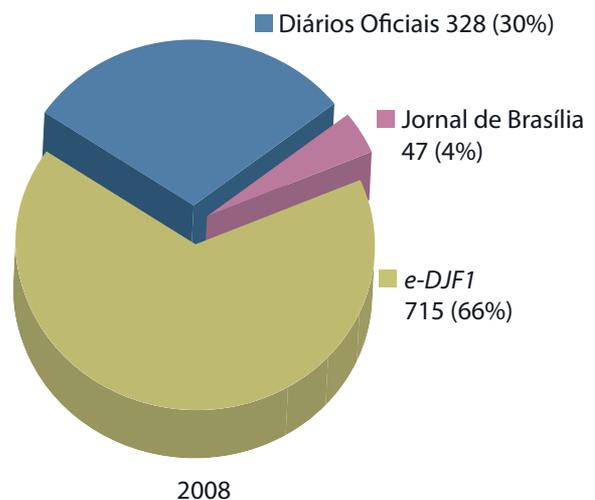
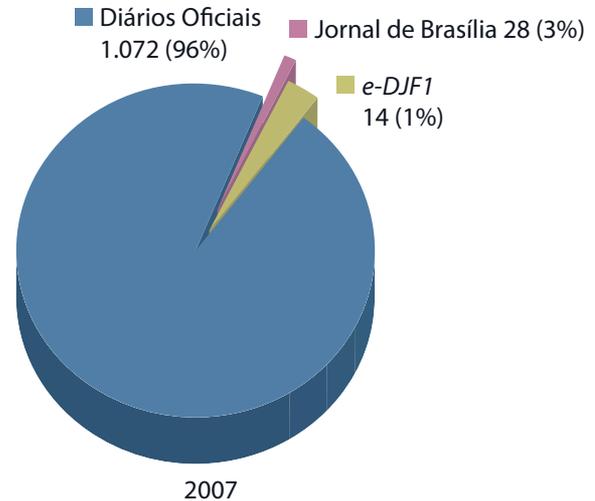
Quadro 144
Remessa de documentos

Documentos enviados/postados		Quantidade
Enviados à Seção Judiciária do DF		11.576
Enviado ao CJF/STJ/STF e outros		3.693
Postado na ECT	Registrados	7.225
	Registrados com AR	20.903
	Simplex e impressos	24.931
	Mão própria	1.338
	Sedex	6.044
	PAC	5.964
Enviado, via malote, às Seccionais	Correspondências enviadas	83.204
	Malotes enviados	12.362
Enviados às Seccionais da Primeira Região		57.554
Enviados às Comarcas		18.909
Enviados aos JEFs (recursais)		2.151
Enviados aos demais Tribunais		359

Quadro 145
Recebimento de documentos

Documentos recebidos/distribuídos	Quantidade
Documentos recebidos das Seccionais via malote	122.237
Documentos recebidos via ECT e outros órgãos	87.325
Diários distribuídos no TRF	6.311
Jornais distribuídos no TRF	6.082
Revistas distribuídas no TRF	156

Gráfico 27
Comparativo de Publicação de matérias administrativas* 2007 e 2008



* Em decorrência da implantação, em 26 de outubro de 2007, do *Diário da Justiça Federal da Primeira Região*, em formato eletrônico, as matérias até então publicadas no *Diário da Justiça* passaram a ser simultaneamente veiculadas, em caráter experimental, no Tomo Administrativo do e-DJF1.

Por outro lado, a partir de 7 de fevereiro de 2008, as matérias administrativas originalmente divulgadas no *Diário da Justiça* passaram a compor, exclusivamente, o e-DJF1.

Por força dessa nova realidade, houve, no exercício de 2008, predominância de matérias publicadas no diário eletrônico da Justiça Federal da Primeira Região, em contraposição à preponderância de matérias publicadas nos diários oficiais observada no exercício de 2007.

Execução financeira

Os valores que demonstram as despesas de pessoal, custeio, capital, inversão financeira, pagamento de precatórios e de RPVs referentes ao exercício de 2008 podem ser verificados nos quadros que se seguem.

Quadro 146
Execução do orçamento

Subprojeto/ atividade	TRF			Seções/entidades			Execução do orçamento provisionado
	Orçamento provisionado	Despesa realizada	Despesa – Restos a Pagar	Orçamento provisionado	Despesa realizada	Despesa – Restos a Pagar	
Despesas administrativas	45.445.549,88	31.678.655,66	13.001.383,51	14.749.723,65	10.369.057,58	4.373.818,69	98,72%
Auxílios refeição/ transporte/pré- escolar	8.474.253,98	8.429.861,38	3.196,27	–	–	–	99,51%
Assistência médico- odontológica	5.567.147,00	4.868.358,75	698.788,25	3.267.442,66	3.267.441,85	0,00	100,00%
Modernização das Instalações da Justiça Federal	2.000.000,00	46.090,00	1.953.910,00	–	–	–	100,00%
Construção da sede do TRF	13.388.987,00	1.408.413,38	11.980.573,62	–	–	–	100,00%
Treinamento	633.043,00	436.862,89	145.485,20	251.777,24	250.539,00	1.238,24	94,27%
Pessoal ativo	177.010.280,16	176.731.711,26	269.882,84	34.322,54	34.322,54	0,00	100,00%
Pessoal inativo/ pensionista civil	17.442.064,00	17.419.436,66	0,00	–	–	–	99,87%
Contribuição da União e suas autarquias	30.532.178,00	29.558.050,65	972.699,38	–	–	–	100,00%
Auxílio às pessoas carentes	90.000,00	10.265,80	59.354,20	–	–	–	77,36%
Precatório/RPV – União	1.041.284.145,88	1.038.588.183,31	2.695.960,50	–	–	–	100,00%
Precatório/RPV – Entidades	982.688.689,25	965.637.507,68	17.051.066,76	–	–	–	100,00%
Implantação de Sistema Integrado de Gestão	–	–	–	5.258.541,40	994.039,52	4.115.936,23	97,17%
Administração do patrimônio Imobiliário	–	–	–	4.126,00	3.776,00	130,00	94,67%
Total	2.324.556.338,15	2.274.813.397,42	48.832.300,53	23.565.933,49	14.919.176,49	8.491.123,16	99,95%

Quadro 147
Execução do orçamento por grupo de despesa

Grupo de despesa		Orçamento provisionado	Execução da despesa	Crédito disponível	
1	1	Pessoal e encargos sociais	1.012.183.965,07	1.012.151.192,62	32.772,45
3	3	Outras despesas correntes	1.234.274.848,79	1.233.359.292,27	915.556,52
4	4	Investimentos	28.131.163,23	28.013.228,30	117.934,93
5	5	Inversões financeiras	73.532.294,55	73.532.284,41	10,14
Total		2.348.122.271,64	2.347.055.997,60	1.066.274,04	

Material e patrimônio

A área de administração de material e patrimônio da Secad, além das atribuições de fornecimento de materiais, manutenção dos níveis de estoque, registro, controle e distribuição de bens patrimoniais e manutenção adequada dos 8 depósitos de materiais do Tribunal, tem realizado, desde o ano passado, a catalogação de todo material de consumo no sistema Catmat/Siasg para aquisição via pregão eletrônico.

Os documentos que esboçam os trabalhos executados são os seguintes.

Quadro 148
Atividades da área de material e patrimônio

Descrição	Quantidade
Requisição de Material – RM atendida	5.440
Nota Fiscal atestada	802
Pedido de Aquisição de Material – PAM emitido	318
Livro tombado	1.631
Bem patrimonial tombado	3.066
Termo de cessão recebido	4
Termo de doação recebido	1
Termo de responsabilidade emitido	3.252
Autorização de entrada/saída de material	145
Termo de cessão emitido	90
Termo de doação emitido	18
Termo de baixa	14

Engenharia e manutenção

Foi realizado ainda o acompanhamento dos contratos de manutenção preventiva e corretiva, de prestação de serviços para fornecimento de água, energia elétrica, telefone fixo, telefonia celular, sistema de ar-condicionado, sistema de combate a incêndio, bombas, elevadores, aparelhos de fax, estabilizadores, *nobreaks*, máquinas em geral, entre outros.

Quadro 149
Atividades da área de engenharia e manutenção

Descrição	Responsável pela execução	Valor (R\$)	Processo administrativo	Contrato	Nota de empenho	Situação
Construção da sede do TRF 1ª Região no SAF/Sul	Consórcio Via Engenharia, Construtora OAS e Camargo Corrêa	477.832.257,19	4177/2007	58/2007	-	10ª Medição (serviços: 5,49% executados)
Reforma de grupo motor-generador e <i>nobreak</i> no Centrejufe	ADA Engenharia	22.748,99	7544/2007	56/2007	2007NE900986	Serviço concluído
Contratação de serviços de telefonia fixa comutada local, de longa distância nacional inter-regional e de longa distância internacional para os edifícios Sede I e II, Adriana, D. Marta XVIII e Cidade de Cabo Frio e de todos os aparelhos móveis celulares	Brasil Telecom	1.020.000,00	8879/2007	21/2008	2008NE900327	Contratação concluída (serviço mensal)
Contratação de serviços de telefonia fixa comutada de longa distância nacional intrarregional para os edifícios Sede I e II, Adriana, D. Marta XVIII e Cidade de Cabo Frio e todos os aparelhos móveis celulares	Embratel	42.000,00	8879/2007	20/2008	2008NE900328	Contratação concluída (serviço mensal)
Instalação de rede interna de televisão nos edifícios Sede I e II	J&M Com. Serv. Telecomunicações	20.712,19	9461/2007	23/2008	2008NE900379	Concluído
Reprogramação de Central PABX – Phillips para o edifício Cidade de Cabo Frio	Phillips do Brasil	3.490,00	3776/2008	-	2008NE900440	Concluído
Conserto estabilizador de tensão CS – 75KVA no edifício Sede I	CAO Engenharia	3.224,00	3095/2008	-	2008NE900412	Concluído
Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para a central PABX do Centrejufe	Control Telemática	13.641,00	0763/2008	34/2008	2008NE900557	Contratação concluída (serviço mensal)

Fornecimento e instalação de bancos de capacitores para os edifícios Sede II, D. Marta XVIII, Adriana e Centrejufe	Tecnor Engenharia e Sistemas Ltda.	46.496,80	4454/2008	43/2008	2008NE000436	Em execução
Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em <i>nobreak</i> marca CP Eletrônica para o Centrejufe	JK Energia Ltda.	18.000,00	2404/2008	42/2008	2008NE900877	Contratação concluída (serviço mensal)
Fornecimento e instalação de sistema ininterrupto de energia (<i>nobreak</i>) trifásico de 80kVA, redundante, com banco de baterias, para o CPD da Secretaria de Tecnologia da Informação para o edifício Sede II	American Power Conversion Brasil Ltda.	244.923,16	7937/2008	-	2008NE000445	Concluído
Fornecimento de armários de aço para os edifícios Sede I e II, Adriana, D. Marta XVIII e Cidade de Cabo Frio	Movap Ltda.	24.832,00	2651/2007	0055/2007	2007NE900949	Concluído
Fornecimento de instalação de mola hidráulica para a Biblioteca do TRF	Embramar Empresa Brasileira de Materiais de Construção Ltda.	580,00	1436/2008	-	2008NE900216	Concluído
Acompanhamento de serviços de reforma em imóvel funcional na SQN 202	Distribuidora Muralha	32.099,45	10.679/2007	0019/2008	-	Concluído
Fornecimento e instalação de divisórias nos edifícios Sede I e II, Adriana, D. Marta XVIII e Cidade de Cabo Frio	Diviforma - Espaço e Forma - Móveis e Divisórias Ltda.	23.600,00	1.487/2007	Ata 006/07	2007NE901094	Concluído
Fornecimento e instalação de divisórias nos edifícios Sede I e II, Adriana, D. Marta XVIII e Cidade de Cabo Frio	Diviforma - Espaço e Forma - Móveis e Divisórias Ltda.	8.675,00	1.487/2007	Ata 006/07	2007NE901096	Concluído
Fornecimento e instalação de filtro central em aço inox para o edifício Dona Marta XVIII	Aqua Filtros	2.260,00	5.422/2008	-	2008NE900709	Concluído
Fornecimento de filme de controle solar fumê refletivo R15G no gabinete do Desembargador Federal João Batista	ABR Filmes	1.363,50	4.709/2008	-	2008NE900669	Concluído

Contratação de empresa para fornecimento e instalação de grade de proteção para o edifício Adriana	Brasex Brasília Extintores e Distribuição de Gases Ltda. – EPP	5.500,00	1.673/2008	–	2008NE900577	Concluído
Fornecimento e instalação de piso no apartamento funcional do TRF na SQN 202	BIG Pisos Tapetes – Pisos – Carpetes	4.749,30	8.423/2007	–	2007NE901040	Concluído
Aquisição de registros de gavetas e válvulas de retenção para os edifícios Adriana e Cidade de Cabo Frio	Rezende	2.344,80	6.713/2008	–	2008NE900787	Concluído
Fornecimento e instalação de divisórias nos edifícios Sede I e II, Adriana, D. Marta XVIII e Cidade de Cabo Frio	Diviforma – Espaço e Forma – Móveis e Divisórias Ltda.	25.591,90	1.487/2007	Ata 006/07	2007NE900664	Concluído
Contratação de serviços de inspeção técnica e avaliação de riscos ambientais sobre condições de insalubridade nos edifícios Sede I e II, Adriana, D. Marta XVIII e Cidade de Cabo Frio	Hospital Dia Samdel Segurança e Medicina do Trabalho	1.400,00	3.663/2008	–	2008NE900825	Concluído
Fornecimento e instalação de armários no apartamento funcional do TRF na SQN 202	D'Lealp Interiores	7.691,30	6.144/2008	–	2008NE900798	Concluído
Contratação de empresa para fornecimento e montagem de móveis nos edifícios Sede I e II, Adriana, D. Marta XVIII e Cidade de Cabo Frio	Bradiv Indústria e Comércio Ltda.	64.550,99	7.543/2007	–	2007NE901150 2007NE901151	Concluído
Recebimento provisório e definitivo da obra de reforma do edifício Adriana	Termsul Engenharia e Serviços Ltda.	2.410.986,85	8.074/2006	73/2006	–	Concluído
Revitalização de jardins em edifícios do TRF	Fruit Garden Agroflora Ltda.	7.737,00	6.707/2008	–	2008NE900884	Concluído
Fornecimento e instalação de equipamentos de ar-condicionado e exaustores nos estúdios da Gráfica, Reprografia e CPD	Snow	6.749,00	9.460/2007	0033/2008	2008NE900458	Concluído
Remanejamento de dutos de ar-condicionado no Gabinete do Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro	Proclima Engenharia Ltda.	6.530,00	10.932/2007	–	2008NE000209	Concluído

Aquisição de válvulas para equipamento de ar-condicionado para a Diges/Presi	Total Center Refrigeração Ltda.	280,00	2.779/2008	-	2008NE900371	Concluído
Fornecimento e instalação de grelhas de retorno em gabinetes do edifício Sede I	Só Reformas Ltda.	17.850,00	8.992/2007	-	2008NE900110	Concluído
Fornecimento e instalação de bombas de recalque de esgotos nos edifícios Sede II e Adriana	Comimper Ltda.	28.500,00	9.157/2007	-	2008NE000395	Concluído
Modernização de elevadores do edifício Sede II	Elevadores OTIS	299.000,00	2.358/2005	48/2007	2007NE900798	Em fase de recebimento
Modernização tecnológica do elevador hidráulico do edifício Sede I (quadros elétricos)	América Elevadores	7.590,00	3.415/2008	-	2008NE900573	Concluído
Fornecimento e instalação de corrimão/escadas no edifício Sede II	Ebras	12.099,54	6.676/2008	-	2008NE900913	Em execução
Implantação da Gráfica no edifício da Base Operacional	Pimar Pirâmide Engenharia Comércio Ltda.	625.000,00	1.375/2008	0050/2008	2008NE901067	Em execução

Quadro 150
Apoio às Seções e Subseções Judiciárias

Estado	Local	Período	Finalidade
AP	Macapá	17 e 18/03	Acompanhar as obras de reforma e medição da obra na Seccional.
		18 a 20/08	Participar de reunião, na construtora Globo, como representante do TRF, para tratar do projeto de construção da sede da SJ/AP.
BA	Barreiras	06 a 07/11	Acompanhar o Vice-Presidente do TRF 1ª Região e o Secretário-Geral da Presidência, a fim de prestar assistência técnica em Engenharia Civil com relação à doação de terreno para a Seccional de Barreiras.
	Itabuna	09 a 10/04	Realizar vistoria técnica em dois imóveis disponibilizados para ocupação por parte da Subseção Judiciária de Itabuna.
		7 a 9/08	Vistoriar o imóvel situado na av. América Amado, 331, Centro, que será reformado e adaptado para a Subseção Judiciária, e realizar consulta na prefeitura de Itabuna sobre as normas edilícias para o setor, plantas e documentação da edificação.
	Salvador	31/07 a 01/08	Participar de reunião com a empresa projetista da nova sede da Seção Judiciária de Salvador.
GO	Luziânia	10/07	Vistoriar o local das futuras instalações da Subseção Judiciária e colher dados para elaboração dos projetos.
		16/07	Vistoriar o local das futuras instalações da Subseção Judiciária e colher dados para elaboração dos projetos.

MA	Imperatriz	16 a 18/08	Realizar visita técnica à nova sede da Seccional.
		02 a 04/10	Participar de reunião com o Diretor-Geral do TRF, Diretor do Foro, equipe técnica da Seccional e representantes da empresa contratada sobre a obra em andamento da Seccional de Imperatriz.
MG	Itaúna	02 a 04 /01	Participar de treinamento operacional – Software Engeman de Manutenção Predial.
	Juiz de Fora	07 a 08/01	Acompanhar a Comissão de Fiscalização de obra.
		27 a 29/03	Realizar visita técnica à obra, acompanhado da Comissão de Fiscalização, para definir a probabilidade de data de inauguração da Justiça Federal de Juiz de Fora.
		31/07 a 02/08	Realizar visita na qualidade de membro da Comissão de Fiscalização de Obras para recebimento provisório da obra.
		05 a 07/08	Realizar visita na qualidade de membro da Comissão de Fiscalização de Obras para recebimento provisório da obra.
	Uberaba	14 a 16/05	Supervisionar o contrato da execução da obra de construção da sede da Subseção Judiciária de Uberaba, na qualidade de participante da Comissão de Fiscalização da obra.
23 a 25/07		Realizar visita de fiscalização da obra de construção da sede de Uberaba.	
PA	Belém	11 a 14/08	Prestar assessoramento técnico às obras de reforço estrutural em execução no edifício Sede da Seccional.
TO	Palmas	15 a 18/06	Assistir tecnicamente a Comissão Especial de Licitação para contratação de serviços de projetos para construção do edifício Sede da SJ/TO.
		02 a 05/07	Assistir tecnicamente a Comissão Especial de Licitação para contratação de serviços para construção do edifício Sede da SJ/TO.
		16 a 18/07	Participar de reunião com a empresa projetista BHZ Arquitetura.
		14 a 16/08	Participar de reunião com a empresa projetista e diretores da SJ/TO.

A área de Engenharia também realizou viagens a cidades que não pertencem à Justiça Federal da Primeira Região, a fim de participar de eventos que contribuem para o aperfeiçoamento dos profissionais que atuam no setor.

Quadro 151
Viagens de especialização

	Local	Período	Finalidade
Outras Regiões	Viagem a Porto Alegre/RS	18 a 22/05	Participar do curso de projetos, orçamento, gestão e fiscalização de obras e serviços de engenharia.
	Rio de Janeiro/RJ	20 a 23/11	Tomar conhecimento de novos produtos, técnicas construtivas e tecnologias aplicadas na construção civil.

Quadro 152
Especificações, projetos desenvolvidos e obras executadas – TRF

Descrição	Local	Situação
Elaboração de projeto básico para reforma das instalações do Centrejufe – clube	Centrejufe	Em elaboração
Elaboração de projeto básico para contratação de empresa para construção de subestação abaixadora de tensão	Sede I	Projeto concluído e encaminhado à Secad para licitação
Encaminhamento de termo de referência para contratação de serviços de revitalização dos jardins	Sede II	Concluído
Aquisição de armários de aço	Corec	Concluído
Aquisição de armários e gaveteiros	Gab. Antônio Sávio, Secbe, Diaco	Concluído
Fabricação de armários para os banheiros e copas	TRF	Concluído
Aquisição de vidro fumê de 5mm	Gab. Hilton Queiroz	Concluído
Fornecimento e instalação de piso	Berçário	Concluído
Projeto básico para contratação de empresa de engenharia para execução dos projetos executivos de ar-condicionado de precisão e sistema de emergência para o CPD desta Corte	CPD - Sede II	Concluído
Projeto básico para contratação de empresa de engenharia para execução, fornecimento e instalação de sistema de ar-condicionado de precisão e sistema de emergência para o CPD desta Corte	CPD - Sede II	Em fase de licitação
Projeto básico para reforma do 1º SS do edifício Cidade de Cabo Frio	Cidade de Cabo Frio	Concluído e encaminhado à Secad para licitação
Termo de Referência para contratação de empresa especializada para manutenção do sistema de ar-condicionado do TRF 1ª Região	Edifícios do TRF	Em fase de licitação
Projeto de reforma parcial do leiaute da Secretaria de Controle Interno – Secoi	Adriana	Concluído
Projeto básico para reforma de diversos sanitários do Edifício Sede I.	Sede I	Em fase de elaboração
Projeto básico para contratação de empresa especializada para impermeabilizar diversas áreas.	Sede I, II e Adriana	Em fase de licitação
Visita à Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Seduh e à Administração de Brasília, e elaboração do Memorando 203 para a Dieng, informando providências e sugestões sobre o P.A. 9.593/2007.	TRF	Mem. 203/2008, encaminhado à Secad

Quadro 153
Especificações, projetos desenvolvidos e acompanhamento – Seccionais

Seção Judiciária	Descrição	Local	Situação
BA	Apoio técnico à Nuasg e Secad/BA para elaboração de projeto básico para contratar empresa para projetar as sedes das Subseções de Feira de Santana, Jequié e Campo Formoso/BA.	Feira de Santana Jequié Campo Formoso	Apoio concluído
GO	Execução de projeto básico para reforma das instalações elétricas e de telemática da futura sede da Subseção Judiciária	Luziânia	Concluído e entregue
MA	Projeto básico para contratação de empresa especializada em projetos para o edifício Anexo da Seção Judiciária	São Luís	Projeto básico encaminhado à Seccional
MG	Composição da comissão de fiscalização da obra de construção da sede da Seccional	Juiz de Fora	Recebimento definitivo previsto para 29/11/2008
	Composição da Comissão de Fiscalização da Obra de Construção da Sede da Seccional	Uberaba	Em fase de conclusão de obra
RR	Apoio à elaboração de projetos para reforma da rede elétrica da Seção Judiciária	Roraima	Concluído
TO	Elaboração de projeto básico para contratação de empresa especializada em gerenciamento e fiscalização – obra de construção da nova sede da Seção Judiciária	Palmas	Em fase de elaboração
	Apoio técnico à Seção Judiciária para análise de projeto para instalação de Subestação	Palmas	Em análise
	Projeto Básico para contratação de empresa para executar reforma interna do edifício Sede da Seção Judiciária	Palmas	Reforma licitada
	Elaboração de projeto básico para contratação de empresa especializada para fiscalização dos projetos do edifício Anexo da Seção Judiciária	Palmas	Fiscalização contratada
	Prestação de assistência técnica à Comissão Especial de Licitação para contratação de serviços de projetos para construção do edifício Sede da Seção Judiciária	Palmas	Serviços concluídos
	Projeto básico para contratação de empresa especializada em projetos para o edifício Anexo da Seção Judiciária	São Luís/MA	Projeto básico encaminhado à Seccional
	Elaboração de novo leiaute para reforma interna do edifício Sede da Seção Judiciária	Palmas	Serviços concluídos

Obra do edifício Sede

Em 2008, houve um desembolso financeiro no valor de R\$ 26.251.058,40 para a continuidade da construção do edifício Sede do Tribunal.

Foram concluídos os seguintes serviços.

Preliminares

- construções Provisórias – barracão em torno de 3.500 m²;
- ligações provisórias – água, energia, esgoto, telefone, subestação;
- proteção e sinalização – placas e tapumes da obra;
- locação da obra – serviços de topografia.

Terraplanagem

- cortes, aterros e transporte de material – 97% concluídos.

Fundações e estrutura

- concluídos 90% dos serviços de fundação dos blocos A e D;
- concluída a laje de piso do 3º subsolo, armação dos pilares do 3º subsolo e parte do muro de arrimo eixo 1 (executado 180m x 7,20m) junto à galeria técnica;

Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA

- serviços concluídos nas armações das fundações e pilares do 3º subsolo.



Foto: Luiz C. B. Xavier

Construção do edifício Sede



Foto: Luiz C. B. Xavier

Construção do edifício Sede

Segurança e serviços gerais

Entre as atividades da área de Segurança e Serviços Gerais, destacam-se:

- a administração de pessoal terceirizado nas áreas de manutenção, copa e limpeza e vigilância nos 9 prédios do Tribunal;
- a responsabilização pela execução de 25 contratos;
- a administração da frota atual de 64 veículos e a prestação de atendimento célere e eficiente no transporte e condução de desembargadores, juízes auxiliares e servidores;
- a prestação de suporte operacional à Asrep, Direh, PGQVT, Secre e Esmaf (Centrefufe) na realização de treinamentos de pessoal, eventos institucionais etc.;
- o apoio no serviço de copeiragem e limpeza nos locais das 687 sessões realizadas pelas Turmas, Conselho de Administração, Corte Especial, Corte Especial administrativa, Sessão Extraordinária, Plenária e Conselho Deliberativo do Pro-Social.

Para o aprimoramento e dinamismo no desempenho das atividades e atribuições exigidas pelos Agentes de Segurança, a Secad organizou, com apoio da Direh/Secre, dois cursos de capacitação, ministrados nas instalações do Tribunal, com aulas práticas, sendo um ministrado pela Academia Nacional de Polícia Federal e outro destinado aos servidores que percebem a GAS (Gratificação de Atividade de Segurança), atendendo, dessa forma, a dispositivo legal.



Curso de Segurança

O setor de Segurança do Tribunal, para melhorar a qualidade de seus serviços, propôs a elaboração de alguns projetos básicos voltados à aquisição de modernos equipamentos e de treinamentos para atualizar os servidores da área de segurança:

- aquisição de Sistema Biométrico de Controle de Acesso – SBCA: projeto demandado pela Ascom, com o objetivo de reforçar a segurança no estúdio de rádio e TV;
- proposta de aquisição de equipamentos para uso dos servidores da área de segurança do TRF 1ª Região: compra de armas não letais (e treinamento respectivo), para utilização dos Agentes de Segurança desta Corte em espaços internos, acompanhamento de julgamentos e demais missões que requeiram armamento em ambientes com trânsito intenso de pessoas;
- treinamento em Armamento e Tiro (com noções de uso progressivo da força): cumprindo a determinação da IN14-20 – Portes Institucionais de Arma de Fogo;
- projeto básico para fornecimento e instalação de Sistema de Circuito Fechado de TV Digital – STV para complementação do sistema instalado nos edifícios Sede I e II (em andamento);
- acompanhamento de visita e vistoria técnica de empresas interessadas em participar de licitação para fornecimento e instalação de Sistema de Circuito Fechado de TV Digital – STV a ser instalado nos edifícios Sede I, II, Base Operacional e Adriana.

Além dessas atividades, o setor coordenou a atuação da Brigada de Incêndio da Corte na realização de suas atividades rotineiras.



Treinamento contra incêndio

Vigilância e portaria

O setor de Vigilância e Portaria, no decorrer do ano, promoveu ações que inovaram e melhoraram a prestação de seus serviços.

O lançamento do projeto Vigilante Solidário em meados de setembro, no edifício Funasa, que consistiu basicamente no destacamento de um vigilante no período das 19 às 23h para observar ou acompanhar os funcionários que utilizam os estacionamentos externos ao Tribunal, foi amplamente elogiado.

Sua implementação incluiu a aquisição de 7 rádios de comunicação e a distribuição de outros rádios para postos de vigilância distantes desprovidos de ramais.

Outra campanha bastante significativa, iniciada em novembro, teve como objetivo estimular o uso do crachá por parte dos servidores, prestadores de serviço e estagiários desta Corte. Essa campanha foi denominada "O uso do crachá é obrigatório". Além da conscientização da importância do uso do crachá, houve a distribuição de cordões para crachás personalizados, nas cores azul ou preta, com os dizeres "TRF 1ª Região". Essa campanha incluiu a distribuição de panfletos com várias informações úteis a respeito de crachás e a devida caracterização do ambiente.

Em continuidade à política dos rodízios de vigilantes iniciada em 2007, que permite o aumento da qualidade dos serviços de vigilância prestados, foi realizado mais um rodízio entre 20 vigilantes dos vários prédios pertencentes a esta Corte, exceto a Base Operacional, dividido em duas etapas: a primeira ocorreu em 20 de

outubro, com o rodízio de 13 vigilantes do Corpo de Vigilância do sexo feminino; a segunda, em 1º de novembro, com 16 integrantes do Corpo de Vigilância do sexo masculino.

Os resultados foram percebidos com a diminuição de reclamações, maior interação entre o público externo e interno com o Corpo de Vigilância, maior aprendizado dos procedimentos de trabalho, devido aos novos postos assumidos, melhor distribuição do trabalho, em face da existência de postos de vigilância que demandam mais trabalho do que outros, maior integração entre os próprios vigilantes, gerando maior harmonia no ambiente de trabalho.

Transportes

Quanto à área de Transportes, destacam-se as seguintes ações:

- contratação de empresa seguradora para cobertura dos veículos do Tribunal, conforme processo 6.899/2008;
- execução de processo de doação de veículos;
- acompanhamento da execução do empréstimo de dois veículos especiais (veículo articulado) para o Departamento de Polícia Federal;
- implantação, ainda em teste, de sistema informatizado para o setor de transportes – Sistra;
- projeto básico para aquisição dos seguintes veículos: Van (Renault) para o transporte de servidores e prestadores de serviços entre os edifícios do Tribunal, três Toyotas Corollas para uso dos Gabinetes da Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria, respectivamente, e cinco Palios para a área administrativa.
- deslocamento de um veículo para realização de ronda nas imediações do edifício Funasa, no horário noturno, para garantir maior segurança aos servidores na saída do trabalho.



Secim

Secretaria de Informática

O Tribunal desenvolveu, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin, diversas ações em continuação ao aprimoramento e modernização das ferramentas de gestão disponíveis ao público interno do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias.

Adquiriu um sistema de gerenciamento de informações denominado *business intelligence*, ou inteligência do negócio (em tradução livre). Também conhecido como BI (pronuncia-se bi-ai), esse sistema trabalha com a duplicação, em banco próprio de dados, das informações necessárias à produção de relatórios, o que confere rapidez, qualidade e flexibilidade no acesso às informações. Atualmente, encontra-se em processo de licitação o treinamento e consultoria para desenvolvimento dessa ferramenta. Espera-se que, ainda no primeiro semestre de 2009, seja possível realizarem-se os primeiros testes com a nova metodologia.

Os relatórios disponíveis no sistema Juris também passam por melhorias. Encontra-se em estudo, na Divisão de Sistemas Judiciais – Disij, a revisão das rotinas de relatórios do sistema processual do Tribunal. A ideia é eliminar os relatórios menos utilizados e condensar os demais em poucas rotinas, mais flexíveis e completas que as atuais.

Outra ação desenvolvida pela Secin foi a parceria com algumas unidades do Tribunal para ampliar o con-

trole dos processos nos gabinetes e coordenadorias. Algumas unidades identificaram os volumes de processos existentes, o que, aliado ao registro público de entrada e saída de feitos, permitiu não apenas identificar a natureza dos feitos mas também o perfil da demanda desde então. Espera-se que em 2009 esse procedimento seja estendido a todas as outras unidades do Tribunal, com migração dos dados para a nova ferramenta do BI.

No exercício de sua função de apoio à administração, a Secin forneceu à Corregedoria-Geral os dados utilizados no processo de promoção por merecimento de juizes federais, em razão da aposentadoria do Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira.

Ao longo de 2008, a Secin realizou o atendimento aos usuários dos sistemas informatizados e dos equipamentos de informática do Tribunal, visando ao seu perfeito funcionamento e utilização. Prestou suporte quando houve problemas com os diversos serviços (*e-mail*, banco de dados, *terminal server*, *backup* etc.) e sistemas (dificuldade de utilização, erros identificados, sugestões e pedidos de alteração) e orientou os usuários quanto às restrições na utilização desses recursos (permissões e disponibilidade de licenças de *software*) e sobre convênios entre o TRF 1ª Região e outras instituições da administração pública para acesso a sistemas externos.

Quadro 154
Sistemas/programas implantados e em fase de implantação

Sistema	Descrição	Objetivo	Destinatários	Situação
Digitalizador de documentos – e-Digitalizador	Interface padrão para uso dos <i>scanners</i> adquiridos pelo Tribunal — armazena os documentos digitais e garante sua integridade, preservando-os durante o ciclo de vida.	Permitir que as centrais de digitalização da Primeira Região possuam uma única ferramenta para digitalizar os processos e documentos avulsos utilizados em diversos sistemas jurídicos ou administrativos.	Centrais de digitalização da Primeira Região.	Concluído e implantado na Seção Judiciária do Distrito Federal, que utiliza o sistema como piloto na digitalização de petições iniciais e incidentais da execução fiscal. Recentemente, foi criado projeto que desenvolverá a segunda versão, que possibilitará a digitalização dos documentos protocolados com destino ao sistema JEF Virtual.

Sistema	Descrição	Objetivo	Destinatários	Situação
e-Sentinela	Sistema de controle de acesso — unifica os controles de acesso distribuídos nas diversas aplicações desenvolvidas na Divisão de Especificação e Gestão de Projetos de Tecnologia – Diesp. Centraliza a autenticação, a autorização e a auditoria dos usuários internos e externos de toda a Primeira Região em todos os sistemas e atualiza a versão do programa de antivírus no Tribunal e nas Seções Judiciárias do Distrito Federal e do estado de Roraima.	Controlar as permissões de todos os sistemas e usuários da Primeira Região. O controle será feito de forma hierárquica e descentralizada, permitindo que a Divisão de Atendimento ao Usuário – Diatu, do Tribunal, e cada Núcleo de Modernização e Informática – Numoi e Seção de Informática – Seinf controlem as permissões de seus usuários.	Centrais de atendimento de informática — Diatu, Numois e Seinf.	Parado. Os recursos estão alocados em projetos prioritários.
Gerador de documentos eletrônicos – e-Doc	Permite ao usuário de qualquer vara federal (servidores, oficiais de gabinete, magistrados) elaborar peças processuais que serão assinadas com certificado digital e disponibiliza seu inteiro teor em consulta pela intranet/ internet.	Acompanhar o andamento do processo detalhadamente e permitir que os usuários de secretaria e gabinete e os magistrados elaborem peças processuais dentro do próprio sistema, com recurso de mala direta, utilizando o editor de texto <i>BrOffice Writer</i> , com assinatura e certificado digitais válidos nacionalmente.	Servidores e magistrados das varas federais de primeiro grau da Justiça Federal e partes processuais.	Primeira versão implantada em 23 de março de 2007, havendo atualmente mais de 3 mil documentos disponíveis para consulta elaborados e assinados pelo sistema, com destaque para a agilização processual estabelecida na 5ª Vara Federal. Não obstante, o sistema deixará de sofrer atualizações ou manutenções evolutivas, dada a existência de um novo sistema de controle processual em desenvolvimento, que contemplará todas as funcionalidades do e-Doc.
Processo judicial digital – execução fiscal – PJD-EF	Visa à incorporação de todo o acervo de processos que ainda tramitam em meio físico (papel), para torná-los virtuais. Digitalização dos processos e incorporação ao sistema.	Transformar documentos em papel em arquivos digitais, por meio de <i>scanner</i> , possibilitando a tramitação dos processos virtualmente.	Varas de execução.	Incorporação do acervo digitalizado da 18ª Vara em andamento. Aguarda-se previsão do Numoi/DF sobre a data de conclusão.

Sistema	Descrição	Objetivo	Destinatários	Situação
Repositório eletrônico de documentos – RED	Repositório para armazenamento seguro dos documentos institucionais e minutas. Segue os requisitos definidos pelo MoreqJus, norma que determina como os documentos eletrônicos gerados na Justiça Federal devem ser armazenados para garantir sua integridade e preservação durante o ciclo de vida.	Retirar documentos armazenados nos bancos de dados atuais e transferi-los para o sistema de arquivo, que passará a ser o único repositório. Isso possibilitará o uso racional dos recursos de armazenamento, reduzirá os custos de manutenção dos bancos de dados e otimizará o uso da rede de comunicação do Tribunal.	Todos os documentos institucionais existentes e futuramente gerados pela Primeira Região.	Primeira versão implantada, tendo o sistema e-AVS como primeiro cliente. Primeira e segunda fases concluídas e entregues. Desempenho excelente das funções de armazenamento e recuperação de documentos incluídos em <i>file system</i> . Término previsto para o primeiro semestre de 2009.
Sistema de afastamento de magistrados – e-Siam	Permite a realização de todas as tarefas relacionadas à gestão dos afastamentos de magistrados, desde a solicitação até a autorização por meio de assinatura digital; a geração de relatórios quantitativos, funcionais e percentuais; listas de motivos e inclusão ou alteração de modelos de despachos.	Possibilitar o cadastro de todas as solicitações de afastamento de magistrados inferiores a 30 dias e em território nacional; tramitação digital das solicitações de afastamento; controle e acompanhamento dos procedimentos de solicitação; avaliação e autorização; inclusão e alteração de modelos de despachos; geração de relatórios e assinatura digital das solicitações de afastamento para autorização.	Magistrados da Primeira Região.	Implantado e em pleno funcionamento, com todas as tarefas relacionadas a afastamento dos magistrados realizadas através do sistema.
Sistema Processual Único da Justiça Federal – e-Jud	Desenvolve novo sistema de controle processual para unificação e padronização dos sistemas existentes em toda a Justiça Federal da Primeira Região, com a virtualização dos processos judiciais, atendendo tanto ao primeiro quanto ao segundo grau.	Substituir todos os sistemas judiciais existentes na Justiça Federal da Primeira Região. O sistema promove melhoria contínua nos procedimentos e atividades da Justiça Federal de forma democrática e padronizada e facilita a organização e extração de informações estratégicas.	Servidores, magistrados e público interessado da Justiça Federal da Primeira Região.	Em andamento. Foi concluída parte da organização e infraestrutura do projeto e definido o cronograma oficial.

Sistema	Descrição	Objetivo	Destinatários	Situação
Implantação das tabelas únicas de assuntos, classes e petições	Implantação nos sistemas de primeiro e segundo grau de toda a Primeira Região das tabelas unificadas de assuntos, classes e petições (31 de dezembro de 2008), conforme padronização regulamentada pelo Conselho da Justiça Federal – CJF.	Padronizar todas as tabelas de assuntos, classes e petições utilizadas na Primeira Região.	Servidores, magistrados e público interessado da Justiça Federal da Primeira Região.	Implantada.
e-RE	Acordo firmado entre o TRF 1ª Região e o Supremo Tribunal Federal – STF, que permite o envio, de forma digital, de recursos extraordinários do Tribunal para o STF.	Digitalizar as peças processuais ou, no caso do sistema JEF Virtual, apenas selecioná-las no banco de dados e disponibilizá-las no <i>site</i> do Tribunal, enviando-as posteriormente ao STF por meio da tecnologia de <i>web service</i> .	Servidores, magistrados e público interessado da Justiça Federal.	Implantado.
AADJ INSS	Consiste na implementação de mecanismo no sistema JEF Virtual para possibilitar às varas JEF intimar o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS através das agências para atendimento de demanda judicial – AADJs.	Diminuir o tempo da tramitação processual, já que antes os processos eram recebidos no INSS, reencaminhados às AADJs, que, depois de cumprir a demanda judicial, devolviam-nos ao INSS para posterior retorno ao Tribunal. Agora, os procuradores que trabalham nas AADJs recebem, pelo e-Cint, as intimações diretamente das varas.	Servidores, magistrados e público interessado da Justiça Federal.	Implantado.
e-DJF1	Envolve convênio entre o TRF 1ª Região e a Imprensa Nacional, que consiste na preparação das rotinas de publicação de setores e varas do Tribunal e suas Seções e Subseções Judiciárias, para que as informações sejam enviadas diariamente à Imprensa Nacional para publicação no <i>Diário da Justiça Federal da Primeira Região</i> eletrônico.	Fazer com que as rotinas de publicação das Seções e Subseções do Tribunal, hoje executadas de forma descentralizada, sejam padronizadas e as informações de cada vara disponibilizadas diretamente no <i>site</i> da Imprensa Nacional.	Órgãos publicadores de matérias da Primeira Região.	Atualmente, o sistema permite o armazenamento dos diários no <i>site</i> do Tribunal. Os documentos são formatados e diagramados pelas Seções Judiciárias. O sistema está em fase de migração, pois o processo de diagramação e armazenamento será transferido para a Imprensa Nacional. Aguarda-se fechamento do acordo de transferência de responsabilidade.

Sistema	Descrição	Objetivo	Destinatários	Situação
Implantação do catalogador virtual de documentos em todo o primeiro grau	Sistema de armazenamento de documentos vinculados a processos (decisões, despachos, acórdãos, sentenças etc.).	Substituir os livros de sentenças e demais meios de armazenamento físicos dos documentos processuais pelo seu recolhimento em banco de dados.	Órgãos judiciais da primeira instância.	Sistema em funcionamento nas varas que manifestaram interesse na substituição do armazenamento físico pelo virtual e disponível para implantação em qualquer órgão da primeira instância. Em ampliação.
Acordo de cooperação para troca de informações entre o Tribunal e a Procuradoria Regional da República da Primeira Região – PRR1	Prevê a troca de informações entre os dois órgãos através do protocolo de envio de arquivos FTP.	Enviar os dados diariamente, atualizando-se as informações de todos os processos do Tribunal e das Seções Judiciárias.	Procuradores da Procuradoria Regional da República da Primeira Região.	Assinatura do convênio em fase de andamento. Em desenvolvimento.
Modernização da Coordenadoria de Registros e Informações Processuais – Corip	Consiste no aperfeiçoamento das rotinas utilizadas na Corip com o desenvolvimento de novas telas e recursos.	Promover agilidade e ganho de tempo pelo aproveitamento de dados cadastrados em um setor por outros setores e implantar a importação dos dados dos processos do primeiro grau através do aproveitamento dos dados pelo Tribunal.	Servidores, magistrados e público interessado da Justiça Federal.	Implantado.
Implantação do centro de operações de rede (NOC – <i>network operation center</i>)	Permite monitorar a rede do Tribunal e informar seu estado, incluindo todo o parque de servidores e ativos de rede.	Detectar problemas em tempo real e repassá-los às unidades competentes para resolução.	Servidores, magistrados e público interessado da Justiça Federal.	Em andamento.
Catálogo telefônico <i>on-line</i>	Desenvolvido em conjunto com a Divisão de Produção Editorial – Diedi, permite a consulta eletrônica ao catálogo de telefones da Primeira Região.	Permitir acesso rápido e seguro ao catálogo de telefone do Tribunal, Seções e Subseções Judiciárias.	Servidores e magistrados da Primeira Região.	Implantado.
Sistema de Transportes – Sistra	Implantação do módulo de requisição de viatura/motorista e disponibilização de programa para autorização <i>on-line</i> pelo diretor da divisão.	Permitir o controle eletrônico de requisições de motoristas/viaturas.	Servidores e usuários de transportes do Tribunal.	Implantado no TRF.

Sistema	Descrição	Objetivo	Destinatários	Situação
Sistema Integrado de Gestão Administrativa – e-Admin	Fornecimento de licença de uso para módulos da área administrativa em ambiente <i>web</i> .	Unificar e padronizar os procedimentos na área administrativa através da utilização de novas tecnologias de produção, validação e gerenciamento de documentos eletrônicos, a fim de proporcionar integração entre os sistemas e facilitar a execução de atividades administrativas nas unidades do Tribunal.	Área administrativa do Tribunal.	Suspensão a licitação. O projeto encontra-se suspenso, aguardando decisão do CJF sobre os procedimentos. Cronograma de implantação previsto para 24 meses.
Sistema de Estatística – e-Siest	Sistema de estatística processual para o primeiro e o segundo grau.	–	–	Em fase de desenvolvimento. Aguardando licitação de cursos para treinamento e consultoria.

Evoluções processadas

Sistema Sarh: finalizado o desenvolvimento das rotinas do adicional de qualificação (AQ) e dos programas de implantação do processo seletivo permanente de remoção (PSPR) e em desenvolvimento a rotina para o cálculo do tempo para aposentadoria do servidor (módulo de aposentadoria).

Sistema Pro-Social: desenvolvido o sistema de faturamento eletrônico de lotes de guias para o setor de análise da Secbe pelo padrão de comunicação TISS/ANS de operadoras de saúde; evolução no sistema de cadastro de atestados médicos e conclusão do módulo de contabilidade — análise e fechamento do exercício e levantamento de requisitos para elaboração de projeto básico para aquisição de novo sistema.

Sistema Folha de Pagamento Oracle: confecção do *Manual do sistema de folha de pagamento* e criação de vídeos tutoriais sobre o sistema e implantação do sistema de folha de pagamento nas Seções Judiciárias do Amapá, Mato Grosso, Tocantins, Roraima e Rondônia.

Serviços de internet: desenvolvimento do novo catálogo telefônico *on-line* em conjunto com a Diedi; implantação do módulo de cálculo de custas e despesas

processuais em toda a Primeira Região e implantação da página da Jurisprudência Administrativa e do *Diário da Justiça Federal da Primeira Região* eletrônico – e-DJF1 na Primeira Região.

Sistema de Controle e Aquisição de Bens e Serviços – Sicam: desenvolvimento do novo módulo de gerenciamento de contratos — desenvolvido de módulo de registro de preços.

Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos Administrativos – Sispra: criação do módulo para solicitação de empréstimo ou desarquivamento de processos administrativos.

Sistema de Recebimento e Envio de Correspondências – Sirec: desenvolvimento do módulo para registro de arquivamento de documentos.

Sistema de Controle e Acompanhamento de Solicitações de Serviço – Siate: criação do módulo de laboratório para controle de *hardware* e *software*.

Instalação de equipamentos para aumentar a velocidade de comunicação da rede de longa distância da Primeira Região (rede *wan*).

Instalação do sistema de videoconferência em toda a Primeira Região, que permite realizar encontros

telepresenciais através da rede de dados da Primeira Região.

E-mail externo: ampliação da capacidade dos servidores de *e-mail* externo.

Sistema de proteção contra ataques externos (conhecido pelo termo *firewall*): evolução da plataforma, visando aumentar a disponibilidade do serviço e proporcionar relatórios gerenciais.

Sistema de *antispam* (para bloqueio de mensagens eletrônicas não solicitadas ou indesejadas): foram melhoradas as regras de filtragem, de forma a evitar o bloqueio de falsos *spams*, bem como implantados novos relatórios com visão gerencial.

Monitoria de rede: os sistemas de monitoria sofreram grande melhora com a integração de novas ferramentas, que possibilitaram mais agilidade na detecção de problemas e a inclusão de novos serviços.

Aumento da velocidade de todos os *links* de dados da rede de longa distância da Primeira Região (rede *wan*).

Ampliação da infraestrutura de rede da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Aquisição de materiais e contratação de serviços realizadas com os créditos orçamentários de 2008

- 697 leitores de código de barras para as Seções e Subseções Judiciárias.
- 33 servidores trabalhando na atualização tecnológica do CPD do Tribunal e redução de despesas com contratos de manutenção de equipamentos antigos.
- 2.095 microcomputadores para o Tribunal e Seccionais.
- 1.361 monitores LCD para o Tribunal e Seccionais.
- 1.034 impressoras *laser* para o Tribunal e Seccionais.
- 17 coletores de dados e 30 impressoras térmicas para equipar as bibliotecas do Tribunal e Seções Judiciárias.
- 58 *racks* para acomodar servidores e equipamentos de rede para o Tribunal e Seccionais.
- 66 chaveadores de console para *racks* de servidores.
- 65 consoles para *racks* de servidores.
- 1.500 *tokens* para certificação digital.
- 22 cofres para armazenar com segurança as fitas de *backup* do Tribunal, Seções e Subseções Judiciárias antigas.
- 69 terminais de autoatendimento.
- Licenciamento do sistema de gestão para o Pro-Social.
- Licenciamento e contratação de suporte e atualização de produtos da *Microsoft* para computadores servidores.
- Licenciamento de *softwares* da linha de produtos *Rational* da IBM para a fábrica de *software* do Tribunal.
- Licenciamento do *software Project* da *Microsoft* para algumas unidades do Tribunal.
- Contratação de suporte e treinamento para os produtos da linha JBOSS da *RedHat* utilizados nos servidores de internet.
- Contratação de treinamento e consultoria para produtos de *datawarehouse* (sistema para armazenamento consolidado de informações da organização) da IBM e BO utilizados pela Divisão de Estatística.
- Aquisição de equipamentos ativos de rede para as Seções e Subseções Judiciárias.

Manutenções efetuadas

- Manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de informática (impressoras, microcomputadores, leitores de código de barras) instalados no Tribunal com o objetivo de prevenir futuros problemas.
- Manutenção nos sistemas de rede local e de longa distância.
- Certificação digital dos magistrados.
- Boletins estatísticos de primeiro grau.
- Atualização da versão do aplicativo InBio, utilizado para assinatura digital em todas as Seções Judiciárias.
- Suporte às Seções Judiciárias na utilização do sistema de RPV e Certificação Digital.

- Atendimento, até o momento, de 3 mil requisições pelo 2º nível dos setores de apoio às áreas administrativa e judicial e de 2,7 mil pelo setor de apoio a magistrados.
- Substituição da tecnologia utilizada no *link* de acesso à Internet.
- Mudança de toda a infraestrutura de informática das Subseções Judiciárias de Uberaba, Juiz de Fora e Caxias, em virtude da mudança de sede.

Demais levantamentos/estudos realizados

- Estudo para otimizar as rotinas de relatórios do sistema Juris.
- Estudo da viabilidade de implantação de relatório de processos atribuídos.
- Estudo para a melhoria dos relatórios de estatística da primeira instância.
- Elaboração de projetos para:
 - modernização tecnológica dos equipamentos do Tribunal e Seções Judiciárias, como a aquisição de novos servidores para o CPD, microcomputadores, impressoras, coletores de dados, terminais de auto-atendimento etc;
 - contratação de consultorias, treinamentos e suporte especializado para melhoria dos serviços de informática, além de obtenção de licenciamento de diversos *softwares*;
- aquisição de sistema integrado de gestão administrativa – e-Admin em ambiente *web*, para atender ao Tribunal e às respectivas Seções e Subseções Judiciárias vinculadas;
- aquisição de sistema para a Secretaria de Programas e Benefícios Sociais;
- contratação de empresa especializada para digitalização dos processos das varas de execução das Seções Judiciárias.
- Estudo das diversas funcionalidades da plataforma de ensino a distância, de forma a aumentar sua versatilidade e facilidade de manutenção.
- Estudos para aumentar a segurança da rede interna com a utilização de novas tecnologias.
- Estudo da viabilidade de instalação de rede sem fios no Tribunal e Seções Judiciárias.
- Estudo para interligar os sistemas telefônicos da Primeira Região, através da rede de dados existente, usando-se a tecnologia VoIP (voz sobre IP), que gera economia nas ligações de longa distância (em fase de implantação).

Outras atividades relevantes

- Apoio à Comissão responsável pela implantação das tabelas unificadas do CNJ na primeira e segunda instâncias.
- Apoio aos Grupos Temáticos do projeto e-Jud.



Secoï

Secretaria de Controle Interno

A Secretaria de Controle Interno – Secoi, que compõe a estrutura organizacional da Diretoria-Geral, planeja, acompanha, avalia e promove a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos atos e fatos de gestão praticados no Tribunal, bem como orienta o exercício dessas atividades nas Seções Judiciárias.

A seguir, algumas das principais atividades desenvolvidas no decorrer do ano.

Estudos de redução do custo da obra do edifício Sede

A Secoi participou, por meio de seu assistente executivo, da Comissão Técnica de Revisão da Obra de Construção da Sede do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, estabelecida pela Portaria/Presi 600-178 de 30/06/2008, cujo principal objetivo é a redução dos custos da obra.

Participação em eventos de capacitação

A equipe técnica da Secoi participou de cursos, fóruns, seminários e eventos nas áreas de planejamento, legislação tributária, previdência, licitações, contratos, contabilidade pública e auditoria, a fim de aperfeiçoar e ampliar seu desempenho.

Ações tecnológicas – inovações e projetos

- desenvolvimento e implantação de sistemas com a ferramenta *Microsoft Access*, destinados à informatização dos processos de trabalho das unidades da Secoi;
- participação na implantação do Sistema Eletrônico de Solicitação de Autorização de Viagem a Serviço – e-AVS;

- participação na audiência pública promovida pela Diretoria-Geral, com a finalidade de dar conhecimento ao público da intenção do projeto de elaboração do Sistema e-Admin;
- reuniões com a área de tecnologia da informação para obter conhecimento sobre os sistemas existentes no Tribunal, para otimizar a divulgação de informações referentes às atividades desenvolvidas pela Secoi;
- reuniões com a equipe da área de controle interno do Tribunal Superior do Trabalho – TST, visando ao gerenciamento sistematizado dos controles estabelecidos e dos riscos a que estão sujeitos os processos críticos nas atividades de sua competência;
- reunião com o Comitê Técnico de Controle Interno – CTCI, com o objetivo de uniformizar procedimentos para o futuro exercício, referentes à tomada de contas, planejamento estratégico, rol de responsáveis e prestação de contas.

A Secoi, além de suas competências regimentais, elabora estudos para atender às diversas consultas feitas pelo Tribunal e pelas Seções e Subseções Judiciárias a ele vinculadas. As principais atividades desenvolvidas em 2008 foram as que se seguem.

Auditoria

A área responsável pela auditoria elaborou, com o propósito de integrar as ações de controle, a proposta do Plano Anual de Atividades de Auditoria – PAAA, para aprovação do Diretor-Geral da Secretaria do TRF 1ª Região.

O quadro seguinte sintetiza as ações de auditoria realizadas no Tribunal e nas Seções Judiciárias da Primeira Região.

Quadro 155
Execução de auditorias

Unidade Gestora	Tipo de auditoria	Localidade	Período de execução	Número de auditores
090027 – TRF	Gestão	Brasília/DF – TRF	15/02 a 18/04 ¹	6
090027 – TRF	Operacional	Brasília/DF – TRF	10/06 a 26/08	6
090003 – SJ/PA	Operacional	Belém/PA	27/08 a 07/10	4
090013 – SJ/MG	Operacional	Belo Horizonte/MG	01/10 a 12/11	4
090027 – TRF	Contratos	Brasília/DF – TRF	13/11 a 23/01	6 ²

¹ Após a Auditoria de Gestão, foi iniciada a auditoria de contrato, posteriormente interrompida em razão da reformulação do PAAA/2008.

² Houve desmembramento da equipe para inserção de informações no Sistema de Auditoria – Sisdiaud.

Atividades de complementação e monitoração da auditoria especial no Pro-Social

Os procedimentos operacionais adotados pela Secre para pagamento por consignação aos servidores do quadro de pessoal do Tribunal foram avaliados com o objetivo de complementar os trabalhos de auditoria especial no Pro-Social. As ações foram desenvolvidas por meio de consultas ao sistema informatizado *Oracle*, às rotinas de cadastro de pessoal e à ficha financeira. O resultado da análise foi registrado na Nota Técnica 007/2008, encaminhada à Secre.

Realizou-se, também, a análise do Plano de Providências dos Relatórios de auditoria especial no Pro-Social, tendo sido solicitado à Secretaria de Programas e Benefícios Sociais – Secbe adotar providências para atender às recomendações feitas, conforme registrado nas Notas Técnicas 006 e 008/2008 e na Informação 16/2008. Os prazos para apresentação de novas providências foram prorrogados a pedido da área auditada.

Auditoria de Gestão

Foi realizada a auditoria da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional das unidades gestoras da Justiça Federal da Primeira Região, com a finalidade de comprovar a legalidade de suas ações e avaliar os resultados relativamente à eficácia e eficiência.

O exame foi efetuado por seleção de itens, de acordo com o objetivo do trabalho definido pelo TCU, e incluíram provas nos registros mantidos pelas unidades gestoras vinculadas, bem como a aplicação das técnicas e procedimentos de trabalho desenvolvidos pelas áreas de Controle Interno da Justiça Federal da Primeira Região. As informações e documentos necessários à auditoria foram requeridos por Solicitações de Controle Interno dirigidas aos responsáveis pelas áreas auditadas.

O relatório consolidado de auditoria de gestão relativo ao exercício de 2007 foi emitido com certificação pela regularidade de todas as unidades gestoras vinculadas à Primeira Região.

Auditoria Operacional

As auditorias operacionais no Tribunal e nas Seccionais do Pará e de Minas Gerais foram executadas em cumprimento ao PAAA/2008. As ações de auditoria abrangeram as atividades de cadastro de pessoal e benefícios sociais, estoques de material (almoxarifado) e patrimônio (bens móveis). Receberam foco especial os sistemas informatizados na área de material e patrimônio quanto ao gerenciamento das informações e rotinas de controle.

Os resultados das análises foram registrados em relatórios contendo recomendações com o fim de aperfeiçoar os procedimentos e atender às normas legais e regulamentares.

A manifestação dos auditados no Tribunal e nas Seções Judiciárias sobre as providências adotadas e as justificativas para as mencionadas recomendações deverá ser apresentada no modelo do Plano de Providências nos meses de janeiro e fevereiro do ano vindouro, em razão dos prazos concedidos.

O resultado da análise do Plano de Providências será encaminhado em nota técnica às áreas auditadas, com a avaliação do cumprimento das recomendações e a observância dos prazos determinados.

Auditoria de Contratos

A auditoria de contratos avalia a execução de contratos firmados pelo TRF 1ª Região para verificar sua adequação aos termos pactuados, a eficiência da fiscalização contratual e os elementos físicos com as especificações ajustadas.

Conforme previsto no PAAA/2008, está em curso uma pré-auditoria para avaliar o contrato de locação de máquinas, quanto à economicidade e eficiência.

A área de auditoria da Secoi atuou nas demais unidades auditadas do Tribunal e Seccionais, procurando auxiliar a administração na gerência e na obtenção de resultados, por meio de recomendações destinadas a aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial dos dirigentes. A ação orientada para esses conceitos contribui para que haja transparência e melhoria no desempenho da administração e na alocação dos recursos da Justiça Federal da Primeira Região. O quadro abaixo quantifica as recomendações feitas às unidades auditadas.

Quadro 156
Quantitativo de recomendação e solicitação de providências e justificativas expedido pela Diaud em 2008, por documento técnico

Unidade auditada	Recomendações			Solicitação de providências e justificativas
	Relatório de auditoria	Nota técnica	Nota de auditoria	Solicitação de auditoria ¹
Justiça Federal do Estado de Rondônia ²	–	3	–	–
Justiça Federal do Estado do Pará	43	25	51	8
Justiça Federal do Estado de Minas Gerais	41	18	103	5
Tribunal Regional Federal da Primeira Região	40	159	4	–
Total	124	205	158	13

¹ Solicitação de Auditoria é o documento expedido pela Diaud fora da Sede. No Tribunal, esse documento é substituído pela Solicitação de Controle Interno – SCI, expedida pela Secoi, em razão da subordinação hierárquica da área. Na auditoria operacional do TRF 1ª Região, foram expedidas 25 solicitações de providências e justificativas em quatro SCI.

² Acompanhamento de auditoria realizada em 2007.

Gráfico 28
Quantitativo de recomendações expedidas em 2008

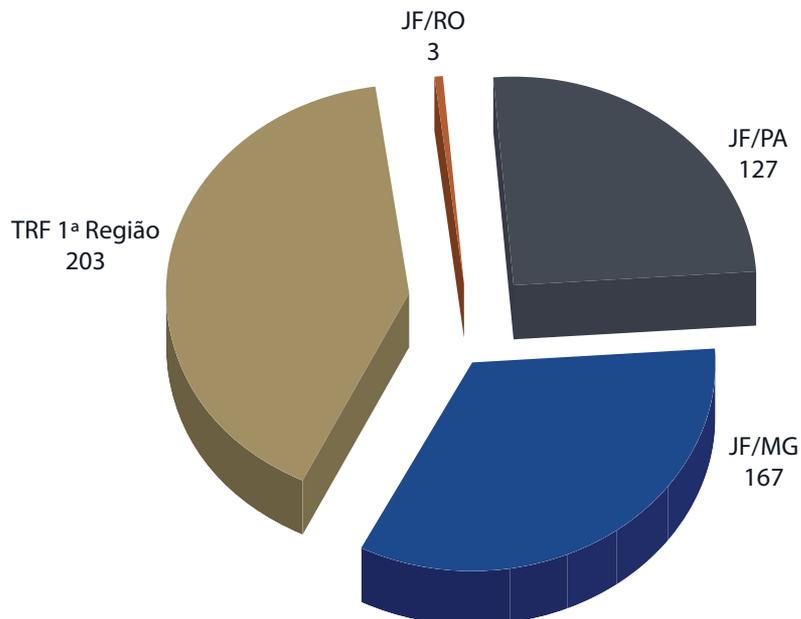
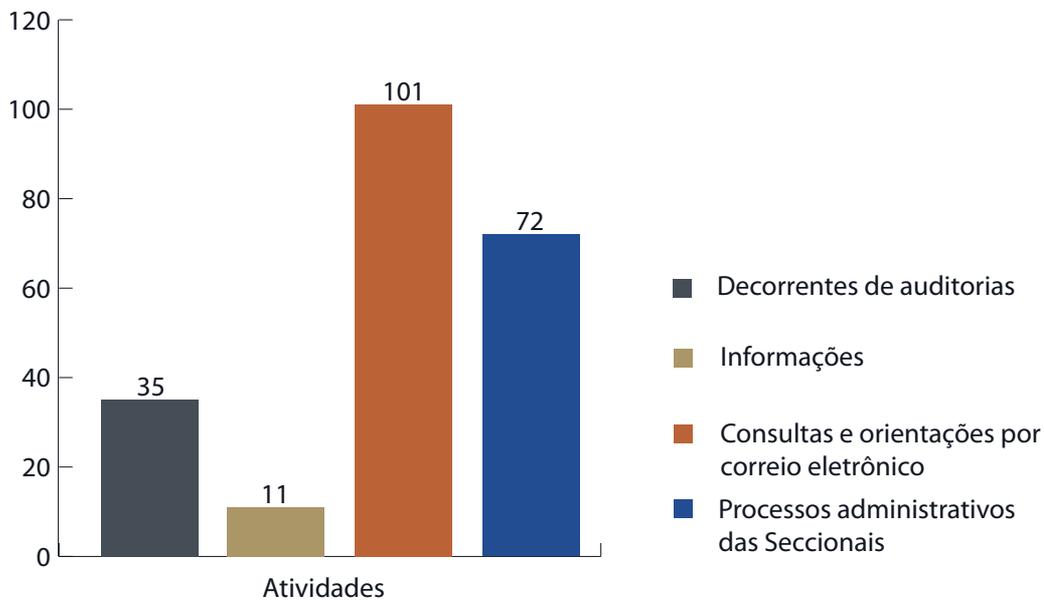


Gráfico 29
Quantitativo de documentos técnicos processados em 2008



⁽¹⁾ O Relatório de Auditoria de Contratos não foi computado, pois a auditoria está em andamento.

⁽²⁾ Foram expedidas 31 Solicitações de Controle Interno na auditoria de gestão e 4 na auditoria operacional do Tribunal não computadas nesse quantitativo. Vide nota do Quadro XX.

Contabilidade e controle

A área de contabilidade e controle da Secoi, além das atividades inerentes a sua competência, desenvolveu ações direcionadas à consolidação dos relatórios de gestão e de prestação de contas e à organização do processo de Tomada de Contas da Primeira Região.

Atuou também no encerramento do exercício financeiro de 2007 e na abertura do exercício de 2008, no Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi. Esses trabalhos objetivaram subsidiar o fechamento dos

balanços, previsto na Lei 4.320/1964, em cumprimento à Norma de Encerramento do Exercício expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda.

Adicionalmente, acompanhou o julgamento dos Processos de Tomadas de Contas pelo Tribunal de Contas da União, de acordo com o demonstrativo abaixo.

Quadro 157
Processos de Tomadas de Contas do TCU

Exercício	Acórdão	Observação
2004	2.396/2008 – TCU 1ª Câmara – DOU de 08/08/2008	Julgou contas regulares com ressalva, dando quitação aos responsáveis nos termos dos arts. 16, inciso II e 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992.
2005	TC 15.012/2006-7	Sobrestado – 09/07/2007.
2006	3.582/2008 - TCU 2ª Câmara – DOU de 25/09/2008 – p. 85-86	Julgou as contas regulares e deu quitação plena aos responsáveis.
2007	TC 18.750/2008-6	Em andamento.

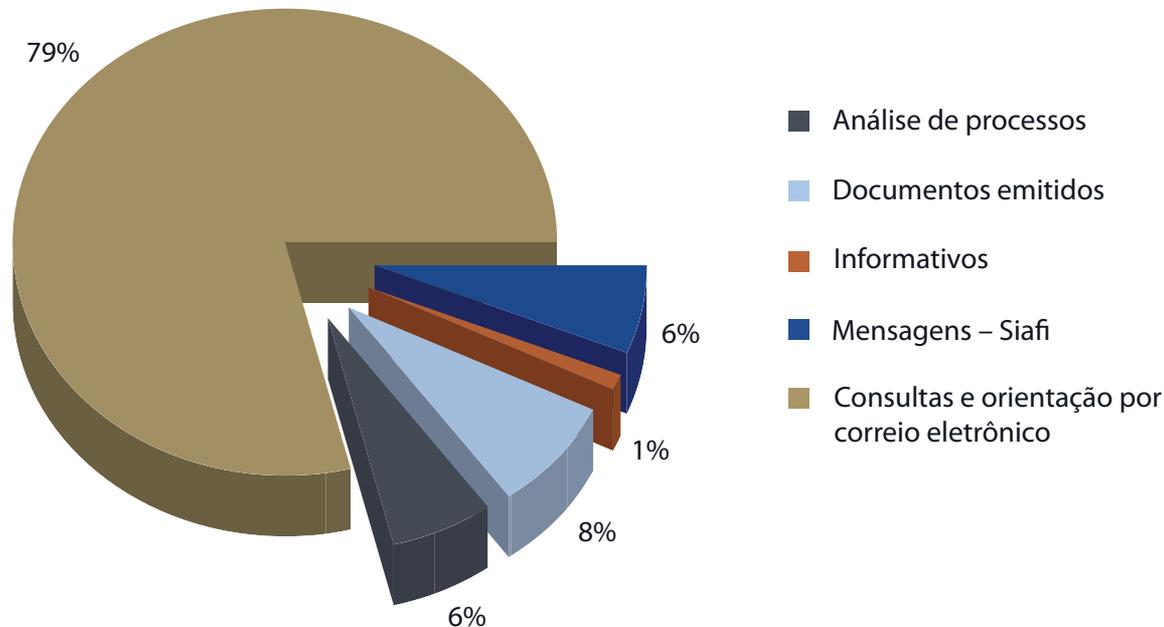
Foi elaborado o *Informe Secoi*, disponibilizado na intranet do TRF 1ª Região, e cujo conteúdo relaciona-se com os atos oficiais e a legislação referente ao controle interno. A publicação objetiva a divulgação e disseminação dessas informações para subsidiar o processo de fiscalização da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial da Corte.



Publicação lançada em 2007 na página do TRF 1ª Região, que compila legislação e jurisprudência relativa à área de controle interno.

O gráfico abaixo demonstra os quantitativos das atividades desenvolvidas no período.

Gráfico 30
Principais atividades de contabilidade e controle realizadas em 2008



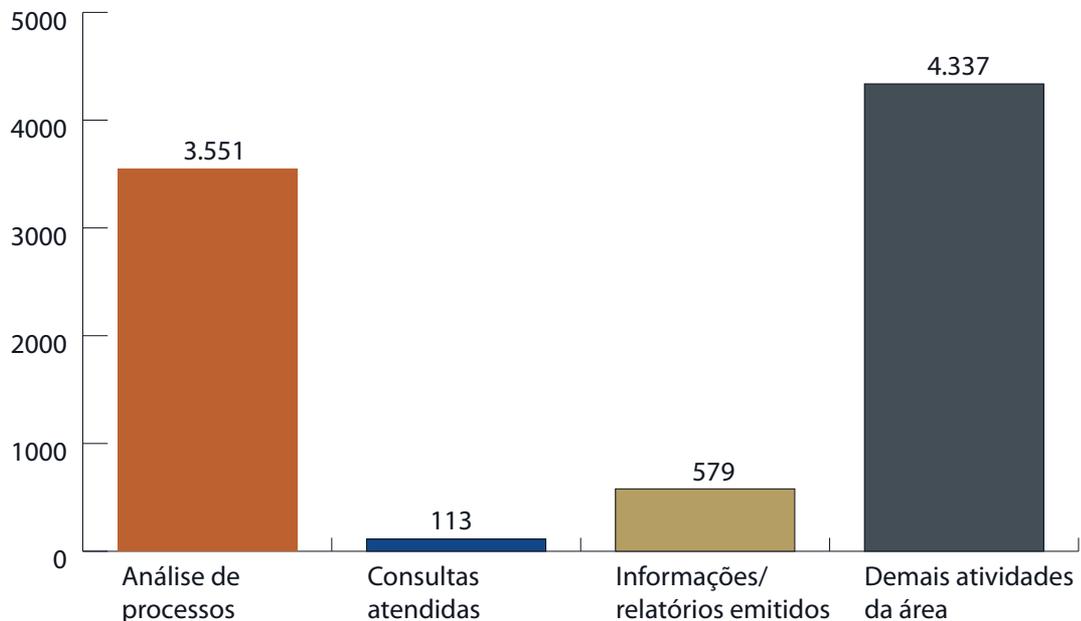
Verificação e análise

Quanto ao trabalho desenvolvido pela área de verificação e análise, que tem por fim o controle prévio e concomitante dos atos de gestão, com vistas a imprimir maior eficácia às ações de controle, cabe destacar:

- realização do exame das folhas de pagamento de pessoal, dos processos administrativos de licitações, contratos, diárias, suprimento de fundos, despesas do Pro-Social, atos de nomeação e desligamento de servidores e magistrados e concessão de aposentadorias e pensões;
- detecção de falhas, impropriedades ou irregularidades nos processos e atos analisados, o que resultou na elaboração de informações e relatórios contendo orientações e recomendações de medidas corretivas, apresentação de justificativas e prevenção de falhas;
- desenvolvimento de estudos técnicos e jurídicos para atendimento a consultas específicas formuladas pelas Seccionais da Primeira Região acerca de questões polêmicas e controvertidas relacionadas à competência da Secoi.

O gráfico a seguir demonstra os quantitativos das atividades desenvolvidas no período.

Gráfico 31
Principais atividades de verificação e análise realizadas em 2008



Das 4.337 atividades intituladas "Demais atividades da área" destacam-se a conferência de demonstrativos de cálculo-resumo das folhas de pagamento de pessoal (amostragem de 420 servidores por mês), no total de 4.200.

Os demais exames foram:

- acompanhamento de 46 acórdãos do TCU com julgamento de legalidade de atos de nomeação;
- atendimento a 20 diligências emanadas do TCU, referentes à concessão de aposentadorias e pensões;
- acompanhamento de 71 atos de desligamento de pessoal.

No que se refere ao item "Análise de Processos" (3.551), as despesas do Pro-Social representaram 57,81%, as despesas de exercícios anteriores com pessoal, 17,52% e as despesas com contratações diretas, suprimento de fundos, diárias, assistência judiciária, ajuda de custo e despesas diversas, 8,59%. Os demais processos analisados referiam-se a nomeação e concessão de pensões e aposentadorias a servidores e magistrados, folha de pagamento de pessoal, ajuste de contas, direitos do servidor público e licitações, contratos e convênios.



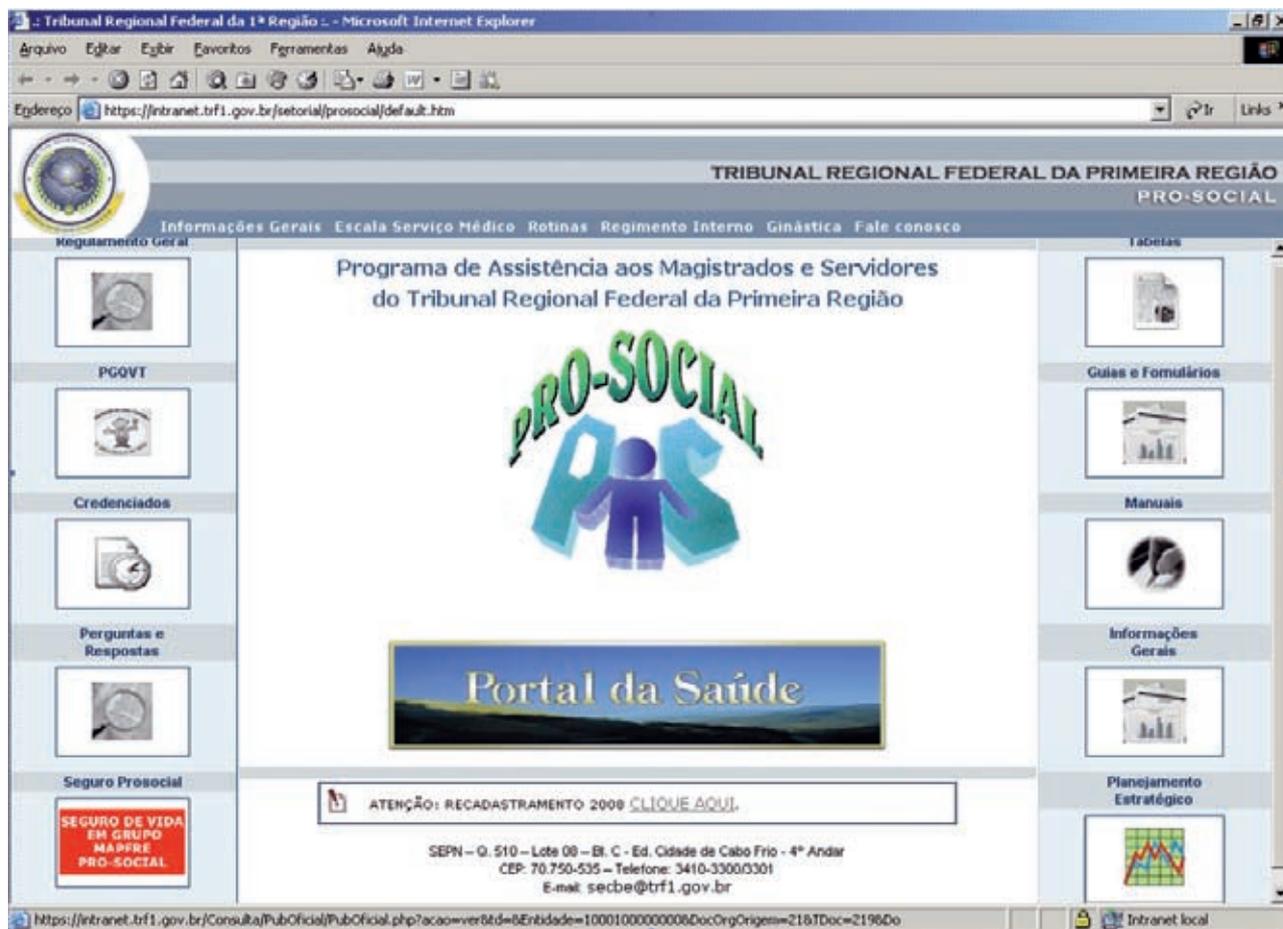
Secbce

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais

A Secretaria de Programas e Benefícios Sociais – Secbe, por meio de suas unidades, fomentou sua gestão administrativa e financeira, bem como promoveu a saúde e a qualidade de vida no âmbito da Primeira Região.

Com a finalidade de racionalizar e modernizar os Programas de Saúde, várias medidas foram tomadas, destacando-se:

- racionalização das autorizações de exames e procedimentos;
- troca permanente de informações de interesse do Pro-Social com a área jurídica da Advocacia Geral da União – AGU;
- elaboração de projeto básico para a contratação de serviços técnicos de auditoria médico-hospitalar;
- elaboração de projeto básico para a contratação e implantação de sistema de gestão e automação para o Pro-Social;
- solicitação à Diges/Cenag da elaboração de norma específica tornando obrigatória a declaração de “Nada consta” quando do desligamento temporário ou definitivo de servidores da Justiça Federal e da Primeira Região, o que resultou na Portaria/Presi 600-273 de 09/10/2008;
- início da revisão do regulamento geral do Pro-Social;
- contratação da Fundação Dom Cabral para planejar e gerenciar as atividades de planejamento estratégico da Secretaria;
- reformulação do leiaute da página da Secbe na intranet;
- criação do Portal da Saúde, de periodicidade mensal, na página da Secbe na intranet/internet, com o objetivo de oferecer informações atualizadas sobre saúde e outros temas relacionados ao Programa de interesse dos beneficiários.



Conselho deliberativo do Pro-Social

Estabelece as diretrizes e metas a ser seguidas pelo Programa. Além de instituir os Tratamentos Fora do Domicílio – TFD, decidiu pela:

- aquisição de 2 novos consultórios odontológicos para o Tribunal;
- admissão de companheiro(a) do mesmo sexo de servidor(a) como dependente no Pro-Social;
- admissão de ingresso no Pro-Social de servidores removidos da Justiça Federal de outra Região para a Primeira Região;
- contratação, com recursos próprios do Programa e mediante licitação – PA 6.936/2008-TRF1, de empresa de serviços técnicos de auditoria médico-hospitalar, assessoramento e correlatos para o Tribunal e Seccionais;
- não incidência do custeio de 50% sobre despesas realizadas pelo ex-cônjuge regularmente inscrito no Programa;
- manutenção da pensão alimentícia como renda para fins de cálculo do limite previsto para a inscrição dos dependentes no Pro-Social, nas categorias filho(a) inválido(a), enquanto durar a invalidez; solteiro(a) que comprove dependência econômica do beneficiário titular; filho(a) maior de 21 anos solteiro(a); estudante com renda não superior a dois salários-mínimos, até completar 24 anos; menor sob guarda ou tutela e pais com somatório de renda auferida pelo casal não superior a dois salários-mínimos ou, se separados judicialmente, renda individual não superior a dois salários- mínimos;
- admissão, em caráter excepcional e experimental, de implantação de tratamento domiciliar para segurados portadores de autismo, no sistema *Son-Rise*;
- rescisão do contrato de prestação de serviço de profissionais de saúde com a Fenaserus e contratação de nova empresa mediante licitação;
- aprovação do Plano de Aplicação Anual para o biênio 2008-2009;
- aprovação da proposta de concessão do auxílio material escolar em pecúnia;
- aprovação da proposta de alteração do Programa de Desenvolvimento Materno-Infantil – Maternal;

- autorização da não aplicação do custeio de 50% para ex-cônjuge que percebe pensão alimentícia;
- aprovação da regulamentação de órteses, próteses e implementos médico-odonto-hospitalares.

Assistência indireta à saúde

Atende aos titulares e dependentes beneficiários do Pro-Social. É constantemente atualizada e conta hoje com mais de 35 especialidades, oferecidas por profissionais ou por instituições de saúde.

Foram realizadas as seguintes ações para a execução de atividades de credenciamento e contratação de profissionais e instituições de saúde para prestação de serviços; cadastro, atendimento e orientação aos beneficiários; gerenciamento dos benefícios vinculados aos recursos do Pro-Social; coordenação do serviço de beneficiário e desenvolvimento e execução de programas de promoção de saúde e qualidade de vida e trabalho.

- inclusão nas tabelas do Programa dos tratamentos para disfunção têmporo-mandibular – DTM, braquiterapia (pacote para cirurgia de câncer de próstata), escleroterapia (tratamento de varizes) e DIU (colocação de dispositivo intra-uterino);
- participação nos estudos sobre a resolução que instituiu o PGQVT, com o fim de reformular e adaptar o Programa às mudanças que vêm ocorrendo na sociedade e, especificamente, no Tribunal;
- participação nos estudos relativos à descentralização de decisões, que permitirá maior autonomia administrativa às Seccionais na execução das ações do PGQVT, no oferecimento do auxílio material escolar e do seguro de vida;
- participação na elaboração de proposta que modificará a resolução que regulamenta a concessão do auxílio-material escolar;
- participação nos estudos referentes à implantação de sistema informatizado e à descentralização da prestação de serviços de seguro de vida em grupo.

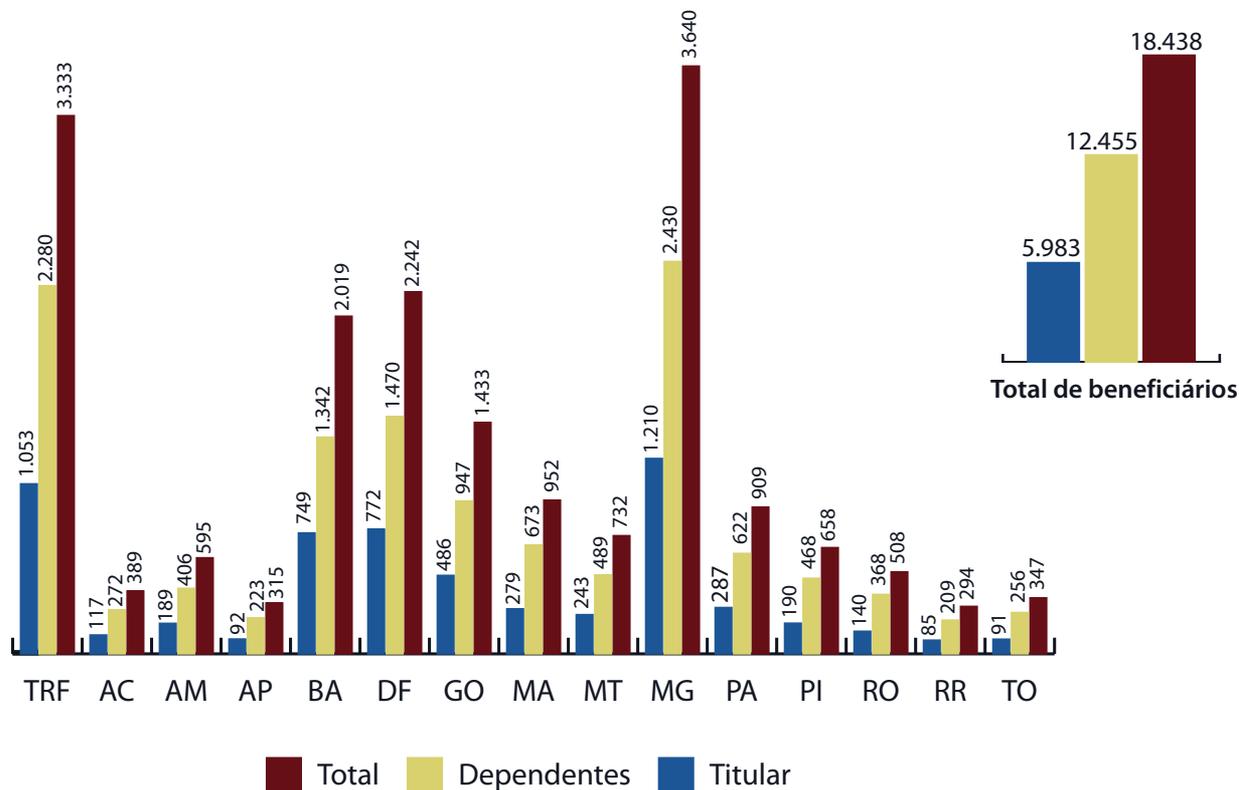
Quadro 158
Atividades relacionadas aos credenciamentos

Detalhamento	Quantidade
Total de credenciados	200
Novos credenciados em 2008	24
Rescisões	8
Termos aditivos em 2008	63
Credenciados na área médica	88
Credenciados na área odontológica	56
Credenciados na área de saúde mental	28
Outros	28

Quadro 159
Quantitativo e evolução de beneficiários do Pro-Social

JF/UF	Titular	Dependentes	Total
TRF	1.053	2.280	3.333
AC	117	272	389
AM	189	406	595
AP	92	223	315
BA	749	1.342	2.091
DF	772	1.470	2.242
GO	486	947	1.433
MA	279	673	952
MT	243	489	732
MG	1.210	2.430	3.640
PA	287	622	909
PI	190	468	658
RO	140	368	508
RR	85	209	294
TO	91	256	347
Total	5.983	12.455	18.438

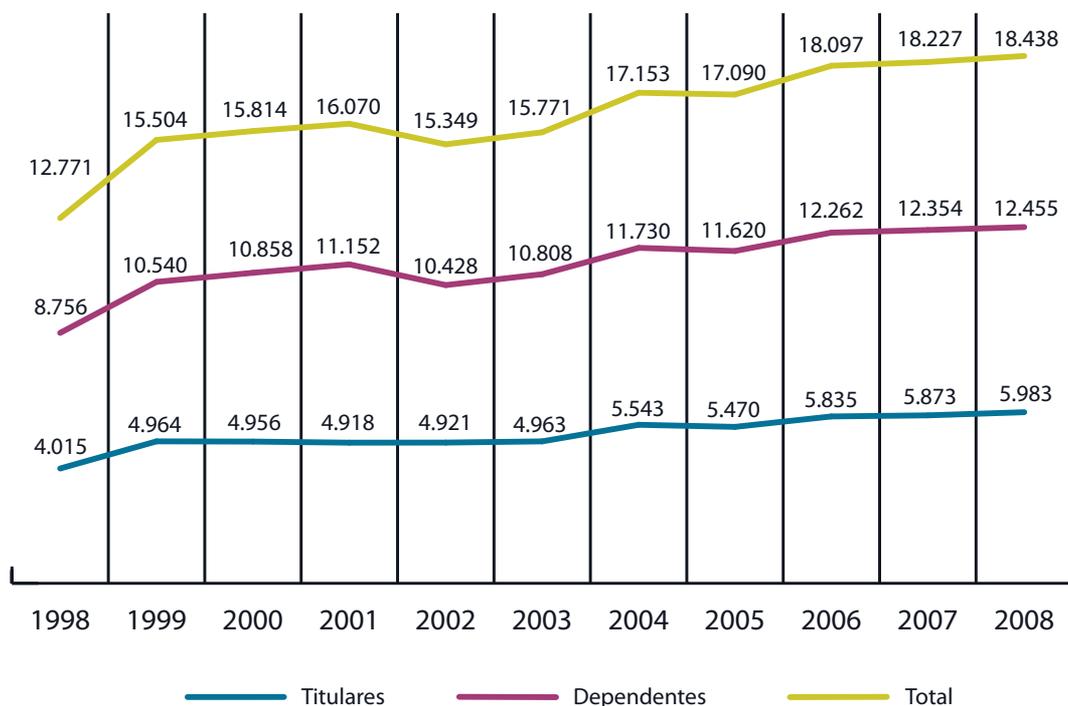
Gráfico 32
Beneficiários do Pro-Social



Quadro 160
Evolução do número de beneficiários do Pro-Social

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Titulares	4.015	4.964	4.956	4.918	4.921	4.963	5.543	5.470	5.835	5.873	5.983
Dependentes	8.756	10.540	10.858	11.152	10.428	10.808	11.730	11.620	12.262	12.354	12.455
Total	12.771	15.504	15.814	16.070	15.349	15.771	17.153	17.090	18.097	18.227	18.438

Gráfico 33
Evolução do número de beneficiários do Pro-Social



O Pro-Social contava com um total de 15.504 beneficiários (titulares e dependentes) no ano de 1999. Nove anos mais tarde (2008), verificou-se crescimento em torno de 20%, saltando o número de beneficiários para 18.438. A evolução quantitativa dos beneficiários revelou-se irregular durante esse período, em razão de aspectos sa-

zonais vinculados a nomeações em concurso público e a requisição de servidores de outros órgãos, assim como a alterações regulamentares que excluíram ou incluíram categorias de dependentes no Programa (pai, mãe, padrasto, madrasta, dependentes especiais etc.).

Quadro 161
Evolução quantitativa dos beneficiários do seguro de vida em grupo

Incluídos	20
Excluídos	14
Decessos pagos	9
Indenizações pagas por morte natural do segurado	1
Indenizações pagas por morte natural do cônjuge	1

Auxílio material escolar

Foram cadastrados pagamentos para 363 beneficiários, totalizando 526 crianças atendidas. Valor total: R\$ 63.120,00.

Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT

O PGQVT realizou as seguintes ações:

- estendeu o programa de massagem aos servidores em 5 prédios do Tribunal;
- implantou o projeto massagens itinerantes, serviço gratuito instituído pela Secbe, o qual, até o momento, atende à Divisão de Serviços Gráficos – Digma, à Coordenadoria de Recursos – Corec e à Coordenadoria de Taquigrafia – Cotag, setores cujos serviços causam aos servidores alto grau de estresse e incidência de doenças ocupacionais. O Projeto prevê que esse benefício seja estendido a outras unidades do Tribunal em 2009;
- desenvolveu ações de Promoção de Saúde, Prevenção de Doenças e Qualidade de Vida e Trabalho, Prevenção do Stress, por intermédio de palestras, oficinas, encontros e eventos temáticos;
- deu continuidade à Promoção à Saúde Bucal por meio de campanhas de prevenção;
- deu prosseguimento ao Programa de Desenvolvimento Materno-Infantil com encontro mensal de gestantes;
- apoiou o Cântico Coral.

Berçário

Responsável pelo atendimento aos filhos de magistradas e servidoras do TRF e SJ/DF, por ocasião do retorno da licença-maternidade até que a criança complete um ano de vida. Tem por objetivo incentivar e possibilitar o aleitamento materno, além de proporcionar a integração mãe-bebê.

Em 2008, promoveu:

- atendimento a 20 bebês, com preenchimento de 14 vagas disponibilizadas para o TRF e 6 para a SJ/DF no horário de funcionamento compreendido entre 12h e 19h;

- orientação e atendimento nutricional, odontológico e psicológico às mães e respectivos bebês, visando ao desenvolvimento global da criança;
- 12 encontros como parte das atividades do Programa de Acompanhamento à Gestante, com 24 gestantes inscritas, nos quais foram abordados temas como alimentação e saúde bucal da gestante, higiene do bebê, preparação para o parto e aspectos psicossociais relacionados à gestação, puerpério e amamentação.

Quadro 162
Atividades de acompanhamento
a bebês e às gestantes

Berçário	
Número de bebês atendidos	20 (sendo 14 do TRF e 6 da SJ/DF)
Programa de Acompanhamento à Gestante	
Número de gestantes inscritas	24
Número de encontros mensais	12

Procedimentos médicos

Inovação nos procedimentos de homologação de licenças médicas e autorização de procedimentos médicos, priorizando o controle do registro e gerenciamento das informações, tais como:

- adoção de registro padrão das decisões da Junta Médica e aperfeiçoamento da comunicação com a Secretaria de Recursos Humanos – Secre.
- criação de *e-mail* automático encaminhado ao servidor e ao chefe de sua unidade, comunicando a homologação de licença médica, a quantidade de dias e o período em que o servidor estará afastado.
- agendamento das Juntas Médicas pelo sistema eletrônico Pro-Social, com o envio automático de *e-mail* ao servidor e ao chefe imediato.

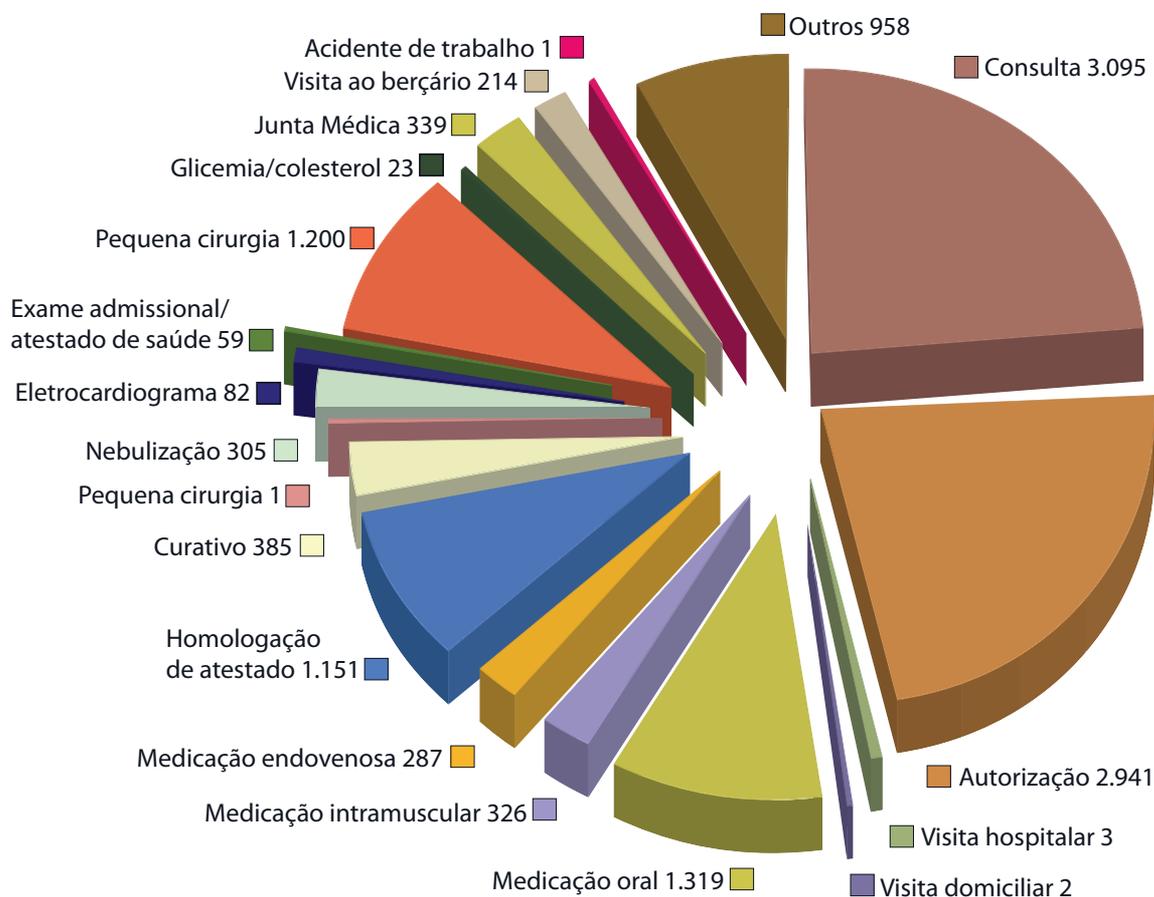
Quadro 163
Estatística de perícias e homologação de atestados

Atendimentos	Total
Homologação de atestado – perícia singular	1.178
Perícias e autorizações – Junta Médica	359

Atendimento médico no TRF 1ª Região

Gráfico 34

Estadística de atendimento médico e de enfermagem



Quadro 164

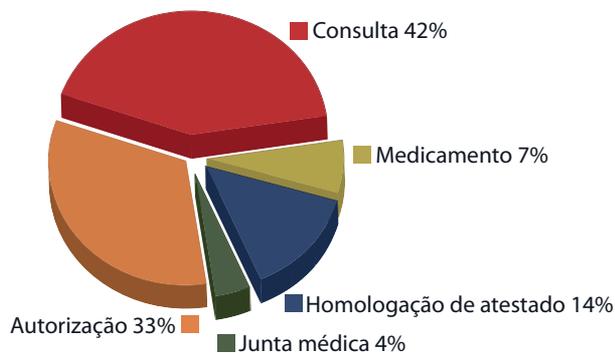
Atendimento médico e de enfermagem

Atendimentos	Total
Consulta	3.095
Visita hospitalar	3
Visita domiciliar	2
Autorizações	2.941
Medicação oral	1.319
Medicação intramuscular	326
Medicação endovenosa	287
Homologação de atestado	1.151
Curativo	385
Pequena cirurgia	1
Nebulização	305
Eletrocardiograma	82
Exame pré-admissional/at. saúde	59
Sinais vitais	1.200
Glicemia/colesterol	23
Junta Médica	339
Visita ao berçário	214
Acidente de trabalho	1
Outros	958
Total	12.691

Atendimento médico nas Seções Judiciárias

Em 2008, foram realizadas 5.941 consultas médicas; ministrados 904 medicamentos; homologados 1.878 atestados; realizadas 500 juntas médicas e concedidas 4.488 autorizações. (Esta estatística não inclui as Seções Judiciárias do Amazonas, Acre, Bahia, Piauí e Maranhão, que não enviaram seus dados sobre o atendimento anual.)

Gráfico 35
Estatística anual de atendimento médico das Seções Judiciárias



Campanha de vacinação contra a gripe

O TRF vem promovendo a Campanha de vacinação contra a gripe desde 1999 para os desembargadores e servidores. Em 2008, a Campanha ocorreu no período de 23 a 25/04 e foram adquiridas 1.300 doses de vacina, sendo 830 para o TRF, 350 para a SJ/DF e 120 para a SJ/TO. Os demais estados foram orientados a solicitar as doses da vacina na própria Secretaria Administrativa de sua Seção Judiciária.

Semana do coração

O Serviço Médico realizou a Semana do Coração/2008 no período de 22 a 26/09, tendo alcançado os seguintes objetivos:

- realização de bioimpedanciometria, com encaminhamento a especialistas quando necessário;
- Educação em saúde sobre a necessidade de prevenção, conhecimento de causas, sinais e sintomas, com a finalidade de identificar casos de hipertensão arterial;
- verificação da pressão arterial de 1.002 pessoas, entre magistrados, servidores, prestadores de serviços e es-

tagiários em seus ambientes de trabalho, a fim de estabelecer o verdadeiro índice de pessoas com hipertensão no TRF e seu encaminhamento ao cardiologista;

- verificação de glicemia capilar pela equipe do Laboratório Sabin em 319 pessoas nos dias 25 e 26/09;
- realização de 54 exames de bioimpedanciometria no período de 24 a 26/09. As pessoas que apresentaram alteração no exame foram instruídas a procurar orientação quanto a atividade física e modificação de hábitos alimentares.

Programa de exames periódicos

O Exame Periódico de Saúde do TRF – EPS, instituído pela Resolução/Presi 600-006 de 2007, atendeu a 857 dos 1.125 servidores, entre concursados e requisitados do órgão. Foram estabelecidas as características da população avaliada pela análise dos seguintes dados:

- sociodemográficos – foram avaliados 61% dos servidores da área judiciária e 65% da área administrativa;
- gênero e idade – revelou a existência de 44% de servidores do gênero masculino e 56% do gênero feminino, com idade variando de 19 a 73 anos e mediana de 43 anos;
- escolaridade – observou-se que 84% dos servidores têm nível superior, sendo que desse percentual há 86% com formação na área de humanas; 10% na área tecnológica e 4% na área biológica;
- condições de trabalho – revelou inadequações com maior impacto sobre o servidor, tais como mobiliário, temperatura, ventilação, ruído, iluminação e organização;
- satisfação no trabalho – dos 701 servidores analisados, 609 mostraram-se satisfeitos; 68, insatisfeitos e 24 não souberam ou não quiseram opinar;
- doenças relacionadas ao trabalho e queixas clínicas predominantes: osteomoleculares, alérgicas e psiquiátricas;
- fatores de risco ligados aos hábitos de vida – tabagismo/alcoolismo; prática de atividade física $\leq 2X$ por semana e imunização deficiente;
- pressão arterial, IMC, glicemia e colesterol – os servidores foram avaliados e agrupados de acordo com o III Consenso Brasileiro da Hipertensão Arterial.

Gráfico 36
Análise dos dados sociodemográficos

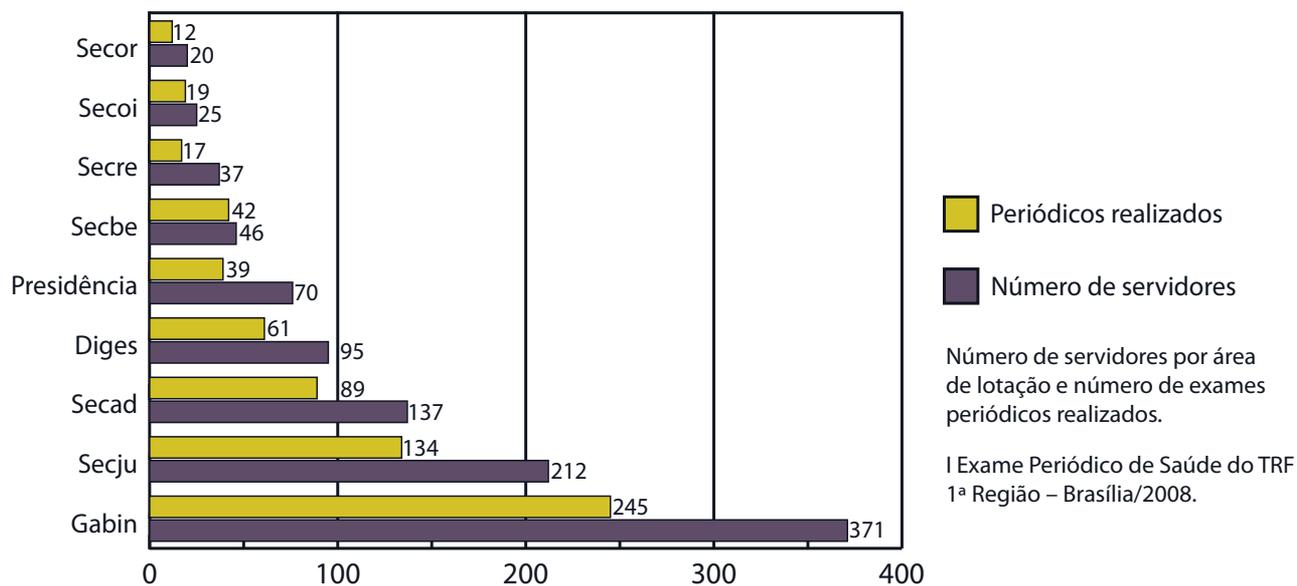


Gráfico 37
Análise dos dados segundo a idade

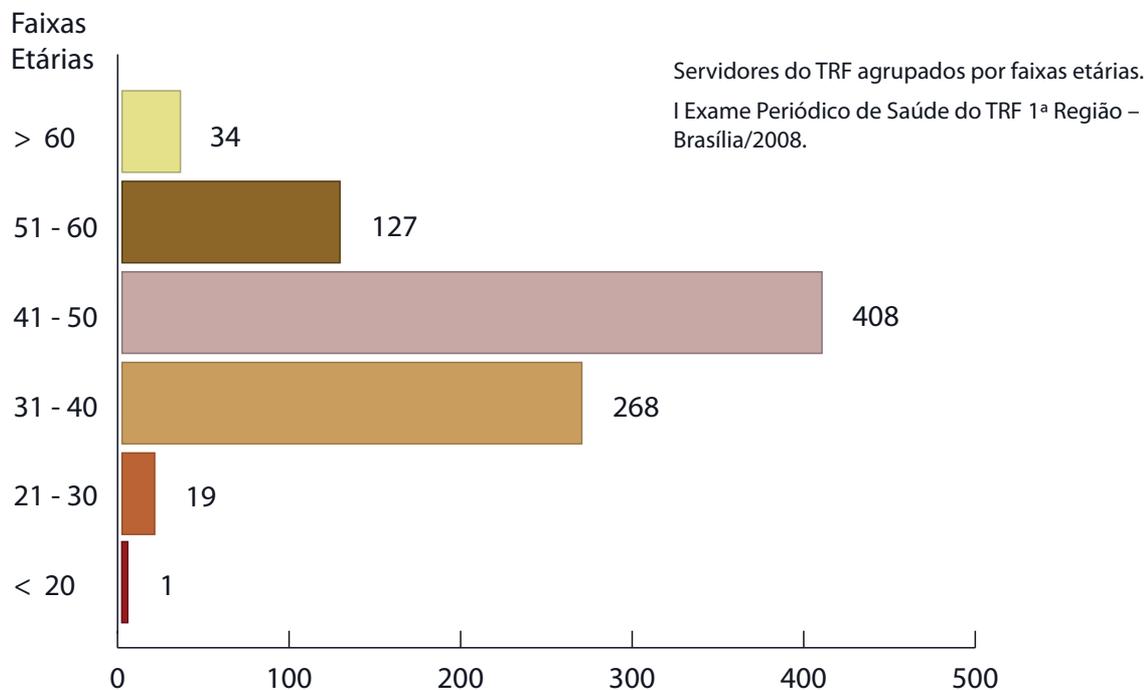
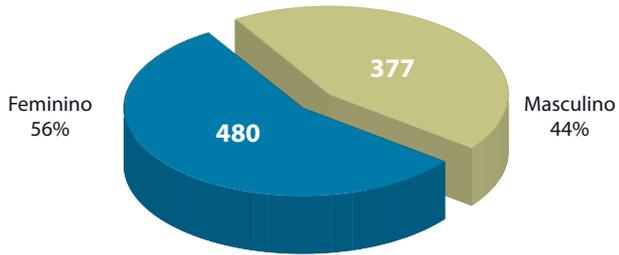


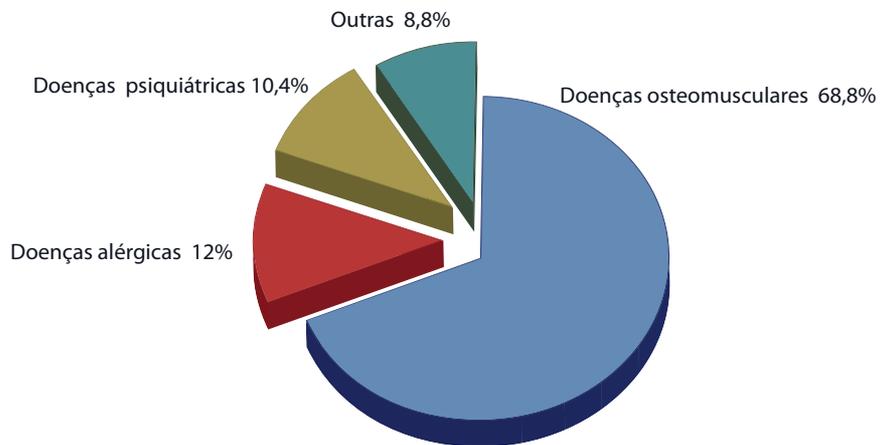
Gráfico 38
Análise dos dados segundo os gêneros



Número de servidores por área de lotação e número de exames periódicos realizados.

I Exame Periódico de Saúde do TRF 1ª Região – Brasília/2008.

Gráfico 39
Análise dos dados segundo as doenças relacionadas ao trabalho



Doenças relacionadas ao trabalho referidas pelos servidores do TRF (n=125).
I Exame Periódico de Saúde do TRF 1ª Região – Brasília/2008.

Gráfico 40
Análise dos dados segundo a satisfação no trabalho



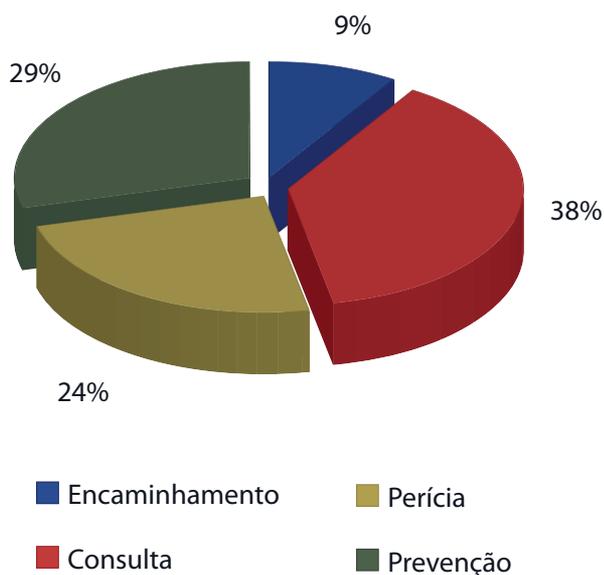
Odontologia

Quadro 165
Atendimento odontológico no TRF 1ª Região

Atendimentos	Total
Consulta	1.099
Perícia	2.685
Emergência	298
Tratamento (infantil e adulto)	239
Prevenção infantil (Pró-Dentinho)	900
Prevenção (adulto)	1.179
Total	6.400

Especificação	Total
Servidores	2.664
Dependentes	3.309
Estagiário/prestador de serviço	343
Total	6.316

Gráfico 41
Atendimento odontológico nas Seções Judiciárias



Psicologia

O setor concedeu autorização para tratamentos psicológicos, psiquiátricos e fonoaudiológicos; acompanhou pacientes; ofereceu atendimentos psicoterápicos internos; marcou consultas; discutiu casos; analisou processos; autorizou internações; fez contatos telefônicos com profissionais e realizou reuniões e visitas a instituições.

Cursos, congressos e eventos

Foram realizados cursos e eventos, entre os quais se destacaram: 17º Congresso de Saúde Bucal como Indicador de Qualidade de Vida; III Congresso Internacional de Enfermagem do Trabalho e 13º Encontro Nacional de Enfermagem do Trabalho; I Encontro Brasiliense dos Psicólogos dos Três Poderes; Gestão de Logística e de Pessoas – Planejamento Estratégico da Secbe.

Receitas e despesas

A área financeira da Secbe tem por competência e atribuição o gerenciamento, controle e execução das receitas e despesas do Pro-Social, além do acompanhamento e orientação das Seções e Subseções Judiciárias.

Quadro 166
Análise comparativa receita e despesa 2007-2008

Mês	União				Recursos Próprios								Despesas	Saldo
	Restos a Pagar Executado	Receitas	Despesas	Saldo	Saldo Anterior	Receitas				Outras	Total			
						Contribuição	Participação	Cotas	Custeios			Rendimentos		
Jan	1.465.479,34		2.430,80	1.786.663,96	46.772.136,06	2.269.731,90	130.918,92	40.438,69	95.834,19	405.639,47	40.653,08	2.983.216,25	1.639.292,96	48.116.059,35
Fev	644.555,20		329.482,63	812.626,13	48.116.059,35	2.264.450,90	244.734,68	50.157,42	123.939,01	370.322,17	51.579,62	3.105.183,80	1.895.980,36	49.325.262,79
Mar	232.045,18	20.532.960,00	1.720.972,15	19.392.568,80	49.325.262,79	2.255.379,14	134.848,45	24.591,83	210.926,97	475.317,66	44.547,27	3.145.611,32	2.063.400,85	50.407.473,26
Abr	63.680,39		2.728.015,20	16.600.873,21	50.407.473,26	2.268.616,98	214.255,22	18.736,28	181.904,08	443.253,55	27.933,10	3.154.699,21	1.449.452,39	52.112.720,08
Mai	104.171,47		3.334.350,42	13.162.351,32	52.112.720,08	2.263.792,27	218.536,50	20.256,80	191.757,24	446.180,59	45.596,81	3.186.120,21	768.036,02	54.530.804,27
Jun	12.673,23		3.017.175,07	10.132.503,02	54.530.804,27	2.261.714,06	159.511,50	23.187,84	176.332,94	503.141,95	87.995,36	3.211.883,65	816.760,99	56.925.926,93
Jul	37.032,55		3.335.463,62	6.760.006,85	56.925.926,93	2.353.334,43	144.977,18	8.159,46	186.070,61	589.020,77	36.103,32	3.317.665,77	964.935,83	59.278.656,87
Ago	647,50		3.458.899,06	3.300.460,29	59.278.656,87	2.349.950,29	161.464,35	8.243,78	164.859,85	582.515,13	29.634,28	3.296.667,68	737.804,74	61.837.519,81
Set	29.567,83		2.944.647,30	326.245,16	61.837.519,81	2.356.475,89	153.132,22	13.601,46	171.873,98	655.591,18	172.623,54	3.523.298,27	1.786.477,44	63.574.340,64
Out	1.488,98	12.230.829,00	3.324.513,87	9.231.071,31	63.574.340,64	2.360.263,40	151.272,02	6.420,44	172.849,84	731.516,11	40.617,08	3.462.938,89	1.126.247,90	65.911.031,63
Nov	6.191,01		3.292.154,87	5.932.725,43	65.911.031,63	2.366.773,81	151.909,69	17.574,08	161.836,87	644.691,96	141.000,88	3.483.787,29	840.650,82	68.554.168,10
Dez	147,60		4.011.118,94	1.921.458,89	68.554.168,10	2.428.679,39	171.527,76	13.662,59	158.288,46	737.397,25	106.055,61	3.615.611,06	2.550.751,11	69.619.028,05
Total 2008	2.597.680,28	32.763.789,00	31.499.223,93	1.921.458,89	68.554.168,10	27.799.162,46	2.037.088,49	245.030,67	1.996.474,04	6.584.587,79	824.339,95	39.486.683,40	16.639.791,41	69.619.028,05

Fonte: Recursos União – Secor; Recursos Próprios – Divaf.

Obs. 1: Saldo Restos a Pagar em 01/01/2008: R\$ 3.254.574,10.

Obs. 2: Recursos Próprios: Rendimentos = Aplicações em CDB e Fundos; Outros = Seguro de Vida, Devolução de DOCs, Patrocínios etc.

Obs. 3: Saldo Restos a Pagar em 12/2008: R\$ 656.893,82.

Quadro 167 Demonstrativos de receitas e despesas

Recursos próprios									
Saldo anterior	Receitas							Despesas	Saldo
	Contribuição	Participação	Cotas	Custeios	Rendimentos	Outras	Total		
46.772.136,06	2.269.731,90	130.918,92	40.438,69	95.834,19	405.639,47	40.653,08	2.983.216,25	1.639.292,96	48.116.059,35
48.116.059,35	2.264.450,90	244.734,68	50.157,42	123.939,01	370.322,17	51.579,62	3.105.183,80	1.895.980,36	49.325.262,79
49.325.262,79	2.255.379,14	134.848,45	24.591,83	210.926,97	475.317,66	44.547,27	3.145.611,32	2.063.400,85	50.407.473,26
50.407.473,26	2.268.616,98	214.255,22	18.736,28	181.904,08	443.253,55	27.933,10	3.154.699,21	1.449.452,39	52.112.720,08
52.112.720,08	2.263.792,27	218.536,50	20.256,80	191.757,24	446.180,59	45.596,81	3.186.120,21	768.036,02	54.530.804,27
54.530.804,27	2.261.714,06	159.511,50	23.187,84	176.332,94	503.141,95	87.995,36	3.211.883,65	816.760,99	56.925.926,93
56.925.926,93	2.353.334,43	144.977,18	8.159,46	186.070,61	589.020,77	36.103,32	3.317.665,77	964.935,83	59.278.656,87
59.278.656,87	2.349.950,29	161.464,35	8.243,78	164.859,85	582.515,13	29.634,28	3.296.667,68	737.804,74	61.837.519,81
61.837.519,81	2.356.475,89	153.132,22	13.601,46	171.873,98	655.591,18	172.623,54	3.523.298,27	1.786.477,44	63.574.340,64
63.574.340,64	2.360.263,40	151.272,02	6.420,44	172.849,84	731.516,11	40.617,08	3.462.938,89	1.126.247,90	65.911.031,63
65.911.031,63	2.366.773,81	151.909,69	17.574,08	161.836,87	644.691,96	141.000,88	3.483.787,29	840.650,82	68.554.168,10
68.554.168,10	2.428.679,39	171.527,76	13.662,59	158.288,46	737.397,25	106.055,61	3.615.611,06	2.550.751,11	1.064.859,95
68.554.168,10	27.799.162,46	2.037.088,49	245.030,67	1.996.474,04	6.584.587,79	824.339,95	39.486.683,40	16.639.791,41	69.619.028,05

O Quadro II permite a visualização analítica das contas de receitas e despesas e respectivos saldos mês a mês, podendo-se verificar, ainda, o retorno de investimentos no item "recursos próprios", a frequência das receitas oriundas da União, da Contribuição Social e a participação e custeios em cada mês do exercício.

É possível observar também o fim de uma inversão na ordem da execução financeira, pois, nos exercícios anteriores, ao se aproximar o final do ano, havia aumento substancial do volume de despesas com recursos próprios e redução proporcional de despesas com recursos públicos. Em 2008, de forma atípica e positiva, observa-se claramente aumento da participação dos recursos da União relativamente à despesa total, ou seja, 71% da despesa total do exercício. Pode-se afirmar, com base em dados históricos, que essa relação era muito desfavorável ao Pro-Social, notadamente na última década, quando a participação dos recursos advindos da União situavam-se na casa de 50% a 55% em relação à despesa global. A explicação mais razoável para essa relação percentual é a ocorrência de cortes na dotação pública imposta para a Assistência à Saúde nos últimos anos ou o fato de que houve, ao longo dos vinte anos de existência do Pro-Social, expressivo crescimento do

número de beneficiários, principalmente em decorrência da franca expansão institucional e jurisdicional da Primeira Região.

Quadro 168 Quadro sintético de receitas e despesas do Pro-Social

Mês	Receitas		Despesas
	União	Próprios	
Janeiro*	3.254.374,10	2.983.216,25	3.107.203,10
Fevereiro	-	3.105.183,80	2.870.018,19
Março	20.532.960,00	3.145.611,32	4.016.418,18
Abril	-	3.154.699,21	4.241.147,98
Maiο	-	3.186.120,21	4.206.557,91
Junho	-	3.211.883,65	3.846.609,29
Julho	-	3.317.665,77	4.337.432,00
Agosto	-	3.296.667,68	4.197.351,30
Setembro	-	3.523.298,27	4.760.692,57
Outubro	12.230.829,00	3.462.938,89	4.452.250,75
Novembro	-	3.483.787,29	4.138.996,70
Dezembro	-	3.615.611,06	6.562.017,65

Fonte: Divaf e Secor

* Receita da União: refere-se a Restos a Pagar.

O Quadro IV permite a visualização simplificada do movimento de ingresso de receitas oriundas das duas principais fontes (União e servidor titular) e realização mensal das despesas.

Quadro 169
Benefícios concedidos na área de saúde
(atendimento externo)

Benefícios	Quantidade de atendimentos	Média total
Consultas médicas	85.320	4,63
Exames laboratoriais	27.696	1,50
Exames radiológicos	20.985	1,14
Exames cardiológicos	6.946	0,38
Internações	19.674	1,07
Fonoaudiologia	1.420	0,08
Tratamento Fora do Domicílio	31	0,00
Medicina física e reabilitação	4.324	0,23
Quimioterapia	1.150	0,06
Outras áreas médicas	34.035	1,85
Psicologia	8.189	0,44
Consultas odontológicas	10.791	0,59
Dentisteria	4.390	0,24
Prótese dentária	1.995	0,11
Periodontia	2.089	0,11
Radiologia	6.802	0,37
Endodontia	1.058	0,06
Outras áreas odontológicas	4.921	0,27
Total	241.816	13,12

N. de beneficiários: 18.438.

Fonte: Divaf

A quantidade de atendimentos que aparece no Quadro XX refere-se ao total de Guias de Atendimento emitidas e efetivamente pagas por procedimento, em toda a Primeira Região. Foram emitidas e pagas 85.320 guias de consultas médicas para o universo de beneficiários do Pro-Social, com frequência de 4,63 consultas para cada beneficiário durante o exercício de 2008. Os beneficiários do Programa realizaram 55.627 exames, ou seja, cada beneficiário fez, em média, 3 exames no ano.

O Quadro V demonstra, ainda, a frequência de procedimentos por beneficiário e destaca os principais procedimentos das áreas médica, odontológica e psicológica. No item "Outros", está registrada a soma dos procedimentos menos expressivos ou acessórios. Verifica-se que, durante o ano, foi processado e pago um total de 241.816 atendimentos, com frequência média de 13 por beneficiário/ano.

Quadro 170
Outras informações administrativas/financeiras da Divaf

Atividades	Quantidade
N. de processos abertos	6.385
N. de guias cadastradas e analisadas	68.322
N. de docs. pagos	7.030

Quadro 171
Aplicação dos recursos do Pro-Social por benefícios

Benefícios	Valor			
	União	Recursos Próprios	Total	Varição (%)
I - Despesas Área Social				
Programa Qualidade de Vida	–	194.866,20	194.866,20	0,38
Auxílio Material Escolar	–	301.754,00	301.754,00	0,59
Subtotal I	–	496.620,20	496.620,20	0,98
II - Despesas Médicas				
Consultas	3.805.483,52	1.416.222,38	5.221.705,90	10,29
Exames Laboratoriais	2.612.962,33	972.421,96	3.585.384,29	7,07
Exames Radiológicos	2.322.548,13	864.343,42	3.186.891,55	6,28
Exames Cardiológicos	703.558,88	261.831,60	965.390,48	1,90
Internações	13.617.853,88	5.070.642,13	18.688.496,01	36,83
Medicina Física e Reabilitação	799.486,07	297.531,20	1.097.017,27	2,16
Psicologia	1.301.483,69	484.351,15	1.785.834,84	3,52
Fonaudiologia	223.318,84	83.108,79	306.427,63	0,60
Outras	3.884.661,90	1.448.194,08	5.330.350,75	10,51
Material de Consumo	65.181,77	–	65.181,77	0,13
Subtotal II	29.336.539,01	10.898.646,71	40.235.185,72	79,30
III - Despesas Odontológicas				
Consulta Odontológica	415.354,78	154.575,56	569.930,34	1,12
Dentisteria	1.073.420,70	399.476,81	1.472.897,51	2,90
Prótese Dentária	1.531.584,65	569.983,93	2.101.568,58	4,14
Periodontia	450.639,25	167.706,78	618.346,03	1,22
Radiologia	424.010,45	157.796,79	581.807,24	1,15
Endodontia	265.397,42	98.768,47	364.165,89	0,72
Outras	599.957,95	223.276,20	823.234,15	1,62
Subtotal III	4.760.365,20	1.771.584,54	6.531.949,74	12,87
IV - Despesas Área Administrativa				
Fenaserjus	–	2.698.458,50	2.698.458,50	5,32
Seguro de Vida	–	312.944,80	312.944,80	0,62
Passagens e Hospedagem (TFD)	–	20.178,96	20.178,96	0,04
Outras	–	441.357,70	441.357,70	0,87
Subtotal IV	–	3.472.939,96	3.472.939,96	6,85

Fonte: Divaf e Secor

Obs.: Outras despesas médicas – fisioterapia, pequeno ato médico e cirúrgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria e acupuntura.

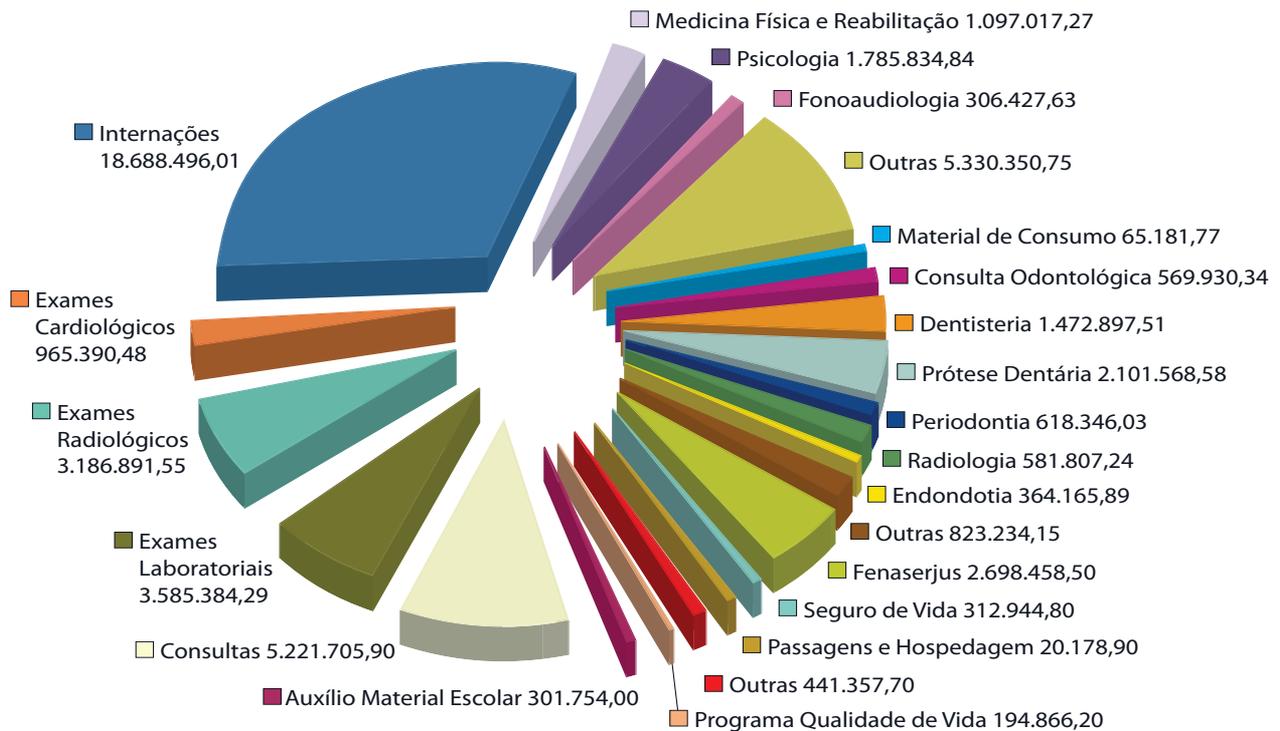
Obs.: Outras despesas odontológicas – odontopediatria, cirurgia, prevenção.

Obs.: Outras despesas administrativas – medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.

No Quadro XX, vê-se o volume de recursos gastos anualmente em cada segmento de despesa ou procedimento específico de assistência à saúde do beneficiário do Programa. É possível comprovar, por exemplo, que a soma das despesas administrativas — contratação de profissionais da área de saúde (Fenaserjus), passagens e hospedagens e dos Programas Sociais — PGQVT e auxí-

lio material escolar — representaram pouco mais de 8% em relação à despesa total do exercício financeiro. Em contrapartida, constata-se que a despesa total com internações clínicas e cirúrgicas totalizou mais de 37% das despesas. Curioso observar, ainda, que a despesa total da área odontológica representou, no exercício, 14% do total gasto com Assistência à Saúde.

Gráfico 42
Aplicação dos recursos do Pro-Social por benefícios



Quadro 172
Análise comparativa de receita e despesa 2007-2008

Ano/discriminação	2007	2008	Varição
Receita total	61.356.043,41	75.505.046,50	23%
União	26.661.149,26	36.018.363,10	35%
Recursos próprios	34.694.894,15	39.486.683,40	14%
Despesa total	45.781.005,39	50.736.695,62	11%
União	23.251.103,75	34.096.904,21	47%
Recursos próprios	22.529.901,64	16.639.791,41	-26%
Saldo total	15.575.038,02	24.768.350,88	59%
União	3.410.045,51	1.921.458,89	-44%
Recursos próprios	12.164.992,51	22.846.891,99	88%

Ano/discriminação	2007	2008	Varição
<i>Receita média per capita</i>			
Por titular/ano	10.447,14	12.619,93	21%
Por titular/mês	870,59	1.051,66	21%
Por beneficiário/ano	3.366,22	4.095,08	22%
Por beneficiário/mês	280,52	341,26	22%
<i>Despesa média per capita</i>			
Por titular/ano	7.795,17	8.480,14	9%
Por titular/mês	649,60	706,68	9%
Por beneficiário/ano	2.511,71	2.751,75	10%
Por beneficiário/mês	209,31	229,31	10%
Reserva total	46.772.136,06	69.619.028,05	49%

N. de titulares em 2007: 5.873 ; em 2008: 5.983.

N. de beneficiários (titulares e dependentes) em 2007: 18.227; em 2008: 18.438.

A receita total (recursos da União, contribuição do associado, custeios participações e outras) alcançou a cifra de R\$ 75.505.046,50, valor superior em 23% à receita do ano de 2007. A despesa total foi da ordem de R\$ 50.736.695,62, tendo o exercício financeiro se encerrado com saldo de R\$ 24.768.350,88.

As despesas com recursos próprios totalizaram R\$ 16.639.791,41 e as despesas com recursos da União foram de R\$ 34.096.904,21. No exercício ocorreu acúmulo de reserva financeira de R\$ 22.846.891,99, e a re-

serva financeira total acumulada em 31/12/2008 fechou em R\$ 69.619.028,05.

Dado curioso e relevante é a relação receita/despesa individual (*per capita*) por titular e por beneficiário. Observa-se que o aporte médio de receita originada por cada beneficiário (recurso próprio mais União) para o Pro-Social, no exercício de 2008, foi de R\$ 1.051,66/mês, enquanto a despesa média mensal, também por beneficiário, foi de R\$ 706,68.

Quadro 173 Aplicação dos recursos *per capita*/mês

Despesas médico-hospitalares		Despesas odontológicas		Despesas administrativas*		Despesas totais	
Total	Média mensal <i>per capita</i>	Total	Média mensal <i>per capita</i>	Total	Média mensal <i>per capita</i>	Total	Média mensal <i>per capita</i>
R\$ 40.235.185,72	R\$ 181,85	R\$ 6.531.949,74	R\$ 29,52	R\$ 3.969.560,16	R\$ 17,94	R\$ 50.736.695,62	R\$ 229,31

* Área social/administrativa.
N. de beneficiários = 18.438.